



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO POPULAR**



**FRANCISCO XAVIER PEREIRA DA COSTA**

**INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – UMA METODOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO POPULAR**

João Pessoa, PB – Brasil  
Março/2017

FRANCISCO XAVIER PEREIRA DA COSTA

**INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – UMA METODOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE do Centro de Educação – CE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Linha de Pesquisa Educação Popular como pré-requisito à obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Xavier Batista.

João Pessoa, PB – Brasil  
Março / 2017

C837i Costa, Francisco Xavier Pereira da.

Incubação de empreendimentos solidários – uma metodologia da Educação Popular / Francisco Xavier Pereira da Costa. – João Pessoa, 2017.

260 f.: il. –

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista.

Tese (Doutorado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. Educação popular. 3. Economia solidária.  
4. Metodologia. 5. Incubação. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

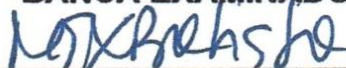
# FRANCISCO XAVIER PEREIRA DA COSTA.

## INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – uma metodologia da Educação Popular.

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE do Centro de Educação - CE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na Linha de Pesquisa Educação Popular como pré-requisito à obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Xavier Batista.

Aprovado em 24 / 03 / 2017.

### BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Xavier Batista. UFPB/CE/PPGE.  
Orientadora / Pta.



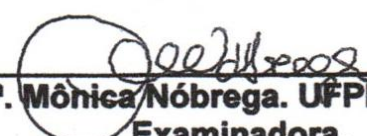
Prof<sup>o</sup>. Dr. José Francisco de Melo Neto. UFPB/CE/PPGE.  
Examinador.



Prof<sup>o</sup>. Dr. Ivonaldo Neres Leite. UFPB/Campus IV/UFM/RN  
Examinador



Prof<sup>o</sup>. Dr. Cezar Nonato Candeias. UFAL/CE/UV – Espanha.  
Examinador



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Nóbrega. UFPB/CCHLA/PPGL.  
Examinadora.

## DEDICATÓRIAS

À minha amada mãe, Sr<sup>a</sup>. Flor Gomes, Mulher, Negra, mãe solteira que como poucas pessoas soube tornar as diversidades que a vida lhe impôs em energia força e garra para criar os filhos e servir de referência ética e moral para nós e para quem a conhece. Analfabeta de pai, mãe e parteira, penso que os versos “... **uma cigana analfabeta, lendo a mão de Paulo Freire**” e letra da música Beradêro de Chico César, teria sido escrita para ela. A você mãe meu sincero reconhecimento e agradecimento por ter me ensinado a ser e a me tornar o que hoje sou!

À minha esposa Rosilene, companheira, amada, amante ensina-me com jeito meigo e tímido a ser melhor a cada dia.

À meus filhos, verdadeiras lições de vida e esperança em um mundo melhor.

Às minhas falecidas Irmãs Raimunda Dária e Regina Lúcia, exemplos de vida e maiores credoras de mim.

Aos Irmãos Ana Rozendila, Eraldo Neves, Doralice (Dora), Leonardo, Oluana, Paulinho e Conceição que dispensam a mim respeito e amor sem que eu seja merecedor.

Copio a frase de Fernando Abaht, “há *amigos a mais tempo e a amigos a menos tempo*” para agradecer e dedicar este trabalho aos amigos que conquistei nesta vida: Ribamar e Glória Quintas, Ademilton, Neto e Vaninha, Gilson e Meire Prejuízo, Andréa Karla e Reginaldo, Negão e Lourdes, Neguinho, Zé Neto e Ana Lucia, Ionaldo e Polyana, Fernando Abaht e Ailza, Jarry e Zilma Richardson, Chico Holanda, Mendes e Tia Neves, Antônio Neto (Guerrilheiro Urbano) e Lívia, Rodolfo e Larissa, Wanessa, Seu Zé Marcos, Daniel, Clécio, Wladimir, Dona Neide e Seu Modesto, Aluiso e Celma, Wagda Rocha, Humberto, mentor intelectual Alder Júlio, Luizinho e Albertina, Daniel e Cristina, Acácio e família, Augustão, Maria das Graça e Maria Dasdores Silva, a sucursal do Amapá na Paraíba: Paulo Del Castillo e Leni, Nassu e Eni, Paulo Freire e Nísia, Paulo Youcanã e Katia, Ismael e Nevinha, Lair e Sarah, Dona Nair e Cely, Beto e Danda, Seu Bil e Dona Nilza. Sem o apoio, credibilidade e incentivo de cada um e cada uma de vocês eu jamais teria chegado a esta fase e conquista acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Aos oriundos das classes populares que ousaram desafiar a gramática e barreiras da exclusão de **A** a **Z**, mescladas com os neologismos estrangeiros, massivamente impostos no cotidiano em nome da “atualidade”, romper com condição histórica de ser menos, não se constitui num ato de bravata ou de exacerbada capacidade individual, como que fazer crer o sistema dominante, afirmando a individualidade e capacidades no e do indivíduo. Entre os percalços vencidos, sistematicamente colocados como armadilhas em jogos de vídeo *games*, sobreviver, muitas vezes, aproxima-se a imitação da arte. Por isso, toda e qualquer conquista dos considerados ‘os de baixo’, guarda e carrega em si, apoio, incentivo e o desejo de que um dos seus ultrapasse a mesmice que nos fazem crer e emergem entre ou doutos. Mas, igualmente desejosos que nunca se esqueçam quem são e de onde vieram e de quem ainda permanece na condição de subalternidade. Em nome dos meus pares que ainda não tiveram as ajudas que tive, agradeço:

Aos homens e mulheres que forjam no dia a dia, com a força do seu trabalho e com muita criatividade a própria sobrevivência em busca de dignidade e respeito humano, construindo, assim, novo modo de produção com ênfase no trabalho e produção coletiva, com ênfase na solidariedade.

Aos primeiros e atuais mestres: Prof<sup>a</sup>. Simões – **alfabetizadora** -; Iracema Rocha – **ensino fundamental**; Zé Maria/Caboclo – **Curso técnico**; Wilma Porto, Marta Cruz, Adélia – única Negra, Pedro Sales - **Graduação em Pedagogia**; Severino Lima / Xangai – **Mestrado**; Socorro Xavier, Zé Neto e Jarry Richardson – **doutoramento**; Alder Júlio – **exemplo de intelectual engajado**. Da Alfabetização à defesa desta tese, mais que o sentido das letras e dos fundamentos teóricos, o respeito ao outro é a maior e mais importante lição que agregou a minha vida.

Especialmente, a cada jovem que constituíram os grupos de produção em Economia Solidária nas Comunidades São Rafael, Timbó, Ilha do Bispo e Conde. Uma etapa que como aprendentes, aprendemos uns com ou outros a luta para construção de um novo modo de vida e novo sistema de produção a Economia Solidária.

Aos colegas que se tornaram amigos nesta jornada acadêmica Wagda Rocha, Zilma Richardson, Aparecida - Cida, Fernando Abaht, Humberto, Genes, Silvia e Wolmir.

## HOMENAGEM PÓSTUMA

A meu pai, Rozendo Torres da Costa, mesmo sem sua presença física, esteve comigo em minhas projeções paternas.

À minha irmã, Regina Lúcia que abdicou da sua vida para manter vivo o sonho de mudança da condição de subalternidade que vivíamos. Mana, você é a responsável por mais esta conquista. Obrigado é pouco para dizer o quanto você foi importante nesta jornada. Te amarei em todas as vidas.

À minha primeira irmã, Raimunda Dária que com seu jeito meigo e carinhoso sempre me disse as verdades que precisei ouvir e saber, acreditando em mim, mais que eu mesmo. Mana, amor e saudades desta e para outras vidas.

À minha inesquecível amiga e admirada pessoa GRAÇA BRITO - nossa transcendental GRACINHA da PRAC. Exemplo de mulher e referência ética no fazer Educação Popular sem propaganda. Você é parte desta conquista. Muitas lembranças e saudades!

À minha vó Maria José Gomes, maior inspiração e exemplo de sabedoria e serenidade que a mim falta. Ah, que saudade tenho de ti, e do teu olhar carinhoso, Vó!

## RESUMO

Argumentamos que o processo em Economia Solidária denominado de incubação se constitui como metodologia da educação popular para difundir princípios e valores desta como alternativa à economia de mercado. Isso porque, tais fundamentos são complementados pelos da Educação Popular. Nesse sentido, a incubação como processo de formação prioriza os excluídos, elegendo-os como postulantes a função de protagonistas de mudanças na estrutura econômica, a partir da organização para a produção coletiva, tendo na horizontalização na esfera de decisão ação estruturante de novo modo de produção, pautado pela autogestão, alterando assim, a atual matriz econômica. Admitimos como hipótese o seguinte questionamento: a incubação de empreendimento solidário se constitui uma metodologia da Educação Popular? Com base nos constituintes da Educação Popular, teoria que fundamenta a metodologia de incubação, formulamos como tese que o processo de formação de incubação de empreendimento solidário popular desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários Popular – INCUBES/NUPLAR/UFPB, constitui uma metodologia da Educação Popular. Utilizamos como metodologia a pesquisa social crítica, buscando aplicar a lógica dialética no reconhecimento e especificidade do fenômeno estudado, sua construção social, possibilitando agir com clareza sobre o objeto de estudo. Concluímos que a Educação Popular é a Teoria que sustenta as premissas da Economia Solidária. A incubação, opera a veiculação dos princípios e valores da economia solidária, aproximando a economia solidária com a educação popular, através de princípios e valores comuns, confirmando assim, a tese de que a metodologia de incubação se constitui uma metodologia da Educação Popular, a partir da articulação e exercício na prática de categorias constituintes da teoria da educação popular: diálogo como mediação das relações sociais e de processos de formação; participação geradora de estímulos à capacidade crítica; autonomia como expressão da consciência crítica, base para a autogestão.

**Palavras-chave:** Educação popular. Economia solidária. Metodologia. Incubação. Autogestão.

## RÉSÚMEN

Argumentamos ce processus dans l'économie solidaire appelé incubation est constitué en tant que méthodologie de l'éducation populaire pour diffuser les principes et les valeurs de Ecosol comme une alternative à l'économie de marché. En effet, les principes et les valeurs de l'économie solidaire sont complétées par les fondations des bâtiments de l'éducation populaire. En ce sens, l'incubation et le processus de formation priorise exclus, en les élisant postulantes pour changer protagonistes rôle dans la structure économique de l'organisation de la production collective, en prenant la balle horizontalisation de décision d'action structurant nouveau mode de production, guidée par l'auto-gestion, changeant ainsi la matrice économique actuelle. Admis comme une remise en cause de l'hypothèse, l'incubation de la solidarité venture constitue une méthode d'éducation populaire? Sur la base des constituants de l'éducation populaire, la théorie qui sous-tend la méthode d'incubation, de formuler une thèse que le processus de formation populaire d'incubation de solidarité de risque développée par l'incubateur d'entreprises de solidarité populaire - INCUBES / NUPLAR / UFPB, est une méthode d'éducation populaire. Nous utilisons la méthodologie de la recherche sociale critique, cherchant à appliquer la logique dialectique dans la reconnaissance et la spécificité du phénomène étudié, sa construction sociale, permettant acte clairement sur l'objet de l'étude. Nous concluons que l'éducation populaire est la théorie qui soutient les locaux de l'économie solidaire. Incubation opère au service des principes et des valeurs de l'économie solidaire, approxmando économie solidaire à l'éducation populaire à travers des principes et des valeurs, confirmant ainsi la thèse selon laquelle la méthode d'incubation est une méthode d'éducation populaire, la l'articulation et de l'exercice dans la pratique des catégories constitutives de la théorie de l'éducation populaire: le dialogue et la médiation des relations sociales et les processus de formation; générer des incitations à la participation des compétences essentielles; l'autonomie comme une expression de la conscience critique, la base de l'autogestion.

**Mots-clés:** Éducation populaire. Economie solidaire. Méthodologie. Incubation. L'autogestion.

## ABSTRACT

We argue that the process of Solidary Economy called incubation is a methodology of popular education to spread principles and values of Ecosol as an alternative to the market economy. This is because, principles and values of solidarity economy are complemented by the constituent foundations of Popular Education. In this sense, incubation as a training process prioritizes the excluded, electing them as postulants the function of protagonists of changes in the economic structure, from the organization to the collective production, having in horizontalization in the sphere of decision structural action of new mode of production , Guided by self-management, thus altering the current economic matrix. We admit as a hypothesis the questioning, the incubation of a joint venture is a methodology of Popular Education? Based on the constituents of Popular Education, which establishes the methodology of incubation, we formulated as thesis that the process of incubation formation of popular solidarity project developed by the Incubator of Popular Entrepreneurs - INCUBES / NUPLAR / UFPB, constitutes a methodology of Popular Education . We use as methodology critical social research, seeking to apply the dialectical logic in the recognition and specificity of the studied phenomenon, its social construction, making possible to act with clarity on the object of study. We conclude that Popular Education is the Theory that sustains the premises of the Solidary Economy. Incubation operates the dissemination of the principles and values of solidarity economy, approximating solidarity economy with popular education, through common principles and values, thus confirming the thesis that the methodology of incubation constitutes a methodology of Popular Education, the From the articulation and exercise in the practice of categories constituent of popular education theory: dialogue as mediation of social relations and of training processes; Participation generating incentives to critical capacity; Autonomy as an expression of critical awareness, the basis for self-management.

**Keywords:** Popular Eeducation. Solidarity economy. Methodology. Incubation. Self-management.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA</b> .....	10
OBJETIVOS .....	13
PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	13
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÔMENO</b> .....	21
1.1 INCUBES ORIGEM, TRAJETORIA E ATUALIDADE .....	36
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS</b> .....	47
2.1 DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	57
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL – DAS INICIATIVAS PIONEIRAS AO FBES E À CRIAÇÃO DA SENAES .....	68
2.2.1 Plenárias e encaminhamentos para o fortalecimento da ECOSOL no Brasil .....	82
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A EDUCAÇÃO POPULAR: CARACTERÍSTICAS E CONSTITUINTES</b> .....	87
3.1 CONSTITUINTES DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS .....	135
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A COMPREENSÃO DOS ATORES DO PROCESSO</b> .....	158
4.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA INCUBAÇÃO .....	169
4.1.1 Fases da Incubação – constituintes e técnicas .....	172
4.2 INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: DO PROJETO À METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO – COMPREENSÃO DOS ATORES DO PROCESSO .....	191
4.2.1 Aproximação dos atores gestores com o campo da Economia Solidária e com a Incubes .....	195
4.2.2 Compreensões dos atores mediadores do processo de incubação sobre Economia Solidária .....	199
4.2.3 Compreensões dos atores sobre o processo de incubação como metodologia da Educação Popular .....	202
4.2.4 Compreensões dos atores do processo de inclusão sobre Educação Popular na Economia Solidária .....	207
4.2.5 Mudanças comportamentais dos interlocutores da pesquisa após militância no movimento de Ecosol .....	214
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	219
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## APRESENTAÇÃO, OBJETIVOS, METODOLOGIA

A Educação Popular enquanto fazer comprometido e engajado com as transformações sociais, entre outras dimensões da prática educativa, requer sistemática avaliação das experiências desenvolvidas neste campo de estudo, em quaisquer das modalidades e experiências nas quais seus fundamentos são utilizados. Neste sentido, o estudo e análise do processo de formação desenvolvido junto a trabalhadores e trabalhadoras, socialmente excluídos<sup>1</sup> pela economia de mercado, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários Populares – INCUBES, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, na cidade de João Pessoa e cidades da região metropolitana, denominado de incubação de empreendimento solidário, constitui o objetivo deste estudo.

O estudo apresentou como problema de investigação o processo de formação junto a trabalhadores desempregados desenvolvido pela INCUBES/UFPB – Campus I, denominado de incubação de empreendimentos solidários, com vistas à geração de trabalho e renda, a partir da organização desses trabalhadores em atividades de natureza coletiva. Para investigação do problema em tela, formulamos a seguinte hipótese: as ações de formação, através da assessoria aos movimentos sociais, especificamente no universo da economia solidária denominada de incubação de empreendimento solidário, se constituem em uma metodologia da Educação Popular? Tal hipótese deriva-se da afirmativa de integrantes da incubadora e de militantes nesse campo de estudo e trabalho, que tal processo de formação requer conhecimentos dos fundamentos da economia solidária que não são ministrados pela escolarização institucionalizada e nem por “cursos de capacitação e treinamentos” ministrados por agências e instituições que propõem reposicionar os trabalhadores desempregados no mundo do trabalho ou na economia formal.

---

<sup>1</sup> O conceito de exclusão carrega muitas controversas em relação aos sentidos que expressa, principalmente no campo acadêmico, compreendemos exclusão como fenômeno produzido e decorrente do avanço do capitalismo, gerador de gradações e modalidades de exclusão, com maiores reflexos no campo social, expresso pelas condições dignas de sobrevivência, trabalho e lazer. A exclusão como fenômeno característico do capitalismo no século XX gera estratégias de submeter os trabalhadores às exigências por elas mesmas geradoras de diferenças entre os próprios trabalhadores, a exemplo da mínima ou máxima escolarização à ocupação dos postos de trabalho. Sobre exclusão, consultar: Dupas (1999), Busso e Gorban (2003), Paugman (1996), Xiberras (1993), Kowarick (1975), Richardson, et. al (2009), entre outros.

Ora, se o mercado exclui, depois limita o acesso a novos postos de trabalho a partir de exigências de natureza específica, relacionadas qualificação técnica dos trabalhadores para que, então, tenham a possibilidade de se voltar ao mundo do trabalho, tais exigências, em verdade, mais uma vez caracterizam e geram outras dinâmicas de exclusão, a exemplo do que acontece com os trabalhadores da indústria automobilística. Para o enfrentamento destas perversas artimanhas de exclusão, necessário se faz que os trabalhadores desempregados encontrem alternativas de trabalho e renda, a partir dos seus conhecimentos, criatividade e habilidades, sem necessariamente depender do emprego que caracteriza a dependência econômica vinculada ao assalariamento.

Sem as qualificações exigidas pelo mercado, os trabalhadores dispensados ou mesmo que não tiveram oportunidade de nele ingressar, necessitam encontrar e desenvolver alternativas econômicas que lhes assegurem sobrevivência digna, de seus dependentes e agregados. Para tanto, a busca por alternativas, necessita do mínimo de informação das possibilidades viáveis ao reengajamento no mundo da produção econômica.

É nesse contexto que a difusão e formação em novos sistemas produtivos mostra sua importância. A economia solidária encontra-se nesse referencial alternativo. Por isso, aos que tenham acesso a informações, conhecimento e se interessam por esta modalidade econômica, primeiro devem conhecer seus princípios e fundamentos para em seguida, se assim lhes parecer conveniente, optarem pela criação e desenvolvimento de atividades coletivas de trabalho e renda, capazes de resgatar a dignidade usurpada pela racionalidade econômica dominante.

Justamente na perspectiva de alternativa no mundo do trabalho e da produção que se inserem as incubadoras de empreendimentos solidários, através de programas e projetos de formação e fomento de atividades econômicas de natureza coletiva como resgate social, econômico e político dos trabalhadores excluído pelo mercado.

Para que tais alternativas sejam eficientes e despertem o interesse dos trabalhadores, as dinâmicas, fundamentos e metodologias de abordagem precisam e devem ser diferentes das utilizadas pelo sistema econômico dominante, bem como das suas influências nas esferas do Estado. Pois bem, uma perspectiva contrária à economia de mercado, voltada aos interesses dos trabalhadores, necessariamente

precisa ser de natureza revolucionária. Como tal, os argumentos e propostas metodológicas de abordagem e mobilização precisam ter constituintes de uma educação igualmente revolucionária.

Ao longo do século XX, não existiu outra proposta a não ser a educação que respeita e valoriza o saber pré-existente dos atores excluídos, com respeito à realidade em que vivem, capaz de contextualizar o cotidiano como estratégia de aprendizagem, construindo, assim, a partir da realidade, conhecimento necessário à operação de mudanças do *status quo* dos atores sociais, bem como do meio em que vivem. Tal educação tem origem no continente Sul-Americano, ganhando projeção em todos os demais continentes como uma educação revolucionária, portanto, de natureza popular. Por isso, mesmo, ainda muito contestada e não valorizada institucionalmente por gestores públicos. Embora, por entre as instâncias de gestão, muitos educadores tentam imprimir a marca desta modalidade educacional. A essa educação, comprometida com o outro, denomina-se Educação Popular.

Com base nos constituintes da Educação Popular, apresentamos como tese neste estudo a afirmativa de que o processo de formação desenvolvido pela incubadora de empreendimentos solidários – INCUBES, denominado incubação de empreendimento solidário se caracteriza como metodologia da Educação Popular.

Educação Popular afirmada por Beisiegel (1986, p. 92), Brandão (1982, p. 85), Calado (2000), Costa (1998), Freire (1978, 80, 92, 2000, 2001-3), Gadotti & Torres (1984), GEEMPA (1982), Hurtado (1993), Melo Neto (2002, 10, 11, 12), Núñez (1997, 98), Oliveira (2008), Puigros (1994), Streck et. al (2008), Torres (1981, 2014), entre outros importantes autores nesse campo de estudos apresentam a liberdade como busca permanente do humano, enquanto condição ontológica de ser mais. Liberdade afirmada no diálogo como estratégia de conquista e superação das adversidades, passando pelos constituintes culturais como ferramenta essencial na promoção do saber e despertar para a crítica e consciência do eu, a partir da consciência de existência do outro. O processo de desenvolvimento da consciência tem como mediador o trabalho como expressão de resistência e construção do aprendizado necessário à transformação.

## OBJETIVOS

A fim de comprovação da tese anunciada, estipulamos como objetivos específicos: 1) identificar princípios e fundamentos da Educação Popular nas ações desenvolvidas pela Incubes no processo de incubação junto ao grupo produção na comunidade São Rafael; 2) avaliar se o coletivo de produção adota e exercita os fundamentos preconizados pela Ecosol, facilitados pela metodologia de incubação, a partir dos fundamentos da educação popular.

## PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida, a partir dos fundamentos da “pesquisa social crítica” (RICHARDSON, p. 1999)<sup>2</sup>, buscando aplicar a lógica dialética no reconhecimento e especificidade do fenômeno estudado, bem como sua construção social, de modo a possibilitar-me agir com clareza e discernimento sobre o objeto de estudo escolhido.

Segundo Richardson (op. cit, 1999, p. 92), “a lógica dialética permite-nos escolher entre reivindicações de verdade alternativas, sem perder a visão de sua especificidade histórica e sua transitoriedade”. A escolha por esta metodologia se justificou pelo interesse de não proceder de forma reduzida ou apressada a aparência ou a essência do trabalho da incubadora junto aos empreendimentos solidários, mas explicitar as relações possíveis entre a essência e aparência do processo de incubação, enquanto metodologia da Educação Popular, de forma a destacar como trabalhadores, em muitos casos, com baixo nível de escolarização podem chegar a desenvolver atitudes de autonomia no enfrentamento da exclusão promovida pela dinâmica excludente da economia capitalista.

Desse modo, a partir dos fundamentos da dialética, problematizando o fazer da incubadora, igualmente problematizamos nossa intenção de representar nossas compreensões e apreensões na pesquisa na forma de conhecimento sistematizado. Nesse sentido, ao estudar o processo de incubação desenvolvido pela incubadora, desconstruindo-o teoricamente como processo de formação, passamos a

---

<sup>2</sup>Ver RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. [Colaboradores: José Augusto de Souza Peres ... (et al.)], São Paulo: Atlas, 1999, p. 90-103.

compreendê-lo, e demonstrar teoricamente, quais ações remetem a categorias analíticas em conformidade com os fundamentos da Educação Popular.

Isso porque, sendo a incubação um processo gerador de autonomia dos trabalhadores, necessariamente, no seu desenvolvimento, deve se caracterizar práticas de emancipação social e política dos trabalhadores, a partir do desenvolvimento de atividades no campo da Economia Solidária em relação às vivências no campo da economia de mercado.

Para tanto, valemo-nos das afirmativas de Ward-Schofield (1993 p. 202, In: RICHARDSON, 1999, p. 94):

No coração da aproximação qualitativa está a suposição de que a pesquisa está influenciada pelos atributos individuais do investigador e suas perspectivas. A meta não é produzir um conjunto unificado de resultados que outro investigador metuculoso teria produzido, na mesma situação ou estudando os mesmos assuntos. O objetivo é produzir uma descrição coerente e iluminadora de uma situação baseada no estudo consciente e detalhado da situação.

A pesquisa social crítica, com recorte e fundamentada no materialismo dialético enquanto arcabouço de caráter teórico-analítico permite a aplicação do princípio da conexão universal entre objetos de estudos em relação aos fenômenos a que estão vinculados. Queremos afirmar que os processos de incubação de empreendimentos solidários<sup>3</sup> – em particular, os processos desenvolvidos pela Incubes – por se tratar de um fenômeno de caráter educativo a partir do fazer na universidade, requer fundamentos teóricos capazes de dar sustentação acadêmica e credibilidade social.

Assim, a exemplo da educação tradicional, que, intimamente ajustada aos princípios da ideologia liberal, ajusta comportamentos e interesses da classe dominante a criação das incubadoras de empreendimentos solidários e, por conseguinte, suas práticas, estão diretamente relacionadas com os fundamentos e metodologias da Educação Popular, voltadas aos interesses dos trabalhadores e dos movimentos sociais contrários à ordem dominante política e econômica. Sem fundamentos e metodologias que expressem os interesses dos trabalhadores, as

---

<sup>3</sup> Enfatizamos as incubadoras de empreendimentos solidários por existir outras modalidades de incubadoras que desenvolvem processos de incubação, porém, com objetivos e metodologias diferenciadas, a exemplo das incubadoras tecnológicas ou de empresas.

incubadoras com esse recorte, não poriam em prática o princípio da promoção humana, preconizado pela Educação Popular e pela Economia Solidária.

O segundo princípio do método dialético se expressa pelo movimento permanente e do desenvolvimento<sup>4</sup>. Nesta pesquisa, o movimento foi demonstrado nas ações desenvolvidas pela Incubes, a partir da análise do projeto de incubação desenvolvido com jovens na Comunidade São Rafael, na cidade de João Pessoa - PB. A intenção dos jovens em criarem condições de permanência na comunidade combinada com o ideal de desenvolvimento local nos permitiu a aplicação do método.

Por sua vez, tais princípios do método dialético se expressam pelas denominadas *leis do materialismo histórico* (RICHARDSON, op. cit. p. 48). A primeira lei é conhecida como “lei de unidade e luta dos contrários, ligada ao princípio da conexão universal” (Idem). Nesta pesquisa buscamos demonstrar a aplicabilidade desta lei, a partir das contradições intrínsecas ao capitalismo, geradoras de sucessivos processos de exclusão e miséria, fazendo com que os trabalhadores excluídos busquem alternativas de sobrevivência digna, geradores de processos sinérgicos de subsistência digna. Tais produtores, a partir do processo de incubação passaram a desenvolver novas relações entre eles, entre demais membros da comunidade e no mundo do trabalho e da produção.

Entre as atividades derivadas do processo de incubação destacam-se a prestação de diversos serviços: produção de alimentos, desenvolvimento de sistema de crédito local, lastreado pela criação e circulação de moeda alternativa local, desenvolvimento de outro sistema monetário.

Todas essas práticas contrárias à lógica da economia capitalista, a partir do reconhecimento de situações semelhantes em diversos estados e continentes, fazem com que segmentos sociais excluídos de todo o mundo estabeleçam relações e compreendam que vivenciam situações semelhantes. Por isso mesmo, estudos desta natureza podem contribuir na difusão de alternativas, a partir da soma de seus esforços e criatividade dos trabalhadores.

O terceiro princípio da dialética, expresso pela formulação da negação da negação, procura-se demonstrar através da organização do trabalho e produção

---

<sup>4</sup>Cf. RICHARDSON (op. cit., p. 47).

coletiva em oposição à ocupação da mão de obra pela sistemática do emprego. Esse como perspectiva usual de subsistência passa a ser substituído pelas práticas de autogestão, desencadeando processos de reestruturação no mundo do trabalho e, por conseguinte, na organização social, enquanto construção histórica possível.

Dentre as categorias da dialética, neste estudo priorizamos a relação *individual – particular – geral e causa e efeito*. Isto porque, a primeira categoria da relação, o caráter *individual*, se expressa pela opção de estudar o fazer da Incubes enquanto instituição que desenvolve processos de formação denominados de incubação de empreendimentos solidários.

O caráter *particular* do processo de incubação está expresso pelo interesse em saber como são realizadas as ações da formação denominada de incubação e se nesse processo são utilizados fundamentos da Educação Popular. Por sua vez, o aspecto *geral* da relação com o objeto se evidencia na análise do processo de incubação, ao buscarmos saber se tal processo se caracteriza como metodologia da Educação Popular.

As categorias de *causa e efeito* estão explícitas na exposição das contradições do capitalismo, geradoras da exclusão de milhares de trabalhadores. A exclusão da economia formal pelo próprio sistema econômico, faz com que, trabalhadores nesta condição, a fim de assegurarem sua sobrevivência e de seus familiares busquem alternativas de ocupação, a partir do desenvolvimento de ações embasadas por outro sistema de organização da produção, portanto, do trabalho. Muitos desses homens e mulheres adotam os princípios da autogestão como enfrentamento as mazelas geradas pelo capitalismo.

O estudo se pautou pela busca de evidenciação de possíveis contradições entre o discurso e práticas anunciadas, pelos interlocutores da pesquisa. Deste modo, a partir das formulações de Chakhnazárov e Krássine (1985; 84)<sup>5</sup>, buscamos investigar ligações e vinculações possíveis entre os princípios da Ecosol, fundamentos da Educação Popular e a metodologia de incubação, com vistas a compreensão de uma metodologia e pedagogia da autogestão.

Para apreensão das categorias fundantes dessa metodologia *individual – particular – geral e causa – efeito*, utilizamos como técnicas: entrevistas

---

<sup>5</sup> CHAKHNAZÁROV, G. e KRÁSSINE, L. **Fundamentos do Marxismo Lenínico**. Moscou: Progresso.

semiestruturadas, rodas de diálogo, análise documental, técnicas de observação e coleta de dados, visitas técnicas e de estudos, gravação de falas em entrevistas com roteiro temático, observações diretas em assembleias, encontros estaduais e regionais em Fóruns de ECOSOL, eventos de caráter formativos, tais como: feiras, cursos, capacitações e planejamento de ações em economia solidária.

As entrevistas com roteiro temático tiveram por objetivo o não direcionamento ou indução das respostas, possibilitando que os atores entrevistados pudessem estar à vontade para responder às questões com exposições claras sobre compreensões do seu fazer, relacionados aos princípios e fundamentos da ECOSOL e do processo de incubação.

Seguindo os procedimentos acadêmicos, antes de irmos a campo, durante e após as visitas e participações nas atividades acima descritas, foram realizadas consultas a fontes bibliográficas.

As consultas foram em conteúdos que fundamentam a Educação Popular, além dos princípios e diretrizes da economia solidária, a fim de angariar subsídios teóricos, possibilitadores de análise conceitual e crítica do objeto em estudo.

Os procedimentos acima descritos podem ser sintetizados no movimento dialético, a partir de nossas compreensões anteriores ao objeto de estudos, ou seja, que o processo de incubação se constitui em uma metodologia fundamentada na Educação Popular.

A essa compreensão denomino de *antítese*. Isso porque, a metodologia de incubação em empreendimentos de economia solidária precisa de fundamentos que a sustentem, de forma a explicar seus as razões dos procedimentos adotados. Tais procedimentos encontram referência nos constituintes da Educação Popular como teoria que a explica.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, participamos de processos de formação, observando as relações de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que íamos tomando maior conhecimento do fenômeno investigado. A partir da observação articulada com categorias conceituais a exemplo da participação, autonomia e autogestão, fomos afirmando a *tese* de que o processo de incubação de empreendimentos solidários se constitui em uma metodologia da Educação Popular.

Partindo da antítese, formulada a tese para em seguida, procedermos análise do objeto de estudo, foram os fundamentos teóricos que balizaram as características de maior evidência dos princípios e fundamentos da Educação Popular evidenciados pelos mediadores da Economia Solidária no processo de incubação.

Desse modo, foi possível compreender as implicações na atualidade e tendências futuras da incubação como metodologia necessária ao desenvolvimento da economia solidária, num movimento de *síntese*. Ainda que esta síntese não se constitua em proposições de caráter conclusivo. Isso porque, dela, novos campos de estudos e novas compreensões hão de ganhar relevância acadêmica e científica, com vistas a melhor compreensão das implicações da relação metodologia de incubação – educação popular – economia solidária, como projetos alternativos à ordem dominante estabelecida.

O trabalho está estruturado em capítulos assim distribuídos: **Apresentação – Objetivos – Procedimentos teórico-metodológicos.**

**CAPÍTULO I – Contextualização do fenômeno** – apresentação do fenômeno da Economia Solidária, com destaque às motivações que deram origem à criação e ação das incubadoras enquanto objeto deste estudo, anúncio tese e objetivos. Nos procedimentos teórico-metodológicos, apresentamos as etapas e procedimentos da pesquisa, a fim de tornar compreensível as razões porque optamos pela análise dialética e não por outros fundamentos e método de análise. Na contextualização do fenômeno, fizemos breve síntese da relação da economia solidária e da educação popular, buscando demonstrar convergências e categorias utilizadas para elucidação do objeto de estudo, amparados pelos fundamentos da Educação Popular.

**CAPÍTULO II – Economia Solidária – histórico, princípios, fundamentos e princípios:** nesse segundo capítulo, destacamos histórico, diferenças conceituais e características da Economia Solidária, bem como evidenciamos os princípios, fundamentos e disposições que caracterizam um empreendimento em economia solidária. Por se tratar de procedimentos metodológicos de formação, estacamos elementos educativos que neles se fazem presentes, possíveis de relacionar com as

categorias constituintes da Educação Popular que caracterizam a incubação como metodologia desta modalidade de educação.

### **CAPÍTULO III – Educação Popular – constituintes relacionados à Economia**

**Solidária:** esse capítulo aborda e destaca os constituintes que afirmam a Educação popular. Buscamos enfatizar categorias analíticas diferenciadoras da Edupop em relação à educação convencional. Isso porque, muitos mediadores da ECOSOL, formados pelos princípios de uma educação calcada no indivíduo, tendem a reproduzir práticas e posturas decorrentes da formação dominante no processo de mediação, podendo, ainda que em parte, limitar a eficiência da metodologia de incubação e por extensão, o exercício da autogestão nos grupos produtivos, enquanto fundamento e constituinte imperioso à ECOSOL.

### **CAPÍTULO IV – Discussão conceitual dos constituintes da Edupop e Ecosol:**

**relações possíveis** – nesse capítulo procedemos a análises das categorias anunciadas na metodologia, com destaque às relações intrínsecas entre os constituintes da Educação Popular e os da Economia Solidária. O estudo e destaque das categorias de análises e constituintes da Edupop no processo de incubação servirão de base para a afirmação e/ou negação da tese proposta, além de destacarmos constituintes não enunciados na apresentação e na coleta de dados que concorreram para possíveis resultados não esperados no processo de incubação. Também, discutiremos as compreensões dos mediadores da Incubes e dos atores sociais sobre o processo de incubação. Dessas compreensões, procuramos extrair quais fundamentos da Edupop e da Ecosol se relacionam e possam justificar a incubação como uma metodologia da Educação Popular aplicada ao processo de emancipação dos trabalhadores, a partir do fazer coletivo enquanto estratégia de trabalho e renda no enfrentamento da gramática da exclusão posta em prática pelo capitalismo contemporâneo.

**Considerações** – nas considerações elencamos formulações possíveis, a partir dos fundamentos teóricos e metodológicos trabalhados no estudo. Também, comporta considerações plausíveis e pertinentes à explicitação da tese anunciada, de modo que este trabalho possa servir como mais uma contribuição no campo da educação

popular e da economia solidária, enquanto complementares as ações do fazer humano, com vistas à superação das necessidades imediatas individuais e coletivas em evidência no mundo do trabalho na e da sociedade em que vivemos.

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÔMENO

A Economia Solidária enquanto sistema produtivo preconiza a organização do trabalho coletivo, a partir do envolvimento de numerosos segmentos de trabalhadores em diversas cidades, regiões, países e continentes que apresentam em comum as mesmas objetivações, resultantes do sistemático processo de exclusão de milhões de homens e mulheres, jovens e adultos, pela economia de mercado, a partir de dinâmicas e estratégias negadoras de oportunidades e limitadoras da emancipação individual, resumidamente, denominadas de ajuste econômico. Contrariando, assim, a máxima liberal da promoção e liberdade individual.

Os ajustes econômicos preconizados e defendidos pelos liberais, em verdade, seguem fielmente a cartilha e os ditames do liberalismo, em quaisquer de suas manifestações – liberalismo clássico, neoliberalismo –, enquanto conjunto de premissas de natureza política, portanto, de cunho ideológico, defendidas por formulações teóricas no campo político. Lembramos que o ideário liberal começa a ser difundido como teoria política que vai se propagar pelo mundo através das formulações teóricas de John Locke, no século XVII. Na economia, o pensamento liberal preconiza a mínima ação do Estado na vida social e na produção, ênfase na promoção do indivíduo enquanto promotor e garantia de sua ascensão econômica, social e política.

No entanto, no *modus vivendi*, se expressa pela concentração de renda, bens e patrimônio em pequenos grupos empresariais, barganha política, vantagens e isenções de impostos, financiamento estatal de longo prazo a juros baixos, pagamento de baixos salários aos trabalhadores, tornando os estados nacionais reféns das suas exigências, através do financiamento de bancadas políticas, não raras às vezes, por sistêmicas práticas de corrupção engendradas nas esferas do estado e mesmo nas empresas de natureza privada, sob o propagandeado discurso do desenvolvimento econômico. Tais exigências são complementadas pela precarização dos direitos e conquistas trabalhistas nas relações no mundo do trabalho, penalizando trabalhadores e a sociedade em geral, a partir da redução dos investimentos e políticas públicas de interesse da coletividade.

Para Rosana Kirsch (2015),<sup>6</sup> em estudo sobre ações de Ecosol, desenvolvidas pela Organização Não Governamental Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, “a expansão da economia solidária no Rio Grande do Sul tem sido notável nos últimos quinze anos. Entre as motivações indicadoras dessa expansão destacam-se: a crise estrutural e as práticas da economia popular. A primeira, sistêmica no modo de produção capitalista, manifesta e validada pelo discurso economicista do estado; a segunda, como forma, mecanismo e estratégias de resistência às dinâmicas de exploração dos trabalhadores”.

A Economia Solidária enquanto campo do fazer humano se constitui em diversos conjuntos de iniciativas geradas por trabalhadores e trabalhadoras excluídas do sistema produtivo e da distribuição da riqueza, como alternativa às formulações de natureza político, gerenciais e ideológicas dominantes na organização econômica de ampla expansão, notadamente nos últimos três séculos.

Ainda dialogando com as formulações apresentadas por Kirsch (op. cit, p. 02):

A economia solidária é um fenômeno novo, ainda que, em várias épocas seja possível localizar experiências que também eram pautadas por princípios de autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação no trabalho, autos sustentação.

Em concordância com esta premissa, podemos inferir que a adjetivação do “novo”, referenciado pela pesquisadora se manifesta pelo caráter sistêmico das ações de diversas organizações, geradoras de inovações e práticas produtivas de sustentabilidade de parte dos trabalhadores no enfrentamento às sucessivas investidas do capitalismo em todo o mundo com foco na quebra de direitos e conquistas desses, principalmente, a partir do deslocamento dos investimentos do capital produtivo para a crescente lucratividade do denominado capital especulativo. Essa modalidade de capital, geradora de crescentes reduções de postos de trabalho e demissão em massa de trabalhadores, em nome da denominada racionalidade econômica, concentra e induz investimentos, prioritariamente em ações na bolsa de

---

<sup>6</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/ UnB). Extraído do artigo: **As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de umprojeto alternativo.**  
**In:** [www.fbes.org.br/biblioteca22/rosana\\_educacao\\_economia.pdf](http://www.fbes.org.br/biblioteca22/rosana_educacao_economia.pdf) [rosanak@unb.br](mailto:rosanak@unb.br) acessado em 06 de julho de 2015 às 17h 25min. Ver: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. [rosanak@unb.br](mailto:rosanak@unb.br)

valores e títulos da dívida pública dos estados nacionais, retirando-os, desse modo, do denominado capital produtivo.

É importante reconhecer no enfrentamento das denominadas “*crises econômicas*” – que na verdade, se constituem em estratégias de negação do trabalhador pelos capitalistas – a capacidade de resistência e busca de alternativas que a classe trabalhadora, historicamente tem desenvolvido no embate da verdadeira gramática da exclusão<sup>7</sup>.

Igualmente, se faz necessária a compreensão de que somente a perda de postos de trabalho e a falta de oportunidades e reengajamento dos trabalhadores desempregados em novos postos de trabalho assalariado não tem se mostrado capaz de despertar nos homens e mulheres excluídos, em curto prazo, o que na Filosofia e nas Ciências Sociais denomina-se de consciência crítica<sup>8</sup>, expressa pelo que compreendemos neste trabalho como o necessário engajamento dos trabalhadores excluídos nas iniciativas de cooperação autogestionárias enquanto ação corporativa, conseqüentemente, de classe.

Embora, a noção de consciência crítica não tenha consolidado sua compreensão no campo das ciências sociais, ensejando muitas controvérsias, principalmente, no campo da educação, considero importante incorporar as aproximações existentes nesse espectro de análise a que se propõe este trabalho.

Inicialmente, o a noção consciência crítica remete à compreensão um tanto simplista da fusão do termo ciência na concepção dominante, sobretudo no meio acadêmico, com o prefixo *com*. Pois bem, então a expressão ciência tem origem no latim: – *scientia*, expressando o conceito de *conhecimento*. Acrescentando-se o prefixo “*com*” a expressão *scientia*, *tem-se grafado a expressão **consciência***, como

---

<sup>7</sup> Por **gramática da exclusão** compreendemos o conjunto de artifícios engendrados pelo capital, influenciadores de políticas na esfera do Estado, capaz de prescrever regras – muitas vezes transformadas em Leis, normas e procedimentos na economia. Para tanto, tais normas reúnem e ditam procedimentos na esfera econômica de modo a retirar e/ou limitar direitos e oportunidades de vida digna ao cidadão comum. Nesse sentido, qualquer variação do desvio padrão de tais normas é considerada erro de ação, tanto de parte do estado como das empresas. A gramática da exclusão tem como referência as mais rígidas inflexões teóricas dos economistas liberais. Nesse sentido, qualquer proposição divergente no campo econômico é considerada, a exemplo das normas da gramática clássica que trata da Língua escrita, desvio da norma.

<sup>8</sup> Cf: MAGALHÃES, Josiane. O que é consciência crítica. In: **A formação da consciência crítica e o ensino de ciências – UEM** <[http://www.urutagua.uem.br//04edu\\_mg.htm](http://www.urutagua.uem.br//04edu_mg.htm)>. Ano I – n. 04 – maio de 2002 – Quadrimestral – Maringá – PR – Brasil – ISSN 1519.6178. Acessado em: 14. 05.2015 às 10h 22min.; Ver também: REIS, Wallace de Oliveira. **Consciência crítica e filosófica**. In: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAelS8AC/consciencia-critica-filosofica>. Acessado em 26 de novembro de 2016. 15h 43min.

sinônimo de **ciência** com **conhecimento** ou **ciência do conhecimento**. Consciência como construto carrega e comporta diversos sentidos semânticos. Conhecimento de algo ou de alguma coisa. Quando se tem domínio sobre o que se conhece, estabelecendo relações entre o conhecido e sua própria existência, pode-se afirmar a **consciência crítica**, no sentido como queremos afirmar, estabelecendo relação de equilíbrio entre o “eu” e o “mundo”.

Compreende-se assim, o sentido dialético da consciência crítica, a partir da complementaridade entre o movimento do ‘eu’ no e com o mundo na construção e reconstrução do eu e do mundo.

Para lembrar Paulo Freire (2014, p. 173):<sup>9</sup>

[...] ponto chave de uma questão fundamental que tem preocupado a filosofia moderna. Refiro-me ao problema da relação entre o sujeito e objeto, a consciência e a realidade, o pensamento e o ser, a teoria e a prática. Toda tentativa de abordar esta relação, que se baseia na dualidade sujeito-objeto e na negação da sua unidade dialética, não conseguirá explicar satisfatoriamente esta relação. Ao destruir a unidade dialética sujeito-objeto, a visão dualista implica a negação tanto da objetividade – subentendendo-a ao poder de uma consciência caprichosa – como, também, da realidade da consciência que é – então, transformada em mera cópia da objetividade. Na primeira hipótese, temos o erro subjetivista, a expressão de um idealismo antidialético e pré-hegeliano. Na segunda, o erro mecanicista, igualmente antidialético.

Ainda completa Freire (Idem):

Na verdade, a consciência não é só uma cópia do “real”, da mesma forma que o “real” não é uma construção caprichosa da consciência. Somente através da compreensão da unidade dialética é possível encontrar correspondência entre a subjetividade e a objetividade e escapar, assim, ao erro subjetivista e ao erro mecanicista. Portanto, deve-se levar em conta o papel da consciência ou do “ser consciente” na transformação da realidade.

Ao referenciar a necessidade da correspondência entre a subjetividade e a objetividade, Freire deixa implícito e traz à reflexão a questão da alteridade. Ou seja, a relação consciente da relação de cada um com o outro, com vistas à superação do *status quo*. Ou seja, especificamente no caso dos trabalhadores excluídos, a

---

<sup>9</sup> Cf. FREIRE, Paulo. In: TORRES NOVOA, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa** – uma leitura crítica de Paulo Freire. [Tradução: Mônica Mattar Oliva]. São Paulo: Loyola, 2014, p. 173-174.

superação da condição de subalternidade a que estão submetidos, proporcionalmente, ao tempo em que os trabalhadores ganham consciência de si, enquanto classe, a partir da consciência do outro em condição de igualdade ou da diferença existente entre ambos.

No campo da psicologia, tal conhecimento assenta-se primeiro na consciência da existência do próprio “eu”. Conhecimento de que o “eu” existe, a partir do reconhecimento de que o “eu” está em relação com outrem, a partir do reconhecimento da sua própria existência.

Nesse sentido, para Vygotsky (2001), a consciência estaria diretamente relacionada com a indissociabilidade entre a constituição do pensamento e a verbalização desses pensamentos pelos indivíduos. Isto quer dizer que no mundo do trabalho, o trabalhador reconhece sua situação de explorado a partir do diálogo e reflexão sobre sua condição e a dos seus pares. A consciência crítica por essa vertente se evidenciaria na reflexão e expressão da palavra e do pensamento verbalizados.

Por sua vez, para Berger e Luckmann (1985), chega-se à compreensão da consciência a partir do uso da linguagem como mediadora da realidade. Desse modo, refletindo e utilizando a linguagem como ferramenta para a reflexão, se pode conhecer e julgar a própria realidade. Para tanto, a tomada de consciência ainda requer a compreensão do ambiente como fator gerador das objetivações e interações entre o ser consciente, através do movimento histórico. Tal movimento exige adaptações, considerando as condições de vida em que se vive. A adaptação é uma das características inerentes ao ser humano. Por isso mesmo, somente o processo de socialização se mostra capaz de gerar situações de conformação e ou de transformação da realidade de acordo com os interesses e subjetividades vividas, tais como interesses e diversidade econômica, contexto social e político. Para Magalhães (2015), acima referenciada, tais relações podem produzir ou reproduzir relações de dominação, exclusão, subalternidade, autonomia, etc.

Nesse sentido, para Magalhães (op. cit., p. 03), a consciência seria definida, “a partir de certa objetivação de valores na sociedade (ou uma parte dominante dessa sociedade), como generalizações geradas na sociedade. Por sua vez, consciência crítica se estabeleceria, a partir do esforço individual de transcender esses valores e ampliá-los”.

Por derivar muitas compreensões e não apresentar consensos sobre os sentidos que geram. Uma questão importante a se fazer é como se construir ou como se chegar à consciência crítica?

Na tentativa de resposta a essa questão, Caldarti (2000, p. 16), ao refletir sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST como ator social, nos apresenta-o como indicativo de constituição da consciência crítica, indicando que a forma de organização do movimento se constitui em uma “pedagogia” formadora de homens e mulheres conscientes, a partir da reflexão coletiva na produção e na organização social:

Trata-se de uma pedagogia que tem como sujeito educador principal o MST, que educa os sem-terra, enraizando-os em uma coletividade forte, e pondo-os em movimento na luta pela sua própria humanidade. Nesta dialética entre raiz, movimento e projeto, é possível ler algumas importantes lições de pedagogia (ALDARTI, 2000, p. 16).

Destacam-se nas premissas acima importantes categorias estimuladoras do despertar da consciência crítica, a exemplo de: educação processual, ação coletiva, humanidade nas relações, movimento e existência de um projeto de mudanças do *status quo*. Pode-se então inferir que a pedagogia geradora da consciência crítica requer conhecimento sobre a realidade, relação do conhecimento pré-existente e com os adquiridos nas relações no movimento de construção de um projeto que possa gerar mudanças na condição de exclusão em que vivem os trabalhadores, frente à ordem que os oprime, a partir da reflexão sobre a realidade e dos discursos que propagam em nome da mesma, emanados pelos dirigentes do poder econômico dominante. Desse modo, possibilitando aos trabalhadores em situação de exclusão compreender as razões da sua própria condição, gerando disposições para superação das suas mazelas.

Nessa perspectiva, Paulo Freire, ao apresentar as propostas sobre a Educação como Prática de Liberdade (2011, 2003, 2001, 1978), sintetiza a relação homem/mundo ainda de forma inacabada. Por isso, há uma necessidade ontológica de, como humanos, sermos mais. A busca por esse ser mais nos impele a ir transformando nossa realidade. A ação de transformação da realidade gera processos de transformação de nós mesmos. Damo e Cruz (2011), afirmam:

Por isso é que Paulo Freire diz que será pelo aprofundamento de uma consciência crítica que nos conscientizaremos da realidade, sendo capazes de transformá-la, pois a consequência da conscientização é o compromisso dos seres humanos com o mundo, já que criticamente conscientes de nossa realidade de opressão, seremos capazes de realizar uma ação que vise sua superação.

Para tanto, complementam Damo e Cruz (op. cit.):

É assim que compreendemos a conscientização de Freire no mesmo sentido da 11<sup>a</sup> tese sobre Feuerbach: não se trata apenas de conhecer o mundo, de poder descrevê-lo, de conhecer as leis gerais de seu funcionamento e o modo particular como cada fenômeno opera na totalidade da realidade objetiva, mas sim, trata-se de conhecer o mundo para, de acordo com um interesse de classe particular – o interesse da classe trabalhadora – poder modificá-lo.

A partir leitura das premissas acima, torna-se evidente que a falta de consciência ou o não engajamento de tais trabalhadores, excluídos em processos de mudanças da condição de exclusão em que vivem parcialmente, podem ser explicados por desconhecimento dos princípios, valores, vantagens e proteção que o trabalhador pode auferir se integrado a um coletivo de produção ou em projetos de natureza revolucionária, a exemplo do que se pratica na Economia Solidária.

De outra monta, apoiado nas formulações sobre *habitus* de Pierre Bourdieu (1977; 2001),<sup>10</sup> o condicionamento de ser menos que historicamente se impôs à classe trabalhadora, pode-se encontrar explicação sobre as razões pelas quais o

---

<sup>10</sup> Cf: BORDIEU, Pierre; BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. [tradução: Fernando Tomaz – Português de Portugal]. 4. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001. 322p. Ver também: BOURDIEU, P. *Uma classe Objeto*. In: ROMANO, J. O. CPDA / UFRRJ. (Original: BOURDIEU, P. “**Une Classe Object**”. *Actes de la Recherche*, nov. 1977, p. 2–5, tradução parcial: parte das notas não está traduzida. Com base em Bourdieu, podemos afirmar que o *habitus* como categoria de análise neste estudo ajuda a compreensão das disposições que caracterizam o ator excluído. Ou seja, o *habitus*, formado a partir do resultado das condições objetivas e subjetivas que integram a vida do ator social. Neste sentido, ganha dimensão afetiva interior – subjetivo – refletido por aspirações, gostos etc e, a dimensão exterior – objetivo – expressas pelas situações do quotidiano. Ambas vão estruturando seu campo de ação e disputas. A primeira noção explicitaria a formação do ator, a partir das forças e bens simbólicos por ele adquiridos ou que lhes fora colocado à disposição e, incorporados e assimiladas no seu meio, enquanto espaço de ação mais próximo, a família, bairro, cidade etc. Com essa dedução, pode-se inferir que o ator não teria consciência de seu agir diante de determinadas situações, ou seja, o ator exteriorizaria algo que lhe é familiar, sobre o qual possui certo domínio, sem, no entanto, ter domínio crítico de seu ato. A segunda noção, a exteriorização dos atos, explicitaria as influências externas, face estarem situadas num espaço distribuído desigualmente. Esta distribuição estaria diretamente relacionada com o grau ou nível de influência que o ator possui nas relações entre os grupos socialmente constituídos, denominados na concepção bourdiana de capital social. O *habitus* no seu aspecto objetivo pode ser compreendido, como espaço onde os conflitos acontecem. Enquanto no aspecto subjetivo, estaria a responsabilidade pela percepção desses conflitos, mediados por um sistema de avaliação e classificação de valores do e pelo ator social.

trabalhador simples não consegue superar e nem se organizar para superação da sua condição de subalternidade.

Historicamente, o trabalhador comum foi escolarizado, formado e acostumado à compreensão de que seu esforço teria como finalidade a prestação de serviços a outrem em troca de alguma recompensa, salário, direito a cultivo para alimentação e outras formas de cooptação e anulação da crítica sobre a realidade.

Desde o advento da modernidade a forma de condicionamento, sobretudo, pela via formal de profissionalização; a escolarização, principalmente a direcionada à profissionalização, vinculou-se ao recurso do assalariamento. Entre os fatores constitutivos desse *habitus*, está o que Altusser<sup>11</sup> denomina de aparelhos ideológicos de estado - perpassando pela família, comunidade, religião, escola - como instituições conformadoras, como tal, ajustadoras de condutas e comportamentos de acordo e em sintonia com a ordem dominante, influentes em quaisquer dessas instituições.

Romper com as disposições que formam o trabalhador, a partir das dinâmicas emanadas por parte dos detentores do capital ao longo dos 300 anos de hegemonia da economia sob o domínio da ideologia liberal, forçando ora direta, ora subjetivamente o trabalhador dispor sua criatividade e força de trabalho aos interesses dos donos do poder econômico, exige significativas mudanças na compreensão das razões geradoras da exclusão, bem como, mudanças de comportamento frente à realidade, com vistas a encontrar estratégias de enfrentamento e superação das adversidades enfrentadas.

As necessárias mudanças de comportamento na postura e capacidade crítica do trabalhador, capazes de estimular a leitura e compreensão da sua realidade, de modo a possibilitar que reconheça sua condição de dependência e exploração, exigem mais que somente sua capacidade criativa e motivadora. Requerem parcerias no sentido de apresentar-lhe inovações de caráter organizacional, técnico, administrativo, modalidades outras de trabalho, a exemplo do trabalho associado e/ou cooperativo, passando pela organização singular de grupos de trabalho, produção, integração em redes de produção, circulação e consumo de mercadorias, bens e serviços, grupos de trocas, feiras, bancos comunitários, entre outras tantas.

---

<sup>11</sup> Cf. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

As formas que hoje são consideradas alternativas ao modo de produção capitalista, na verdade são experiências vivenciadas em outros momentos na história, que em momentos de crise do capital ganham maior reconhecimento e são retomadas como alternativas. O importante a destacar é que essas formas de organização coletiva do trabalho a cada retomada vão ampliando e aprimorando seus princípios, em sintonia com o tempo em que são experienciadas.

Nesse processo de desenvolvimento e reelaboração, igualmente vão sendo gestadas estratégias, metodologias de formação e assessoria técnica, a exemplo da organização do pensamento trabalhista em rede, fóruns de discussões, mapeamento e apresentação de experiências afins em diversos continentes, as quais, os estados, dominados por interesses econômicos dominantes, via de regra contrários aos interesses dos trabalhadores, em quaisquer das suas esferas administrativas, a exemplo do que vivenciamos na atualidade no País, não estão dispostos a oferecer enquanto ação de política pública, enquanto estratégia de superação da condição de exclusão social.

É no contexto ou na lacuna existente entre a perda do posto de trabalho, do poder aquisitivo e, por conseguinte, a experiência da exclusão, condicionadas pela precarização das relações de trabalho na economia de mercado que os trabalhadores vêm arquitetando a reengenharia da sobrevivência digna. Para tanto, além das suas próprias criações, os trabalhadores, sobretudo os excluídos, buscam parcerias e mediações operadas por diversas instituições da sociedade civil, a exemplo das organizações não governamentais – ONG's, igrejas, grupos assistenciais, filantrópicos, além de instituições governamentais de caráter socioeducativo, a exemplo das universidades, institutos e centros de pesquisas para superação da condição subalterna a que vêm sendo destinados.

As parcerias contribuem com os trabalhadores com a prestação de serviços de formação teórica e técnica, assessoria, assistência técnica e orientação jurídica aos trabalhadores com vistas: primeiro, à superação das mazelas da exclusão; segundo, formação dos trabalhadores e, por extensão, fomento de iniciativas à organização de sistemas produtivos alternativos à economia de mercado, a qual domina as relações e meios de produção, influencia e, quando não coopta as esferas e instâncias administrativas e gestoras do Estado.

É no campo da pesquisa, formação, capacitação e planejamento de novas iniciativas e arranjos produtivos que entram em cena pela via institucional as incubadoras de empreendimentos solidários, como organismos que por dentro da esfera do estado ou, a partir de recursos por ele disponibilizados, prestam assessoria e formação aos trabalhadores excluídos, principalmente após o advento do Fórum Social Mundial.<sup>12</sup>

Muitas dessas ações, especificamente na esfera das universidades, são postas em prática em forma de projetos de extensão universitária, gerando dinâmicas que aproximam a universidade da realidade. Aos coordenadores de projetos são facultadas oportunidades de pesquisa de campo que ajustam o processo de ensino. Aos alunos, a metodologia de projetos aproxima o conhecimento teórico com sua face prática, favorecendo o processo de aprendizagem e reflexão crítica à formação profissional. Por sua vez, a sociedade se beneficia das ações do projeto, por possibilitar aprendizados capazes de gerar reflexões sobre a realidade vivida, despertando interesse pela mudança, primeiro do ator social, depois da comunidade e meio onde vive.

Todo processo de formação exige fundamentos e metodologia que assegure eficiência na afirmação dos princípios e valores que se queira afirmar. Por se tratar de um projeto alternativo ao modo de produção dominante, a formação decorrente das ações desenvolvidas pela Ecosol não foge a essa diretriz. Sendo assim, o sistema tradicional de ensino, tal qual, vem sendo utilizado na formação dos trabalhadores não atende às formulações fundamentos da Ecosol, principalmente, a

---

<sup>12</sup> O Fórum Social Mundial - FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM.

O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização.

O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais. Leia o texto de Francisco Whitaker e veja mais detalhes sobre a origem do FSM. Retirado do site: [http://forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=19&cd\\_language=1](http://forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1) em 30.03.2015 às 11h e 10min.

escola e processos de formação de trabalhadores orientados por formatos balizados pela ideologia liberal.

Em função dessas características, os fundamentos e metodologias utilizadas por muitas instituições de ensino do estado ou por muitas outras da iniciativa privada, por ele autorizadas, a exemplo do sistema “S”,<sup>13</sup> na formação e capacitação dos trabalhadores excluídos não atendem satisfatoriamente aos interesses da classe trabalhadora. Isto porque, quando atuam e desenvolvem ações direcionadas aos trabalhadores, tais procedimentos não respeitam seus interesses, desenvolvendo atividades de ajustamento desses aos interesses e dinâmicas do capital, contrariando e desrespeitando saberes e aspirações dos trabalhadores na elaboração de ações de caráter pedagógico, capaz de construir e fomentar sistemas alternativos ao modo de produção que os excluiu.

Partindo-se do pressuposto que cada sistema econômico cria condições para reprodução da sua sistemática e interesses, a Ecosol se encontra com a Educação Popular na ancoragem política, ética e teórica, com o objetivo de promoção do humano, sobretudo, do humano menos humanizado. Isso porque, a Educação Popular apresenta entre suas principais características a busca de rompimento com sistemas de opressão do homem em sua mais ampla expressão e sentido.

Também por esse sentido, a Educação Popular, difere da educação tradicional por apresentar princípios teóricos e metodologias que reconhecem e atendem interesses da classe trabalhadora. Classe esta que historicamente sempre foi relegada ao ostracismo econômico e político, a partir da desconsideração dos seus saberes e interesses, majoritariamente formada por homens e mulheres despossuídos dos meios de produção, por conseguinte, também de influência política, utilizando como ferramenta e estratégia de sobrevivência, somente a criatividade e sua própria força de trabalho.

Rosas e Melo Neto (2008, p. 15), afirmam a Educação Popular:

---

<sup>13</sup> Sistema S é a denominação dada as escolas criadas em nome de preparação em forma de capacitação de trabalhadores para atendimento imediato da mão-de-obra da indústria, comércio, cooperativas de natureza empresarial, transporte financiadas com aporte de verbas do governo federal, principalmente com recurso oriundos do fundo de amparo ao trabalhador – FATE, com o mínimo de contrapartida do sistema empresarial. As escolas mais conhecidas deste sistema no Brasil são: SENAI e SESC. Tais sistemas, além de capacitação técnica, também oferecem serviços e opções de lazer aos seus integrantes, tornando-os atrativo, principalmente entre os segmentos empobrecidos na faixa economicamente produtiva.

[...] como uma possibilidade educativa veiculada e incentivada tanto pelo Estado como por setores da sociedade civil – sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais, igrejas e outras instituições. Tem despertado maior interesse como ferramenta de luta, a partir do século passado, na organização de setores das classes trabalhadoras. [...] (ROSAS & MELO NETO, 2008, p. 15).

Os autores afirmam ainda que a Educação Popular passou:

[...] durante as quatro últimas décadas, quando passou a absorver as mais diferenciadas experiências educativas nas Américas, na África e outros continentes, com metodologias, linguagens, visões políticas, técnicas didáticas, mecanismos avaliativos próprios e presentes nos distintos movimentos sociais revolucionários do século passado. [...] assumiu-se como sendo a forma de educação possível aos setores sociais como indígenas, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, moradores de periferias das cidades e outros setores marginalizados das políticas públicas (ROSAS & MELO NETO, 2008, p. 15).

Essas premissas anunciam a educação popular como estratégia de luta e de organização sociopolítica capaz de atender aos interesses de homens e mulheres excluídas no processo de construção de novas perspectivas de vida e trabalho para além dos ditames da econômica de mercado adotados pela maioria dos economistas e gestores públicos, pautados nas formulações do pacto econômico conhecido como Consenso de Washington.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>Cf: Rodolfo Alves Pena. In: <http://www.brasilecola.com/geografia/consenso-washington.htm> 19.07.2015 . O **Consenso de Washington** ficou popularmente reconhecido como o encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, promovido pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*”. O Consenso de Washington recebeu esse nome do economista John Williamson em função de sua ampla aceitação pelos países da América Latina. O encontro teve por objetivo difundir recomendações ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. O objetivo dessa reunião, segundo o próprio John Williamson, era o de “acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda”, a partir da adoção das premissas consideradas básicas: a) Disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; b) Reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos; c) Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; d) Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro; e) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Apesar de o Brasil ter sido um dos poucos países que não aceitaram de imediato essas medidas, foi um dos que mais rapidamente as aplicou, com o seu ápice ao longo da década de 1990, a partir da implantação da política de privatizações, em que empresas estatais dos ramos de energia, telecomunicações, da mineração e outros foram transferidas para a iniciativa privada.

Em conformidade com os princípios da Educação Popular, João Francisco de Souza (1998, p. 114-15),<sup>15</sup> ao se referir aos Documentos-Base derivados da IV Assembleia Geral do CEAAL e o IV Encontro Latino-Americano de Educadores Populares afirma que o Documento-Base desses eventos identifica como tarefa dos educadores populares e, por extensão da Educação Popular:

[...] o envolvimento na construção das bases de um pensamento crítico-hermenêutico-transformador e sua ação para efetivar os conteúdos de esperança que ainda se encontram nas populações latino-americanas, bem como o engajamento na transformação da solidariedade e da equidade em valores que cheguem a ser predominantes na economia, na política, contribuindo para que o desenvolvimento se reorienta em função dos direitos econômicos, sociais e políticos enquanto fundamentos da democracia.

Souza ainda complementa a argumentação, afirmando que:

A refundamentação da EP se impôs, desde o seu começo, esta tarefa e devemos avaliar como estamos contribuindo em cada país para o fortalecimento de alternativas justas e viáveis nas atuais condições que estamos vivendo. Para vários, esta dimensão da conjuntura implica para a Educação Popular trabalhar na construção de novas maneiras de fazer política, de pensar e fazer a democracia, bem como de imaginar estratégias de desenvolvimento justas e humanas (SOUZA, 1988, p. 15. *In: CEAAL – Construendo poder, creando futuro: educación popular para uma cultura democrática y solidaria em América Latina. Documento de Trabajo*. Santiago de Chile: Secretaria General, 1996).

Nesse sentido, a criação das incubadoras e o trabalho desenvolvido por estas entidades se ajustam e atendem às orientações do CEAAL e afirmam os princípios da Educação Popular na inovação do fazer institucional.

Para Kirsch (2007, p. 6), a prática da incubação é caracterizada como “processo educativo que se fundamenta em práticas de reciprocidade ...”.<sup>16</sup> Ou seja, o processo de formação para trabalhadores deve considerar o saber, o querer e as

---

<sup>15</sup>Cf: SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. *In: COSTA, Marisa Vorraber*. (Org). **Educação Popular hoje** – variações sobre o tema. São Paulo. Edições Loyola, 1998, pp. 11 -37. Ao se referir aos Documentos-Base derivado da IV Assembleia Geral do CEAAL e o IV Encontro Latino-Americano de Educadores Populares

<sup>16</sup> Cf: Rosana Kirsch em **Incubação de empreendimentos da economia solidária e as implicações das relações de reciprocidade**. Tese de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília – DF, maio de 2007.

perspectivas dos produtores sociais. Implica dizer que as agências mediadoras e assessorias devem desenvolver suas ações com a participação direta desses atores e, com eles, construir alternativas de produção e inclusão social, a partir de seus saberes, experiências e, principalmente, projeção do futuro desejado, considerando as objetivações conjunturais em vigência.

As iniciativas de caráter alternativo, contrárias à lógica dominante, geradas por trabalhadores/as, implicam na mobilização e geração de esforços capazes de despertar e estimular homens e mulheres excluídos a desenvolver suas capacidades e habilidades criativas e organizacionais. Desse modo, geradoras de reconhecimento e autoconhecimento das suas capacidades, também por seus pares, enquanto produtores de saberes e agentes do seu fazer,<sup>17</sup> protagonizando o futuro, outrora pensado por outros.

De parte das universidades, com vistas a manter atualizada a necessária afinidade e complementaridade entre o discurso resultante de pesquisas e teorias formuladas por seus entes, foram sendo desenvolvidas práticas de assessoria as iniciativas de caráter popular, a partir da extensão universitária. Tais iniciativas têm como objetivo socializar o conhecimento acadêmico com a sociedade ampliada, mesclando o conhecimento científico com o saber popular, gerando o que se convencionou chamar de tecnologias sociais.

Para Culti (texto s/d, para publicação na Revista da FASE, etapa prelo):<sup>18</sup>

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais. [...] Desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar

---

<sup>17</sup>Compreendendo tanto a capacidade de reprodução de suas próprias forças de trabalho, bem como, e por extensão, condições de produção, reprodução e suas respectivas capacidade de consumo.

<sup>18</sup> Cf: em <http://www.uel.br/projetos/intes/artigo/biblioteca/.php> Acessado em 27.07.2015.

empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável.

Ainda sobre o fazer das incubadoras, um dos produtores sociais entrevistados na pesquisa, reportando-se sobre sua experiência como integrante de um grupo de produção e como dirigente da incubadora, afirma:

Eu, pelo menos acho extremamente importante. Muitos grupos começam, a partir de uma parte estrutural, física. No caso da incubação há formação, compreensão do que seja a ECOSOL, Educação Popular, Movimentos Sociais; toda uma formação teórica, política e tal. Foi este processo de incubação que ajudou para que hoje, a gente pudesse ter as pessoas - várias não estão participando do grupo atualmente, mas estão inseridas em outros espaços, a partir dessa experiência -, no processo, antes de preparação, de discussão do que é que poderia ser implantado no local e, depois, o acompanhamento desse grupo e tal, até a implementação da ação que foi escolher e definir o tema para atuar e, depois, acompanhamento mesmo do grupo. Então, este processo de incubação é extremamente importante pros grupos, porque extrapola essa parte só de compra de material e questões físicas; mas, passa, também pela formação. É essa capacitação teórica, metodológica, dos processos [...]. Esse processo é fundamental para que os grupos se mantenham com a saída das incubadoras, com a saída das instituições de assessoria, com a saída do governo. Então, esse processo é fundamental para que as pessoas estejam mais centradas no que estão fazendo e com embasamento teórico disso.

Destaca-se nos argumentos acima, aproximações com formulações de Paulo Freire (2014, p. 25. In: TORRES NOVOA), ao defender uma educação que pudesse proporcionar a passagem da “transitividade ingênua à transitividade crítica, ampliando e alargando a capacidade de captar os desafios do tempo...”. Essas afirmativas são verdadeiras proposições e estratégias de superação da condição de aceitação das objetivações impostas ao homem comum, com vistas à transformação da sua condição de dependência ou subalternidade para assumir, conscientemente, a defesa dos seus interesses, gerando, portanto, processos de autonomização do seu querer.

## 1.1 INCUBES: ORIGEM, TRAJETÓRIA E ATUALIDADE

A Incubadora de Empreendimentos Solidários Popular – Incubes, tem origem como grupo de trabalho multidisciplinar interno a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, diretamente vinculado à Coordenação de Programas de Ação Comunitária – COPAC –, instância da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC/ UFPB – Campus I, João Pessoa, Paraíba. Esse grupo de trabalho fora formado a partir da junção de esforços de pesquisadores no campo do trabalho em diversas universidades brasileiras, filiados a Rede de Incubadoras Populares, coordenadas pela Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, que teve seu estatuto aprovado no dia 10 de outubro de 2007.

A rede nacional de incubadoras coordenadas pela Unitrabalho atua no apoio à luta dos trabalhadores “por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social”.<sup>19</sup>

Os grupos de trabalho e pesquisa no campo do trabalho nas universidades foram estimulados pelo Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC, no final da década de 1990 do século XX para incentivo, criação e fomento a novas incubadoras.

O PRONINC tem como objetivos: a) apoio técnico e financeiro para propostas de manutenção e implantação de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários; b) geração de trabalho e renda, através da incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, dentro dos princípios de autonomia que possam influenciar transformações mais amplas; c) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação de EES's.

Segundo dados do Termo de Referência de Avaliação Externa do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC, esse programa:

Foi criado em 1998 para incentivar a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nas Universidades, como atividades de extensão. A iniciativa contou com o apoio inicial do

---

<sup>19</sup>Cf: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article3>. Acessado em 27.07.2015.

Banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil (FBB), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Comitê de Entidades Públicas (COEP). Naquele período, o apoio material do Proninc às primeiras incubadoras foi vital para a formação duma cultura de economia solidária no âmbito da universidade brasileira. (Brasília, 03 de novembro de 2008, p. 2-3).

Com o avanço dos estudos do GT de trabalho da UFPB, aderindo às linhas de ação da Unitrabalho: *Educação e Trabalho; Relações de Trabalho, Emprego e Economia solidária; e Desenvolvimento Sustentável*, a INCUBES foi fundada em 11 de Setembro do ano de 2001, através de aprovação do projeto financiado pelo Proninc, a partir da assessoria, formação e capacitação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal Rural de Pernambuco – INCUBACOOOP/UFRPE, com a seguinte denominação, pelo regimento interno<sup>20</sup>:

Art. 1º – A Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES – é um programa da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, subordinado diretamente à Coordenação de Programas de Ação Comunitária – COPAC –, órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC –, da UFPB –, no Campus I, João Pessoa, Paraíba.

Apresentado entre os seus objetivos:

Art. 2º – A INCUBES tem como objetivo precípua promover e fomentar a economia popular solidária em áreas urbanas e rurais, dentro de uma perspectiva autogestionária.

§ 1º – A especificação dos objetivos da INCUBES referida no caput do presente artigo se encontra no documento “Proposta de Instalação do Programa de Incubação de Cooperativas e Associações Populares pela UFPB”, de 24 de agosto de 2001, especialmente na sua “Parte 2 – Propósitos”, fls 8 a 10.

§ 2º – A INCUBES, como programa de extensão universitária, tem como uma de suas atividades o desenvolvimento da pesquisa e do ensino da economia solidária.

Segundo dados coletados na pesquisa, a Incubes iniciou suas atividades como programa de extensão universitária, assessorando e incentivando grupos de produção e trabalho coletivos na produção de bens de consumo, artesanato e serviços, nas áreas de costura, alimentação, panificação, produtos de limpeza,

---

<sup>20</sup>Vide íntegra no anexo 1.

criação de pequenos animais, desenvolvimento de piscicultura, prestação de serviços diversos e assessoria à formação de associações e cooperativas.

Inicialmente, as ações da Incubes foram desenvolvidas em dois núcleos, um no Campus I – João Pessoa, sede da incubadora e, um núcleo sediado no Campus de Bananeiras. Com o desenvolvimento das atividades, crescimento e ampliação das demandas, o núcleo II foi emancipado, com a criação de nova incubadora – Incultes, com sede no Campus de Bananeiras.

O desenvolvimento das atividades, ampliação das demandas e parcerias, seguidas da chegada de novos membros ao quadro técnico da Incubadora, a partir do ano 2011, ocorre reestruturação no planejamento da entidade, passando-se a discussão e ampliação da perspectiva do espectro de ação da entidade, incorporando-se a função de agente parceiro na implementação de políticas públicas, a exemplo do desenvolvimento territorial, a partir da difusão e criação de Bancos Comunitários como ferramenta e estratégia de ação de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva, no ano de 2014, a Incubadora em diálogo com outras iniciativas e projetos internos a UFPB, a exemplo da pesquisa, extensão e cultura somam esforços e juntam ações em comum para criação do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão – NUPLAR.

O núcleo foi aprovado pelo CONSUNI/UFPB para articular a integração das ações da INCUBES, do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR e do Observatório de Políticas Culturais - OBSERVACULT. O NUPLAR é constituído por uma coordenação executiva, conselho técnico científico e secretaria executiva.

Segundo um dos professores que integram a equipe de assessores da Incubes, ex-coordenador e também um dos gestores no NUPLAR, as razões para a criação e incorporação da incubadora ao Núcleo se justificam por:

[...] necessidade de se dar maior musculatura institucional para a incubadora. Desde 2001 a incubadora existe. Tem uma atuação longa, ampla, diversificada com inúmeros grupos, inúmeras comunidades que tiveram a oportunidade de construir experiências com a incubadora. A gente alcançou estágio que poderíamos ter um lugar institucional mais adequado e não virar um programa, não continuar sendo um programa de extensão que dependia muito do sabor do contexto de projetos, de recursos, da sensibilidade do Pró-Reitor para com a Incubadora, para com a economia solidária, etc.

Entre as motivações que levaram à ampliação das atividades da incubadora com vistas ao aumento do espectro de ação é destacado que:

A gente pensou que já tínhamos condições, pela produção acadêmica que tem aqui o Extelar. O Extelar já tinha uma produção acadêmica de teses, dissertações, muito ampla. A incubadora já tinha uma série de projetos desenvolvidos, uma série de projetos de extensão em desenvolvimento, projetos de pesquisa, etc. [...]

Em meio às vantagens e conquistas a serem alcançadas com a criação do núcleo, foram destacadas:

O que é que o núcleo te dá, assim, diferenciando da incubadora? O núcleo te dá condições de ter funcionários, lotados no núcleo; os funcionários vão fazer o processo mais interno – aqui dentro - e, também externo - porque o funcionário pode dirigir veículos, por exemplo, etc. –; pode te dar recursos. Pelo menos a expectativa é que a universidade tenha que manter o núcleo. Já que ela criou, ela tem que ajudar a manter. E, o Núcleo dá condição de fazer ensino e pós-graduação. Então, hoje a gente pode. Vamos começar com o curso de especialização e, depois a ideia é avançar, no futuro para uma proposta de Pós-Graduação em Ecosol, Educação Popular, Desenvolvimento Territorial Sustentável, Desenvolvimento Comunitário. Enfim, neste campo que a gente vem atuando: Cultura, Políticas Culturais - enfim, o que a gente vem trabalhando aqui.

Na avaliação do gestor, a criação do NUPLAR incorporou atividades afins aos diversos projetos desenvolvidos no mesmo programa de extensão, entre outras possibilidades.

Pode-se afirmar que a autonomia enquanto constituinte da Educação Popular, para além do discurso, precisaria ser afirmada no fazer dos projetos, a partir da autonomização gerada pela emancipação desses, subordinados a recursos incertos, à garantia de recursos advindos do orçamento da própria instituição, assegurando, dessa forma, garantia de continuidade das ações programadas.

Então, o Núcleo foi o desdobramento – digamos assim -, do patamar que a incubadora e o Extelar assumiram na universidade. No que era referência em Educação Popular é o Extelar. E, no campo mais de Extensão Popular, a incubadora vinha com um conjunto de experiências bastante significativas. Então, para nós isso foi importante. Acho que isso nos coloca em situação de outro patamar.

É importante destacar que a adesão da Incubes ao Nuplar não elimina as ações de assessoria que caracteriza o fazer da incubadora. Na compreensão desse

mediador, o ingresso da incubadora no Núcleo cria oportunidades para expansão do fazer da Incubes, alicerçada pela dotação orçamentária de modo a assegurar maior autonomia na elaboração e execução de projetos próprios e menos dependente de recursos de projetos demandados de agências financiadoras externas ou de editais.

Segundo Paul Singer (2003, p. 05),<sup>21</sup> um dos maiores estudiosos da economia solidária no Brasil, a ECOSOL é uma possibilidade de:

[...] emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Para tanto, o movimento de Ecosol, junto a parcerias vem desenvolvendo processos formativos, norteados por metodologias apropriadas, capazes de estimular a reflexão crítica dos excluídos/as, ao mesmo tempo em que os estimulam a práticas inovadoras e criativas de organização socioprodutiva.

As mudanças operadas no sistema da economia de mercado, via de regra, geram mais desamparo ou expropriação do trabalhador. O enfrentamento a essa recorrente dinâmica exige ações de organização de caráter formativo processual e contínuo de parte dos trabalhadores.

O desenvolvimento de processos formativos de interesse dos trabalhadores implica na adoção de metodologias que considerem a realidade e problematizem as reais necessidades desses atores, ao mesmo tempo em que, problematizando a realidade, estimulem os atores a refletirem criticamente sobre sua condição, estimulando-os a proporem alternativas viáveis de superação da condição indesejável a que estão submetidos. O auto reconhecimento da condição de excluídos implica na compreensão de que tais trabalhadores não são responsáveis pela condição social em que vivem, muito menos, pela falta de oportunidades de superação do *status quo*.

Muitas vezes, a exclusão de numerosos segmentos sociais é apresentada, justificada e, comumente, até assimilada pelos excluídos como sendo de sua própria responsabilidade ou falta de iniciativa para superá-la. Tal compreensão se afirma, a partir da veiculação e assimilação de premissas oriundas do discurso dominante de

---

<sup>21</sup>Ver Singer (2003: 05).

que os trabalhadores excluídos, em sua maioria, *são de baixa ou nenhuma escolaridade, pouca ou nenhuma experiência profissional, baixo domínio e capacidade técnica, além, da falta de iniciativa*. Tal discurso, muito utilizado e veiculado por formadores de opinião nos veículos de comunicação de massa, através da programação diária, desencadeiam processos de autonegação do trabalhador excluído, fazendo com que esse associe e assimile a responsabilidade por sua condição de subalternidade.

A superação desta condição não se opera pelo próprio excluído. As iniciativas e alternativas de superação e resgate do trabalhador ao mundo da produção, muitas vezes, são apresentadas por parcerias que comungam e desenvolvem práticas objetivas de formação e empoderamento da classe trabalhadora.

Nesse campo, ganham destaque iniciativas de algumas entidades públicas, a exemplo das universidades e institutos de ensino superior como ação e responsabilidade do Estado e da sociedade civil. Quando de parte do estado, tais instituições utilizam a estrutura de projetos para o desenvolvimento de ações de intervenção, apoio e formação continuada dos trabalhadores, com vistas ao conhecimento e compreensão de outras possibilidades e arranjos produtivos dinâmicos, integrados, capazes e promotores da autoestima. Entre os objetivos desses processos e dinâmicas empreendidas está o despertar dos trabalhadores para a necessidade de superação da condição de escória que o sistema dominante necessita e insiste em manter.

Entre as iniciativas de enfrentamento das dinâmicas excludentes desenvolvidas por grande parte de homens e mulheres em idade produtiva que se inserem e buscam por novas formas de organização da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A economia solidária e seus princípios e valores, desde a realização do Fórum Social Mundial – FSM (op. cit.), realizado no Brasil, no período de 25 a 30 de janeiro do ano 2001, na cidade de Porto Alegre, vem se constituindo na mais promissora das alternativas, a partir da organização dos trabalhadores em coletivos de produção e inclusão social.

O FSM teve por objetivo discutir, a partir da compreensão e necessidades dos aliados, assessorias e parcerias dos excluídos às políticas ditadas pelo capital que subvertem os governos dos estados nacionais aos seus interesses presentes e futuros. Nesse sentido, o FSM se constituiu e atua como fórum de contraposição ao

Fórum Econômico Mundial. As premissas do FSM vêm ganhando credibilidade entre os movimentos sociais, estimulando trabalhadores do País e do mundo a novas práticas formativas e arranjos produtivos, pautados pela organização coletiva do trabalho como alternativa e enfrentamento ao corporativismo empresarial.

As práticas desencadeadas pelos princípios acima indicados são apresentadas como alternativas capazes de reconhecer a igualdade de direitos dos cidadãos e a responsabilidade dos estados nacionais em tratar com igualdade e respeito o cidadão em sua particularidade, com o mesmo trato dispensado às grandes corporações empresariais.

Desse modo, estar-se-ia resgatando a dignidade vilipendiada do trabalhador comum, estimulando sua autonomia ao mesmo tempo em que o reposiciona à condição de produtor social. A inclusão pretendida pelo movimento de ECOSOL, para além da produção de modo individual e/ou coletivo de bens, mercadorias e serviços, igualmente, também oportuniza e inclui entre os que têm acesso a consumo de bens culturais (música, teatro, dança, cinema etc.) aqueles que deles somente ouviam falar. Ao valorizar as potencialidades e iniciativas dos produtores sociais, a ECOSOL atua no processo de resgate da identidade do trabalhador, na condição de também produtor.

A busca de superação das objetivações concorrentes para o fenômeno da apartação<sup>22</sup> de homens e mulheres da esfera da economia de mercado cumpre a gramática ditada por modelos pragmáticos geradores e fomentadores da divisão da sociedade em classes já bem explicitada e divulgada no Manifesto do Partido Comunista.<sup>23</sup>

A rejeição da condição de exploração da força de trabalho do homem e da mulher tão somente como mercadoria no mundo da produção, de modo consciente pelo trabalhador em sua individualidade ou pela mobilização dos muitos trabalhadores em diferentes organizações trabalhistas, historicamente, tem gerado a busca por alternativas capazes de superar tal condição. Para tanto, a idealização de estratégias de promoção do bem estar dos trabalhadores tem conseguido avanços, como a conquista da redução da jornada de trabalho.

---

<sup>22</sup>Cf. BUARQUE, C. **A revolução das prioridades**. Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.

<sup>23</sup>Cf. KARL, Marx & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. [Título Original Alemão: **Manifest Der Kommunistischen** – Parte I]. {Tradução: Antonio Carlos Braga}. São Paulo: Escala, Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 71. 2007, 96p.

Também, fazem parte do movimento de resistência estratégias e recursos como greves, organização em entidades de representação dos interesses da classe, como associações, sindicatos e centrais sindicais, buscas de parcerias com organizações nacionais e internacionais que desenvolvem ações de fomento e valorização do trabalhador em coletivos de produção, com vistas à independência dos homens e mulheres explorados do jugo do sistema que os explora e, no pensar de Paulo Freire (1987), oprime.

As dinâmicas de resistência desencadeadas por trabalhadores excluídos dos benefícios oportunizados pelo acúmulo de riqueza, chegaram ao século XX com maior força e visibilidade pública, a partir de movimentos de mobilização social. Queremos afirmar que o enfrentamento às dinâmicas da exclusão, necessariamente passam pelo conhecimento, resgate e valorização de práticas que tiveram como primeiro objetivo a promoção da dimensão humana no mundo do trabalho.

O resgate da centralidade humana no mundo da produção busca priorizar relações e práticas de respeito e proteção aos recursos naturais em oposição ao descaso com esta temática pelo sistema que se tornou economicamente hegemônico. Sistema esse, que traz implícito na sua gênese o caráter expropriador de todos os meios e recursos geradores de bem estar social.

No campo do trabalho, essa premissa se objetiva na máxima exploração da força de trabalho, através da redução dos direitos dos trabalhadores, processos fraudulentos de falência empresarial para não pagamento dos direitos trabalhistas. De forma direta, trabalhadores têm seus direitos desrespeitados, a partir do pagamento de baixos salários, em muitas situações concretas, chegando ao estágio da expropriação, a exemplo de recorrentes flagrantes de trabalho escravo em fazendas de gado no interior do país, trabalho infantil em carvoarias ilegais, além das fabricas clandestinas de diferentes segmentos produtivos, a exemplo da confecção de roupas, sapatos e bijuterias.

Essa dinâmica pode ser bem compreendida a partir de dois vieses. O primeiro, concentração da riqueza por um segmento detentor de grandes somas de dinheiro, cada vez mais restrito, que historicamente se reproduz enquanto detentor do poder econômico e, por conseguinte, do poder político que gera mecanismos de reprodução dos antagonismos entre riqueza X pobreza.

Desse modo, poucos acumulam e se beneficiam dos louros da riqueza e das benesses do poder, em detrimento dos que de fato produzem a riqueza e dela nada usufruem. Desde o advento da modernidade, essa dicotomia vem sendo evidenciada no pagamento de baixos salários aos trabalhadores, os quais vendem sua força de trabalho, na fragilidade das leis e fiscalização do cumprimento dessas por parte do poder estatal constituído, relegando, de forma recorrente péssimas condições de trabalho e falta de amparo legal que lhes assegure dignidade na função que exercem.

O segundo, a concentração da riqueza, também se evidencia na expansão das atividades dos ricos em todos os ramos da economia, através de conglomerados econômicos que ultrapassam fronteiras e culturas, impedindo, desse modo, que outros segmentos, que não o dos já detentores do capital consigam ter acesso e gozo dos benefícios gerados na produção.

Historicamente, por conta da gramática da exclusão, o segmento composto por trabalhadores excluídos, a partir da reprodução de procedimentos usados nas diversas formas de exploração desses, é possível a convergência de interesses dos atores excluídos, em busca de procedimentos que lhes permitam romper com a submissão dos seus interesses e a exploração que os afeta. Há muito, desde a idade média, trabalhadores explorados buscam romper com a exploração a que são submetidos no mundo do trabalho.

Há registros de iniciativas contrárias à expropriação dos trabalhadores desde a quebra das máquinas nas primeiras indústrias, passando pela organização de coletivos trabalhistas, lutas coletivas, organização de entidades representativas de classe, desde as primeiras associações profissionais, até o advento das atuais centrais sindicais.

Na atualidade, as estratégias de enfrentamento manifestas pelos movimentos sociais, gestam-se na emergência de nova ordem nas relações de produção, sobretudo na geração de trabalho e renda, tendo por característica central a autogestão,<sup>24</sup> enquanto caráter alternativo e inovador no mundo da produção, e nas relações sociais, embora a ideia de autogestão não seja produto da atualidade.

---

<sup>24</sup>Por autogestão compreendemos sistemas de organização, produção, distribuição e consumo de produtos, mercadorias, bens materiais e imateriais, além de serviços entre organizações, coletivos de produtores sociais, produtores e consumidores individuais, mediados por interesses afins, contrários à economia de mercado. A

Esta proposição que se estrutura a partir dos interesses e ações dos trabalhadores, organizados em coletivos autogestionários de produção ou de prestação de serviços, expressando novas relações no mundo produção, compreendemos como Economia Solidária.

Por sua vez, aos processos e dinâmicas de mobilização, estímulo e integração de atores sócio e economicamente excluídos da economia de mercado no movimento de economia solidária, são perceptíveis processos contínuos de formação e aprendizagem com ênfase em dinâmicas do fazer coletivo. Tais processos evidenciam disposições de caráter democrático, não impositivo, não indutivo ou coercitivo, à adesão, contrariamente aos processos de exclusão, característicos do sistema da economia de mercado, que impõe exigências aos atores sociais para ingressarem em suas dinâmicas, iniciando pelo limite máximo de idade, vez que a idade mínima é comumente negligenciada no mundo da produção, sobretudo da produção informal na modalidade integração/associados; formação específica; especialização ou; em última escala, experiência comprovada aos pretendentes. Quem não dispõe de tais pressupostos, já está inexoravelmente fora de qualquer possibilidade de acesso e ingresso nesse sistema. Por sua vez, a economia solidária busca agregar homens e mulheres a partir de suas necessidades imediatas, habilidades, potencialidades e interesse de superação do *status quo*, dispostos a somar força, motivação e compromisso para o trabalho coletivo.

Em assim sendo, pautado pelo reconhecimento e valorização da capacidade criativa dos produtores/as sociais que, por iniciativas próprias ou a partir do estabelecimento de parcerias com mediadores institucionais, organizações não governamentais e pesquisadores autônomos no mundo do trabalho, desenvolvem processos contínuos de formação e constituição de coletivos de produção, denominados de empreendimentos solidários, a *incubação de empreendimentos solidários* constitui importante estratégia de animação, organização, produção, circulação e troca de serviços, bens materiais e culturais em coletivos solidários. Desse modo, a se constitui em processo de formação, organização e

---

participação direta na tomada de decisões de interesses dos coletivos se constitui no elo entre os produtores, de forma a constituírem e construírem processos autônomos de decisões, com vistas à superação da ordem imposta pelo capitalismo, além do desenvolvimento de metodologias e processos de aprendizagem e formação técnico gerencial.

desenvolvimento de produtos, técnicas de produção e estratégias de enfrentamento às dinâmicas da exclusão impostas pela economia de mercado junto aos produtores/as sociais, pautados nos fundamentos, princípios e valores da Educação Popular.

Nesse sentido, elegemos como problema de pesquisa conhecer e estudar o processo de formação e capacitação de produtores sociais, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidário da UFPB – INCUBES, denominado de *incubação de empreendimentos solidários*, enquanto estratégia de difusão, compreensão e afirmação da autogestão por coletivos de trabalhadores na cidade de João Pessoa.

A partir do anúncio do problema, apresentamos como hipótese de trabalho: *o trabalho desenvolvido pela mediação da INCUBES se constitui como prática da Educação Popular, enquanto aplicação desta Teoria?*

Instigados em analisar teoricamente o que caracteriza o processo de incubação, anunciamos a tese de que o processo de incubação de empreendimentos solidários popular, desenvolvido pela INCUBES se desenvolve e se constitui como processo da Educação Popular.

Como objetivo geral, analisaremos, à luz da teoria, se o processo de incubação em economia solidária desenvolvido pela INCUBES, constitui objetivações que possam caracterizar uma pedagogia da e para autonomia dos produtores sociais no enfrentamento às dinâmicas da exclusão impostas pelo capitalismo.

Por sua vez, elegemos como objetivos específicos, observar se os processos estudados apresentam características de indução de comportamentos verticalizados, contrários à autogestão; destacar, a partir da metodologia da pesquisa categorias de análise que fundamentam a ECOSOL e que se correlacionam com os fundamentos da Educação Popular, capazes de afirmar uma pedagogia da autogestão; e, esclarecer, a partir da Teoria Política porque a autogestão volta à cena em momentos de crise do capitalismo.

## CAPÍTULO II

### ECONOMIA SOLIDÁRIA: HISTÓRICO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Expressar a definição de Economia Solidária implica na redução de várias dimensões intrínsecas à produção coletiva, práticas e relações no mundo do trabalho a um mero conceito. Como conceito, *per si*, apresenta reducionismo ou engessamento da compreensão do que seja esse sistema produtivo. Por isso, diversas manifestações e expressões do que hoje se está convencendo denominar de economia solidária foram intencionalmente negadas, mantidas no anonimato, submersas e confundidas como práticas características ou típicas do que nas ciências econômicas se convencionou denominar de economia informal.

A compreensão reducionista da economia solidária, em grande medida de forma intencional, afirma iniciativas contrárias ao sistema capitalista, concebidas e gestadas a partir de contradições emergentes no próprio modo de ser da economia de mercado. Desse modo, desconsiderar a existência ou coexistência de outras matrizes econômicas, concomitante com o desenvolvimento e consolidação do sistema dominante na economia, o sistema capitalista, se constitui em prática comum no rosário de estratégias de manutenção da ordem que se inicia nos últimos quatro séculos, XVII, XVIII, XIX e XX.

Porém, o sistema capitalista se consolida de forma abrangente e intercontinental nos dois últimos dois, XIX e XX, atingindo sua forma mais voraz, criando formas sutis de diferenciação a partir do domínio das forças políticas gestoras dos estados nacionais. A força do sistema capitalista via estados nacionais se faz notar através da cooptação e financiamento de campanhas de políticos malformados teórica e ideologicamente. Esses políticos, eleitos pelo sistema eleitoral legal, passam a defender os interesses dos detentores do poder econômico, a partir da elaboração de políticas de estado que atendam mais os interesses dominantes e menos os interesses sociais.

Através, de políticas públicas e de reformas na estrutura de gestão de cada país, com maior impacto e reflexo nos países e populações de menor nível intelectual, portanto, crítico, as denominadas reformas estruturais são amplamente difundidas como necessárias. A defesa das teses de interesse dos capitalistas fica a cargo dos inúmeros formadores de opinião, a exemplo de economistas, analistas

econômicos, jornalistas e técnicos da gestão pública, além da vasta propaganda veiculada nos meios de comunicação de massa, pelo estado e pela iniciativa privada.

Desse modo, o sistema econômico dominante ocupa espaço nos principais meios de comunicação, afirma e marca o discurso de mudança na estrutura do estado, a fim de que se evitem “crises econômicas”. Na verdade, esse discurso opera sistêmica quebra de direitos sociais, retira do estado a função precípua de gestor dos interesses civis e, de forma paulatina, mantém a parcela majoritária da sociedade na dependência econômica, ultrapassando em muito os objetivos de exército de reserva preconizado por Karl Marx (1867)<sup>25</sup> como expressão de contenção do trabalhador e, por conseguinte, sua subjugação a baixos salários. A voracidade atual do capitalismo se expressa na máxima precarização do trabalhador como cidadão, gerando dependências amplas, de modo que o mesmo se submeta à precariedade do trabalho com o mínimo de direitos. Ao mesmo tempo em que os empresários, como representantes da classe dominante, usufruem das benesses do estado mínimo em nome da ordem.

Para Marx (op. cit.):

A população operária, com a acumulação de capital por ela própria produzida, produz, portanto, em volume crescente, os meios da sua própria supranumerarização relativa. Esta é uma lei da população peculiar ao modo de produção capitalista, já que de facto cada modo de produção histórico particular tem as suas próprias leis de população particulares, historicamente válidas. [...]. Se, porém, uma sobrepopulação operária [*Surplusarbeiterpopulation*] é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza numa base capitalista, esta sobrepopulação [*Übervölkerung*] torna-se inversamente numa alavanca da acumulação capitalista, mesmo uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela forma um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital

---

<sup>25</sup>A metáfora do exército de reserva, utilizada por Karl Marx em *O Capital*, refere-se à estratégia que os capitalistas utilizam para retração da força de trabalho assalariada e em postos de trabalho. Com o desempregado acentuado, baixos salários, direitos trabalhistas retirados dos que estão ocupando postos de trabalho, os trabalhadores que estão desempregados aceitam trabalhar por salários abaixo do necessário para subsistência digna. Esta condição precariza a organização de classe, dificultando em muito a luta por direitos. Deste modo, a economia de mercado utiliza o recurso da crise econômica para garantir mais lucro a custas da necessidade imediata dos trabalhadores. Na fase atual do sistema capitalista, o Estado assume a defesa dos interesses dominantes, a partir da adoção de políticas que contra os direitos sociais, iniciando pelos direitos trabalhistas. Cf: MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política** Karl Marx. Livro Primeiro: *O processo de produção do capital*. Sétima Seção: *O processo de acumulação do capital*. Vigésimo terceiro capítulo: *A lei geral da acumulação capitalista*. 3. *Progressiva produção de uma sobrepopulação relativa ou de um exército industrial de reserva*. 1867.

tão absolutamente como se ele o tivesse feito crescer à sua própria custa. Ela cria, independentemente das barreiras ao aumento real da população, o material humano explorável, sempre pronto, para as variáveis necessidades de valorização do capital. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, a repentina força de expansão do capital cresce, não apenas porque a elasticidade do capital em funcionamento cresce e a riqueza absoluta, da qual o capital forma apenas uma parte elástica; não apenas porque o crédito, a cada estímulo particular, num abrir e fechar de olhos, põe à disposição da produção, como capital suplementar, uma parte inabitual dessa riqueza — [mas porque] as condições técnicas do próprio processo de produção, maquinária, meios de transporte, etc., possibilitam na maior escala a mais rápida transformação de sobreproduto em meios de produção adicionais.

Mais adiante, Marx parece dialogar com o tempo presente ao afirmar que:

O curso de vida característico da indústria moderna, a forma de um ciclo de dez anos — interrompido por oscilações mais pequenas — de períodos de vitalidade moderada, produção sob alta pressão, crise e estagnação, repousa na formação constante, na maior ou menor absorção e reconstituição do exército industrial de reserva ou da sobrepopulação. Por seu lado, as alterações do ciclo industrial recrutam a sobrepopulação e tomam-se num dos seus agentes de reprodução mais enérgicos.

Este curso de vida peculiar à indústria moderna, que se nos não depara em nenhuma anterior idade da humanidade, era também impossível no período da infância da produção capitalista. A composição do capital transforma-se apenas muito gradualmente. A sua acumulação correspondia, pois, globalmente crescimento proporcional da procura de trabalho. Por lento que fosse o progresso da sua acumulação, comparado com o da época moderna, o crescimento embateu contra barreiras naturais da população operária explorável, os quais só eram elimináveis por meios violentos a mencionar mais tarde. A expansão repentina e aos sacões da escala de produção é o pressuposto da sua contracção repentina; a última chama de novo a primeira, mas a primeira é impossível sem material humano disponível, sem uma multiplicação de operários independente do crescimento absoluto da população. Ela [a multiplicação] é criada pelo processo simples que «liberta» constantemente uma parte dos operários por métodos que diminuem o número de operários ocupados em proporção com a multiplicação da produção. A forma de movimento toda da indústria moderna provém, pois, da transformação constante de uma parte da população operária em braços desocupados ou meio-ocupados.

Logo a seguir, as afirmativas de Marx corroboram a argumentação que utilizamos acima:

A superficialidade da economia política mostra-se, entre outras coisas, no facto de ela fazer da expansão e contracção do crédito —

mero sintoma dos períodos de alternância do ciclo industrial — causa destes. Do mesmo modo que os corpos celestes uma vez arremeados num movimento determinado o repetem sempre, também a produção social, uma vez lançada naquele movimento de expansão e contracção alternantes, o repete. Os efeitos tomam-se, por sua vez, causas e as alternações do processo todo, que reproduzem sempre as suas próprias condições, assumem a forma da periodicidade. Uma vez consolidada esta última, a própria economia política concebe a produção de uma população excessiva relativa, no que se refere à necessidade média de valorização do capital, como condição de vida da indústria moderna.

Contudo, o os fenômenos ocorridos no seio da economia de mercado, através de práticas que contrariam a lógica do individualismo e da acumulação, merecem ser estudados, a fim de que se conheçam quais valores e princípios rompem a lógica do individualismo. Embora todos os ônus impostos pelo sistema dominante, inclusive, através da utilização do aparato de natureza burocrática-repressiva no reconhecimento e legalização das iniciativas produtivas dos trabalhadores, esses não devem se deixar intimidar. Mesmo quando as condições no campo da política sejam desfavoráveis, de forma lenta, os trabalhadores vêm esboçando a compreensão e desenvolvendo táticas de organização do trabalho coletivo, a partir da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. O desenvolvimento de iniciativas coletivas produz, difunde e incorpora princípios e valores no mundo da produção coletiva e das relações na sociedade para além da concentração do acúmulo de riquezas, ao mesmo tempo em que projeta nova conformação do *status* social.

As alternativas geradas por homens e mulheres, enquanto produtores de bens sociais, culturais e de riqueza, começam a ser reconhecidas a partir da geração e difusão de experiências do fazer coletivo. Nesse sentido, a apropriação e incorporação do sentimento de que se são os trabalhadores quem produzem bens e riqueza, igualmente é justo pensar e querer que os próprios produtores devam usufruir do que produzem. Para tanto, uma das alternativas geradas, ganha configuração e forma, através dos clubes de troca, comércio justo e solidário.

Desse modo, no sistema produtivo preconizado pela Ecosol desloca a ênfase da concentração da riqueza por alguns poucos proprietários para o indivíduo que a produz. Esse deslocamento se opera através do exercício e práticas solidárias, a partir do reconhecimento e valorização do trabalho não mais como mercadoria e sim

como promoção e realização humana. A categoria trabalho na Ecosol ganha outras dimensões, para além do esforço necessário à transformação ou produção de algum bem ou a venda da força de trabalho a outrem.

Embora Karl Marx não tenha elaborado especificamente sobre a categoria trabalho, é possível encontrar em sua produção referência sobre a importância do trabalho coletivo, a qual Marx tratou em perspectiva futura possível como “modo de produção de produtores associados”<sup>26</sup> Tal perspectiva projeta o trabalho coletivo como condição de emancipação da classe trabalhadora.

A categoria Trabalho na Ecosol está diretamente vinculada à geração de renda de quem a possui, tendo sua aplicação não mais como dependência ou necessidade imediata – mera sobrevivência - e sim, a partir da capacidade criadora dos trabalhadores na idealização e produção de bens e serviços que lhes assegure satisfação pessoal e social. Tais aplicações, se constituem oposição aos sentidos e destinações que os idealizadores e difusores do capital preconizam em forma de tendências, modernização e exigência do mercado, afim de atender os interesses das corporações empresariais, a partir da exploração dos trabalhadores.

De modo gradativo e progressivo, nos sistemas alternativos à economia de mercado, dentre eles podendo-se citar a economia solidária, foram sendo constituídos e se firmando processos formativos, entre os próprios trabalhadores, no sentido de pensar e desenvolver estratégias que os libertassem do jugo dos detentores dos meios de produção. Tais processos geram a compreensão de que outra forma de organização do trabalho é possível. Um sistema que valorize e reconheça o trabalho como emancipação social e promoção de quem de fato trabalha e produz.

Iniciativas e processos em desenvolvimento gestam novas disposições objetivas com características e natureza popular, tendo em seu escopo a expressão de nova ordem na organização social do trabalho e nas relações sociais, entre as quais destacamos: a) *ênfase na dimensão política* - através da leitura crítica e análise de contextos estruturais que evidenciem estratégias de subjugação do trabalhador pelos detentores do capital e legisladores; b) *mudança na esfera*

---

<sup>26</sup>Cf. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. Verbetes associação cooperativa. p. 20-21.

*econômica* - a partir da elaboração de estratégias e dinâmicas que confrontam a lógica dominante da economia de mercado.

As inovações preconizadas culminam na construção de práticas comportamentais que implicam na adoção de outras práticas culturais, expressas nas relações entre os atores sociais. Relações que tendem a serem estabelecidas no mundo do trabalho, principalmente, no desenvolvimento de práticas produtivas que não agridam e nem contribuam para a degradação do meio ambiente, estendendo-se às demais esferas da sociedade, inclusive, nas esferas do estado, a partir de adoção de políticas públicas de interesse coletivo.

Como o continente europeu tem sido referência para muitas das nossas compreensões no campo da ciência, dado que o velho continente por muito tempo foi considerado o farol das formulações e compreensões da modernidade, propostas e assimiladas por todo o ocidente, nos impelimos a buscar as experiências e formulações lá geradas que possam embasar nossa compreensão e análise.

Ao iniciar o estudo sobre a Economia Solidária, achamos necessário, mais uma vez ir à considerada fonte dos saberes históricos e científicos. Desse modo, pautado pelas formulações de Paul Singer (2001), poderíamos inferir que a *Genesis* da Economia Solidária encontra-se na experiência do que ele mesmo denomina de *cooperativismo revolucionário*.

Singer (op. cit.) está se referindo às iniciativas dos denominados socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx (1845), para diferenciá-los dos socialistas científicos. Por socialistas utópicos esse autor denominou pensadores que buscaram através de projeções a modificação das relações no mundo da produção dominante e, por conseguinte, da sociedade. Por sua vez, no diapasão dos socialistas científicos estão aqueles que cerravam fileiras na análise investigativa sobre os efeitos de experiências e mudanças que contrapunham o sistema.

Feito esta distinção, Buber (1945), caracteriza os socialistas utópicos como defensores de mudanças na esfera de organização social, a partir da adoção de práticas comunitárias, balizadas pela máxima autonomia dos e entre seus entes, tendo em vista determinada reestruturação da sociedade.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Cf: LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: <http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/As-raizes-historicas-da-Economia-Solidaria.html> Acesso em 10/12/2010.

Na tentativa de melhor caracterizar o pensamento dos socialistas utópicos, apoiado nas proposições de Buber (op. cit), trabalharemos, a título de compreensão didática, formulações de pensadores inclinados ao estudo da autogestão, a exemplo de Saint-Simon (1760 – 1825) e Fourier (1772 – 1837).

Estes pensadores propuseram modelos alternativos de organização social a partir do mundo do trabalho antes mesmo da Revolução Francesa, essa enquanto marco inaugural das liberdades, pretendendo, por consequência, a máxima liberdade, para além das liberdades individuais, também na organização social. Liberdade também expressa nas relações de produção, a partir de melhoria nas condições de trabalho dos operários, a exemplo de redução<sup>28</sup> na carga horária de trabalho; organizações coletivas de trabalho; gestão pública compartilhada por trabalhadores, empresários, artistas, não somente exercida por políticos. Além da defesa de construção de escolas, anunciando a necessidade e valoração do que hoje podemos denominar de escola pública.

Seguindo essa linha de análise, Lechat (2010) apresenta um segundo grupo de estudiosos e defensores do socialismo ainda considerados utópicos, referenciando Robert Owen (1771 – 1858) e Proudhon (1809 – 1865). Por sua vez, o terceiro grupo de pensadores da autogestão está ancorado pelos nomes de Kropotkin (1842 – 1921) e Landauer (1879 – 1919).

Robert Owen (1771-1858), inglês, nascido em Newtown Montgomeryshire – País de Gales, foi o primeiro a utilizar em seus escritos a palavra socialismo para denominar o que queria expressar com suas práticas. Owen foi criador das denominadas Comunidades Industriais, a partir de sua inspiração ideológica e das péssimas condições sociais e higiênicas em que viviam os operários de uma fábrica/tecelagem de fios na cidade de Lamark, lamarkshire – Escócia, da qual se tornou sócio no ano de 1800.

Sócio da empresa, Owen empreendeu ações que mudaram a dinâmica de vida dos operários, tais como: reforma das casas onde moravam os operários; criação de armazém, no qual os operários realizam compras a preços abaixo dos comércios tradicionais – embrião das cooperativas de consumo; controle da venda

---

<sup>28</sup> Paradoxalmente, especificamente no Brasil deste momento vivencia-se processo inverso a estas idealizações com a quebra das conquistas sociais, a partir de reformas em nome do ajuste econômico.

de bebidas alcólicas, tendo por consequência natural a retração do vício do alcoolismo e, por conseguinte, a diminuição dos crimes.

Sob influência da utopia socialista, Owen fundou a primeira escola maternal da Inglaterra, no ano de 1816, inspirando a criação das creches modernas. Além da creche, Robert Owen defendeu e incentivou outras práticas pedagógicas, a exemplo dos jardins de infância – hoje, primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico; da instituição da escola ativa e dos cursos noturnos.

Também, inspirado na força da organização social autônoma, fomentou importantes ações na área social, a exemplo dos serviços comunitários, ações educativas voluntárias, saúde e assistência social.

As comunidades industriais se tornaram autogeridas, rompendo a barreira da distinção entre classes. Igualmente importante destacar a criação e circulação de ‘vales’ com valores correspondentes ao número de horas trabalhadas.<sup>29</sup>

Robert Owen, também fez uso de seu prestígio como empresário bem-sucedido para fazer ingerências junto ao poder público em defesa de melhores condições de trabalho aos operários, redução da jornada de trabalho e a regulamentação do trabalho de menores.

Como se pode observar, não fora somente um idealista. Convicto de seus princípios, exercitou, propôs e desenvolveu ações que fizeram diferença ao sistema econômico e político de seu tempo, ainda inspirando outros tantos na atualidade.

Francês, Pierre-Joseph Proudhon nasceu no ano 1809 em Besançon, França. Falecido no ano de 1865, ele contribuiu com ideias que tiveram grande repercussão no mundo do trabalho. A ponto de influenciar organizações de trabalhadores por toda a Europa, além de outros continentes. Contribuindo na formação de movimentos sindicais em países como Espanha, França, Itália e Rússia. Proudhon teve como cerne das suas formulações a tese de que caberia à sociedade organizar sua produção e consumo a partir de pequenas associações pautadas no auxílio mútuo entre as pessoas. Observa-se na tese central de Proudhon certa ênfase na força do trabalho coletivo como estratégia de mudança política e ascensão econômica e social da classe trabalhadora.

---

<sup>29</sup> Cf: site Brasil Escola. <<http://www.brasilecola.com>>. Acessado em 26/05/2015 às 11h 48min.

Por sua vez, Kropótkin (1842 – 1921), russo, oriundo da nobreza russa, príncipe, rejeitou o título de nobreza para se dedicar às ideias anarquistas. Kropótkin foi um dos mais influentes defensores desse pensamento na Rússia e em toda a Europa. Piotr Kropótkin desenvolveu forte crítica à burocracia estatal, com destaque ao sistema prisional. Além de ativista, atuou no campo da ciência com pesquisador em regiões onde viviam camponeses, indo morar com esses por algum tempo, tanto na Rússia como na Finlândia.

Entre as ideias força do pensamento de Kropótkin, destacamos a defesa em um mundo sem violência e sem o poder do Estado. Isto porque, concebia a sociedade como construção de relações voluntárias de cooperação. Entre as suas premissas de maior ênfase, produto de reflexões que operou nas vivências junto aos camponeses, está a defesa de que “em lugares em que a mão do Estado não alcança, as pessoas viviam felizes”. Dizia ele: ‘Embora pobres, eles se auto organizavam em comunidades e passavam muito bem sem impostos e sem funcionários públicos’.<sup>30</sup>

Embora se perceba a força do pensamento anarquista nas formulações de Kropótkin, por isso foi considerado o mais importante anarquista russo, enfatizamos sua contribuição na auto-organização dos grupamentos sociais como estratégia de organização da sociedade. O referido autor defendia que o Estado é a principal razão dos problemas sociais.

Para Landauer<sup>31</sup> (1870 – 1919), alemão, nascido na cidade de Karlsruhe, um dos importantes anarquistas do período entre o final do século XIX e o início do século XX. Anarquista por militância, também militou como pacifista e se auto-identificava como *anarcossocialista*. Entre suas teses de maior relevância, são ancorados argumentos em defesa e disseminação das cooperativas como a forma mais adequada de resistência e promoção das reais transformações sociais, enquanto transformação da ordem política estabelecida.

---

<sup>30</sup> Cf: Gazeta Russa. IAN CHENKMAN. Acessado em 13 de janeiro de 2014. Todos os direitos reservados a Rossiyskaya Gazeta.

<sup>31</sup> Cf: WOODCOOK, George. **Histórias das ideias e movimentos anarquistas**, v. 2 – p.. 216 - 217. Editora: L&PM Pocket.

A partir da experiência dos Pioneiros Equitativos de Rochdale<sup>32</sup> diversas experiências de organizações autogestionárias se propagaram por toda a Europa, chegando até mesmo ao novo continente, continente americano, com a formação de cooperativas de consumo, produção e serviços. Contudo, muitas dessas experiências não obtiveram o êxito desejado e idealizado por entusiastas de sistemas de produção alternativos ao modo de produção capitalista, devido a diversas objetivações, muitas delas alheias ao querer dos atores que se iniciaram em tais experiências.

Lévesque; Malo e Girard (In: DEFOURNY. et. all. 1999), já no século XX, afirmam o que muitos já consideram senso comum, que as iniciativas autogestionárias – recentemente muitas caracterizadas como sendo de economia solidária, embora nem toda experiência coletiva necessariamente adote os princípios solidários - tendem a se propaga e a fortalecer o movimento do trabalho e fazer coletivo, sobretudo em momentos de crise do capitalismo.<sup>33</sup>

Por sua vez, é igualmente verdade que o aumento das iniciativas autogestionárias em tempos de crise também gera fenômeno contrário, de retração desses empreendimentos, em tempos de estabilidade econômica. Em parte, a explicação desse fenômeno encontra razões no forte, sedutor e cooptador apelo do capitalismo, ao centrar e acenar com oferta de crédito – bancos oficiais; apoio logístico e assessoria técnica – SEBRAE e todo o sistema “S”; entre outras dinâmicas de cooptação. Isso porque muitos dos atores sociais que ingressam na atividade coletiva ainda guardam e carregam consigo a esperança forjada nos valores, inculcados pelos discursos de competência e capacidade individuais, amplamente difundidos pela ideologia liberal, desde a infância.

---

<sup>32</sup> Para Melo Neto (2005: 15), a partir dos estudos sobre o cooperativismo, a primeira experiência bem sucedida de cooperativismo fora a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Recebe este nome, porque fora fundada uma cooperativa na cidade de Rochdale no Estado de Manchester na Inglaterra, após tecelões não terem atendidas suas reivindicações pós-greve. Entre os princípios norteadores do movimento de autogestão em todo o mundo até os dias atuais, destacam-se: 1- administração democrática da sociedade; 2- cada sócio teria direito a um voto, independente do total de capital por ele integralizado na sociedade; 3- livre adesão, a partir da integralização da quota mínima igual para todos os sócios; 4- divisão do capital excedente gerado, proporcional às quotas investidas na sociedade; 5- venda realizada à vista; 6- os produtos necessariamente deveriam ser de boa qualidade; 7- a sociedade cooperativa não faria discriminação política, religiosa ou de sexo/gênero entre seus sócios e novas adesões. Ver também: SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária.

<sup>33</sup>Embora, nem todas as formações autogestionárias necessariamente se caracterizem como tal, em função de outros aspectos organizacionais, ideológicos e políticos que ultrapassam os princípios dos pioneiros de Rochdale.

Desse modo, quando um empreendimento começa suas atividades, esses valores se evidenciam, via de regra em oposições geradas no seio do empreendimento coletivo. Romper com essa dinâmica é tarefa essencial da formação continuada dos coletivos de produção.

Essa característica faz com que muitos produtores sociais, integrantes de algum empreendimento solidário,<sup>34</sup> chamem para eles o sucesso da experiência ou repasse a outros a responsabilidade pelo fracasso.

Também, ao ter certo domínio do fazer, da atividade em que trabalham, determinados produtores sociais, integrantes de grupos produtivos, passam a assimilar e a praticar a idealização de que produzindo sozinhos poderiam agregar e acumular maiores lucros e, dessa maneira, obter maiores ganhos e vantagens pessoais.

Isso porque, no trabalho coletivo, o lucro é socializado pelos seus integrantes, ainda que o acordo entre os pares possibilite diferenças na distribuição das sobras, proporcionalmente a jornada produtiva ou outra modalidade pensada e praticada pelo coletivo. Para melhor compreensão das relações que ora estamos falando, passamos à caracterização das compreensões sobre economia solidária.

## 2.1 DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O desenvolvimento das forças produtivas sempre fora marcado por mudanças na estrutura da sociedade, com reflexos diretos na vida cotidiana das pessoas comuns, sobretudo, na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Exemplos que ilustram esta afirmativa podem ser encontrados em estudos e análises no campo do trabalho ao longo da história da humanidade, notadamente a

---

<sup>34</sup> Conforme definição da II CONAES **Empreendimentos Econômicos Solidários**: são constituídos por organizações coletivas que tenham por características: 1) Organizações Coletivas - organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc; 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

partir do século XVII. No entanto, tais mudanças, são observadas com maior ênfase durante todo o século XX. Precisamente, entre as décadas de 1930 e 1940. As mudanças de maior importância foram marcadas pela regulação nas relações de trabalho.

O trabalho de características corporativas assume feições concorrencial e monopolista, sobretudo, através dos oligopólios (Cf: LÉVESQUE; MALO e GIRARD, op. cit), privilegiando, desse modo, mais o proprietário ou os acionistas majoritários dos meios de produção do que o trabalhador que de fato produz e transforma bens em riqueza.

Vale ressaltar que entre as mudanças ocorridas no mundo da produção, destacam-se as desencadeadas no seio da classe trabalhadora, a partir de buscas de alternativas na organização dos trabalhadores para enfrentamento das investidas patronais.

Enquanto os trabalhadores buscavam fortalecer suas organizações representativas de classe, por seu lado, os patrões respondiam com a modernização dos meios de produção, por extensão, aumentando a diversificação de níveis de concorrência direta entre os trabalhadores, a partir de exigências de natureza técnica para ocupação de novos postos de trabalho. Ao mesmo tempo em que atuam na esfera pública para limitação e/ou redução das conquistas trabalhistas adquiridas. Estratégias dessa natureza fomentam e aprimoram o crescente processo de precarização das condições e das conquistas trabalhistas.

Nessa confrontação de interesses e estratégias de resistência de parte dos trabalhadores, vão sendo pensados estímulos a diferentes iniciativas coletivas, a exemplo das: sociedades de socorro mútuo, balcões de alimentos, cooperativas de produção e consumo, círculos para circulação de mercadorias, feiras itinerantes etc. Tais ações caracterizam estratégias que qualificam o enfrentamento por parte dos trabalhadores, contrapondo-se às dinâmicas de exclusão social geradas pelas dinâmicas do sistema capitalista.

Há que se destacar que iniciativas dessa natureza pretendem minorar as mazelas geradas de imediato pela ação agressiva da economia de mercado, cada vez mais concorrencial, monopolista e excludente – muitas vezes, com o uso deliberado de práticas desleais. Contudo, as iniciativas geradas por trabalhadores,

ainda não foram capazes de estruturar mudanças significativas na estrutura econômica dominante.

O caráter urgente das ações e práticas nas iniciativas coletivas apresenta como principal característica a busca de soluções para problemas imediatos, de subsistência, portanto, sem base estrutural. Sem processos de articulação duradouros entre as iniciativas de enfrentamento à gramática da exclusão, desencadeadas pela economia de mercado, tais experiências têm se mostrado insuficientes para assegurar o necessário fortalecimento e continuidade das iniciativas. Não raras vezes, ações dessa natureza são reduzidas e confundidas como meras ações voluntárias.

Iniciativas e experiências coletivas ainda não demonstram amadurecimento da ideia de comunhão como conquista. Muitas iniciativas coletivas ainda estão fortemente pautadas na dependência externa, na esperança de que as mudanças necessárias à alteração do quadro de exclusão que os trabalhadores estão submetidos viriam da iluminação de um terceiro ator, seja ele o governo, a assessoria, o benemérito, o salvador.

Nesse sentido, o trabalho organizado por um ator externo, independente de qual seja a natureza, de assessoria ou fomento, relegará ao coletivo papel secundário, sem amplo processo de formação sobre os fundamentos desse, enquanto organização da produção. Qualquer iniciativa que assegure a produção, intermediando o ciclo produtivo (*produção – circulação – comercialização*), retira dos produtores sociais a capacidade, domínio e geração de novas iniciativas de superação da dependência.<sup>35</sup> Ações dessa natureza tornam-se nova modalidade de clivagem dos interesses dos trabalhadores e da organização social ampliada.

Desse modo, a autonomia necessária ao salto para emancipação por parte dos trabalhadores é interrompida pela presença de um ente que aglutina os interesses imediatos dos produtores sociais e finaliza o processo, muitas vezes incorporando a maior rentabilidade e o crédito pela iniciativa. Seguindo as premissas acima trabalhadas, se tem caracterizada a Economia de Comunhão, de forte inspiração religiosa, confundindo, solidariedade com caridade.

---

<sup>35</sup> Cf: Costa, Francisco Xavier Pereira da. **A exclusão no discurso de inclusão dos mediadores tradicionais do campesinato no sertão Norte Rio-grandense**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2003.

Para Laville e Roustang (1999), a economia como forte indutora das ações do estado, em muitos casos, a partir da Segunda Guerra Mundial diversificou-se e tornou as relações de produção muito diferenciadas. Esse fenômeno, no primeiro momento, amplia e valoriza as iniciativas tipicamente mercadológicas. Desse modo, minando as iniciativas de organizações coletivas, à exceção da apropriação pelo estado das iniciativas coletivas bem-sucedidas. Configurando, nesse caso, um flagrante disfarce de desmobilização e negação das iniciativas populares, oriundas de parte dos trabalhadores pelo favorecimento e fortalecimento da iniciativa privada, como alternativa de desenvolvimento social.<sup>36</sup>

Assim, as iniciativas do gênero, criadas pelos trabalhadores passam a ser consideradas como do não mercado. Ou seja, sem relevância para o estado, implicando na não adoção de políticas públicas. Desse modo, ocorre a desvalorização das proposições econômicas geradas pela classe trabalhadora.

É, também com o advento de crise do capital na década de 1970 do século XX, que as iniciativas de caráter alternativo, propositivas de novas relações no mundo da produção, mais uma vez movimentam e estimulam a criatividade e a criação de novas iniciativas, renovando ideais de enfrentamento da pressão estrutural. Desta vez, as propostas alternativas passam a engendrar mudanças por dentro do sistema.

Assim, no período compreendido entre os anos 1977 e 1984, a partir de movimento de trabalhadores iniciado na Europa, operários de fábricas em condição de falência assumem seu controle e gestão, como proposta para minorar as consequências nefastas da crise para o elo mais fraco do sistema – *os próprios trabalhadores*.<sup>37</sup> No Brasil esse processo se intensifica nas décadas de 1980 e 1990.

---

<sup>36</sup> No Brasil, algumas dessas iniciativas receberam a denominação de Cooperativas Chapa Branca, numa alusão à intervenção do Estado na livre organização coletiva, quebrando e inibindo, desse modo, a autogestão enquanto princípio e alternativa de organização do trabalho, da produção e da sociedade. Ao invés de se ordenar um sistema jurídico que reconhecesse e valorizasse o sistema coletivo, a lei limita, regula e controla as iniciativas coletivas num flagrante privilégio às iniciativas de características privadas e fundamentas no ideário liberal.

<sup>37</sup> Cf: GHIBAUDI, Javier. **Una aproximación comparativa a las empresas recuperadas argentinas y las autogeridas en Brasil**. IPPUR-URFJ.

In: <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/ghibaudi.pdf> (2004). Acessado em 13 de maio de 2015.

Ver também: HENRIQUES, Chedid; FARIA, Mauricio Sardá de. et. all. As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. In: **Mercado de trabalho** | 55 | ago. 2013 IPEA. p. 56-67.

VIEITEZI, Candido Giraldez & DAL RI, Neusa Maria. Elementos da história da Anteag. [anteag's history]. In: **ORG & DEMO**, 11•5, n. 2, p. 267-272, 2004.

Vale ressaltar, utilizando a afirmativa de Henriques, Faria et. all. (2013), que o controle das massas falidas por trabalhadores resulta da luta desses, expressando significativa conquista desta classe em relação à classe empresarial.

Para Ghibaudi (2004), o advento das empresas recuperadas, transformadas em empresas de autogestão pelos trabalhadores, ocorridas no Brasil e na Argentina, em comum tem que em:

Ambos os países coinciden en relacionar la trayectoria del fenómeno con el proceso de crisis socio-económica más general en ellos configurado. La referencia a la adopción de las reformas estructural de cuño *neoliberal* y sus consecuencias en el sector industrial y el mercado de trabajo es constante en todos los trabajos analizados. Estudios económicos de ambos países coinciden en que la política económica dominante privilegió un proceso de concentración y centralización del capital, las actividades financieras y tuvo como uno de sus instrumentos La apertura externa y un tipo de cambio sobre-valorizado.

Implica em dizer que, de imediato, as empresas recuperadas asseguram os postos de trabalho dos trabalhadores. Questão essa que passa ser assumida, também pelo discurso oficial, como mecanismo de reduzir o impacto da luta pelos trabalhadores para além da garantia do posto de trabalho, mas, sobretudo por reconquista da dignidade perdida. Por outro espectro analítico, compreendemos que quando os trabalhadores desempregados estão cientes das questões da sua classe, conseguem inferir na ordem vigente a seu favor. Embora, chegar a essa condição não seja tarefa fácil.

Iniciativas desta natureza, ao longo do tempo foram transformando as empresas inicialmente na gestão dos patrões como sistema heterogestionário em sistema de autogestão. O novo sistema, desta feita, sob a gestão dos trabalhadores.

Defourny (2001), afirma que entre as décadas de 1980 a 1985 do século passado foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores por toda a Europa.

Apesar de que essas iniciativas tornaram-se experiências válidas, em alguns casos, bem sucedidas, na finalização do ciclo produtivo, a comercialização ainda era realizada nos padrões do sistema dominante. Ou seja, não basta que a produção esteja sob o controle dos trabalhadores, na condição de produtores, ainda que sob a nomenclatura de produtores sociais; diferencie a gestão dos trabalhadores da gestão patronal; se os sistemas que alicerçam a produção tais como, crédito,

prazos, pagamentos, clientela não seguirem a mesma lógica de circulação das mercadorias. Agregado a essa objetivação, a formação da gestão coletiva ainda se evidencia como uma necessidade imperiosa para se assegurar um sistema produtivo pautado pelas iniciativas coletivas.

Na tendência e no centro da efervescência dos movimentos alternativos frente às sucessivas crises do capital, atores sociais protagonizam e incorporam novas compreensões do social e das relações possíveis com o sistema dominante. Dessa forma, movimentos de natureza étnica, ambiental, gênero, enfim, as denominadas minorias, entram no cenário, fazem parte dos discursos de analistas e de modo subliminar na grande mídia. Esse seria um fator positivo, caso fosse resultado da elevação da consciência crítica e da inclusão social.

Na verdade, quando as minorias entram no cenário tradicional é para satisfazer interesses econômicos decadentes. Tal artifício do capital, antes de promoção das minorias, em verdade, evidencia novas mazelas da exclusão. Isto porque, mesmo que as minorias ganhem notoriedade no cenário social ampliado, com muita frequência têm seus valores deturpados e/ou ajustados aos interesses dominantes.

Ou seja, o que antes implicava e atingia a todos igualmente, a clivagem social, em tempos de crise, seguindo o padrão da diferenciação, os interesses particularizados tendem a ser priorizados em relação ao conjunto ampliado das necessidades coletivas. Mais uma vez, a gramática do sistema fundamentado pelo ideário liberal se faz evidenciar na fragmentação das compreensões e práticas de caráter coletivo. Superar esse padrão se impõe aos trabalhadores como tarefa das mais difíceis, poder assegurar direitos sem ser 'usados' e explorados pelo sistema.

Para tanto, somente um movimento organizado e pensado como antagônico ao sistema dominante tenderá a formulações e estratégias que facilitem a compreensão crítica da realidade ampliada de modo a propor alternativas e enfrentamento de caráter universal ao sistema que domina, seduz e coopta o mundo, a partir das relações de produção, utilizando como ferramenta o consumo.

Desse modo, as relações entre atores sociais com a valoração do trabalho decorrente da sua ausência, geram objetivações materiais para o engajamento político de variados segmentos da sociedade, outrora à espera de políticas redentoras e inclusivas advindas do estado. As inquietações decorrentes das

necessidades imediatas são observadas nos diversos continentes e em diferentes países.

Demandas sociais crescentes estimulam ativistas a buscar alternativas diferenciadas ao sistema dominante, pautadas pelas ideias e iniciativas de desenvolvimento local sustentável. A partir dessa modalidade de desenvolvimento, buscar estabelecer correlações necessárias com a preservação do meio ambiente como um dos canais de agregação de interesses comum. Também, a valorização da mulher no mundo do trabalho e a ênfase em um sistema produtivo balizado cada vez mais pelo sentimento de pertença que integra os excluídos do mundo.

Pode-se então inferir que o capital engendra suas sucessivas crises. Ao mesmo tempo em que o faz para tirar proveito e aprimorar suas formas de exploração, favorece o surgimento de novas utopias capazes de responder aos anseios e necessidades imediatas dos excluídos. Muitas dessas iniciativas preconizam as práticas de e com ênfase na ação comunitária, na valorização e priorização dos recursos ecológicos, da solidariedade como alternativa de sobrevivência e vida dignas.

As inúmeras alternativas desenvolvidas em meio às crises econômicas, muitas delas bem-sucedidas, a exemplo da ação comunitária local nas suas várias modalidades, em parte, tem conseguido respostas positivas no enfrentamento das mazelas geradas pela economia de mercado, principalmente, na geração de trabalho e renda não assalariado. Contudo, as diferenciações, resultantes dos processos excludentes, reificados, tendentes à individualização permanecem. Muitas vezes, expandindo-se, tornando-se ameaças constantes às próprias alternativas bem-sucedidas. Portanto, a busca de superação das relações causais da exclusão no mundo da produção, permanece como algo a ser superado.

Muitos autores e pesquisadores, a exemplo de Razeto (1993), estudam sobre esse tema e suas implicações no cotidiano dos trabalhadores desde o continente europeu à América Latina. Para Razeto (1993):

El semblante de las más grandes ciudades de todos los países latinoamericanos ha cambiado en los últimos años por la irrupción de un fenómeno social y económico que, si no es nuevo en términos absolutos porque en alguna medida siempre ha existido, lo es por la extensión que ha adquirido: la formación y establecimiento de numerosas pequeñas actividades productivas y comerciales cuyos

protagonistas son los grupos sociales empobrecidos de los barrios y poblaciones marginales.

Para referirse a este fenómeno, economistas y sociólogos han acuñado diferentes expresiones: economía informal, pequeña producción popular urbana, economía sumergida, economía invisible, economía de subsistencia, economía popular. No siempre estos diferentes términos aluden exactamente al mismo fenómeno pues establecen diversos "cortes" en la realidad que identifican. Pero todos ellos engloban un universo de iniciativas y experiencias que incluye, al menos, lo siguiente:[...]

Entre as categorias e tipologias elencadas por esse autor, destacam-se: trabalho por conta própria, microempresas familiares, organizações econômicas populares, entre outras modalidades. Para cada tipologia, Razeto (op. cit) detalha suas características:

a) El trabajo por cuenta propia de innumerables trabajadores independientes que producen bienes, prestan servicios o comercializan en pequeña escala, en las casas, calles, plazas, medios de locomoción colectiva, ferias populares y otros lugares de aglomeración humana. Una investigación realizada en Chile sobre estos trabajadores por cuenta propia llegó a identificar más de 400 "oficios" distintos ejercidos informalmente.

b) Las microempresas familiares, unipersonales o de dos o tres socios, que elaboran productos o comercializan en pequeña escala, aprovechando como lugar de trabajo y local de operaciones alguna habitación de la vivienda que se habita o adyacente a ella. En los barrios populares de las grandes ciudades de América Latina el fenómeno de la microempresa ha llegado a ser tan extendido que es normal que exista una de ellas cada cuatro o cinco viviendas.

c) Las organizaciones económicas populares, esto es, pequeños grupos o asociaciones de personas y familias que juntan y gestionan en común sus escasos recursos para desarrollar, en términos de cooperación y ayuda mutua, actividades generadoras de ingresos o provisionadoras de bienes y servicios que satisfacen necesidades básicas de trabajo, alimentación, salud, educación, vivienda, etc. Talleres laborales solidarios, comités de vivienda, "comprando juntos", centros de abastecimiento comunitario, "construyendo juntos", huertos familiares, programas comunitarios de desarrollo local, etc., son algunos de los tipos de organizaciones económicas populares más difundidos.

Como pode ser observado, a economia solidária além de receber diferentes nomenclaturas, igualmente se expressa por diferentes níveis e estratégias de operacionalização, tendo como fator de identificação a natureza do trabalho por conta própria ou de forma conjunta, porém, sem o jugo ou dependência de salário ou subordinação do trabalhador a vontade de outrem.

Para Defourny (2001), as cooperativas de trabalho se aproximam muito das práticas associativas, em função de que em ambas, se encontram trabalhadores que vivenciam práticas produtivas e de organização sociopolítica para além do estado e da economia de mercado. Surge então, a partir destas práticas a aproximação conceitual da economia social.

A ênfase nos movimentos alternativos que caracterizam a economia social tende a findar em si mesma. Por isso, embora devamos reconhecer sua importância no enfrentamento do sistema dominante, igualmente nos é requerida a compreensão de que eles conseguem ser exitosos em pequenos aglomerados e contingentes populacionais.

No entanto, não reúnem elementos estruturantes capazes de embasar práticas de superação à exploração e exclusão geradas nas relações capitalistas. Tais experiências ainda carecem de maior dinamismo na interação e integração de seus sistemas produtivos, enquanto procedimentos necessários à formação de um sistema forte, capaz de despertar interesse e estímulo aos excluídos a tomarem e tornarem-se parte dele.

A economia solidária enquanto sistema produtivo recebe influências e se constitui através da criatividade e incorporação de muitas práticas e experiências alternativas ao capitalismo. Desse modo, os ensaios autogestionários são sempre importantes referências na consubstanciação desse sistema produtivo.

Por essas razões, as experiências advindas das empresas falidas, com gestão dos trabalhadores, aliadas às cooperativas de trabalho, grupos de trabalho e de produção coletiva, redes de produção e comercialização, igualmente originárias em função das crises do capital, se constituem em iniciativas que apresentam importantes experiências no fortalecimento do movimento de ECOSOL, enquanto sistema econômico alternativo.

Para Singer (2006, p. 201), a Economia Solidária além de se apresentar como projeto alternativo de sociedade, cumpre no Brasil importante papel no “renascimento dos movimentos sociais”, obscurecidos pelo regime militar até meados da década de 1980. A importância ressaltada por Singer evidencia a resistência dos trabalhadores às políticas liberais sob o manto do prefixo *neo*, enquanto camuflagem de uma mesma ordem ideológica que apresenta como uma das suas principais características a centralidade no *eu*, fundida e simbolizada pela

condição de alguém sentir-se incluído na centralidade do mercado, a partir do seu poder de compra.

Nos países em geral, principalmente nos países considerados pobres ou em desenvolvimento a política interna vem sendo sistematicamente ajustada aos interesses das proposições liberais. Na esfera da macroeconomia se observam os movimentos de substituição da produção industrial nacional pelo fomento das importações em substituição à produção e ao consumo de produtos de fabricação nacional, elevação das taxas de juros, ameaça constante do desemprego, diminuição do crédito pessoal, entre outras medidas que fogem à compreensão do cidadão comum.

A adoção das medidas liberais se apresenta como consequência observável ao trabalhador pela retração ou ausência de crescimento e desenvolvimento local/regional. Também, pela negação do trabalhador como preocupação primeira dos governos. Homens e mulheres em idade produtiva são tratados pelo estado como simples peças e ou mercadorias facilmente substituíveis na engrenagem do modo de produção dominante, de acordo com seus interesses.

Para Araújo (2005), a Economia Solidária se caracteriza como poderoso instrumento de combate à exclusão social, na medida em que se apresenta como alternativa viável à geração de trabalho e renda, incluindo no mundo da produção o segmento de trabalhadores excluídos pelo sistema de economia de mercado. Entre seus pressupostos está a priorização do humano enquanto escala de valor em contraposição à acumulação e concentração da riqueza. Nesse sentido, a Ecosol preconiza e incentiva o desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Seguindo esse raciocínio, Castells (2005)<sup>38</sup> afirma que embora o sistema capitalista seja hegemônico, através de suas sucessivas crises, ele mesmo engendra em seu curso o desenvolvimento de outros sistemas de produção. Isso porque, a economia centrada no mercado não consegue comportar e envolver em sua estrutura toda a população economicamente ativa – PEA.

A leitura de Castells (2005) possibilita a compreensão de que os segmentos colocados à margem do sistema econômico dominante, de algum modo vivem e sobrevivem a partir da elaboração de estratégias e alternativas às objetivações que

---

<sup>38</sup>Cf: Castells citado por Mello in KRUPPA, 2005: 48.

os colocou na condição de exclusão. Por isso mesmo, Castells (op. cit), infere que essas mesmas objetivações gerarão alternativas com novos princípios e valores capazes de superar a exclusão social iniciada pela falta de oportunidade de muitos trabalhadores no mundo do trabalho formal. Entre os princípios balizadores do enfrentamento às artimanhas liberais, destaque para a solidariedade entre os trabalhadores e desses com a sociedade em geral, dado que grande parcela da sociedade de consumo é formada por trabalhadores, se constituindo em oportunidade para criação de redes, círculos produtivos integradoras de produção, circulação e consumo de mercadorias de forma organizada e sistêmica.

Estas premissas tendem a se tornar realidade, a partir da compreensão de que os empreendedores sociais organizados em coletivos de produção dispõem de autonomia para encaminhar acordos e adesões necessárias ao incremento e fomento de sistemas de produção e consumo de forma democrática, a partir da sistematização de territórios. Para tanto, hão que ser estimulados processos de formação sistemáticas, concomitantes à organização da produção.

O processo de produção, tal qual a aquisição do conhecimento é compreendido como ação processual e histórica. Consequentemente, de caráter coletivo, ainda que os atores sociais não compreendam as suas dimensões e possibilidades. Queremos afirmar com esta premissa que todo conhecimento advém de acréscimos de conhecimentos já produzidos anteriormente. Por isso, o conhecimento uma vez assimilado, tende a ser acrescido por novos conhecimentos, na certeza de que nunca será pleno.

Estas relações nos levam a inferir que a produção do conhecimento para estruturação de sistemas de produção coletiva não se constitui por simples entendimentos de conceitos. Mas sim, a partir de sucessivas releituras e compreensões de determinadas realidades. No campo da produção coletiva, como proposta alternativa ao sistema da economia de mercado, necessário se faz gerar estímulos indutores da solidariedade junto aos produtores sociais para o desenvolvimento de outra economia.

Dessas conjecturas advém a compreensão em concordância com Castells da possibilidade de que os trabalhadores excluídos apreendam os princípios do trabalho coletivo e os valores do trabalho solidário, construindo, então, estruturas de superação das dinâmicas da economia de mercado pela estruturação da economia

solidária, através de sucessivos processos de formação. Para tanto, todo processo formativo necessita de metodologia capaz de atender os seus objetivos. Na economia solidária, a incubação constitui esse elo da corrente.

Nesse sentido, na relação do ser humano com a natureza e do ser humano com a natureza de outros humanos, o homem e a mulher vão desenvolvendo habilidades e capacidades de criação e recriação de novos procedimentos, culminando em novos saberes. Desse modo, também na organização do trabalho e da produção, as relações sociais impulsionadas ou mediadas pela economia tendem a se modificar sob novos princípios e valores. Por isso, no campo da Ecosol, chama atenção e se torna campo de estudos para atores sociais excluídos, pesquisadores pró e contra a manutenção do *status quo* do sistema dominante, principalmente em países com grandes contingentes de excluídos, como no Brasil.

## 2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL – DAS INICIATIVAS PIONEIRAS AO FBES E À CRIAÇÃO DA SENAES

Entre as experiências de solidariedade no Brasil, destacam-se os Projetos Alternativos Comunitários (PACs),<sup>39</sup> posto em prática por uma entidade vinculada ao credo católico, a Miserior em parceria com a Cáritas Brasileira. Embora a Miserior e a Cáritas sejam entidades de abrangência internacional, os projetos e iniciativas postas em prática no Brasil tiveram início a partir de apoio e fomento às iniciativas de segmentos sociais menos favorecidos e em dificuldades de produzir para subsistência, principalmente no meio rural e no sertão brasileiro.

---

<sup>39</sup> Segundo Paul Singer (2002), ainda nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à conferência Nacional dos Bispos (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PAC's, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PAC's destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das grandes cidades e da zona rural em diferentes regiões do País. Segundo Bertucci e Marinho (2003), os PAC's, porém não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início dos anos 80, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e da política. A década de 1980 também foi marcada pela recessão econômica acompanhada de inflação descontrolada, o que repercutiu diretamente no mercado de trabalho, diminuindo o crescimento dos empregos formais e aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e de trabalhadores por conta própria. Foi nesse contexto de falência do "milagre econômico" e de aumento da crise social que surgiram alternativas socioeconômicas de produção, consumo, saúde, etc. O apoio e a disseminação dessas iniciativas foram conduzidos principalmente por entidades não governamentais, contando com a orientação e o apoio de diferentes entidades internacionais (além da Cooperação Internacional ligada às Igrejas e Organizações Não-Governamentais, os fundos e programas eram bastante incentivados e financiados por organismos multilaterais como o Banco Mundial, o UNICEF e a FAO).

Para Manfredo Oliveira, Bertucci e Marinho (2003), o caráter alternativo dos PAC's dizia respeito, principalmente à sua intenção organizativa e libertadora. Os objetivos buscavam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e contribuíam à construção de ensaios rumo a um novo modelo de desenvolvimento. Quanto à forma, os projetos alternativos se sobressaiam, segundo esses pensadores, por enfatizar “a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais”<sup>40</sup>.

Para Gabriel Kraychete (2000, p. 35), a racionalidade da Ecosol se caracterizaria como a economia dos setores populares por estar alicerçada em práticas de geração de trabalho e renda destinada a prover e repor os meios de vida dos excluídos. A inclusão desses homens e mulheres se inicia, a partir da utilização dos seus próprios recursos humanos, estimulados à formação de unidades produtivas, primeiro com o objetivo de usufruírem do resultado do seu trabalho, num processo de inversão da lógica do capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica capitalista, que ao expropriar o trabalhador, o desloca do cenário da produção, fechando e impedindo o acesso às oportunidades de trabalho e ao consumo dos bens que ele mesmo produz.

Iniciativas como as ações acima citadas, desenvolvidas pela Misericórdia, através da Cáritas Brasileira, e outras muitas outras experiências poderiam ser listadas, a título de reconstrução histórica. No entanto, vamos direto ao fenômeno que ao nosso entendimento se configura no marco de aglutinação e estruturação da Ecosol no Brasil, como articulação e mobilização do que viria se anunciar há algum tempo passado, do movimento social de maior importância depois do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, o Movimento de Economia Solidária.

Como sistema alternativo de produção e distribuição de bens, mercadorias e serviços à economia de mercado, a Ecosol se constitui como resultante da elaboração e esforço de trabalhadores excluídos ou em processo de exclusão, a partir das mudanças de interesse da economia de mercado. A Ecosol apresenta entre suas características em destaque, não ter sido produto de nenhuma elaboração ou formulação teórica de nenhum economista renomado ou em ascensão. Bem como, não o é de qualquer outro intelectual ou pesquisador das

---

<sup>40</sup> Conferir Bertucci e Marinho, 2003.

ciências sociais, ciências econômicas, nem mesmo, da ciência política. A Ecosol se constitui como uma produção histórica, a partir da conquista e luta de homens e mulheres em diversos continentes e territórios como estratégia de enfrentamento da desigualdade, marginalização e apartação social, aos quais foram submetidos, a partir do avanço e consolidação das práticas de subordinação, competição e competitividade difundidas e impostas pela economia de mercado.

Dessa forma, as experiências da Ecosol são balizadas pelos seguintes princípios:

- 1) *posse coletiva dos meios de produção e distribuição*: desse princípio resulta que nenhum trabalhador ou trabalhadora seja o único proprietário do empreendimento ou dos meios de produção no qual o coletivo se estrutura e produz;
- 2) *gestão democrática*: indica que a tomada de decisões sobre as questões relacionadas à produção coletiva, necessariamente sejam produto de amplo domínio da atividade por todos os integrantes do coletivo. Portanto, as decisões são resultantes da compreensão, entendimento e análise crítica do coletivo;
- 3) *repartição do excedente ou das sobras*: significa que de acordo com a decisão coletiva, enfatizada acima, nenhum integrante do coletivo auferirá vantagem que não seja igual a todos os integrantes do coletivo; e,
- 4) *o capital ou a quota parte não é remunerada*: isto quer dizer que uma vez definida a condição de ingresso no coletivo, independente do quanto por ele posto na atividade produtiva, o seu investimento não será remunerado como forma de ganhos individuais, a exemplo de investimentos na economia de mercado.

A título de ilustração queremos destacar que na trajetória de construção da Ecosol, serão encontradas diversas experiências, a exemplo de:

- a) organizações de trabalhadores que se associam para potencializar o empreendimento coletivo, e assim, fazer frente às dinâmicas e estratégias da economia de mercado;
- b) grupos de pequenos produtores rurais ou de áreas urbanas – sobretudo nas grandes cidades - que com práticas associativas implementam fases ou etapas da produção, a exemplo da compra de matéria-prima, transporte de mercadorias e comercialização em conjunto, como estratégia de evitar ou mesmo eliminar os

atravessadores que intermediam a atividade econômica, se locupletando com o resultado do trabalho alheio;

- c) exemplo de produtores, também consumidores, principalmente os assalariados que buscam práticas associativas, a fim de adquirir bens e serviços com o objetivo clássico de que, com menor investimento, se obtenha maiores rendimentos;
- d) formação de fundos rotativos ou fundos solidários que possibilitem a grupos de produtores e/ou assalariados obter empréstimos a juros baixos, com prazos e tolerância que permitam o retorno do capital, sem prejuízo do coletivo ou do investimento;
- e) grupos de idosos, senhoras, jovens que se reúnem para produzirem bens para doação e ações solidárias, bem como para terapia ocupacional ou mesmo, integração social.

Além dessas experiências, a tomada do controle administrativo e gerencial de algumas empresas em estado falimentar, por trabalhadores vítimas da má gestão, esperteza ou má fé dos capitalistas, passaram a constituírem-se em experiências de Ecosol. As empresas consideradas falidas ou em estado de falência, cuja gestão passa para o controle dos trabalhadores, dando origem no Brasil as empresas autogestionárias sobre as quais já nos referimos acima.

No Brasil, a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, incentivou a gestão de empresas em situação de falência por trabalhadores, a exemplo da Sakai - SP, Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá – CBCA, uma das primeiras empresas recuperadas do Brasil, Usina Catende, no município de Catende – PE, entre outras tantas. As empresas autogestionárias, derivadas de processos de recuperação de massa falida refletem bem a importância desse novo sistema produtivo, demonstrando que na verdade as empresas faliram por má gestão deliberada ou oportunismo dos seus gestores, expresso no não cumprimento de acordos firmados com o Estado no pagamento de impostos, geralmente após vencido o tempo de carência dos financiamentos e incentivos fiscais auferidos pelas empresas e ofertados aos empreendimentos privados.

Após a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária – GT da Economia Solidária no Brasil, durante a realização do II Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre, no ano de 2002, espalhados nas regiões em diversos estados, veio a consolidação de esforços na construção de processos capazes de abrir discussões em torno dos dilemas enfrentados por trabalhadores desempregados ou sem nunca terem tido a oportunidade do primeiro emprego, bem como a busca de alternativas de enfrentamento ao sistema que exclui e oprime o trabalhador.

A partir da articulação unificada entre diversos atores que vinham desenvolvendo atividades alternativas de inclusão de trabalhadores em todo o território nacional instituiu-se a luta. Aliada aos interesses de muitos trabalhadores, assessorias e segmentos do poder público, a exemplo de algumas universidades, na conjunção de esforços de construção de um movimento que tivesse a intenção de não apenas a minoração das mazelas geradas pelo estágio atual do capitalismo, mas de se constituir em ações afirmativas e alternativas à economia de mercado.

Nesse sentido, o primeiro passo foi conhecer experiências e articulações de trabalhadores/as de outros países, com o objetivo de constituição e unificação das iniciativas nativas em um movimento de dimensões internacionais, com capacidade de reunir interesses dos trabalhadores de diversos continentes.

Faz-se necessário explicitar que o movimento de Ecosol, como articulação mundial está pautado por princípios ideológicos definidos, por isso seu caráter internacional. Queremos afirmar, a partir das considerações de Gohn (1997), sobre a compreensão dos movimentos sociais em relação à ideologia, anunciando que “todo movimento social é articulado a um conjunto de crenças e representações e são eles que dão suporte às suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos”, explicita o caráter revolucionário da Ecosol, arregimentando estratégias de combate ao capitalismo, na construção de nova ordem econômica e política.

Tal proposição explicita bem o que queremos afirmar como princípios da Ecosol. Esses não existem por eles mesmos, mas sim, são construídos a partir dos fundamentos ideológicos que os ordenam. Desse modo, o conjunto de crenças e principalmente, os fundamentos que embasam o projeto da Ecosol no campo político, diz respeito, especificamente, à construção de um sistema econômico capaz de engendrar mudanças culturais sucessivas em sua trajetória, ao ponto de tornar-

se, um modo de produção contrário aos fundamentos e princípios liberais. Princípios esses, que na atualidade regem a economia de mercado, tendo por consequência as agruras da exclusão.

Ainda tratando no campo da ideologia, vale resgatar aqui, contribuições de Gramsci (1997), a fim de se compreender que o movimento de Ecosol não se constitui como mera objetivação de ajustamento dos excluídos às crises do capitalismo. Ao se referir sobre ideologia, Gramsci a caracteriza como “*motivações que se objetivam na realidade histórica e concreta*”. Isso quer dizer que as ideologias, além de promover caráter dinâmico ao confronto no debate por elas gerado, também são construídas no processo histórico.<sup>41</sup>

Gramsci (1977 *in*: SIMIONATO, 2004), discorre sobre duas principais características da ideologia: a primeira de caráter transitório, tendo por características pouca influência para a humanidade, mais presente em pequenos grupos e; a segunda, objetivações historicamente construídas, apresentando “uma concepção de mundo e se manifestam implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”. Essas características são denominadas por ele de ideologias orgânicas. Para nossa compreensão, essa segunda embasa e orienta as mudanças na ordem política e social que se pretendem com a Ecosol.

Nesse sentido, o caráter coletivo dessa segunda caracterização sobre ideologia, observa-se mais facilmente na capacidade e poder de articulação de segmentos excluídos da sociedade em redes, em busca de proposições alternativas às mazelas que os afligem. Em todo o mundo a convergência da capacidade de mobilização e de indignação com o a exclusão desencadeada pelo capitalismo se expressa no que veio a ser denominado de Fórum Social Mundial. Advento que ganhou notoriedade e expressão na última década do século XX.

O FSM consegue exercitar articulação em rede dos movimentos sociais e da sociedade civil em suas diversas expressões de forma a envolver organizações de segmentos sociais em todos os países. Nesse contexto, as objetivações que valem

---

<sup>41</sup> Sobre processo histórico conferir: BOITO JR. Armando. **O lugar da política na teoria marxista da história**. Texto apresentado ao Grupo de Estudos Althusserianos do Centro de Estudos Marxistas – Cemarx da Unicamp. *In*: Crítica 19. 2006.  
BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

ser evidenciadas no conjunto dos movimentos sociais, são as que caracterizam contradições históricas que ainda merecem atenção na atualidade, a exemplo da exploração no mundo do trabalho empreendida pelo capitalismo.

Na América Latina, as contradições do capitalismo observadas e descritas por Scherer-Warren (1996), indicam disposições que se evidenciam, de modo a engendrar contornos de nova ordem social, carregando nelas mesmas, forte carga ideológica, típica da ideologia orgânica, as quais se notabilizam presentes no movimento de Ecosol. Vejamos:

- a) *democracia versus verticalismos e autoritarismo*: práticas observáveis por dentro dos próprios movimentos. Ou seja, a busca de novas formas de relações contrárias às emanções para a sociedade, sem que os seus entes tenham sido chamados a acordarem com o que se lhes apresentam, fazendo com que os atores sociais tenham que contemplá-los e assimilá-los em seu cotidiano, sem mesmo terem conhecimento em que serão diretamente beneficiados. No momento atual da sociedade brasileira; tal antagonismo é facilmente observável na esfera política, representantes do povo, aliados aos interesses econômicos propõem, defendem, divulgam e aprovam medidas contrárias ao interesse popular;
- b) *valorização das diversidades versus a tendência ao reducionismo - a monopolização da representação*: como a própria sentença indica, os atores sociais excluídos buscam alternativas ao que o sistema econômico dominante lhes impõe como se não houvesse outras possibilidades de se viver na sociedade moderna, a não ser pela saga do determinismo da economia de mercado. Desse modo, a responsabilidade pelo fracasso individual é repasso para o próprio fracassado. A determinação da exclusão, além do indivíduo, também é justificada pelo argumento do sistema que o condiciona. Na Ecosol as decisões coletivas horizontalizadas promovem o ator social, dando-lhe voz e capacidade de propor medidas de intervenção em condições de igualdade e não da dependência.
- c) *autonomia diante dos partidos políticos e o Estado versus clientelismo e dependência*: os movimentos sociais passam a compreensão de que a representação política, expressa pelo ideal de democracia almejado e conquistado com a morte de muitos dos seus defensores, não está assegurada com o modelo de representação e com os representantes, a partir do pleito eleitoral. Ou seja, não basta a queda dos sistemas ditatoriais que macularam os

ideais de liberdade e libertação social na América Latina e no mundo, se as práticas nas tomadas de decisão nas esferas políticas, não reconhecem e nem valorizam as organizações sociais, enquanto representação legítima da sociedade, a não serem aquelas que com as esferas do poder instituído têm estreita e íntima ligação, por vieses muitas vezes duvidosos. Práticas dessa natureza, ao invés de emancipar a sociedade, a torna cativa, mais uma vez, mantendo-a na dependência das políticas compensatórias ou clientelistas;

- d) *Busca de formas de autogestão, de cooperação, de cogestão da economia diante da crise versus a dependência estatal e o sistema produtivo capitalista:* nessa premissa, a exemplo dos argumentos acima, acena-se para práticas e dinâmicas balizadoras da Ecosol. Queremos afirmar que com mudanças ocorridas no cenário dos sistemas políticos recentes na América Latina, notadamente no quarto final do século XX e primeira e meados da segunda década do século XXI, não houve alterações favoráveis à maioria da sociedade dos estados nacionais. Principalmente mudanças no sistema econômico capazes de promover a desejada emancipação social. As ocorridas no campo político e, por extensão na economia, não geraram objetivações sólidas capazes de engendrar mudanças estruturais na sociedade. As conquistas auferidas por governos de inclinação popular logo foram alteradas, limitadas, quando não retiradas, a partir da reorganização dos interesses econômicos dominantes.

Por isso, mesmo contrários ao discurso e justificativas de que as disposições econômicas estão sempre desfavoráveis a mudanças que possam beneficiar a maioria da sociedade, atores excluídos ou em processo de exclusão buscam construir suas próprias alternativas. Entre elas, a organização coletiva.

Como nem o mercado, anunciado e propalado como mecanismo regulador das relações entre os interesses ator social e o estado, desde o advento da modernidade, atendeu às condições de sobrevivência digna dos milhões de homens e mulheres, de acordo com o ideário liberal. Também, o próprio Estado, dominado pelo mesmo ideário não exerce isonomia no desempenho das funções para as quais fora criado. Trabalhadores excluídos, compreendendo sua condição de subordinação na sociedade, constantemente, atuam na elaboração de estratégias de superação do *status quo* que vivenciam por dentro do sistema dominante. Tais estratégias cumprem duas funções prioritárias: negação da ordem dominante e superação de tal ordem.

As estratégias de superação da subalternidade por dentro do sistema são também defendidas nas proposições de revolução/mudanças pelo meio, nas formulações de Boito Jr. (2006)<sup>42</sup>, a partir da ação política e, segundo Singer (1998)<sup>43</sup>, na defesa da possibilidade de construção do socialismo de forma gradativa, a partir dos flancos abertos pelas crises econômicas do capitalismo. Através da criação, desenvolvimento e fomento de cooperativas de produção e de consumo. Por fim;

- e) *Emergência de novos valores da solidariedade, reciprocidade e comunitarismo versus individualismo, lógica de mercado e competição*: defende a compreensão de que as dinâmicas políticas adotadas no último quarto do século XX, priorizando atendimento dos interesses da esfera econômica não atenderam aos interesses da maioria das populações excluídas. Diante dessa constatação, o enfrentamento aos ditames capitalistas, necessariamente passa pela adoção de novos valores pela sociedade. Para tanto, isso exige mudanças na compreensão de qual modelo de sociedade se quer, a partir do desenvolvimento de novos estágios de consciência, presentes na obra de Paulo Freire (1967; 1992).

Vale lembrar que quando Freire se refere a questões da consciência, está relacionando esse construto com algo em processo, elaborado em relação com o outro. Como tal, a consciência ou a tomada dessa sempre está relacionada à construção coletiva. Na afirmação do próprio Freire:

Na América Latina e nos Estados Unidos, acredita-se que fui eu quem batizou essa palavra. No entanto, a verdade é outra. Ela nasceu de uma série de reflexões que uma equipe de professores desenvolveu no Instituto Superior de Estudos do Brasil – ISEB, associado ao Ministério de Educação Nacional, criado depois da chamada Revolução Libertadora do Brasil no ano de 1964. A palavra foi criada por um professor daquela época, eu não saberia dizer qual; porém, o fato é que nasceu de suas reflexões em equipe.

---

<sup>42</sup>Ver BOITO JR. Armando. **Olugar da política na Teoria Marxista da História**. Texto apresentado ao Grupo de Estudos Althusserianos do Centro de Estudos Marxistas – Cemarx da Unicamp. In: Crítica 19. 2006.

<sup>43</sup>SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998. 182 p, - Coleção Zero à esquerda.

Eu convivía com todos eles e foi precisamente no ISEB que ouvi, pela primeira vez, a palavra conscientização.<sup>44</sup>

Dessas formulações de Freire, podemos compreender a tomada de consciência da classe trabalhadora se dará de forma contínua, a partir de problematizações constantes sobre a realidade.

A exclusão se constitui na maior contradição do capital. Por isso, também se reveste e contribui com e para o movimento insurgente, na elaboração e experimentação de novas práticas e relações de produção. Iniciativas alternativas no mundo do trabalho de inspiração capitalista, operadas em oposição a toda e qualquer forma de opressão se constituem em verdadeiras comunas,<sup>45</sup> enquanto construções revolucionárias eficazes. Apesar da vigilância, controle e constante cooptação da classe dominante e, muitas vezes, do próprio Estado, a serviço dos interesses econômicos dominantes, através dos seus aparatos legais.

Para muitos pesquisadores, a exemplo de Oliveira (2008),<sup>46</sup> a trajetória de iniciativas próximas à Ecosol no Brasil ocorreu com maior evidência entre as décadas de 1980 e 1990. Essas iniciativas estavam restritas a “ações de algumas Organizações Não Governamentais – ONG’s que, no máximo, se articulavam internamente, no seu próprio campo”.

As iniciativas a que Oliveira nos remete, preferencialmente, se desenvolviam entre os segmentos mais empobrecidos da sociedade, tendo como características comuns localização nas periferias urbanas e comunidades rurais. Assistidas por projetos localizados, patrocinados com recursos de instituições particulares, sem relação com o desenvolvimento de políticas públicas.

A opção e preferência de instituições de natureza filantrópica e/ou assistenciais em desenvolver ações junto aos segmentos empobrecidos da sociedade contribuíram para a equacionalização de problemas imediatos dos atores

---

<sup>44</sup> Afirmações de Paulo Freire em Conferência no Centro Intercultural de Documentação – CIDOC, em Cuernavaca, Morelos – México. Publicado em *Contacto*. Secretariado Social Mexicano, México, n. 01, ano 8, 1971, p. 42 – 51. Ver também, TORRES NOVOA, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa** – Uma leitura crítica de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 2014.

<sup>45</sup> Claudio. Palestra proferida em reunião de **Capacitação em planejamento na educação para educadores populares da Zona da Mata Sul Pernambucana**, realizado na Usina Catende Harmonia – PE. 2009.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Dissertação Inaugural para obtenção do título acadêmico de doutora em Ciências Econômicas e Sociais no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Kassel – Alemanha**. Kassel – Alemanha, 20.11.2008. 277 p.

sociais beneficiados. Contudo, apesar da importância dessas iniciativas, não seria verdadeiro afirmar que configurassem de fato em experiências solidárias, no sentido de estruturação de alternativa e enfrentamento às dinâmicas excludentes da economia.

Tais experiências, se solidárias, o eram no sentido de práticas assistenciais, sem maiores intenções de transformação da ordem estabelecida, mantenedora da condição de dependência dos atores beneficiados. Por isso, muito dessas iniciativas foram e podem ser facilmente confundidas com práticas solidárias, no sentido de conjunção de esforços para além do imediato mas, como proposta de mudança da ordem que condiciona a dependência e, por conseguinte, a exclusão.

No entanto, é verdadeiro afirmar que ações coletivas possibilitam o desenvolvimento de objetivações capazes de despertar reflexões aproximadas à noção de consciência trabalhada por Freire. Entre as ações desenvolvidas com o objetivo de transformação da exclusão destacam-se: iniciativas de caráter eclesial, a exemplo das pastorais, sobretudo as afinadas com a Teologia da Libertação, Conselho Indigenista Missionário – SIMI, Serviço de Apoio a Projetos Alternativo Comunitário - SEAPAC, além de atividades de extensão popular nas universidades públicas.

Essas iniciativas, atribuindo caráter articulado, a partir do interesse de diversos setores institucionais, contando com a participação de intelectuais, partidos de esquerda, sindicatos engajados com as causas sociais, para além dos seus interesses corporativos, gestam programa de natureza política e organizacional para a transformação. Nesse esforço coletivo, pode-se atribuir a intenção de mudança da realidade local, articuladas e replicadas em diversas outras realidades. A replicação das iniciativas locais em realidades diferentes geram processos de discussão coletiva, tornando-se metodologia popular de formação.

Variadas são as iniciativas, entidades e instituições que com suas práticas estruturam processos concorrentes para a articulação de proposições que façam enfrentamento à gramática da exclusão, a que estão submetidos homens e mulheres, trabalhadores, em todas as idades. Porém, ao nosso entendimento, somente a partir do advento do Fórum Social Mundial,<sup>47</sup> a partir da sistematização e

---

<sup>47</sup> FSM, ocorrido em Porto Alegre, Brasil, no período de 25 a 30 do mês de janeiro do ano de 2001,

conhecimento de tais dinâmicas, de fato se congregam esforços, no sentido de aglutinação, mapeamento, sistematização, aproximações conceituais e sentidos operacionais de experiências que pudessem ser caracterizadas como de Economia Solidária.

Foi assim que, entre as reflexões realizadas entre os debatedores da oficina de Economia Popular Solidária e Autogestão nesse Fórum, militantes de esquerda, produtores autônomos, produtores cooperados, além de diversos outros segmentos sociais, instituições governamentais e não governamentais, se articularam e constituíram o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, denominado de GT – Brasileiro de Economia Solidária.

Inicialmente, integraram esse grupo 12 (doze) entidades representativas de segmentos sociais organizados e redes nacionais, todas com experiências e práticas associativas inseridas em diversos espaços do território brasileiro, tendo em comum ações e intenções de natureza solidária nas zonas urbanas ou rurais,<sup>48</sup> a partir daí, com forte tendência política como estratégia de inclusão social. A mobilização e articulações decorrentes do FSM se constituíram no marco inicial do movimento que passou a denominar-se Economia Solidária no Brasil.

O trabalho do GT Brasileiro de Ecosol desenvolvido através de encontros regionais, plenárias estaduais e nacionais, foi moldando e lapidando o conceito e os princípios da Economia Solidária, ao mesmo tempo em que foram sendo definidos os parâmetros desse campo de ação, como alternativa e estratégia de enfrentamento às dinâmicas da exclusão social.<sup>49</sup> Todo o trabalho realizado pelo GT culminou com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Inicialmente, o GT - Brasileiro fora constituído por entidades de assessoria, fomento e pelo segmento de gestores públicos. A criação do FBES foi instigada pela necessidade de difundir a proposta da Ecosol entre as regiões do País, de modo a convergir interesses afins e estimular a difusão das diversas iniciativas coletivas com o mesmo objetivo.

---

<sup>48</sup> Ver relação das entidades no anexo.

<sup>49</sup> Por modo de produção compreendemos a maneira pela qual a sociedade organiza a produção de bens e serviços, define como utilizá-los, bem como orienta sua distribuição. Um modo de produção é constituído por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes na sociedade. Ver verbete modo de produção In: **Dicionário do Pensamento Marxista**. [Título Original: *A Dictionary of Marxist Thought edited by Tom Bottomore*]. {Tradução a edição brasileira: Waltensir Dutra}. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 267-70.

A mobilização de empreendimentos simples com características locais e as experiências das empresas recuperadas instigaram a formulação de propostas de política pública a nível regional e nacional. A fim de que se pudesse atrair a atenção do Estado para reconhecimento do potencial e do valor dessas experiências, também como promotoras de desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento local.

O passo seguinte foi barganhar dotação de recursos para instituição de linhas de crédito que fomentasse a nova proposta econômica emergente no cenário da economia e da política nacional.

Os esforços empreendidos pelas iniciativas de organização e dinamização do movimento de Ecosol no Brasil contam, no ano de 2002, com advento do processo eleitoral majoritário, com eleições para as Câmaras Estaduais, Federal, Senado, além da presidência do País. O fenômeno do processo eleitoral foi muito favorável ao fortalecimento e expansão do novo ideário econômico, em função de que a classe política estava mobilizada para as eleições, portanto, a caça de votos para os candidatos.

O cenário eleitoral se converteu em objetivação favorável à divulgação e discussão de propostas de inclusão e organização social, há muito deixada de lado pelos políticos de interesses meramente eleitoreiros, com pouco ou nenhum compromisso com os interesses da maioria dos concidadãos. Nesse sentido, o processo eleitoral favoreceu a inserção na pauta do Congresso Nacional e na esfera do governo central as experiências e iniciativas da produção coletiva e popular.

Vale destacar que desde a implantação das primeiras cooperativas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil já se tinham experiências com trabalho e produção coletiva na terra *brasilis*. No entanto, tais experiências nunca objetivaram o rompimento com a ordem econômica estabelecida. No máximo, acabaram por se tornar uma espécie de ajustamento para integração da mesma como barganha de recurso a título de fundo perdido, nunca como política pública. Por isso, a partir de meados dos anos de 1980 e início da década de 1990, ganhou expressão no Brasil o termo *profissionalização do cooperativismo*.

Tal ideia recebeu forte apoio institucional das agências de fomento e assistência técnica, entre elas o SEBRAE, instigando a criação do SESCOOP pelo sistema 'S', com a intenção de tornar a prática cooperativista cada vez mais ajustada

ao *modus operandi* da economia de mercado. Esta ação foi mais uma clara demonstração de como o sistema vigia, controla e limita as ações de caráter revolucionário.

Resulta dessa campanha o abandono dos princípios dos Pioneiros de Rochedale, além da quebra dos valores do cooperativismo clássico. Muitas vezes, essas cooperativas serviram de artifícios para burlar taxas e impostos cobrados de uma empresa comum da economia de mercado. Por conseguinte, o prejuízo social e político à proposição do trabalho coletivo de inspiração revolucionária ainda sofre com o descrédito gerado por essa prática. As denominadas cooperativas “gato” foram disseminadas, prestando um desserviço às iniciativas coletivas sérias.

No final do ano de 2002, ocorre o fim do processo eleitoral que consagrou a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – o Lula do Partido dos Trabalhadores – cuja eleição se constituiu um marco histórico da classe popular e operária no Brasil, por tratar-se de um presidente oriundo das classes populares e da esquerda brasileira.

No bojo de animação eufórica decorrente do fato de se ter um presidente de esquerda, tendo como referência as discussões do Fórum Social Mundial, reanimando a crítica e a esperança da possibilidade de mudanças no cenário econômico e político, o GT brasileiro de Ecosol mobiliza e articula em todo o País, diversos atores sociais (segmentos de trabalhadores, instituições e organizações sociais, etc.) em um amplo processo de mobilização nacional para realização da primeira plenária de Economia Solidária no País.

Por ocasião da realização da I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada no período de 9 a 10 de dezembro do mesmo ano de 2002, fora elaborada, aprovada e encaminhada a denominada *Carta ao Governo Lula*. A carta continha os princípios da Ecosol, diretrizes para elaboração de política pública de caráter popular. Carta documento entregue ao Presidente tinha por tema “*Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*”.

O novo governo empossado, com simpatia aos movimentos sociais, atende às reivindicações do movimento, representado pelo GT Brasileiro de Ecosol, criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária - (SENAES), tendo como titular da pasta o intelectual, militante nos movimentos sociais e professor universitário, Paul Singer.

Com a criação da SENAES, se tem instituída a primeira política pública no campo da economia solidária no Brasil. Embora, ainda não pudesse ser considerada uma política de Estado e sim de governo.

Para os movimentos sociais, em especial para os militantes do movimento de Ecosol, começa-se a operar esboço do que poderia ser denominado o início de uma revolução pelo meio, através da política, sem rompimento da ordem estabelecida na esfera institucional, segundo formulações de Boito Jr. (op. cit.).

### **2.2.1 Plenárias e encaminhamentos para o fortalecimento da ECOSOL no Brasil**

Após as definições e ajustes na compreensão do conceito, definição de princípios e elaboração de estratégias de ação, com vistas à ampliação e fortalecimento do movimento para todo o País, em sintonia com o desenvolvimento da Ecosol em outros territórios, desenvolvido pelo GT Brasileiro, a principal conquista da I Plenária foi propor ao governo brasileiro alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional no País, com a entrega da Carta acima mencionada. Nesse sentido, as plenárias regionais cumpriram importante função pedagógica, no processo de difusão e mobilização dos princípios da Ecosol por todos os estados.

Ações e procedimentos na mobilização do movimento de Ecosol seguem com a realização da II Plenária Nacional, realizada por ocasião do encontro FSM-Brasil, no mês de janeiro de 2003, também na cidade de Porto Alegre, ainda sob gestão do GT Brasileiro de Ecosol.

A II Plenária teve como ponto forte o lançamento do desafio de criação do Fórum Brasileiro de ECOSOL, através da publicação e lançamento do livro: Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O segundo ponto de destaque nessa plenária foi a definição de agenda para mobilização, debates e sensibilização da sociedade, em particular os excluídos por todas as regiões do país. Nessa segunda plenária, por reconhecimento e amadurecimento do processo e avanços com a proposta econômica da Ecosol, legitima-se o GT – Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

No ano de 2003, mais precisamente no mês de junho, realiza-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, contando com participação de representantes de 17 (dezesete) estados brasileiros, produto do trabalho de mobilização do GT. O

principal destaque dessa Plenária ficou no crédito de criação e afirmação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), aliado à conquista da criação da SENAES, pouco tempo anterior a esse evento.

Além da criação e afirmação do FBES, a III Plenária define como ação prioritária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária articular e mobilizar as bases da Economia Solidária por todos os estados da Federação. Para tanto, as diretrizes das ações futuras do FBES foram definidas em uma Carta de Princípios, contendo definições e Plataforma de lutas, aprovadas na Plenária. Com vistas ao amadurecimento e fortalecimento da Ecosol como movimento social, constou entre as definições desse encontro, estímulo à criação dos Fóruns Estaduais e Regionais de Economia Solidária.

O surgimento dos Fóruns Estaduais e Regionais proporcionou visibilidade da Ecosol como alternativa à situação de exclusão e vulnerabilidade social a que estavam submetidos significativos segmentos sociais. Tais fóruns articularam trabalhadores para apresentarem alternativas viáveis à superação da exclusão social, através da organização de coletivos de produção.

Como resultado da amplitude na compreensão de que outra modalidade econômica pode ser viável, os articuladores estaduais, em parceria com a gestão do FBES, contando com o apoio da SENAES, realizam o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária no período de 13 a 15 de agosto do ano de 2004.

Durante o período de realização do III FSM, fora realizada reunião com dezenas de atores que militam no campo da Ecosol na América Latina, com vistas à intensificação e ampliação da articulação do movimento, para além das fronteiras territoriais. Com essa reunião, o trabalho de articulação com a América Latina entrou definitivamente na agenda do FBES.

Em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos delegados, definidas reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho desse ano. Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação e integração dos resultados dos encontros no Conselho Nacional de Economia Solidária, bem como a incorporação de propostas de políticas públicas para a Economia Solidária na esfera política a níveis municipal, estadual e nacional.

Quanto à organização e funcionamento do movimento de Ecosol, são constituintes e integram o FBES três segmentos que atuam em relação mútua na articulação política no campo da Economia Solidária: *empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos*. A título de esclarecimento, para melhor compreensão de quem são os atores que integram o movimento de ECOSOL, vamos às definições de cada um:

- **Empreendimentos Econômicos Solidários:** são constituídos por organizações coletivas de características: 1) Organizações Coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, grupos de comércio justo, feiras agroecológicas etc.; 2) Seus participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, bem como definem coletivamente a apropriação coletiva dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (finanças solidárias), comercialização e consumo ético e solidário, além de produção artística e cultural.<sup>50</sup>
- **Entidades de assessoria e/ou fomento:** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa. Essas organizações podem ser ONG's, OCIP'S, Fundações, etc.
- **Gestores públicos:** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária em prefeituras, governos estaduais e governo federal.

A fim de se ter maior dinamicidade nas articulações desenvolvidas pelo movimento, a nível nacional, sua representação ocorre através da Coordenação Nacional. Dessa coordenação participam: 16 (dezesesseis) entidades e redes

---

<sup>50</sup> Cf. página do FBES: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br).

nacionais; 03 (três) representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES); desses, 02 (dois) são trabalhadores de empreendimentos solidários e; 01 (um) representante de entidade de assessoria ou da rede de gestores.

Além da Coordenação Nacional, para o trabalho de diálogo com outros movimentos sociais e instituições públicas ou privadas, bem como o tratamento das demandas de rotina do movimento, tais como acompanhamento dos trabalhos da Secretaria Executiva Nacional, sediada em Brasília foi instituída a Coordenação Executiva Nacional. Essa é composta por 13 (treze) representantes, assim distribuídos: 07 (sete) representantes de empreendimentos de ECOSOL das diversas regiões do país - sendo 02 (dois) da Região Norte, 02 (dois) da Região Nordeste, 01 (um) da Região do Sul, 01 (um) da Região Sudeste e 01 da Região Centro-Oeste; 05 (cinco) representantes das Entidades de Assessoria e Redes nacionais e 01 (um) representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em resumo, o FBES se constitui como iniciativa bem sucedida da sociedade civil capaz de aglutinar interesses e aspirações sociais, forjando processos e dinâmicas de enfrentamento às diferenciações sociais produzidas pelo capitalismo. Também se estabelece como uma importante estratégia de geração de políticas públicas por dentro do sistema dominante. Sendo capaz de gerar novas perspectivas econômicas, a partir da inclusão social de homens e mulheres das diversas faixas etárias no mundo do trabalho, com foco na eficiência técnica, gestão coletiva e geração de renda.

Para compreender como os procedimentos engendrados pelo movimento de Ecosol põem em marcha interesses da classe trabalhadora excluída do mundo do trabalho, se faz necessário saber quais fundamentos pedagógicos constituem o movimento, de modo a mantê-lo sempre sinergicamente em atividade, motivando trabalhadores e trabalhadoras para o “fazer” coletivo. Quando, por diversas razões, muitos demonstram estar em estágio de aparente apatia, frente à realidade que os excluiu.

Conhecer tais objetivações, implica em desvelar quais formulações educativas e de formação social podem estar em consonância com os princípios da economia solidária. Que tipo de educação nos ajuda na organização e desenvolvimento da produção em termos afirmação e difusão da economia

solidária? Quais metodologias atendem e cumprem a função de despertar o interesse dos atores sociais excluídos, de modo que esses operem mudanças no seu fazer, com vistas à sua emancipação cidadã e, por extensão do grupo social ao qual pertencem e do meio onde vivem?

Pensamos que metodologias com tal capacidade de estímulo, necessariamente não prescindem de fundamentos que lhe dê credibilidade e identidade com os atores excluídos. Nesse sentido, buscamos estudar a Educação Popular como teoria que congrega fundamentos, linguagem, técnicas e metodologias de mobilização e emancipação social, a partir da discussão da realidade e motivação dos atores interessados em primeiro reconhecer o *status quo* e, depois, modificá-lo. Trataremos desse tema no capítulo seguinte.

### CAPITULO III

#### A EDUCAÇÃO POPULAR: CARACTERÍSTICAS E CONSTITUINTES

Nesse capítulo buscamos destacar as principais características e constituintes da Educação Popular, destacando os principais fundamentos produzidos por pensadores desse campo de estudo. Primeiro, demarcando o campo da educação como fazer humano e suas principais implicações na vida em sociedade.

Ao tratar sobre características e constituintes da educação popular, *mister* se faz anunciar a sua substância. Ou seja, definir o que seja educação popular, o que significa e quais sentidos congrega tal expressão. Isso porque, dado o caráter popular enquanto adjetivação da educação, igualmente implica na agregação de fundamentos e significados que lhes assegure relevância e consistência teóricas.

Para muitos militantes no campo da educação, o termo popular se constitui apenas como uma adjetivação qualitativa da educação. Em assim sendo, devemos lembrar que a educação não se constitui apenas como conceito extraído de experiências laboratoriais. Mas também entre as mais complexas ações humanas. Possui características próprias e se estabelece como resultante da afirmação do que se venha compreender como o que seja, ser humano. Ou seja, a educação é resultante de complexos e sucessivos processos na construção do se tornar humano, assegurando desde o mais tenro processo de humanização a sobrevivência da espécie<sup>51</sup>.

A título de referência histórica, o termo educação deriva da conjugação de dois termos de influência na formação do nosso vocabulário: a) *educare*, termo originário do Latim que significa educar, compreendido como processo e tentativa de aproximação conceitual com o nosso vocabulário e; b) *paidagogein*, de origem vocabular derivada do Grego, remetendo à ideia de processo intrínseco às relações humanas enquanto “um fenômeno de apropriação da cultura”.<sup>52</sup>

Portanto, a compreensão do que seja educação está para além da mera conceituação acadêmica ou terminologias científicas. Para melhor esclarecer os sentidos análogos à noção do que seja educação, se faz necessária a compreensão

---

<sup>51</sup> Cf. Melo Neto *in*: **Educação popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: UFPB, 2004. p. 9.

<sup>52</sup> Idem.

de que, como prática intrínseca ao fazer humano, ela é constituinte da própria humanização que torna o homem um ser de cultura.

A importância da cultura para o homem está arraigada ao processo educativo que o forma, estabelecendo a sua diferença no reino ao qual pertence. Nesse sentido, valemo-nos da afirmativa de Jaeger (1995; p. 1), na introdução do livro *Paideia*, ao remeter-nos ao sentido da educação na cultura grega, afirmando que:

Os antigos estavam convencidos de que a educação e a cultura não constituem uma arte formal ou uma teoria abstrata, distintas da estrutura histórica objetiva da vida espiritual de uma nação... (JAEGER, 1888 – 1961; 2001, p. 1).

A dimensão histórica com, e, a partir do desenvolvimento da capacidade intelectual do homem se constituem nos fundamentos essenciais da própria construção do ser humano pela aprendizagem e uso racional do conhecimento que adquire. No processo de estabelecimento de relações, aprendizagem, auto formação e formação em relação com seus pares no meio socioambiental, o homem desenvolve suas capacidades e potencialidades cognitivas. Ao estabelecer tais relações de forma intencional ou pelo simples fato de não poder se negar a aprender com a experiência, denominamos esse processo de **educação**.

Por esse viés de compreensão, recorreremos a J. J. Rousseau (1995)<sup>53</sup> na obra: *Emílio ou Da Educação*, ao sentenciar que “Nós trabalhamos de concerto com a natureza, e enquanto ela forma o homem físico, nós tratamos de formar o homem moral...”. Ou seja, Rousseau nos remete necessariamente à compreensão de que a educação é inerente à própria existência humana, quando afirma que a natureza forma o homem físico. Mas, também ressalta a intencionalidade da educação como processo na formação do ser humano, ao reconhecer que sua formação moral ocorre pela natureza.

A conjugação da relação natureza – homem exige a mediação da razão. Razão como expressão da capacidade que somente o homem é capaz de desenvolver, a partir da análise de determinadas objetivações. Utilizando a razão, o

---

<sup>53</sup> Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. {Título original: *Émile ou De L'Éducation*}. [Tradução: Roberto Leal Ferreira; Introdução: Michel Launey (Revisão da tradução: Monica stahel)]. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

homem é capaz de empreender escolhas, projetar riscos, criar a ideia de futuro e do devir para ele mesmo e para seus pares.

Nesse processo de racionalização das relações e mediações homem – homem e homem – natureza, foram sendo cunhadas e inscritas as bases de desenvolvimento da capacidade e projeção intelectual, expressa pela cultura. Portanto, a cultura enquanto ação pensada e reificada no fazer humano, enquanto capacidade de transformação de ideias abstratas em concreto vivido. Constituindo, assim, processos de educativos. Por sua vez, a aprendizagem afirma a cultura enquanto educação e prática educativa.

De forma análoga, a estruturação dos entes culturais que foram humanizando o homem, fazendo-o distanciar-se dos demais animais e seres da natureza, a partir da reflexão contínua sobre si e sobre sua existência, a educação se constitui como imperativo da afirmação e consolidação das práticas culturais. Também no campo do trabalho essa premissa é verdadeira.

Comenius (1592 – 1670), pensador que idealizou a educação como meio de elevação e completude do homem enquanto ser e criatura plena, em sua produção *Didática Magna*, defende que o homem para ser homem precisaria, necessariamente, de formação. Então, por essa formulação, pode-se deduzir que sem formação o homem seria como os animais dos contos e lendas. Para tanto, na busca de afirmação da característica sublime humana, o referido autor defende o princípio da universalização da educação como forma de convivência harmônica entre os homens e desses com a natureza.<sup>54</sup> Está sinalizado na proposição de universalização da educação apresentada por Comenius o construto do que vamos trabalhar como educação popular.

É sabido que as relações humanas são resultantes de motivações, idealizações e procedimentos, pautados por uma intencionalidade na objetivação dessas ações. Essa intencionalidade da ação desenvolvida pelos humanos, poderíamos denominar ação política. Pois bem, a educação como constituinte e produto do fazer humano acontece, independentemente, muitas vezes até de forma não intencional, a todo o momento e em todo lugar. Basta, para tanto, se estar em

---

<sup>54</sup> Cf. COMENIUS, 1592 – 1670. COMENIUS, 1592-1670. **Didática magna**: aparelho crítico. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Cap: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X. p, 3 -101.

relação com o meio, ainda que se possa estar só. Através da ação e atos reflexivos ou reflexos, já se estará em condição de apreensão de algo e, portanto, em condições de aprendizagem.

A partir dessa compreensão, pode-se inferir que a educação se manifesta em dois movimentos que a identificam e a caracterizam de forma distinta: 1) modo sistematizado e, 2) modo espontâneo. É justamente no primeiro modo e nas suas características que discorreremos sobre alguns dos seus fundamentos essenciais, entre um e outro, a fim de demarcação conceitual e sua implicação política.

O modo de educação caracterizado pela sistematização dos conteúdos implica, necessariamente, numa ação intencional, com objetivos e fins definidos. Sendo assim, toda forma de educação elaborada a partir de uma intencionalidade, gerada pelo interesse de quem regula as relações sociais, desde o advento do Estado Moderno, denominaremos de educação formal. Essa modalidade, geralmente desenvolvida por redes de escolas, programas, projetos e ações direcionadas, pautadas por metodologias e procedimentos afins, tendo como característica principal a demarcação etária e temporal da e para educação dos homens e mulheres, em todos os níveis e classes sociais.

Na educação formal, ao serem projetadas divisões temáticas, metodológicas e de conteúdos, se tem clareza de que essas dinâmicas fortalecem e ordenam o comportamento social, em todas as suas dimensões e esferas de atuação do cidadão, desde a mais tenra idade. Ou seja, a educação formal direciona a vida das pessoas, tirando-lhes, em muitos casos, a decisão de escolha e construção do seu próprio ritmo de vida. Nesse sistema, o próprio exercício da cidadania fica comprometido em sua essência ética e natureza democrática.

Em contrapartida, não é verdadeira qualquer compreensão de forma açodada, a respeito de que a educação popular tenha por características qualquer tipo ou modalidade do fazer educativo ou que se pautem por aprendizagens empíricas. Aprendizagens desenvolvidas fora do sistema formal, também se constituem como ações educativas. Também são formais, embora em muitos casos não sejam institucionalizadas legalmente. Igualmente, não é verdadeira a ideia de que no sistema formal não se exercite ou pratique princípios e fundamentos da educação popular. Contudo, o que queremos afirmar é a intencionalidade com que se trata no campo da educação popular o fazer em educação.

A educação popular é uma modalidade pautada por princípios contrários ao determinismo dos conteúdos e procedimentos da educação sistematizada pela gestão pública. Essa, quando não descontextualizada da realidade, seus conteúdos e métodos, se aplicados, não correspondem aos anseios e à realidade dos atores sociais envolvidos, gerando processos educativos acrílicos e desinteressantes.

Contrárias a essas objetivações, as formulações, os métodos e os procedimentos da educação popular, exigem a devida sistematização dos seus fundamentos vinculados aos anseios e em sintonia com os interesses sociais. Bem como, se desenvolve com a completa anuência e participação dos atores envolvidos nos processos educativos ou formativos.

Para o educador Alder Júlio Calado (2007),<sup>55</sup> importante pensador, educador e animador da Educação Popular no Brasil, com destacada ação, a partir da região Nordeste, numa aproximação conceitual, estabelecendo diferenças entre a educação tradicional e a educação popular, Educação pode ser conceituada como:

Processo no qual a gente está metido desde o nascer, até o último suspiro. Educação é este processo de socialização que acompanha o ser humano pelo resto da sua vida. E, não importa em que direção: se numa direção domesticadora ou se numa educação de autonomia, se numa direção de emancipação. Não importa! Somos todos e todas educados o tempo todo. Então educação para mim é isso. Portanto, algo muito além da escolaridade, da educação formal.<sup>56</sup>

Para em seguida, complementar suas formulações sobre a Educação Popular, como sendo:

Um recorte do processo de socialização, dividido em duas vertentes. 1 – uma que considero certamente legítima, – embora não corresponda bem à minha posição. Mas eu considero legítima. Entendo até que seja a corrente dominante de educação popular hoje, na academia e fora da academia. Não somente do ponto de vista da educação formal, mas também, em outros espaços -. Neste caso, Educação Popular é tomada como o processo formativo voltado **para** as camadas populares, às vezes com e, às vezes, até

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida a alunos do Curso de Pós-Graduação, nível de doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CE/UFPB.

<sup>56</sup> Definição expressa em entrevista realizada por discentes do curso de doutoramento em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, – PPGE/CE/UFPB, como atividade da disciplina **Teoria da Educação Popular**, no mês de julho do ano de 2007.

sem sua efetiva participação, a não ser, na execução de tarefas. Esta é a tendência dominante da educação popular. Não é a minha concepção!

2 – a que defendo – e não estou sozinho, é claro -, corresponde ao processo formativo protagonizado pela Classe Trabalhadora. – Dá pra notar que, ao invés da categoria “Povo”, eu estou usando aqui **Classe Trabalhadora** -. Educação Popular, então é um processo formativo protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentados pela utopia comunista e coerentemente marcado por práticas e procedimentos, dinâmicas e atitudes, correspondentes ao mesmo horizonte. Então, aí eu tenho que reconhecer que é uma concepção minoritária de Educação Popular. Pouca gente trabalha com isso. Pouca gente trabalha com essa parte aí. Aquele pessoal que tem uma inspiração marxiana mais forte e consequente, está nessa linha. Na minha leitura de Paulo Freire, ele está nessa linha. Na minha leitura de alguns autores e autoras consideradas progressista, a gente vê que estão nessa linha. Mas, a gente vê que é minoria. Houve um tempo que era menos minoria. Era mais forte! Nos anos oitenta (1980), havia um clima de muita aposta nesse horizonte. Muita aposta. Nas lutas sociais. Aposta no processo de construção da autonomia popular, nessa linha classista, por exemplo. Hoje a gente reconhece que é exceção! E a cada dia, mais exceção.

Note-se que a aproximação conceitual apontada pelo referido autor, apresenta como uma das características da Educação Popular um recorte de natureza político-ideológica, balizado pelo interesse de classe, especificamente os interesses da classe trabalhadora. Tem como natureza o engajamento político dos trabalhadores e das parcerias, com vistas a mudanças na ordem social, buscando-se a “autonomia popular”.

Essa formulação demarca e confronta o paradigma universal dominante na educação enquanto processo de socialização, desprovido de intenções implícitas ou explícitas. Tal proposta de educação pode ser facilmente compreendida na questão recentemente anunciada como política pública no Brasil, expressa nas teses da “Escola sem Partido”, como proposta para educação nacional do atual governo central. Destacamos o anúncio da intencionalidade da ação educação popular afirmada por Calado, como “aposta no processo de construção da autonomia popular” (Idem, 2007, 13).

Pode-se inferir que por esse viés de compreensão, a Educação Popular implica na promoção de mudanças na ordem instituída, geradora de transformações de natureza democrática e popular. Sendo tal característica, na educação e na

sociedade, advinda como constituinte derivada nas discussões e construções de interesses da classe trabalhadora.

Desse ponto para frente, queremos ressaltar que as referências sobre a educação popular serão pautadas pela busca do entendimento de que a educação popular está diretamente relacionada com a compreensão do homem no mundo. A ideia do homem no mundo implica, necessariamente, em ações de interação daquele com esse, a partir da realidade próxima, de modo a modificá-lo.

Interagindo com o mundo, simultaneamente, o homem modifica a si próprio, numa relação de cumplicidade e compromissos com a sua história e, por extensão, com as transformações na sociedade ampliada.

Colaborando com essa compreensão, Melo Neto (op. cit.: 10-11), assinala a relação, singularidade e importância da teoria pedagógica no campo da educação popular, no sentido de exigir que as técnicas empregadas na relação de ensino e aprendizagem sejam postas em prática com o refinamento de uma arte, como pré-requisito necessário a “um melhor aproveitamento educativo”. Melo Neto complementa sua formulação ao argumentar que:

Essas técnicas ajudarão a *pensar, agir e descrever o mundo* (grifo nosso), com base nas relações humanas e o próprio mundo, como expressão dialética de um movimento de análises e novas sínteses que externarão, possivelmente, através da história e da crítica, os anseios gerais ou locais das transformações necessárias (MELO NETO, 2004, p. 10-11).

A partir de uma leitura com mais acuidade da afirmativa acima, pode-se destacar que a relação do homem com o mundo, implica em procedimentos que operem ou produzam *transformações necessárias* no educando e, dele no mundo.

Dessa forma, pode-se destacar que a exigência de transformações na e da realidade dos educandos se constitui como um dos pressupostos constituintes da educação popular. Ou seja, essa, para ser popular, não comporta atuações no sentido da conformação da ordem dada, na formulação *a priori* de fundamentos e metodologias que emanem comportamentos para o estudante. Mas, justamente por ser contrária ao ajustamento de condutas pelos valores impostos aos ‘gentis’ pela educação tradicional, exige dos atores que militam nela, intencionalidade nos seus afazeres cotidianos.

No campo da educação popular, ações nas relações de educação devem ser promotoras e transformadoras de realidades, promovendo continuamente possibilidades de humanização, emancipação ética, política, econômica e social do homem e da mulher.

Esse agir intencional requer posturas críticas, no sentido de construção de políticas, formulações teóricas, metodologias e práticas capazes de resgatar a sociabilidade humana para a promoção da inclusão dos denominados ideologicamente e excluídos socialmente. A centralidade e a promoção do homem e da mulher como consciência de si e para si, estão entre os princípios fundantes e constituintes da educação popular.

A Educação Popular como campo de estudos nas ciências humanas, embora tenha formulações teóricas e metodologias que afirmam a coerência e solidez dos seus princípios, a exemplo de todo construto de caráter revolucionário, sobretudo, os advindos das classes populares, facilmente, ainda tem seus fundamentos confundidos com manifestações e práticas de mobilização ou ajuntamento de pessoas como práticas de natureza populista.

Compreensões acríticas, de natureza reducionista são comuns no universo da educação. Posições carregadas de pré-conceitos se evidenciam através de expressões do tipo: a educação popular é modalidade de educação pensada e praticada para populações pobres. Pensamentos com essas premissas expressam flagrantes práticas discriminatórias difundidas por discursos que ainda insistem e afirmam o separatismo entre as classes.

Portanto, carregados da ideologia dominante que pensa a educação como prática de diferenciação social. Defensores de discursos dessa natureza são pautados por representantes da classe dominante, evidenciando o que bem esclareceu Gramsci (1981),<sup>57</sup> ao tratar da função dos intelectuais orgânicos.

Para Melo Neto (2002):

A educação popular é um movimento prático e teórico em educação, presente em processos de organização das classes trabalhadoras, que apresenta profunda crítica à educação dominante e que, segundo Paulo Freire (1958), tem promovido o 'silêncio' dessas

---

<sup>57</sup> Cf: GRAMISCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

maiorias, defendendo outro fazer educativo - *educação popular* –, definindo-se por uma educação *com* o homem, e não *sobre* o homem, ou, simplesmente, *para* ele. Uma educação promotora de mudanças e criadora de outras e novas disposições mentais no humano, enquanto coloca-o na sua contextura sócio-cultural, em condição compreensiva de seu mundo mesmo.

Pois bem, observemos que a Educação Popular nas formulações de Melo Neto já define seu campo de ação, expresso pela “organização das classes trabalhadoras, que apresenta profunda crítica à educação dominante”. A crítica às práticas dominantes se objetiva como um dos princípios constituintes da Educação Popular, indicando que a educação formal, tradicional, não atende aos seus interesses da classe trabalhadora. Para tanto, complementa Melo Neto (Idem):

Uma educação que pode ser apresentada, hoje, como um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais humanos, pelo trabalho, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, contendo uma teoria de conhecimento referenciada na realidade e pautada pela ‘experiência’ dos que estão nesse processo; com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas individual e coletivamente; com conteúdos próprios e técnicas de avaliação contínua; permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça e igualdade.

Dessa segunda formulação, destaca-se o objeto e fonte das formulações que compõem o arcabouço teórico da Educação Popular, quais sejam: a *realidade*, tendo como metodologia e base de extração dos fundamentos que a retroalimenta; a *experiência*, que reconhece e projeta o ator social em sua singularidade, bem como, considera as relações e objetivações do meio em que vive a fertilidade do pensar sobre a realidade.

A realidade, pautada pela experiência, estrutura processos educativos, “permeados por uma base política estimuladora de transformações sociais [...] por anseios humanos de liberdade, justiça e igualdade”.<sup>58</sup>

Ao considerar tais disposições, consolida-se um terceiro fundamento da educação popular, a projeção e construção do futuro. A educação popular é sempre

---

<sup>58</sup> Ibidem MELO NETO, 2002.

uma educação calcada na realidade, mas, balizada pelos fundamentos do humanismo crítico no qual Paulo Freire (1994, p. 99), propõe: “É por estarmos senso assim que vimos nos vocacionando para a humanização e que temos na desumanização, fato concreto na história, a distorção da vocação”.<sup>59</sup> Desse modo, a educação popular ancora sua fonte de inspiração e fundamentos na realidade, projetando o futuro como possibilidade real de emancipação dos trabalhadores excluídos.

Beisiegel (1992, In: MELO NETO, 2002, op. cit.), sobre a obra de Paulo Freire, enfatiza que o educador atribuía à prática educativa centrada na experiência de vida dos educandos a natureza própria do fazer educação.

Nesse sentido, a experiência serve tanto para despertar do educando para a ampliação dos seus horizontes como ator social, bem como para o educador na orientação consciente de seu fazer. Desse modo, a prática educativa, mediada pela experiência de vida dos atores em relação – educador – educando - é capaz de gerar processos autônomos de compreensão e relação com o mundo. Autonomia que estendida ao campo do trabalho pode gerar processos autogestionários, a exemplo do que se preconiza na economia como estratégia e ferramenta de enfrentamento da exclusão social.

Wanderley (1994)<sup>60</sup> em considerações sobre a relação da “experiência” com a Educação Popular, apresenta três importantes formulações a esse fundamento, quais sejam: recuperadora, nacional-populista e libertação. 1) função *recuperadora* – tem afirmação no desenvolvimento de trabalhos e iniciativas capazes de estimular os excluídos/“marginalizados” a reingressarem a vida normal e digna na sociedade; 2) *nacional-populista* – utilizadas em práticas políticas populistas, através de mobilizações amplas da sociedade e, 3) *libertação* – a *experiência* considerada nas ações de educação exerce função de despertar e afirmar o caráter ideológico e articulador dos atores sociais, despertando potencialidades individuais e da coletividade, afirmando o caráter político daquela, capaz de transformar realidades.

---

<sup>59</sup> Ver também: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Org's). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autentica, 2008, p. 216 -17.

<sup>60</sup> WANDERLEY, Luiz Eduardo. Formas e orientações da educação popular na América Latina. In: TORRES, Carlos Alberto e GADOTTI, Moacir (orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/USP, 1994.

Por sua vez, o educador João Francisco de Souza (2004), credita à Educação Popular a função pedagógica de caráter revolucionário. Como tal, cumpre a função de (re)organização da cultura popular contrária aos valores difundidos pela cultura dominante expressa pela educação tradicional. Souza ainda afirma que a prática da Educação Popular requer metodologias apropriadas, capazes de reconhecer, valorizar e estimular a produção e ampliação dos saberes e fazeres dos trabalhadores. Isso porque, com tais condutas as classes populares teriam a capacidade de reconhecer suas potencialidades como produtoras de saberes.

Reconhecendo-se assim, poderiam produzir saberes sobre si mesmas, nos moldes do que Paulo Freire denominou de conscientização (FREIRE, 1980)<sup>61</sup> e Marx (1988, p. 76-7)<sup>62</sup> de a definição de classe para si.

Para Melo Neto (2004), a transformação da classe trabalhadora para uma classe consciente de si, exige uma filosofia da ação:

Cujos arcabouço teórico contém uma teoria do conhecimento que se torna fundamental à educação popular. Um conhecimento promovido pela reflexão sobre as suas práticas e, necessariamente, pelo seu intercâmbio, orientando as ações.

Ou seja, a experiência da classe em transformação gera aprendizagens capazes de servir de exemplo e transformar realidades.

Para Jara (1994, *In*: MELO NETO, 2002):

A “experiência” educativa é a prática política educativa também. Um conhecimento sempre referenciado na ‘experiência’ de grupo e disponível ao uso por parte de outros grupos que se orientam por essas mesmas possibilidades educativas.

Ou seja, uma experiência pode servir de fundamento, método e inspiração para que outras realidades sejam igualmente transformadas, a partir do reconhecimento realidades semelhantes, revestidas de possibilidades iguais.

Diversos autores no campo da Educação Popular defendem que um dos seus pressupostos tem ênfase na metodologia. Entre esses autores destaca-se Picon

---

<sup>61</sup> Ver: FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

<sup>62</sup> Cf: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. *In*: **Consciência de classe** [verbete da edição em língua portuguesa]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 76-7.

(2005), enfatizando que sem uma metodologia adequada se teria a descaracterização da Educação Popular como teoria, enquanto promotora de intenções e transformações na ordem estabelecida.

Para o denominado Coletivo Colombiano (2005) a experiência é a própria afirmação da posição de resistência da sociedade civil e a refundação do mediador tradicional no campo político, o partido político. Abordam que a Educação Popular requer o diálogo como ferramenta necessária à mediação no fazer educação, através do qual se efetiva a troca de saberes entre educadores e educandos, num processo de valorização da 'experiência' na construção do novo na sociedade.

Por sua vez, Cassillas (2005) afirma que as experiências em Educação Popular corroboram para o reconhecimento, transformação e ascensão do sujeito em ator social. Desse modo, a superação da condição de sujeito e sua consequente evolução à condição de ator social se operam, a partir do desenvolvimento da sua autonomia em relação à sua condição de subalternidade.

Para Guevara (In: MELO NETO, op. cit.), a Educação Popular está diretamente vinculada à capacidade e poder dos setores populares na geração de processos promotores da emancipação humana, enquanto dimensão do fazer do ser humano.

Ainda no campo da experiência, Melo Neto (2002, op. cit.), afirma:

[...] Na educação popular, a visão de 'experiência' inicia a sua constituição, naquele primeiro momento, e avança pelo esforço inicial muito para além de descrições das coisas mesmas, indo ao encontro de suas explicações.

O encontro da experiência com a explicação do que ela representa se expressa por:

Um momento que começa na individualidade do participante do grupo que se educa em bases à educação popular e que adquire dimensões de coletividade no próprio grupo. Abandona-se a dimensão da individualidade, passando-se a assumir a condição da coletividade (MELO NETO, 2002).

A relação da Educação Popular com os movimentos sociais, segundo Silva (2008), vincula-se às dimensões políticas que os movimentos sociais expressão em suas ações, tornando-se ações de natureza educativa, constituindo-se, portanto, em ações de caráter pedagógico.

Metodologicamente:

A Educação popular igualmente se constitui em processo de produção de conhecimento referenciado pela realidade, tendo na 'experiência' seu permanente momento de vigor teórico e de ação prática. Com metodologias e pedagogias apropriadas e estimulando a participação e o empoderamento das pessoas, individual e coletivamente. Uma educação que arraste consigo conteúdos próprios, bem como técnicas adequadas de avaliação, de forma continuada, sem se apresentar com caráter finalista, sem fórmulas únicas e acabadas (MELO NETO, 2002).

Para o educador Alder Júlio Calado,<sup>63</sup> os constituintes da Educação Popular se expressam pela definição de horizonte que indique o que se quer e, onde se quer chegar com o processo de formação da classe trabalhadora. Entre os constituintes destacados por Calado (2006), destacam-se:

- *Sentido de in-completude*: o ser humano se constitui como um ser incompleto. A completude humana se estabelece num processo contínuo de interação com seus pares, numa relação com o outro, em mutirão. “O ser humano é um ser voltado para a relação. Voltado para o outro. Ele só se faz em mutirão, não se faz de forma isolada”.
- *Aprimoramento da capacidade perceptiva*: geração de oportunidades para promoção do maior número possível de pessoas a compreender, sentir, vivenciar o mundo de forma crítica, com conhecimento e domínio das relações e interesses nele presentes. No dizer do educador Calado:

[...] abrir-se à aventura do alternativo, daquilo que não está posto. Encorajar o ir além do que está posto, instigando a curiosidade de ir além. Em saber que o quanto se conseguiu ainda é pouco. É aquela atitude socrática de que “eu só sei alguma coisa: que nada sei!” (CALADO, 2006).

- *Curiosidade epistemológica*: categoria muito trabalhada pelo educador Paulo Freire, refere-se à curiosidade inerente ao ser humano em conhecer o novo. Entre as organizações sociais populares, a curiosidade

---

<sup>63</sup> Texto sobre constituintes da Educação Popular, a partir de entrevista com o Educador Dr. Alder Júlio Ferreira Calado, realizada como atividade acadêmica no Curso da disciplina Teoria da Educação Popular, ministrada pelo Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, no Curso de doutorado em Educação pelo PPGE/CE/UEPB. 2006.

epistemológica se evidencia no despertar entre os atores sociais à sedução do querer aprender. Em querer saber mais. Ir além do que já parece conhecido. Não pela mera curiosidade em saber, mas, principalmente em saber para compreender mais sua própria existência. Quanto mais compreensão se tiver sobre a realidade, maior capacidade e poder para transformá-la. Modificando a realidade muda-se o mundo, bem como, a si próprio, num processo de complementaridade contínuo.

- *Coerência entre Teoria e Prática dos sujeitos da Educação Popular:* se refere ao equilíbrio entre os princípios que a orientam e a “prática-prática” da educação popular. Ou seja, as ações da Educação Popular geram a práxis da Educação Popular, alimentando e embasando os fundamentos teóricos que lhes dão sustentação.
- *Importância da memória histórica:* se expressa pela importância que tem o conhecimento produzido pela humanidade. Refere-se ao saber como os povos atuaram frente aos desafios do presente e, o que o passado tem a dizer ao presente, sob os diferentes pontos de vista. Isso implica em considerar a *priorização do legado da humanidade* em detrimento da valorização dos princípios filosóficos exclusivos de um determinado povo, quem quer que seja.
- *Utilização de múltiplas linguagens:* de maneira que sejam contempladas e promovidas diferentes formas de participação e reconhecimento dos atores sociais em suas particularidades, enquanto construtores de uma sociedade a qual todos sejam protagonistas. A variedade das linguagens enriquece e torna frutuosa a educação popular. Num processo de formação popular, a música, a poesia, o desenho, o teatro, a oralidade, as manifestações culturais, os regionalismos, o fantoche, as danças, etc. são linguagens e ferramentas importantes da educação popular.
- *Indissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual:* para a Educação Popular uma forma/modalidade de trabalho não existe sem a outra. É impossível separar uma ação meramente manual sem que ela primeiro não tenha sido formulada no intelecto. Bem como, a ideia não se operacionaliza se não lhe forem dadas condições de objetivações

diversas: expressões, formas, matérias, buscas, necessidades... A tentativa de dissociação desses instituintes denuncia a matriz dicotômica, separatista, característica do pensamento dominante, para o qual, alguns seres nasceram para mandar e outros para obedecer. A representação dessa dicotomia aparece de forma enfática na relação professor X aluno na escola. No movimento social entre liderança X integrantes de base. Na relação mediador X ator social. Na fábrica, entre o patrão X empregado ou entre o supervisor e o operário do chão de fábrica, da mesa de corte ou montagem. Todos têm que fazer trabalhos manuais e trabalhos intelectuais, com o mesmo empenho.

- *Sentimento de igualdade como seres humanos*: capacidade dos homens e mulheres de se sentirem e se colocarem como cidadãos do mundo. Como tal, não são superiores e nem inferiores a outros indivíduos, a outros povos e culturas.
- *Trabalhar com as diferentes dimensões do homem*: o material e a espiritual como principal fundamento da omnilateralidade (Marx, Gramsci, Freire). A Educação Popular é diferente da educação “bancária” ou convencional ainda dominante, na medida em que se interessa por mais do que produtos isolados, pelo conjunto do processo vivenciado. Isso requer lidar com o ser humano inteiro, em todas as suas dimensões - gênero, etnia, idade, espacialidade, dimensões econômica, social, política, psicológica, cultural, relações com a Mãe-Natureza, relações com o Sagrado...
- *A prática com critério de verdade*: embasada na Tese 3 de Karl Marx contra Feurbach, esse princípio indica que a Educação Popular, tal como aqui considerada, não admite práticas que não tenham na verdade sua referência.

Das considerações sobre os constituintes da Educação Popular elencados por Calado, podem-se destacar três principais características marcantes: o *horizonte* – perspectiva e objetivos, o *caminho* - metodologia e a *prática* – ação – reflexão, ou seja, o exercício da práxis.

Para Sales (1998, p. 119),<sup>64</sup> “a Educação Popular é a produção da cultura ou de um modo de sentir/pensar/agir mais coerente. É a formação de bons lutadores”. Isso porque, para Sales a “educação não é portanto, o processo de produção, reprodução de conhecimento. É a produção ou reprodução de modos de sentir/pensar/agir” (Idem, p. 112). Por esse viés de compreensão, evidencia-se a Educação Popular como construção de fazeres coerentes em oposição ao modo como as objetivações estão dispostas na sociedade de forma incoerente para determinados segmentos sociais. Por isso mesmo, a Educação Popular se apresenta como estratégia de “formação de bons lutadores”, denotando seu caráter de oposição às limitações impostas aos excluídos. Daí seu caráter revolucionário.

Como vimos estudando, a Educação Popular tem aporte nos fundamentos teóricos contrários ao ideário liberal. As formulações teóricas que fundamentam as concepções estudadas estão embasadas nos fundamentos do materialismo histórico, contrariando os fundamentos liberais que dominam os sistemas educacionais na América Latina, com maior ênfase nesses países, no período denominado de Pós II Guerra.

A influência do pensamento liberal ganha expressão no continente, a partir de acordos bilaterais financiados pelo governo dos Estados Unidos da América para países considerados em estágio de subdesenvolvimento, a exemplo dos países da América Latina, América Central e países africanos. No Brasil o processo de difusão do ideário liberal ganha expansão através do acordo denominado MEC-USAID.<sup>65</sup>

Paulo Freire foi um dos autores que combateu fortemente o ideário liberal, tornando-se um dos autores Latino-Americanos de maior reputação no campo das ciências humanas, com especial atuação no campo da Educação Popular. O pensamento desse autor contrário à influência liberal, é fortemente marcado pelas referências e conceitos que fundamentam a compreensão da existência humana, precisamente a corrente do humanismo existencialista, humanismo cristão e o marxismo.

---

<sup>64</sup> Cf: SALES, Ivandro da Costa. **Educação popular** – uma perspectiva, um modo de atuar. João Pessoa, 1998. (texto mimeografado).

<sup>65</sup> ALVES, Marcio Moreira. Beabá do acordo. MEC-USAID. Rio de Janeiro: Edições GERNASA, 1968. In: FIGUEREDO, Acácio Nascimento. & COSTA, Francisco Xavier Pereira da. **Alfabetização de jovens e adultos**: uma problemática atual da educação popular. João Pessoa, 2014 – Aracaju: Imprel, 2019, p. 51-2.

A corrente teórico-filosófica Humanista Existencialista tem por características refletir o contexto no qual se desenvolve a vida humana, priorizando as razões da sua existência. O conhecimento das influências no pensamento de Freire se faz necessário para melhor compreensão das categorias analíticas por ele produzidas que diretamente nos interessam neste estudo.

O humanismo cristão o impele ao trabalho de estudo e análise da realidade e das condicionantes concorrentes, principalmente, as referentes à vida dos menos favorecidos, estritamente relacionadas com sua própria trajetória de vida. Acrescentando-lhes o caráter político, refletido no maior engajamento e comprometimento com as questões sociais. Na prática, essas influências vão ser operacionalizadas nas inversões de ações e atividades comunitárias, preconizadas pela defesa da vida e pela busca permanente da libertação humana.

Sobre a concepção humanista que influenciou sua produção, Freire destaca:

É um humanismo que, pretendendo verdadeiramente a humanização dos homens, rejeita toda forma de manipulação, na medida em que esta contradiz sua libertação. Humanismo, que vendo os homens no mundo, no tempo, 'mergulhados' na realidade, só é verdadeiro enquanto se dá na ação transformadora das estruturas em que eles se encontram "coisificados", ou quase "coisificados".

Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isto, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passam a ser ou estar sendo em busca do ser mais (Comunicação ou Extensão, 1983, p. 74).<sup>66</sup>

Uma terceira influência que merece destaque no pensamento e produção de Paulo Freire e que, também, sintetiza a formação de muitos educadores no campo da Educação Popular está na fundamentação do pensamento *Marxista*. Como formulação teórica, o marxismo apresenta e adota a compreensão antropológica da história. Para esse pensamento o ser humano é o único produtor social. Como tal, constitui e se afirma na sociabilidade, marcada na sua historicidade.

---

<sup>66</sup> Conferir em FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 74.

Uma das formulações importantes de influência na Educação Popular é a compreensão de que o ser humano somente se constitui humano, pela consciência de sua existência de *ser-no-mundo*.

Tal entendimento implica em dizer que a sua existência social passa a ser reconhecida a partir do momento em que o ser humano reconhece e apreende a realidade em que vive. Essa apreensão acontece pelo desenvolvimento do caráter de criticidade do seu saber frente à realidade concreta. Compreendendo assim, que os seres humanos, por sua própria existência, são *seres-no-mundo* e, desse modo, igualmente se constituem *seres-com-o-mundo*.

A compreensão da existência do homem e da mulher no mundo o leva a formular que se esse compreende que existe, igualmente compreende a existência de outros entes, o que lhe permite buscar inferir e compreender sobre essas outras existências, com elas estabelecer relações e interações para além de sua própria. Aí se configura a compreensão de uma importante categoria que vai influenciar e contribuir fortemente suas formulações, colaborando com os constituintes da Educação Popular, a *transcendência*.

A noção de transcendência faz com que o homem desenvolva a compreensão de que pode deixar de ser passivo frente a diversas situações indesejadas e necessárias à sua sobrevivência. Constituindo a noção de *ser* em potencial. E o que significa a noção de potencial no pensamento de Paulo Freire? Significa que o desenvolvimento da noção de temporalidade.

Por sua vez, a noção de temporalidade faz o ser humano refletir sobre sua incompletude. Compreendendo-se incompleto, busca superar suas limitações, a partir do estabelecimento de relações com seus pares, fortemente presente nas metodologias empregadas na Educação Popular, entre elas a autonomia. Essa, está vinculada às formulações marxistas constantes nos manuscritos econômicos e filosóficos (1974, p. 20-1),

Um ser só se considera autônomo, quando é o senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de *existência*. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente. Vivo, no entanto, totalmente por graça de outro, quando lhe devo não só a manutenção de minha vida, como também o fato de que além disso *criou* minha *vida*, é a *fonte* de

minha vida; e minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesma, quando não é minha própria criação”.<sup>67</sup>

Fica evidente no pensamento marxista, e também freireano que o ser humano é o construtor de sua própria libertação. Liberdade é um conceito presente tanto nas formulações de Paulo Freire como em Marx. Liberdade compreendida pelos autores como construção do próprio homem e da mulher, portanto, não dada como dádiva ou benevolência. A noção de construção remete à noção de processo. Por sua vez, o caráter processual só se pode compreender na relação de espaço e tempo.

Por ser o homem um ser social, a liberdade, necessariamente se constitui numa tarefa coletiva. Assim, a sociedade somente existe, a partir e pela ação do dele. Não se pode projetar a sociedade como estando fora do homem e da mulher, se aquela reflete a projeção e confirmação da existência desses.

A defesa da liberdade, necessariamente passa pela superação da alienação. Compreendida como toda e qualquer ação que não possibilite aos homens e mulheres construírem processos de suplantação de suas necessidades por não terem conhecimento dessa possibilidade ou por estarem limitados por algum determinismo de natureza teórica, ideológica, religiosa, sentimental etc.

Portanto, a liberdade como busca e conquista do fazer humano precisa conferir-lhes autonomia e não dependência da vontade alheia, de modo a tornar homens e mulheres livres e com pleno domínio do que são. Liberdade e autonomia, nesse sentido, se constituem princípios constituintes da Educação Popular.

Outra importante categoria constituinte da Educação Popular se expressa na *experiência*, a exemplo do que fora tratado acima. Essa está diretamente vinculada à noção de consciência, tão difundida na obra de Freire e nas ações da Educação Popular. Tal categoria remete-se e se expressa pelo conhecimento de algo vivido. Ou seja, a experiência implica que o conhecimento, necessariamente, requer o reconhecimento do que se conhece. Primeiro pelo que ela projeta em termos de saber de cada um; segundo, através da projeção da individualidade revestida na consciência da existência.

---

<sup>67</sup> MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 20-1.

Segundo Mendonça (2006)<sup>68</sup> a título de esclarecimento do conceito consciência, a fenomenologia apresenta quatro movimentos, a saber:

- a) *intencionalidade*: primeira manifestação que objetiva o fenômeno, sem nenhuma manifestação de criticidade sobre o mesmo;
- b) *objetividade*: movimento de percepção do fenômeno ou da realidade, ainda sem maiores reflexões críticas;
- c) *possibilidade histórica de consciência*: neste estágio já existe senso crítico sobre o fenômeno, superando os movimentos de intencionalidade e objetividade;
- d) *transcendentalidade*: superação das situações intencionais e objetivas, passando a busca de interação e alternativas às situações objetivadas pela realidade, com todas as suas manifestações: materiais, concretas, tendo neste contexto a compreensão das limitações humanas. É quando a consciência passa a agir pela somatória dos movimentos anteriores, com vistas a superação e/ou confirmação do *status quo* constituído.

Essas compreensões vão servir de fundamentos para as formulações dos estágios de consciência presentes na obra de Paulo Freire que muito influenciam as iniciativas de Educação Popular, a organização dos movimentos sociais e, mais recentemente, o campo da Economia Solidária, como nos processos de incubação de empreendimentos solidários.

Para Freire, os estágios de consciências se constituem em mecanismos de promoção da humanização, a partir da reflexão profunda/crítica da realidade, enquanto processo de apreensão dessa e sua conseqüente relação com os acontecimentos históricos. Os estágios de consciência são apresentados como<sup>69</sup>: a) consciência *intransitiva* - representa o nível/estágio de consciência ainda condicionada pelas estruturas sociais objetivas, ainda restritas à condição de sobrevivência puramente biológica, sem a noção de sua historicidade. Também, tida como *consciência dependente*, caracterizada por limites na apreensão e compreensão da realidade; b) *consciência transitiva ingênua*: manifesta pela simples interpretação da realidade, ainda calcada no senso comum. O humano nesse estágio, já percebe manifestações de contradições sociais, mas ainda não é capaz

---

<sup>68</sup> Cf: MENDONÇA, Nelino José Azevedo de. **A humanização na pedagogia de Paulo Freire**. Dissertação de mestrado. UFPE/CE/PPGE. Recife – PE, 2006.

<sup>69</sup> Cf: FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980. & FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

de superá-las estando dependente da interpretação da realidade de outrem; e, c) a *consciência crítica*: caracterizada pela apreensão da realidade de forma crítica, embasada em análises fundamentadas teoricamente, capaz de estabelecer proposições de solução aos problemas e objetivações na vida.

Nesse estágio, a condição de dependência, apego aos sentimentos e fanatismos cedem lugar a profundidade na interpretação da realidade, bem como pelo engajamento no processo de lutas por mudanças consideradas necessárias pelo ator social, tendo o diálogo como mediador e credencial para sua autonomia. Para Freire, quanto mais crítica, mais dialógica é a consciência (FREIRE, 1978, 59-60).<sup>70</sup>

Essas influências teóricas vão marcar todas as formulações e proposições teóricas do educador Paulo Freire e da Educação Popular. Não se pode estabelecer limites, moldes, recortes ou rotulações ao pensador e nem aos fundamentos que sustentam esta teoria. A Educação Popular tem como centralidade o homem e ações para sua autonomia e liberdade. Para tanto, tudo o que estiver relacionado ao humano, sobretudo, o que possa contribuir para sua libertação se torna campo e objeto de seus estudos, análises e incorporações no seu fazer pedagógico popular. A partir dessa compreensão, passaremos aos conceitos fundamentais que estruturam essa Teoria relacionada às análises do objeto deste trabalho.

## **HUMANIZAÇÃO**

Humanização se constitui num dos principais conceitos da obra de Paulo Freire, dado que todos os demais servirão de base e complemento para explicitar sua intencionalidade e consciência sobre o pensar e fazer humanos. Assim, no dizer de Paulo Freire podemos compreender o sentido da humanização:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é

---

<sup>70</sup> Cf. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978 e 2003.

ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando e criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas (2003, p. 51).<sup>71</sup>

Percebe-se nessas afirmações ênfase dada por Paulo Freire a duas importantes ações humanas: *participação* e *intervenção consciente* de homens e mulheres na realidade em que vivem, com vistas à superação das suas necessidades imediatas. Esse processo tem como rumo a busca cada vez maior pela sua humanização. Para tanto, a educação problematizadora se constitui como ferramenta necessária à participação e intervenção consciente na realidade.

A educação ocupa destaque no pensamento de Paulo Freire como importante instrumento na construção da democracia e, a partir da democratização das relações sociais, construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Onde homens e mulheres excluídos possam interagir de forma livre e em comunhão, libertando-se, num processo gerador da pedagogia da humanização.

Nesse sentido, o conceito de humanização ocupa lugar de categoria fundante da Educação Popular, com ênfase ao seu caráter político. Político, no sentido de propor a construção de processos formativos promotores do ser humano em todas as suas dimensões, de modo a superar todos os limites que impeçam sua plena conquista da liberdade.

A humanização então, se caracteriza também nos movimentos de natureza político-social como a Economia Solidária. Somente no pensar e no agir reflexivos se humaniza e se liberta. No dizer de Mendonça (2006) “Para Freire, não é possível a superação das estruturas desumanizantes se os seres humanos não se tornam seres de práxis”. Podemos compreender a práxis, nessas proposições, a partir da ação humana de transformação, construída na idealização do novo e agir no tempo presente, num jogo de cumplicidade e solidariedade entre os humanos.

---

<sup>71</sup> Cf. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

## CONSCIÊNCIA

Consciência nas formulações sobre a Educação Popular conta com grande colaboração de Paulo Freire, a partir das suas considerações sobre processo de construção presente na relação *sujeito-mundo*. A consciência não é inata<sup>72</sup>, mas produto da experiência da relação entre os homens, o homem vai tomando conhecimento de si e dos outros. O pensar sobre as ações humanas leva à ação da reflexão.

Por sua vez, o ato de refletir vai gerando processos de conhecimento, acumulado saberes, alimentando a experiência, constituindo o que podemos denominar de consciência. Na medida em que o ser humano vai estabelecendo processos de diálogos e interação com outros homens, reconhece-se no processo histórico. A historicidade da própria experiência, também é geradora de consciência, sobre ela mesma, portanto, sobre o próprio homem, indo para além de si. Passando-se a compreender conscientemente ou de forma crítica o mundo.

A consciência então é o resultado do trabalho humano sobre as objetivações e interações humanas na sua história. Ganhando consciência de si, o homem e a mulher adquirem consciência do mundo, gerando processos de concretização das suas necessidades, objetivando e projetando desejos, iniciando o processo de mudanças.

Para Paulo Freire, a hominização<sup>73</sup> se constitui na intervenção consciente de homens e mulheres na realidade, tendo como horizonte sua permanente humanização. Desse modo, as práticas e atitudes de homens e mulheres que objetivam processos de exploração de outro ser humano se constituem em práticas de 'desumanização'. A história humana está cheia de exemplos dessas práticas.

Por isso a intransigência na produção de Paulo Freire e da Educação Popular na afirmação dos processos de humanização, enquanto condição de tornar o homem em ser autônomo, livre, independente. As práticas que negam o processo de hominização somente refletem a incompletude dos homens e da consciência dessa "inconclusão".

---

<sup>72</sup> Cf. Mora, J. F., **Dicionário de filosofia I**, Buenos Aires: Sudamericana, 1969, p. 326-327.

<sup>73</sup> Cf: Conferir em FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 74. Ver também: MENDONÇA, Nelino José Azevedo de. **A humanização na pedagogia de Paulo Freire**. Dissertação de mestrado. UFPE/CE/PPGE. Recife, 2006.

Numa aproximação bastante compreensível com as formulações de Karl Marx<sup>74</sup>, tomando o homem como ser social histórico, a tarefa de humanização dos seres humanos é de responsabilidade deles. Contudo, somente aos homens e às mulheres das classes oprimidas essa tarefa se impõe com maior clareza. Isso porque, a tipicidade ideal preconizada por Marx admite que somente a análise da situação mais extrema possibilita os elementos de compreensão do todo.

Nesse sentido, à classe oprimida cabe a ação transformadora e restauradora da liberdade que possibilita a humanização de ambos, opressor e oprimido<sup>75</sup>. Por isso, a permanente busca pela humanização se constitui no maior desafio que a pedagogia empregada pela Educação Popular apresenta. Bem como a Economia Solidária, colocando-se como alternativa à exclusão dos trabalhadores.

## HOMINIZAÇÃO

O termo hominização se refere mais especificamente aos processos de prática da humanização. Processos de criação e interação de relações entre homens e mulheres em permanentes situações e contextos de integração de suas histórias e culturas nos diversos continentes e contingentes humanos no mundo.

A noção de humanização gera domínios de conhecimentos sobre o mundo, mas também, do homem em si e de si próprio. O reconhecimento do mundo e do próprio ser humano, transcende a naturalidade do ser, atribuindo-lhe a intencionalidade de ser, num processo dialético entre ser e existir, desencadeando sucessivos processos de criação e recriação – ação – reflexão – *práxis*.

A hominização, enquanto processo de humanização ou de constituição do humano acontece a partir da interação entre os homens e desses com o meio. Assim, a compreensão de que o homem existe enquanto ser se constrói e se constitui nas relações entre os homens na história e na reflexão sobre ela.

Desse modo, a hominização se constitui, a exemplo da humanização num processo permanente, portanto, inacabado como a própria natureza da incompletude humana.

---

<sup>74</sup>Cf: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

<sup>75</sup> Ver FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**

A pedagogia do oprimido se reverte numa proposição que convida os homens e mulheres a repensar as relações inerentes à sua vocação histórica. Nas afirmações de Paulo Freire:

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não 'humanitarista', pode alcançar este objetivo (In: Pedagogia do Oprimido, 1987).

A proposição de Paulo Freire nessa definição chama atenção para a necessidade de uma intervenção nas relações sociais de modo ético e criativo, capaz de transformar as relações entre os homens nas esferas da política, da economia e, conseqüentemente, na estrutura social, através de procedimentos intencionalmente críticos de caráter revolucionário.

Paulo Freire prioriza na formulação da pedagogia do oprimido análise de natureza ético-crítica. Nesse sentido, a tese da pedagogia do oprimido se caracteriza por um procedimento metodológico de denúncia e anúncio das contradições humanas, presentes em diversas realidades, nas quais a relação entre os seres humanos vem sendo degradada pela soberba e diferenciação entre humanos, a partir da dimensão econômica que privilegia uns e expropria muitos.

## **AÇÃO CULTURAL**

O pensamento de Freire assume um sentido crítico, portanto, problematizador, instigante para homens e mulheres encontrarem estratégias de superação das mazelas sociais ou dos seus estágios de consciência. Também, no sentido de provocar ida ao encontro do desconhecido, enquanto desafio da comunhão e não da acumulação, da liberdade de todos e não de alguns.

A noção de ação de cultural impele o humano a mover-se pelo princípio da unidade sujeito-mundo, apenas compreensível enquanto ação dialética, porque está histórica e culturalmente marcada pela vocação humana de liberdade.

Assim, podemos afirmar que a educação e a formação de empreendimentos solidários, se constituem em ações de cultura que emancipam e libertam o homem e

a mulher da ignorância que os condiciona a *ser menos*. A partir de processos formativos de caráter processual, a exemplo da incubação de empreendimentos solidários, são geradas oportunidades para superação da condição de não consciência da condição de subalternidade em que vivem muitos homens e mulheres.

Através de processos formativos de caráter organizacional, trabalhadores excluídos podem refletir o seu cotidiano, criando condições objetivas de superação das adversidades e necessidades em que vivem. A formação/incubação possibilita reconhecer sua condição e posicionamento social no mundo capitalista. Uma vez conhecendo o mundo e as condicionantes que o mantêm na condição de ser menos, a partir do conhecimento de outras realidades, geram-se processos de interação e relações de identificação com outros trabalhadores em situação de proximidade social, capazes de impulsionar homens e mulheres excluídas a construir e/ou reconstruírem seu processo histórico e sua formação cultural.

A pedagogia humanizadora pode gerar processos educativos capazes de fomentar ações de interação humanas de complementaridade do ser, suprimindo toda forma de opressão. Assim, se estabelecem processos de transformação de realidades. A troca de experiência (formação, feiras, coletivos de produção, fóruns, bancos comunitários, etc.), estimula e desencadeia práxis educativa capaz de contribuir à humanização de pessoas que vivem sob jugo de terceiros, ao mesmo tempo em que possibilita a compreensão da relação histórica, política e cultural a que foram submetidas criando novos processos de reflexão e de mudanças.

## **CONSCIENTIZAÇÃO**

A educação, na concepção freireana, assume importância singular enquanto ferramenta e prática de processos de liberdade humana. Então, implica em um processo de tomada de consciência da realidade, compreendida como aproximação crítica dessa, possibilitando o conhecimento de suas "entre-linhas". A desejada tomada de consciência possibilita desvelar as objetivações, muitas vezes subjetivadas no mundo do trabalho, economia e da política, com vistas à necessária superação para promoção da liberdade, expressa pela inclusão social.

Nesse sentido, a conscientização se reveste de capacidades e potencialidades de que homens e mulheres conheçam de forma crítica a realidade em que vivem, de modo a compreendê-la de forma ampla e minuciosa.

Compreendendo a realidade, compreende-se a própria condição existencial no mundo. E assim, humanos na condição de excluídos podem criar condições de projetarem e operacionalizarem suas esperanças, suas vocações, sonhos, e utopias na elaboração de mudanças. Primeiro do eu, depois da condição de expropriados do mundo, refletida na situação de exclusão em que vivem.

Como já anunciado parágrafos acima, Paulo Freire estabelece e classifica os estágios de consciência característicos do mundo objetivo. Recorremos a eles mais vez, a fim de estabelecer relações com a condição de exclusão e subalternidade de muitos homens e mulheres do mundo:

- 1) *consciência intransitiva*: quando ainda não se desenvolveu a necessária reflexão sobre sua condição social de dependência e condicionamento social. Os trabalhadores trabalham para e por sua sobrevivência. Homens e mulheres vivem de forma análoga aos demais componentes do mundo natural; *a-históricas*, sem condições de refletirem sobre sua condição de ser menos;
- 2) *consciência transitivo-ingênuo*: quando os homens e as mulheres manifestam preocupações somente com os problemas do seu cotidiano. Reconhecem que vivem de forma limitada, porém sem relacionar as causas dessas limitações. Muitos não compreendem as razões de suas demissões ou da sua condição de subalternidade. Dependem da vontade e orientação de terceiros, geralmente, alguém em que confiam ou gostam por diversas afinidades; – *vivenciais*, ainda não atingiram a consciência crítica de perceber que a condição de excluídos não é por suas culpas, falta de formação ou inabilidade para o mundo da produção. Trabalhadores nesse estágio ainda desconhecem suas potencialidades de ser mais individualmente e, principalmente ser em comunhão ou parceria com os seus pares. Ainda não compreendem e nem despertaram para sua autonomia. Permanecem a espera de alternativas advindas do governo, benemérito ou emanção superior – apego a religiosidade ou a ideologia;
- 3) *consciência transitivo-crítica*: quando os homens e as mulheres passam a compreender as dimensões da sua historicidade, bem como sobre as que os condicionam a exclusão. Em caráter processual, passam a desenvolver

autocrítica e a buscar as causas do condicionamento, bem como a superação do mesmo. Posicionam-se criticamente, com sabedoria. Conhecem e desenvolvem suas potencialidades, despertam valores de agregação e solidariedade. Buscam superar sua condição, a partir da organização com seus pares como estratégia de enfrentamento à ordem que domina e oprime.

## DIÁLOGO

A noção e uso do diálogo partem de uma concepção existencialista de que os seres humanos não estão somente no mundo. Mas, com o mundo. Isso implica em dizer que os homens e as mulheres que se comunicam são seres de comunicação. Diferente de outros seres vivos, a comunicação entre os humanos se estabelece, principalmente, não pelo desenvolvimento da capacidade de articulação de sons, signos e sentidos. Mas, precisamente pela intenção que caracteriza o diálogo, fato que os torna eminentemente seres dialogantes. Diálogo pensado e construído para o estabelecimento de relações com o outro. Como aceitação e reconhecimento do outro. A falta dele gera dominação, diferença e indiferença. Na Pedagogia do Oprimido (1993), Freire atribui ao diálogo à importância de força que impulsiona o pensar crítico e problematizador.

Para Jürgen Habermas<sup>76</sup> o diálogo assume a função de dar criticidade à razão, enfatizando sua subjetividade, desvelando suas intencionalidades não ditas. Para Habermas, juntamente com Karl-Otto Apel, o diálogo deveria ser a objetivação mais importante para a construção de uma sociedade mais igual e menos intolerante. Para tanto, o diálogo se expressa nos dizeres proferidos pela argumentação. Por sua vez, os argumentos para serem proferidos necessitam que sejam pautados pelo compromisso de serem verdadeiros nos sentidos que expressam. Nessa perspectiva, o diálogo se apresenta como “ponte para uma sociedade mais solidária”.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup>OCHOA, César Gonzáles. Em **Teoría de la acción comunicativa**, Habermas resume muchos años de trabajos previos, cuyo punto inicial puede situarse en un ciclo de conferencias de 1970; en ellas postula el concepto de acción y asume el concepto de sentido como base de su discusión. Su objetivo es proponer una estrategia conceptual para las ciencias humanas, la cual tiene tres postulados básicos.

HABERMAS, Jürgen. Verdade no discurso e no Mundo da Vida. In: **Verdade e justificação**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 227-310.

<sup>77</sup> Cf: José Fernandes P. Júnior. In: <http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/16/artigo181121-1.asp>. Acessado em 04.05.2015.

Por esse viés interpretativo, o diálogo se constitui como categoria inerente à própria existência humana. Nesse sentido, tal qual o trabalho humaniza o homem, o diálogo confere autenticidade ao ser humano impulsionando-o, cada vez mais, ao estabelecimento de relações interativas.

O diálogo nessa perspectiva se reverte de um compromisso do ser humano com ele mesmo, com o outro e desses com o mundo. Então, se configura como consciência de si e do mundo, capaz de problematizar sobre ambos. Para Freire (2001), o diálogo representa:

Um conceito dinâmico. Implica uma dialogação eterna do homem com o homem, do homem com a circunstância. Do homem com o seu criador. Não há como se admitir o homem fora do diálogo. E não há diálogo autêntico sem um mínimo de consciência transitiva (FREIRE, 2001, p. 35).

Nesse contexto, a educação não pode prescindir do diálogo enquanto instrumento de mediação do conhecer a realidade, bem como a formação desenvolvida pelo processo de incubação. A formação que pretende ser ferramenta de liberdade das e entre as pessoas não pode abdicar da ação dialógica, enquanto afirmação e confirmação da interação para a liberdade.

A ação dialógica se estabelece na interação entre as pessoas, enquanto mecanismo de superação das adversidades, situações de dominação e opressão em que se encontram homens e mulheres. São construtos e constituintes da ação dialógica, na concepção de Paulo Freire, a *colaboração, união, organização e síntese da cultura*. Nessa perspectiva, o diálogo apresenta reais possibilidades de enfrentamento das situações de dominação, enquanto expressão da (des)humanização impeditiva da liberdade humana.

## **UTOPIA**

A pedagogia, preconizada e presente em toda a produção de Paulo Freire, propõe um sistema de educação que concebe a historicidade humana como algo em construção. Para tanto, necessário se faz reconhecer a inconclusão do homem. Assim, a educação pode ser a esfera da vida humana, através da qual se estabelecem contatos e diálogos com outras realidades, possibilitando a ação

cultural projetando situações futuras. Assim homens e mulheres ultrapassam o limite determinista amalgamado pelo segmento dominante e possibilita a concretização de possibilidades de vida em que homens e mulheres projetem viver com dignidade. O desejo e a vontade de mudanças são os componentes essenciais que a educação revolucionária necessita para tornar sonho em realidade.

Para que a educação revolucionária deixe de ser projeção e criação utópica, a utopia deve se transformar em ato de conhecimento. Para tanto, o conhecimento deve ser transformado. Esse, quando acumulado que se torna consciência crítica, capaz de gerar transformações. Assim, o sonho projetado pode passar a ser realidade, transformando o sonho fantástico em ação cognoscível, realizável.

Essas características implicam que a Educação Popular se constitui, em primazia, pela responsabilidade do ator social em sua singularidade, em relação ao coletivo ao qual pertence. No dizer de Simón Bolívar:

Las naciones marchan hacia el término de su grandeza, con el mismo paso con que camina la educación” (Bolívar In: Pantano Filho: 1986; 33).<sup>78</sup>

Poderíamos, num esforço de compreensão do que implica a afirmativa de Bolívar (*In: SILVA: 1986, p. 44*), aproximar as reflexões do que o referido autor propõe a partir de como se preconiza a educação no Estado de Cuba:

Se acreditarmos que ‘ser culto é o único modo de ser livre’, tem de ser oferecidas, para todos igualmente, as condições de acesso e permanência na escola e o direito de um ensino de qualidade, voltado aos interesses da nação como um todo. Se assim não for, a liberdade se torna uma falácia e as críticas à diretividade servem apenas para justificar a omissão e a ausência de propostas (*SILVA, 1986, p. 44*). Ao que essa digressão nos remete no campo da educação, sobretudo no campo da Educação Popular? Se não, a pensar o fazer educativo como ferramenta essencial à formação multilateral do homem. Isso implica dizer que a formação deve ser no sentido da não promoção das diferenças sociais, passando, inicialmente, pelo reconhecimento das capacidades, habilidades e potencialidades de cada um.

---

<sup>78</sup> Cf: SILVA, José Herculano da. [et AL.] “**Quem sabe, ensina; quem não sabe, aprende**”: a educação em Cuba. Campinas: Papirus, 1986, p. 33.

Queremos afirmar que a prática da formação multilateral não dissocia o trabalho manual do trabalho intelectual. Isso porque, um não prescinde do outro. Ambos se complementam na tarefa de completude do homem e da mulher. Fazer educação pautada por esses princípios exige leituras do mundo para além dos conteúdos programáticos e teorias – que, muitas vezes, não conseguem explicitar os seus próprios fundamentos.

A formação multilateral enquanto transformadora da realidade, existe a partir do seu carácter e capacidade de transformar ações e comportamentos pró interesses da maioria. Portanto, uma educação de natureza popular e não populista. Ou seja, a Educação Popular se constitui num projeto social, coletivo, nacional, regional. Não pode ser algo de um ou de alguns para muitos.

Para que uma nação, um estado, um povo, um continente consiga construir sua história de forma livre e soberana, necessário se faz ter opções para saber onde se queira chegar. Para tanto, a construção das opções, a construção dos caminhos não podem ser coisas de alguns poucos, mas, necessariamente, produção coletiva da legítima maioria. A esse fim, a Educação Popular se constitui como estratégia a ser posta em curso na história dos povos que desejem mudanças na ordem de opressão das maiorias, consideradas minorias pelo sistema.

Em, Brandão (1984, p. 18 In: CARDENAL: 1984),<sup>79</sup> encontra-se o anúncio da *Educação Popular como “... Arma na Luta Ideológica na Nicarágua”*, título de um documento apresentado no Encontro Internacional de Educação Popular para a Paz, realizado na Nicarágua, no segundo semestre do ano de 1983. Observemos que a Educação Popular é apresentada com um carácter revolucionário, de mudanças e oposição à ordem e objetivações dominantes. O mais importante dessa afirmativa não é o seu carácter revolucionário, pela revolução clássica, mais sim, por pretender ir “... a procura de um novo modelo de trocas de saber capaz de criar um novo tipo de homem livre e participante”.

Note-se, que o carácter revolucionário apresentado no tema título, vincula-se às necessárias mudanças no modo de fazer educação: priorizando a troca de saberes entre seus pares; tendo como finalidade a “*criação, através da educação de um novo tipo de homem livre*”.

---

<sup>79</sup>Cf: CARDENAL, Ernesto. [et AL.] **Lições da Nicarágua**: a experiência da esperança. {Organizador: Carlos Rodrigues Brandão}. Campinas: Papirus, 1984. (Coleção Krisis).

Note-se que os valores implícitos na expressão liberdade, implica e impele o homem, no sentido de saber as razões que o levam a realizar suas escolhas. Portanto, não tendo reduzido o sentido estéril grafado em parágrafos e interpretação dos doutos, enquanto expressão de um vir a ser por obra e graça de outrem. Ao contrário, o sentido expresso remete a liberdade como direito inerente do homem em ser livre.

Outra característica importante a ser destacada, a partir desse breve título, está no princípio da ação dialética da Educação Popular, ao possibilitar ao homem a sua própria libertação, através do reconhecimento de que é capaz de libertar-se. Através desse reconhecimento, buscar de forma autônoma contribuir na libertação dos seus pares, como construção da sua história. A Educação Popular, por seu princípio de dialeticidade, constitui-se em processos de continuidades emancipadoras com vistas à promoção do *homo criticus*, assim entendido, para além da racionalidade esterilizante dos conteúdos dissociados da vida multifacetada.

É importante lembrar que a Educação Popular se constitui em uma empreitada que muitas vezes sofre ameaças por seu caráter criativo e libertário. Por isso mesmo, em muitas situações internas, locais ou em experiências internacionais, defensores de tais princípios sofreram e, ainda sofrem tentativas de desarticulação ou mesmo, dura repressão, como mecanismo de intimidação e negação da função precípua da educação, emancipação humana.

Brandão (op. cit., p. 18-19), remete ao entendimento de que a Educação Popular “transforma a pedagogia em um rito e a educação em uma celebração coletiva cujo poder, por alguns momentos iluminados, se multiplicam com esperanças”. E, ainda acrescenta:

No seu sentido mais denso, a *Educação Popular* não é apenas um outro método, ou um outro modo de fazer a educação. Ela também e, intensamente, é o momento em que o trabalho de aprender-e-ensinar se verte em si mesmo e vive a experiência de passar da rotina à transgressão, do estabelecido ao emergente e, portanto, da instituição ao movimento (BRANDÃO, 1984, p. 18-19).

A capacidade de instigar e relacionar diversas ações no campo da prática educativa, estimulando e interagindo com as outras dimensões e capacidades humanas, caracteriza o princípio revolucionário da Educação Popular. Assim,

completa Brandão (op, cit.) ao se referir à educação na Nicarágua: “... a educação é praticada, agora, ao mesmo tempo, como guerra, como campanha e como festa ...” (grifo nosso).

A fim de melhor fundamentar o sentido revolucionário da Educação Popular, servimo-nos de trechos do discurso de Bernhein (1984), então ministro da cultura da Nicarágua:

A garantia da hegemonia popular está em que o povo exerça o poder, decida sobre o que deve ser feito na sociedade, diga a sua palavra e conduza o processo. Isto acontece quando o povo se liberta da ignorância, eleva-se tecnicamente para dirigir a produção e se organiza politicamente para ser o condutor direto do processo. Em síntese, quando a ideologia e a cultura dominantes da sociedade são a ideologia e a cultura do povo.

[...]

Essa transformação o povo a realiza através de sua reflexão e sua práxis. Reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo. No entanto, na sociedade capitalista, a educação e a cultura são propriedades de alguns poucos (BERNHEIN, 1984; In: CARDENAL, 1984, p. 23).

Fica evidente no dizer de Bernhein, que a Educação Popular tem entre seus princípios a busca por uma sociedade na qual as pessoas que a constituem possam ter condições de libertarem-se da ignorância que lhes é imposta pelos que dominam, bem como por aqueles que se lhes submetem ao domínio das relações econômicas pautadas pelo enriquecimento de alguns poucos.

Para emprego dessa perversa gramática da exclusão, o poder instituído ou influenciado pelo poder dominante, identificado na capacidade de cooptação do capital, vale-se do poder de persuasão carismática, pelo poderio militar ou pela expropriação da força de trabalho do homem e da mulher para manutenção da opressão e negação da liberdade do cidadão “comum”. Também, a expropriação, a que são constantemente submetidos os povos, dos seus valores culturais, a partir do interesse dos que tentam apresentar a cultura com matiz única, a matiz do consumo.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup>Sobre processos de hibridação da cultura ou hibridação a partir dos meios de comunicação de massa e consolidação dos Estados nacionais, consultar. CANCLINI, Néstor Garcia. *Popular, Popularidade – da representação política à teatral*. In: **Culturas híbridas: Estatégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: USP, 2003. (Ensaio Latino-americanos, 1). p. 255–281.

A Educação Popular requer como um dos seus fundamentos, a prática educativa diretamente relacionada com os padrões e valores culturais da sociedade. Expressos na linguagem, na arte, no folclore, na alimentação, nas lendas e causos, no artesanato, na fé em suas diversas expressões e credos, na dança, no trabalho, etc. Em resumo, a Educação Popular busca reconhecer, resgatar e promover os heróis verdadeiramente populares em substituição aos heróis dos dominantes, ou do mercado.

O resgate do que seja e tenha característica do popular, como expressão da cultura, se constitui na didática da Educação Popular, com vistas a promover o encontro do ator social, em sua particularidade, com a força histórica e sociológica do coletivo em que vive e no que o antecedeu.

A Educação Popular se constitui assim, como encontro com as bases étnicas da formação do eu, a partir do que o antecedeu, sem, contudo, fechar-se nela mesma. Daí a importância da criticidade necessária, para possibilitar a interação com outras manifestações culturais sem perder os valores e os princípios que a caracterizam.

Ainda, a título de definição conceitual, a Educação Popular pode ser compreendida como prática educacional, capaz de promover comprometimento individual e coletivo de forma objetiva, na criação, reconhecimento e desenvolvimento de serviços e esforços de homens e mulheres para (re)construção permanente da sociedade.

Essa é uma definição de quem viveu a Educação Popular como (re)construção da identidade de um País, descrita por Mendoza (1997, In: INCEP, 2002, p. 5),<sup>81</sup> que, trazendo o exemplo da Guatemala, afirma que:

Entender y practicar educación popular es ponernos, de manera práctica y concreta, al servicio de todos los esfuerzos que tantos hombres y mujeres hacen para que nuestro país sea otro y distinto.

Nessa afirmação de Mendoza, fica evidente a intencionalidade da Educação Popular, destacando-se o princípio de transformação de realidades que a educação

---

<sup>81</sup> Cf: Carlos Aldana Mendoza no Artigo EDUCACIÓN POPULAR, NUESTRA OPCIÓN. Guatemala, Pastoral Social, Oficina de Programas y Proyectos del Arzobispado de Guatemala, 1997. In: Incep, **Educación Popular y los Formadores Políticos**. (Compilación). Cuadernos de Formación para la Práctica Democrática. V. 3. Guatemala, Centroamérica, mayo 2002: 5.

tem como fundamento constituinte. Transformação no sentido de alteração do *status quo* do homem e da mulher sobre as relações e objetivações de domínio que lhes são impostas, bem como, uma vez transformados, buscam em conjunto modificar a ordem que se impõe ao coletivo ampliado da sociedade em que vivem. Sobretudo na construção de sociedades mais livres, portanto, democráticas. Como consequência imanente aos processos de superação de situações de opressão de qualquer natureza. Em outras palavras, a Educação Popular se constitui numa pedagogia para o reconhecimento e valorização da organização e fortalecimento do poder local, enquanto exercício pleno da cidadania e da liberdade.

Nesse sentido, a Educação Popular se constitui como esforço necessário ao maior estímulo e máxima participação dos atores sociais de uma determinada sociedade, na construção de uma cultura da participação como ação coletiva. Para Mendoza (op. cit.: 11):

Así pues, y dicho de manera sencilla, educación popular es todo aquel esfuerzo formador que hacemos para ayudar o contribuir a cambiar la sociedad, y hacerla de un modo que permita el bienestar de todos sus habitantes (MENDOZA, 1997; In: INCEP, 2002).

Educação Popular como compromisso e mudança, compreendidos e assimilados como constituintes da Educação Popular. Compromisso diretamente vinculado à intencionalidade política da ação educação. Intenção que se objetiva na sistematização de procedimentos, elaboração e formulações de natureza teórica, capazes de referenciar e estimular processos de construção de conhecimentos necessários às mudanças que se queira operar.

As mudanças das quais se fala e estuda, preconizadas pela Educação Popular, são no sentido de possibilitar ao ator social, principalmente o excluído social e economicamente, capacidades de compreender sua importância no coletivo a que pertença. Para tanto, o ator social não deve somente apreender o que lhe for proposto pelo sistema de educação tradicional. Mas, necessariamente, também apresentar-se com seu saber, suas formulações, interagindo e contribuindo para que outros saibam o que ele sabe. Apreendendo saberes em relação com outros atores sociais que complementem os seus. Desse modo, mudanças necessárias à superação das mazelas da exclusão vão sendo gestadas e operadas inicialmente pelo próprio excluído. A seguir, pela interação e compromisso com seus pares.

A aprendizagem - por muitos, resumida de modo equivocado, como síntese da educação ou dos processos educativos -, em muito ultrapassa os limites da simples aquisição de determinados conteúdos e habilidades para fins determinados. Na Educação Popular a aprendizagem adquire dimensões muito além dos conteúdos e habilidades, envolvendo subjetividades presentes e futuras dos atores sociais. De modo resumido, a educação pode manifestar-se, a partir de três tipologias, a saber:

- **INSTRUÇÃO** – se caracteriza pela transmissão do saber. Ou seja, alguém que sabe algo ou algum conteúdo, o transmite a outro que não sabe ou dele não tenha domínio. Portanto, constitui-se num direcionamento do saber. Um bom exemplo de instrução pode ser observado nas escolas formais, nas quais geralmente os conteúdos são simplesmente transmitidos sem nenhuma contextualização e relação de sentidos com a realidade presente e futura dos educandos.
- **CAPACITAÇÃO** – esta modalidade está mais relacionada com a aquisição de habilidades práticas, técnicas, a exemplo de dirigir carro, operar algum equipamento de trabalho. Também, pode ocorrer no desenvolvimento de funções consideradas elaboradas, a exemplo da condução de reuniões, uso de equipamentos eletroeletrônicos, participação de reuniões para tomada de decisões, desenvolvimento de atividades de natureza intelectual, falar em público entre outras atividades do fazer humano.
- **FORMAÇÃO** – funcionalmente difere das modalidades anteriores por possibilitar que não somente o conhecimento ou a habilidade sejam adquiridos. Também, se expressa e se evidencia pelo reconhecimento dos elementos da cultura, do comportamento, das relações, dos valores éticos e morais, da personalidade do educando, dos atores envolvidos, priorizando a interação no processo formativo. De forma gradual, o conhecimento deixa de ser algo adquirido de forma instrumental, passando a ser estimulado a partir do desenvolvimento do intelecto. Além disso, há o processo de reconhecimento e posicionamento social, através do qual, mudanças de comportamento possam ser transmutadas, também, em mudanças da sociedade ampliada.

A formação congrega duas das categorias constituintes da Educação Popular, o *compromisso* e a *mudança*. Para tanto, exige certa cumplicidade e envolvimento engajado dos atores educandos – educador no processo educativo. Para tanto, são considerados hábitos, atitudes, compreensões das objetivações do mundo e do cotidiano, respeito a si e a seus pares, constituindo processo evolutivo ao alterar o modo de ser e pensar entre os aprendentes, reconhecendo suas historicidades e capacidades, envolvendo e conquistando a participação da comunidade, como exercício da cidadania.

Para Mendoza (op. cit, p. 12), essas modalidades são constituidoras da Educação Popular por: “...educación popular es educación porque se refiere a acciones o procesos de instrucción, capacitación y formación (acciones y procesos que generan transmisión y/o construcción de conocimientos)”.

A Educação Popular, a exemplo de todo processo ou modalidade de educação está diretamente vinculada à intencionalidade a que nos referimos acima. Contudo, Educação Popular tem seu campo de atuação ampliado para além dos conteúdos, metodologias, técnicas de ensino e teorias da aprendizagem, abrange a esfera política que a educação tradicional tenta negar. Nela, o contexto político Educação Popular explicita sua objetividade, a partir da busca pela transformação da ordem que oprime, discrimina e exclui a maioria da sociedade.

Além do campo político, a Educação Popular atua na valorização da cultura. Nesse campo, busca reconhecer, valorizar e utilizar as manifestações culturais dos setores populares como ferramentas essenciais na reconstrução da vida das pessoas, enquanto identidade coletiva.

Identidade essa que, muitas vezes, se faz necessário (re)construí-la. Isso porque, o sistema dominante cuida de dispersar as manifestações culturais, substituindo pela cultura de massa em forma de tendências.

Tanto nos exemplos descritos, quanto em outros tantos que poderiam ilustrar esse campo, o importante é destacar que a cultura pode se constituir na força mobilizadora capaz de estimular processos de reivindicação em defesa dos direitos civis, bem como da manutenção e valorização do que se convencionou chamar de cultura popular. A afirmação ou reafirmação desses valores só se tornam possíveis a partir da metodologia e intencionalidade do fazer da educação, através do

compromisso e respeito às diferenças e promoção do ator social com sua coletividade, que a Educação Popular pode promover.

Outro campo de importante atuação dessa perspectiva educacional Educação Popular é no incentivo da organização comunitária. A principal pretensão da Educação Popular nesse campo está diretamente relacionada em “...lograr que los sectores populares puedan desarrollar una conciencia crítica y capacidades políticas para alcanzar y mantener la organización popular<sup>82</sup>” (MENDOZA, op. cit).

Isso porque, a compreensão sobre esse importante campo Educação Popular está relacionada com a possibilidade de que os setores populares possam de forma organizada empreender ações contra as forças que os mantêm em condições de subalternidade. Também, porque a organização popular, em todas as esferas da dimensão humana, tem se mostrado o principal caminho encontrado pelos setores populares para construção e organização da sociedade. Em sintonia com interesses e aspirações que melhor se apresentem em cada momento, num contínuo processo de formação e transformação de homens, mulheres, bem como da sociedade.

Nesse sentido, a organização popular se confunde com a Educação Popular. Isso porque, uma está diretamente relacionada à outra. Os fundamentos e procedimentos daquela seriam inócuos se neles não estivessem contidos os fundamentos e constituintes Educação Popular dessa, enquanto ação de transformação de realidades, individuais e coletivas.

Desse modo, as pessoas, os vilarejos, os bairros, os moradores das zonas rurais, ao se organizarem, minimamente, vão construindo, através da participação, conhecimentos e métodos que os modificam, ao mesmo tempo em que transformam o meio em que vivem.

Em outras palavras, é através da utilização dos constituintes, objetivados nas práticas da Educação Popular de modo explícito, intencional, ou simplesmente, como bem fundamentou Paulo Freire (1978),<sup>83</sup> a partir de processos de transição da consciência,<sup>84</sup> que homens e mulheres, jovens e adultos, a partir de processos interativos, constroem e (re)constroem traços da cultura de seus antepassados em

---

<sup>82</sup> Cf. Mendoza *In: Educación popular y los formadores políticos*. Cuadernos de Formación para la Práctica Democrática n. 3 (op. cit. 17).

<sup>83</sup> Cf. Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 59-60. Ver também a 22. ed. deste livro, p. 112-113. e, KRONBAUER, Luiz Gilberto. In: STREECK, Danilo R.; REDIN, Euclides & ZITKOSKI, Jaime José. (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 97-99.

sintonia com o seu tempo. Embora, muitas vezes, as transformações se constituam em pequenas mudanças. Mas, a sucessão dessas pequenas modificações particulares, no ator social ou no coletivo ao qual pertença, vão se constituindo em alterações sólidas características das grandes revoluções no médio e longo prazos.

A Educação Popular também é bastante eficaz no incentivo à participação social e política. Com algumas similaridades com o campo anterior, nesse, sua importância Educação Popular se reveste na ampliação e afirmação do que significa a expressão *participação*.

A participação como uma das dimensões da Educação Popular estimula o interesse social pela esfera política, enquanto resgata e promove a dimensão humana na constituição e formação do *homo politicus*. Ou seja, o resgate da dimensão política, enquanto fazer consciente das ações humanas intencionais. Do contrário, a participação torna-se uma mera justificação dos interesses dos que sempre se apresentaram como os mais importantes nas relações sociais e econômicas, logrando êxito constante em detrimento e negação dos considerados ignorantes. Como afirma Mendoza (op. cit. 19):

Todo lo anterior nos lleva a que esta dimensión de la educación popular también persigue desarrollar la conciencia crítica. Quien posee conciencia crítica es aquella persona que trata de descubrir, de ir a las raíces, de entender bien y completamente algo de la realidad.

Conciencia crítica es no conformarse con lo que se oye, con lo que se mira o con lo que se lee, sino que es buscar, buscar y buscar hasta poder encontrar las verdaderas causas de algo; hasta tener muchos elementos para entender un hecho.

Ou seja, a criticidade apresentada acima diz respeito à capacidade de se entender a realidade, a partir de reflexões pessoais e coletivas sem imposição ou limitações na sua compreensão, a partir de quaisquer formas clássicas de dominação legítimas, legal-coercitiva, tradicional ou carismática.<sup>85</sup> Busca-se com essa criticidade compreender as coisas por elas mesmas, procurando suas relações de causa-efeito, com a seriedade necessária, facilitadora e promotora da participação como estratégia de afirmação dos interesses comuns.

---

<sup>85</sup> Cf: WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. [Tradução de Gabriel Cohen]. Rio de Janeiro: V Guedes Multimídia, 2008.

A Educação Popular também desperta, valoriza e estimula capacidades próprias. Nesse campo, serve para o estímulo das pessoas e, por conseguinte, das comunidades no desenvolvimento das capacidades próprias e características de sua cultura, agregando sentidos e possibilidades de lhes assegurar, além da identidade, autonomia nas relações do e com o poder instituído ou por ele institucionalizado.

Essas premissas implicam na afirmação de que a Educação Popular, no estímulo das capacidades locais, busca eliminar o máximo possível as relações de dependência, características das mediações da educação institucionalizada. Rompe-se, igualmente, com as práticas assistencialistas e paternalistas com as quais muitos governos, de todas as esferas do estado, através de ações populistas junto às comunidades, corrompem ou simplesmente, ignoram seus anseios.

Nesse sentido:

[...] una auténtica educación popular trabaja y se dedica a combatir ideas, o falsas creencias, en las que los ladinos son superiores o mejores a los indígenas; que las mujeres son inferiores a los hombres. O que las comunidades rurales no pueden desarrollarse como las ciudades (MENDOZA, 2002 p. 21).

John Hurt (1995) considera que a Educação Popular tem por base o que os franceses denominaram de *empowerment/empoderamento*. Ou seja, o desenvolvimento do ator social, a partir da formação que priorize práticas democráticas de cooperação, com vistas à estruturação de sociedades justas, ambientalmente condizentes com formas de desenvolvimento que assegurem a preservação da vida e do meio ambiente.

Na França, berçário da cultura revolucionária moderna, os fundamentos da Revolução Francesa continuam a inspirar a luta da população excluída em busca de melhores condições de vida. Alicerçadas pela possibilidade de construção de uma sociedade na qual as diferenças sociais possam ser menores.

Grandes massas populares se envolveram na luta sob o manto da trinca: *liberdade, fraternidade e igualdade*. O desejo latente de vivência desses valores se constituiu num importante ensaio das transformações sociais que ainda embebem as utopias revolucionárias atuais. Entre as ferramentas e estratégias da luta, o ideário da Educação Popular busca a revolução possível.

Alain Manach, (texto s/d) pertencente ao Movimento Solidário da França, afirma a Educação Popular com destaque ao seu qualitativo *popular*, dando-lhe sentido político como significado de que “todos os cidadãos formam um povo unido por laços políticos, constituindo um conjunto de valores democráticos”.

Jaqueline Lascoux,<sup>86</sup> diretora de pesquisa do CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Social apresenta a Educação Popular como “a aprendizagem da cidadania e da vida coletiva. Em uma sociedade altamente individualista, pode se constituir em uma resposta eficaz a todos os tipos de exclusão”. Para Lascoux, tal Educação Popular possibilita a reunião de homens, mulheres, trabalhadores em geral, desenvolvendo ações de forma conjunta, de modo a aproximar e estimular os jovens ao debate do cotidiano, gerando processos democráticos por excelência.

Para Jean Louis Neil, (*in* Richarsisson op. cit: 8), diretor do Science Action Haute-Normandie, a Educação Popular tem por princípio considerar o homem no seu ambiente, na sua realidade e na sua autonomia. A articulação desses fatores forma um conjunto indissociável característico. Nesse sentido, a relação dos atores sociais nas associações, movimentos sociais e grupos afins, são capazes de gerar novos espaços de diálogo, construindo laços e vínculos sociais capazes de proporcionar-lhes respostas às objetivações que lhes desafiam.

Na Suécia, a Educação Popular é compreendida como ações educativas que procuram fortalecer a cultura e a democracia, como mecanismo de diminuição das diferenças sociais e de formação entre os segmentos sociais. (*idem*).

Para o educador filipino La Torre (1999), tal qual Paulo Freire no Brasil, figura entre os maiores expoentes na educação enquanto preceito das liberdades e da emancipação social dos setores excluídos da sociedade asiática, a Educação Popular pode ser compreendida a partir de três destaques:

- “é uma educação sensível ao povo, não elitista e intimamente relacionada com a ideia de popularizar ou estender à população o conhecimento produzido pela sociedade.

---

<sup>86</sup> Ver LASCOUX, Jaqueline. **E'thique el éducation** – L'école peut-elle donner l'exemple?. Coll. Ethique en contextes (L' Harmattan).

- é uma educação do povo, para o povo e ao acesso do povo. Libertadora e conscientizadora.
- é uma educação coletiva, de aprendizagem coletiva, na qual todos os participantes tem direito a gerar e compartilhar os conhecimentos. Não existem aprendizes passivos de conhecimentos gerados por terceiros. A aprendizagem é geradora e vivencial” (Cf. PEPE, 1999).<sup>87</sup>

Muitos outros autores, a exemplo de Carlos Rodrigues Brandão, Vanilda Paiva, Beisiegel, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Melo Neto, Alder Júlio Calado, Ivandro da Costa Salles, Melo Neto, Rosas, entre outros de igual importância, compreendem a Educação Popular como sendo a educação comprometida com os interesses das classes populares. Compromisso esse, não somente restrito ao acesso à escolarização, mas principal e necessariamente, pelo reconhecimento, valorização e promoção da participação dos atores sociais no processo de produção e utilização do conhecimento produzido na construção do destino das populações excluídas.

Nesse sentido, Hurtado (1993, p. 44), define Educação Popular de modo que:

[...] mesmo incorporando alguns dos elementos de outros modelos, sua definição está dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular, definidos em termos políticos – não necessariamente partidários [...] A Educação Popular é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas, para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova, de acordo com seus interesses (HURTADO, p. 1993).

Brandão (1982, p. 72-74), importante pensador Latino-Americano, define Educação Popular como:

Domínio de convergência de práticas sociais que tem a ver, especificamente, com a questão do conhecimento, com a possibilidade de construção do saber popular. [...] É o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado (BRANDÃO, 1982).

---

<sup>87</sup>Popular Education for People’s Empowerment (Educação Popular para Conscientização do Povo).

Melo Neto (2004), contribui para a compreensão desse campo, a partir de uma leitura de caráter filosófico como sendo:

[...] um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionadas entre si e ordenadas segundo princípios e experiências que, por sua vez, formam um todo ou uma unidade. Mesmo expressando uma unidade, é um sistema aberto que relaciona ambiente de aprendizagem e sociedade, a educação e o popular e vice-versa. Um sistema aberto de trabalho educacional detentor de uma filosofia que, por sua vez, pressupõe as seguintes dimensões: *uma teoria do conhecimento, metodologias dessa produção de conhecimento, conteúdos e técnicas de avaliação*, sendo sustentada por uma *base política*.

No ano de 2006, após a realização de pesquisa realizada junto a representantes de diversos setores dos movimentos sociais sobre suas compreensões e características do que seja popular, Melo Neto sintetizou as seguintes aproximações conceituais, a partir do maior percentual de das respostas dadas: 1) o popular expresso como algo ou o que está direcionado conforme o interesse das maiorias. Evidencia-se maioria com a associação da compreensão de classe. Desse modo, a maioria estaria referida aos representantes da maior classe social, representada pelos trabalhadores ou pelos não detentores dos meios de produção; 2) algo é popular quando expressa seu caráter político, identificado com os anseios e direcionamentos da classe popular. Ou seja, na resposta da maioria absoluta das representações das categorias sociais integrantes da pesquisa, associam o popular com ações das políticas públicas que geram benefícios ou atendem interesses da maioria da sociedade.

A dimensão política popular está referenciada pela:

Defesa dos interesses dessas maiorias ou das classes majoritárias. Em um segundo momento, essas ações políticas são, necessariamente, **reativas** às formulações ou às políticas que deverão estar sendo impostas a essas maiorias, também no sentido de busca de alternativas ou de estratégias que conduzam às iniciativas para um plano político da sociedade. **Reativas** enquanto geradoras de ação própria e, normalmente, original, retirada da prática do dia-a-dia, ou quando se tornam capazes de compor um novo tecido social com outros valores e objetivos<sup>88</sup> (MELO NETO, 2006).

---

<sup>88</sup> Cf. MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. João Pessoa: UFPB, 2006, p. 24-25.

Por sua vez, Paiva (1987, p. 80), define Educação Popular no que poderíamos compreender como espectro ampliado do campo em estudo. Podendo ser compreendida como:

Aquela que ocorre no bojo do movimento popular [...] Não se restringe a ela, mas engloba toda a educação que se destina às classes populares: a que se vincula ao movimento popular de forma direta, mas também, a que é organizada pelo Estado, incluindo-se aí, o ensino através do sistema formal destinada a adultos e também à população em idade escolar (PAIVA, 1987).

Pela definição apresentada por Paiva, o caráter revolucionário, enquanto constituinte e característica fundante da Educação Popular parece estar reduzido à ação de terceiros. Seja o Estado ou qualquer outro ente que tenha com os movimentos populares relações de proximidade.

Contudo, a definição acima está muito mais para aliada a uma educação sistematizada, pensada para o povo e não com ele construída. A autonomia preconizada enquanto capacidade dos atores sociais construírem o conhecimento, a partir de suas experiências e descobertas, bem como a devida sistematização de acordo com suas capacidades, fica muito reduzida. Pois, dá a impressão de que essa tarefa não poderia ser realizada.

Caminhando pelas trilhas percorridas por Paiva (op. cit), Beisiegel (1986) propõe a Educação Popular como: *uma concepção de homem e de sociedade informa o educador sobre quais são os interesses do povo*. Mas, como saber quais os interesses do povo se a ele não for dada a condição de expressá-lo?

As duas últimas definições identificam mais uma compreensão de educação voltada aos princípios instituídos pela ordem dominante, ao que poderíamos denominar de estruturalista. Ou seja, as concepções de popular acima estão mais vinculadas à concepção da universalização do ensino como instrução, como aquela que precisa ser direcionada por outrem que não os próprios atores sociais. Embora, ambos autores tenham profícuas contribuições no campo da Educação Popular e dos movimentos sociais.

Para Richardson a Educação Popular pode ser gerada tanto pelas classes consideradas subalternas "... através de suas experiências e lutas, e aquela produzida no âmbito das instituições, sempre que atenda aos interesses dessas

classes e ambas visem a transformação social”. Embora seja possível se efetivar práticas de alguns dos princípios e fundamentos da Educação Popular nas instituições, cremos que as iniciativas já experienciadas ou em fase de execução, se mostrem um tanto limitadas. Isso porque, as instituições foram criadas pelos detentores do controle social, para o controle social. Desse modo, mesmo que se tenham atores capazes de gerar alguns processos com características populares, o corpo institucional não acompanha, não reconhece, não valoriza tais iniciativas.

A Educação Popular apresenta entre seus constituintes e também como metodologia, o estudo da realidade com a qual se iniciam processos educacionais. Isso quer dizer que considera as características do lugar/espço onde a iniciativa e o processo educacional se iniciam.

O processo de educação, iniciado a partir da contextualização da realidade, considerando e incorporando seu tempo histórico, de modo a se conhecer o máximo possível sobre a vida dos atores com os quais se vai trabalhar, se constitui baliza à metodologia da Educação Popular. Quando evidencia e valoriza aspectos como: cultura, hábitos, problemas, potencialidades, anseios, formas de organização existentes, influências dos ritos e práticas religiosas, etc. O diálogo se constitui como ferramenta mestra da Educação Popular. É através do diálogo, no sentido habermasiano que as relações, objetivações, mudanças, transformações singulares e coletivas ganharão expressão e materialidade.

A partir das aproximações epistemológicas sobre a da Educação Popular, realizadas no início deste capítulo, com Comenius, Jaeger e Rousseau, buscamos experiências objetivadas na história que possam possibilitar ampla compreensão dessa temática.

Desse modo, destacamos que na Inglaterra, ainda no século XVII, embasados nas premissas dos socialistas utópicos como Fourier, Saint Simón e Robert Owen, a experiência com a fundação da Cooperativa dos Pioneiros pode ser relacionada na intenção de atendimento dos interesses sociais aos fundamentos, princípios, valores e constituintes da Educação Popular.

Embora as iniciativas dos pioneiros não tivessem definido os fundamentos da Educação Popular como na atualidade, a dimensão política de mudança na estrutura social apresenta vínculos históricos e afins com a concepção contemporânea dessa modalidade de educação. A forma de organizar a produção, através da primeira

cooperativa da história, muda as relações de trabalho, gerando novos aprendizados, valores e saberes, em um pujante processo embrionário e experiência de Educação Popular.

Segundo Richardson (2010: 07),<sup>89</sup> foram os dinamarqueses os primeiros a formalizar processos de Educação Popular, a partir do trabalho de resgate da cultura do povo da Dinamarca, como enfrentamento e resistência a invasão cultural. O movimento de resistência foi cunhado, a partir da expressão “**Primeiro animar; logo iluminar**”. A frase foi utilizada pelos dinamarqueses como comando e motivação do movimento de resistência, desencadeando ações educativas entre os movimentos sociais. Na busca e valorização da arte, da música, dos saberes populares, transformados em movimento de libertação das influências e valores externos.

No ano de 1868, na Suécia fora criada a primeira escola de uma série denominada de Escola Popular Superior – EPS. Nessas escolas eram oferecidos cursos de formação para atores sociais que não conseguiram alcançar os níveis de formação da maioria da sociedade sueca. O seu destaque está no caráter popular de seu currículo, balizado pela experiência social e de trabalho dos educandos em diversos cursos e campos de interesse social e do estado.

No Canadá, a Educação Popular marca presença desde o século XIX, a partir da organização de operários e camponeses em cooperativas, com o objetivo de melhor fundamentar seus conhecimentos e melhorar suas condições de vida e de trabalho como forma de resistência ao domínio inglês que os ameaçavam (ATTAQ, 1997).<sup>90</sup> Também no Canadá, no início da década de 1930, se tem notícias do Movimento “Antigonish”, fundado com o objetivo de organizar cooperativas de agricultores e pescadores. O processo de organização desses trabalhadores, por buscar a emancipação dessas categorias, enfrentou problemas de natureza política, a fim de manter a situação de exploração dos mesmos.

Na década de 1950, nos Estados Unidos da América do Norte, fora fundado no Estado do Tennessee o Centro “Highlander” que tinha por objetivo a defesa dos direitos civis e organização dos trabalhadores. Somente a título de esclarecimento,

---

<sup>89</sup> Cf: Roberto Jarry Richardson. **Educação popular e transformação social**. Texto ainda não publicado, mais gentil e devidamente autorizado para utilização na fundamentação deste trabalho. Paraíba-Brasil. Dezembro/2010.

<sup>90</sup> ATTAQ - Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Acidentados de Quebec: 1997).

esse Estado tradicionalmente concentra grande contingente da sua população composta por negros. Sendo também, onde se tem histórias grotescas de segregação racial. Por sua luta em defesa dos direitos civis, portanto, contrário à ordem estabelecida, o Centro Highlander foi obrigado a encerrar suas atividades na década de 1960. Contudo, voltou às atividades, incorporando a luta e defesa do movimento ambientalista.

Em toda a América Latina, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, durante o período de maior força do regime militar que se instaurou no continente Sul-Americano, muitos educadores, militantes políticos e simpatizantes foram violentamente reprimidos por estarem lutando ou defendendo os interesses democráticos. Muitos desses atores foram submetidos a toda forma de violência. Desde a violência física, à moral e simbólica.

Muitos desses militantes perderam suas vidas em defesa de projeto de mudanças sociais, éticas e políticas na sociedade, principalmente, através da educação. Os militantes defendiam uma educação incluyente, ampla, participativa, com qualidade, de características popular, construída com e para a maioria das populações do continente.

No Brasil, segundo Conceição Paludo (2008, p. 157),<sup>91</sup> e também na América Latina, a discussão por uma:

Educação do/para o povo foi, de um lado, motivo de acaloradas discussões pelos intelectuais, políticos, governantes, ativistas e lideranças sociais e, de outro, presença nos movimentos sociais concretos.

Prossegue Paludo "... sua teoria e prática, por aqui, iniciou nos anos de 1900, com as experiências educativas dos anarquistas e, em menor escala, dos comunistas".

Ainda para o referido autor, no período compreendido entre as décadas de 1960 a meados de 1990 do século XX, são originadas as ideias e propostas em educação que se tornaram conhecidas internamente no País, com ressonância também no mundo.

---

<sup>91</sup>Cf Conceição Paludo. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Org's). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

O caráter popular da educação no Brasil, como conceito e conotação política, enquanto projeto de transformação social, ganha transparência a partir das premissas de Paulo Freire e de outros pesquisadores militantes que com ele estavam engajados nas lutas sociais no país, através de leituras sobre a nossa realidade e a do continente Latino-Americano.

As leituras sobre essas realidades instigam e promovem a formulação de fundamentos que pudessem se constituir em processos pedagógicos, capazes de responder aos anseios e necessidades dos diferentes movimentos e necessidades afins, a começar pela alfabetização de adultos, nas lutas camponesas, no interior das escolas com educadores progressistas, chegando até as experiências revolucionárias dos países Cuba e Nicarágua.

Especificamente, nos anos da década de 60 do século passado, os movimentos de cultura popular se tornam referência na elaboração das ideias e procedimentos na implantação de iniciativas de Educação Popular, enquanto inspiração de educação do povo. Nas Filipinas, a FEPE – *Popular Education for People's Empowerment* (Educação Popular para Conscientização do Povo), criada em 1986, se constitui em uma das suas mais importantes instituições dedicadas à promoção das teorias e Educação Popular no sudeste asiático.

A FEPE atua na promoção de serviços, processos e Educação Popular na capacitação de categorias profissionais e sociais excluídas, a exemplo de camponeses, pescadores, nativos, favelados, entre outros. O objetivo da FEPE é estimular e desenvolver as capacidades individuais e coletivas como estratégia de superação das suas condições de vida, com destaque à promoção dos atores dos processos de formação em educadores comunitários, tendo por fundamentos, as proposições do educador filipino Edifício de La Torre.

Os Estados revolucionários de Cuba, Guatemala e da Nicarágua, após a revolução que derrotou as ditaduras que oprimiam a população e culturas populares, iniciam amplo processo de Educação Popular. Promovendo uma segunda revolução, dessa vez na educação, possibilitando amplo processo de educação e formação da população, desde a alfabetização aos cursos universitários.

No Brasil, Chile e demais países Sul-Americanos a Educação Popular ganha expressividade a partir da década de 1960, tendo como mote a necessidade de

mudanças nos sistemas educacionais, cujos reflexos remetem à condição social de suas populações.

### 3.1 CONSTITUINTES DA EDUCAÇÃO POPULAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Entre as categorias de análise escolhidas para a discussão desse trabalho estão autonomia e autogestão, como essenciais na e para a constituição do espectro de análise sobre incubação de empreendimentos solidários como metodologia da Educação Popular. Autonomia no seu campo se constitui entre os principais constituintes dessa modalidade de educação. Isso porque, como estudado acima, os seus fundamentos e a sua prática objetivam a promoção humana. Nenhum humano será pleno se cativo do querer de outros humanos.

Por sua vez, a autonomia quando referida aos grupos de produção no campo da Economia Solidária, representa o resgate da humanização usurpada do ser humano, através da subordinação de força do trabalho, através da autogestão dos empreendimentos dos grupos de produção. Associado a esses dois constituintes, fundantes e complementares de um e outro campo, estão os conceitos de liberdade e transformação social.

Autogestão de modo amplo pode ser compreendida como princípio da não regulação das relações sociais, a não ser pela busca de consensos entre seus entes. Implica em dizer que a autogestão contraria a ideia e necessidades de estruturas de gerenciamento de caráter diretivo por imposição no mundo do trabalho, portanto da produção. A autogestão como princípio de organização social está intimamente vinculada à afirmação da liberdade como prática de vida, próxima aos ideais libertários anarquistas.

De modo restrito, a autonomia está relacionada ao sistema produtivo. A partir dessa vertente, a autogestão se constitui em um meio de organizar a produção de modo coletivo. Sendo assim, o controle das atividades econômicas deve ser gerido diretamente pelos produtores sociais de forma coletiva e democrática, enquanto proprietários e gestores dos meios de produção, rompendo com a dinâmica centralizada e hierarquizada do sistema empresarial.

Para tanto, cada unidade produtiva deve ter autonomia sobre o que e como processar, produzir, prestar seus serviços. Nesse sentido, a autogestão se caracteriza como conjunto de ações que se relacionam de forma sinérgica, complementar, constituindo-se em movimento que busca promover o bem estar humano, através do resgate e valorização da capacidade criativa do produtor social, num processo harmônico entre o mundo do trabalho e o mundo da vida.

A construção de processos de autogestão requer ações de formação continuada entre os atores que já a experienciam, bem como, processos de formação para aqueles que dela queiram tomar parte. Nesse sentido, a revisitação de experiências autogestionárias vai se constituindo na formação de uma nova cultura nas relações de trabalho, com vistas à promoção de uma nova ordem social, contrária à ênfase da gestão delegada, característica da economia de mercado. Para tanto, o fazer na autogestão preconiza novos valores, conceitos e procedimentos balizados por princípios da solidariedade, enquanto práticas contrárias à abordagem da competitividade e do individualismo. Nas práticas de autogestão as relações são desenvolvidas pautadas pelo caráter de complementaridade no fazer coletivo.

Segundo Macdonald (2005), há um problema na aceitação ou resistência da autogestão pelo trabalhador comum (assalariado) em relação ao produtor social,<sup>92</sup> manifesto por duas vertentes: 1) sociocultural; 2) de caráter ideológico. Ambas apresentariam a mesma dicotomia para sua aceitação, tendo em vista "... a preocupação de muitos: aquele 'mundo melhor' ou 'outro mundo que é possível'".

Para muitos pensadores, a autogestão estaria associada a um regime econômico dominado pelo Estado. A essa compreensão, Macdonald caracteriza como sendo um modo de produção de característica Estatista Produtivista, no qual o

---

<sup>92</sup>Breve distinção entre as categorias trabalhador e produtor social. O sentido de trabalhador utilizado nesse texto se refere àquele que presta serviço a outrem de forma assalariada, sem domínio ou apropriação do produto do seu trabalho, mesmo que ele detenha algum equipamento ou ferramenta que o possibilite executar ou produzir bens e prestar serviços. Porém, o faz sempre pelo interesse ou demanda do seu contratante. Ou seja, ele vende sua força de trabalho, sem que dele possa se quer afirmar que foi quem o fez ou produziu. No pensamento marxista, o trabalhador é alienado do produto do seu trabalho. Por sua vez, o produtor social além de dominar todo o processo produtivo, tem prazer e realiza-se com o produto do seu trabalho. Ou seja, o produtor social não depende de outrem diretamente para sua subsistência. A sua produção o sustenta sem causar-lhe dependência ou expropriação do seu saber. Exemplo: O operador de máquina de trem expressa o que seja um trabalhador. Em contrapartida, um artesão, artista plástico, expressa o que seja um produtor social. A condição de seu trabalho não é determinada pelas relações de submissão às leis e regras do mercado capitalista.

Estado é tutor, administrador e distribuidor da produção de mercadorias, restando aos trabalhadores das unidades produtivas atenderem às diretrizes e demandas da gestão estatal, sem, no entanto, ter assegurada sua participação. No caso, a participação do trabalhador em sistemas produtivos com essas características seria de natureza passiva, segundo Bodernave (1998, p. 80).

A autogestão de forma contrária ao sistema da economia de mercado busca recuperar e assegurar, através da produção coletiva a dignidade e autonomia do produtor. Diversas são as modalidades de organização de coletivos de trabalho, entre as existentes, destacamos: associações, cooperativas, conselhos, grupos informais, entre outras formas. Essas organizações geram oportunidades acesso ao trabalho e geração de renda para trabalhadores sem postos de trabalho e sem remuneração. Diferente do sistema capitalista, no sistema de trabalho coletivo o produtor desde seu ingresso na unidade de produção participa da organização do sistema produtivo desde o planejamento até a comercialização da produção.

Como características do trabalho coletivo, destacamos: formação processual sobre a natureza e fases da produção e gestão do empreendimento, conhecimento e controle sobre as atividades produtivas, vivência na democratização das tarefas, desde as mais elaboradas às de natureza mais simples.

A produção coletiva oportuniza que o "saber fazer" chegue ao conjunto dos produtores do empreendimento, de modo a superar possíveis entraves por falta de conhecimento sobre as diversas fases/etapas necessárias ao desenvolvimento da produção. Também, no processo de produção todos os produtores são envolvidos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento econômico, a partir do trabalho em equipe, desenvolvendo assim a promoção da inteligência coletiva.

A autogestão também se constitui como processo de educação e formação da cultura. Necessariamente é decorrente de um conjunto de interesses que possam atender às necessidades imediatas, mas também, projeta suas bases para o futuro, como preparação estratégica do ideário coletivo para as futuras gerações. Nesse sentido, as mobilizações de interesses nos empreendimentos autogestionários têm como diretrizes estabelecer diferenças nas mediações e relações na sociedade, dado que cada produtor social é a pedra do alicerce e o construtor da obra. Decidindo por si, por sua vida, o produtor social decide também o futuro. Ou seja, a autogestão se constitui como um projeto de vida.

Ao sentir-se como coproprietário de um coletivo, o produtor social tende a desenvolver maiores responsabilidades no empreendimento. Na condição de corresponsável pelos louros e pelos riscos da atividade da qual faz parte, desperta naturalmente o sentimento de pertença, passando a tratar o trabalho não mais como uma obrigação, mas, como realização social. Desse modo, o produtor social eleva sua autoestima, renovando sua motivação para o trabalho.

De forma diferente do trabalhador assalariado, a motivação do produtor social em coletivos de produção, o leva a processos de crescimento intelectual, por estar buscando tornar sua atividade sempre mais eficiente e prazerosa. Isso porque, as necessidades e expectativas pessoais de cada produtor social, a exemplo de sentimentos, sonhos e segurança futura, são tratadas e partilhadas pelo coletivo com reais condições de serem desenvolvidas e postas em prática.

O produtor social tem maior autonomia para realizar seu trabalho, fazendo-o com maior satisfação pessoal e coletiva em relação ao trabalhador assalariado. Dessa forma, na condição de também dono da produção deve ter pleno domínio das possibilidades e limites de seu poder de ação nas tomadas de decisão.

A Autogestão subentende a existência da autonomia como característica imprescindível à capacitação para a administração coletiva. A autonomia deve se tornar prática comum nas unidades produtivas quanto em sua instância representativa. Isso é, sem dependência dos órgãos governamentais, das agências de financiamento e fomento que, em função da liberação de recursos aos empreendimentos, acabam por exercer interferências na forma de gestão dos mesmos.

Em iniciativas de autogestão, o modo de atuação e a forma de relacionamento determinam profundamente o produto do trabalho. A construção da autogestão na perspectiva da Economia Solidária pressupõe, no mínimo, coerência entre os princípios e práticas solidárias. A mediação entre o modo econômico dominado pelos princípios liberais e os sistemas produtivos autogestionários, configura-se na principal diferença entre um ou outro sistema de produção.

A cooperação e a confiança na autogestão ocupam o lugar sobre a competição. Isso porque, a concorrência, o individualismo e a dependência de comandos advindos da instância hierárquica inibem a possibilidade e a perspectiva da criação como expressão da liberdade e prazer no trabalho por parte de quem produz.

A título de conjectura, poderíamos admitir que a autogestão tenha suas bases ainda no sistema de organização primitiva, a partir da divisão social do trabalho - feita de forma espontânea ou à base, por assim dizer, de consensos decorrentes das necessidades imediatas – de acordo com a natureza e características da ocupação dos membros nas tribos, divididas por categorias de gênero e idade.

Nesse período, segundo Macdonald (op. cit.), “toda a condução da vida política e econômica da sociedade era fruto de costumes consensualmente mantidos ou modificados ao longo do tempo”. Desse modo, tanto a produção – de qualquer natureza – coleta, caça, pesca, etc. como a distribuição de bens seguiam práticas e padrões culturais definidos, tendo por objetivo atender às necessidades e brindar capacidades sem que uns vivessem às custas de outros. Apesar desse consenso, Macdonald enfatiza que “a autogestão da economia então não era hegemônica. Ela era nos primórdios o *único* modo de produção.”<sup>93</sup>

Na atualidade, em comunidades tradicionais ainda é possível observar sociedades que apresentam comportamentos com características da solidariedade mecânica que as diferenciam das sociedades de solidariedade orgânicas.<sup>94</sup>

Durkheim (1893), em estudos sobre as manifestações do que hoje se denomina fato social, estabeleceu diferenças entre sociedades. As primitivas são aquelas em que as relações entre seus pares são caracterizadas por afinidades, tradições, costumes e valores culturais, expressando forte coesão interna ao que poderíamos definir como consciência coletiva.

Por sua vez, sociedades com características marcadamente balizadas por dinamismos e diferenças; baixa coesão interna; e diversidades de valores, são caracterizadas pela solidariedade orgânica, que marca a sociedade complexa em que vivemos na atualidade. Podem-se afirmar as sociedades orgânicas caracterizadas pelo consenso das diferenças. As sociedades de natureza complexa desenvolvem atividades pautadas pela individualidade, de acordo com a vontade dos detentores de maior influência nas esferas de decisões institucionais.

---

<sup>93</sup> Lembra Macdonald (idem), que “só quando começa a transição da sociedade primitiva para a sociedade de classes que germinam outros modos de produção com maior ou menor velocidade. É então que o modo de produção autogestionário passa de único para hegemônico, para, ainda mais adiante, passar a ser secundário ou até eliminado de todo.”

<sup>94</sup> Ver Émile Durkheim Da divisão do trabalho social - (De la division du travail social (1893).

As conclusões das teses apresentadas por Durkheim sugerem que para se evitar colapsos nas sociedades orgânicas, essas deveriam exercer formas cooperativas de decisão coletiva na esfera da produção econômica.

Na idade média, se tem registros de que houve numerosas revoltas camponesas, ocorridas principalmente na Europa Ocidental e Central entre os séculos XIV e XVII. A sua existência sugere o desejo de quebra da ordem imposta pelos donatários das terras, buscando-se, em contraposição, a organização da produção de forma próxima à autogestão. Por volta de 1.800 d.C., toma corpo nova modalidade de autogestão, diferente da organização primitiva, a partir do advento da produção das máquinas a vapor na Inglaterra.<sup>95</sup>

Com a expansão das máquinas a vapor, trabalhadores ingleses – e mais adiante, trabalhadores de outros países – formam sociedades beneficentes defensoras de seus interesses de classe: sindicatos e cooperativas de consumo. Algum tempo depois, surge a cooperativa de produção. Esses fatos-exemplos, marcariam o início do modo de produção autogestionário da época moderna.

Para Novaes,<sup>96</sup> a partir de crítica aos que defendem que mesmo numa economia socialista alguns mecanismos de mercado são necessários, “... é inconcebível a tentativa de se combinar *autogestão* e *concorrência*”, numa explícita concordância com as formulações totalizantes do marxismo. Nesse sentido, afirma que a expressão *autogestão* é extremamente polissêmica. Como tal, serve aos interesses daqueles que defendem o que consideram uma modalidade de socialismo denominado *socialismo de mercado*, bem como abriga as intenções daqueles que não concordam com o sistema pautado pela *economia de mercado*.

Tiriba (2002), citado por Novaes (op. cit.), afirma a autogestão como: “processos mais amplos da vida”. Com esta observação de Tiriba, denota-se que a autogestão se caracteriza para além da organização da atividade produtiva em si, inferindo que os princípios e valores válidos para a produção, também o são para as demais esferas da vida.

Desse modo a autogestão deve ser compreendida como forma de organização da vida, no sentido de que o controle da produção seja realizado de

---

<sup>95</sup> Ver McDonald, op. cit.

<sup>96</sup> Ver NOVAES, Henrique T. **Qual autogestão?** Artigo. [hetanov@yahoo.com.br](mailto:hetanov@yahoo.com.br).

forma direta pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que organizam suas vidas particulares e em sociedade. Por extensão, essa premissa implica, igualmente, na gestão ou constituição de um estado com semelhantes características. Nesse sentido, (BURAWOY, p. 1990), acrescenta a essa premissa a compreensão de que “a conquista dos aparatos de produção somente torna-se significativa em conjunção com a conquista dos aparatos do Estado”.

O desejo pela conquista dos meios de produção, com vista à institucionalização do modo de produção alternativo, merece importante alerta, segundo esse autor:

[...] quando são feitas mudanças nesta direção, como aconteceu no Chile, o Terceiro Mundo sempre tem o apoio das sanções políticas e econômicas internacionais do capitalismo, esperada ou inesperadamente (BURAWOY, 1990, p. 202).

Postura semelhante pode ser observada na atualidade na Venezuela e demais países Latino-Americanos, que ousaram alterar a estrutura econômica interna.

Já vimos antes que a autogestão se constitui como complemento da autonomia ou expressa sua forma mais completa. O fato é que uma se reveste de fundamento da outra. Embora não sejam sinônimos, uma está e infere diretamente, não somente no significado da outra, mas, sobretudo, nos sentidos que as ações humanas adquirem, a partir da conjugação de uma e outra categoria em evidência nesse trabalho.

Nesse sentido, atua tanto no campo do trabalho como no campo da educação, embora, o trabalho como ação humana também se expresse como ato educativo, da mesma forma, a educação se constitui em uma modalidade de trabalho que muitas vezes é comumente despercebida como tal.

O conceito de autonomia, segundo Goldim (2004), tem sido objeto de várias compreensões, denotando outras tantas perspectivas, a exemplo da compreensão individualista, bem como das que dão sentido coletivo ao caráter particular da autonomia a um ator social enquanto pertencente a um grupo, uma classe, a uma categoria de classe e, até na sua própria individualidade.

John Stuart Mill (1806 – 1833) está entre os pensadores que contribuíram para a compreensão desse conceito, afirmando que autonomia se estabelece “sobre

si mesmo, sobre seu corpo e sua mente, o indivíduo é soberano”. O termo soberano implica total controle sobre a própria pessoa. Está implícita nessa compreensão a ideia de intencionalidade ou conhecimento sobre essa soberania.

Cardozo, no ano de 1914, ao pronunciar-se a respeito de uma “sentença do caso Schloendorff, sobre uma cirurgia realizada com extensão superior à autorizada pela paciente, reforçou essa ideia. Na sua argumentação estabeleceu que: *Todo ser humano de idade adulta e com plena consciência tem o direito de decidir o que pode ser feito no seu próprio corpo.*” (in: GOLDIM, 2004).<sup>97</sup> Mais uma vez fica subentendida a ideia de que autonomia está ligada à pessoa. Por isso mesmo, tudo o que for referido a ela fisicamente, somente ela pode decidir.

Kant (1785),<sup>98</sup> em sua obra *Fundamentos da Metafísica*, discorrendo sobre os costumes, propôs o Imperativo Categórico, no qual a autonomia não é incondicional, mas passa por um critério de universalidade, explicando que:

A autonomia da vontade é a constituição da vontade, pela qual ela é para si mesma uma lei – independentemente de como forem constituídos os objetos do querer. O princípio da autonomia é, pois, não escolher de outro modo, mas sim deste: que as máximas da escolha, no próprio querer, sejam ao mesmo tempo incluídas como lei universal (KANT, 1785).

Nessa formulação já se apresenta uma perspectiva ampliada de entendimento, ao atribuir o caráter de universalidade da autonomia, mesmo afirmando a particularidade.

Durkheim (*In: WEISS, 2005, p. 115*),<sup>99</sup> ao propor discutir plano de educação para a sociedade francesa, nos traz a compreensão de autonomia como a interiorização das normas, privilegiando a estrutura organizacional. Em sua proposta, o referido autor defendeu que as novas gerações deveriam ser formadas nos valores de igualdade e liberdade pelo uso livre da razão. Razão como sendo capaz de tornar o ser autônomo, portanto, livre. Nesse sentido, a educação deveria gerar no indivíduo/ator social capacidade de autogovernar-se, de modo a controlar racionalmente seus desejos, convertendo-os em vontade.

---

<sup>97</sup> Goldim, José Roberto. **Princípio do respeito à pessoa ou da autonomia**. 2004.

<sup>98</sup> KANT, I. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 70-79.

<sup>99</sup> Cf: WEISS, Raquel Andrade. **Indivíduo, razão e moral: uma análise comparativa de Habermas e Durkheim**. USP, 2005, p. 115.

Kesselring<sup>100</sup> (1993) caracteriza "Autonomia como a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco". Ambas formulações tratam a autonomia para além da restrição e finitude no ser, na pessoa, remetendo à noção de autonomia do ser em relação ao que esteja fora dele e que com ele tem relação.

Na publicação do The Belmont Report,<sup>101</sup> podem-se encontrar argumentos que tratam sobre autonomia em relação aos princípios de respeito às pessoas, na discussão sobre a adequação ética da pesquisa nos Estados Unidos da América. As formulações preconizavam que a autonomia:

Incorpora, pelo menos, duas convicções éticas: a primeira que os indivíduos devem ser tratados como agentes autônomos, e a segunda, que as pessoas com autonomia diminuída devem ser protegidas. Desta forma, divide-se em duas exigências morais separadas: a exigência do reconhecimento da autonomia e a exigência de proteger aqueles com autonomia reduzida.

Por essas afirmativas, concebe-se a autonomia como ente intrínseco à pessoa, como um direito irrestrito a ela, mesmo que dela o ator social não tenha domínio, por isso, precisa de proteção. Em sendo assim, uma pessoa autônoma é capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir no sentido de efetivá-los enquanto deliberação desse querer.

Implica dizer que as escolhas individuais devam ser respeitadas pelo coletivo, de modo a não gerar indisposições e nem constrangimento a um e a outro. Contudo, há que se ter a coerência de não permitir que as escolhas autônomas possam gerar disposições capazes de prejudicar terceiros. Desconsiderar a autonomia é negar no outro sua capacidade de julgar livremente o que lhe pareça justo.

Tratando sobre autonomia no campo da saúde, Beauchamp e Childress (1994), reduzem o Princípio do Respeito à Pessoa para Autonomia, atribuindo-lhes diferentes significados, a saber:

Autonomia tem diferentes significados, tão diversos como autodeterminação, direito de liberdade, privacidade, escolha individual, livre vontade, comportamento gerado pelo próprio indivíduo e ser propriamente uma pessoa.

---

<sup>100</sup>Kesselring T. Jean Piaget. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 173-189.

<sup>101</sup>The Belmont Report: Ethical Guidelines for the Protection of Human Subjects. Washington: DHEW Publications (OS) 78-0012, 1978.

Duas condições se apresentam como essenciais à compreensão da autonomia: 1) liberdade, expressa pela independência do controle de influências externas e; ação, como capacidade de ação intencional.

E o que significa ser autônomo, ter liberdade e ser livre para agir? A autonomia pressupõe a intencionalidade consciente, ponderada pela razão, traduzida em conhecimento ao se executar determinada ação. Ou seja, uma ação, atitude para ser implementada, necessita do mínimo de conhecimento sobre a mesma. Esse, além dos saberes necessários, pressupõe, igualmente, ação planejada, ainda que minimamente. Ou seja, essa requer definição de objetivos bem definidos.

Charlesworth (1988) introduz uma perspectiva social para a autonomia do indivíduo, podendo conduzi-lo à própria noção de cidadania, ao afirmar que

Ninguém está capacitado para desenvolver a liberdade pessoal e sentir-se autônomo se está angustiado pela pobreza, privado da educação básica ou se vive desprovido da ordem pública. Da mesma forma, a assistência à saúde básica é uma condição para o exercício da autonomia (CHARLESWORTH, 1988).

Nessa afirmação de Charlesworth encontra-se a aproximação das dimensões demandadas pela autonomia com os grupos de produção em Economia Solidária. Primeiro, porque insere na temática o caráter político até então não tão bem explicitado pelos autores acima. Segundo, porque são exatamente nas privações de poderem exercer o trabalho de forma livre, a partir da capacidade criativa e da potencialidade de homem e mulher que os excluídos buscam alternativas de inserção no mundo da produção, através da formação de coletivos de produção.

Em Constance Kamii, (1985),<sup>102</sup> pode-se encontrar a definição da autonomia na perspectiva de vida em grupo, conquistada pelas relações e interações do coletivo. Filiada à perspectiva da Epistemologia Genética de Jean Piaget (1896 – 1980), Kamii afirma a autonomia como a capacidade do indivíduo ser governado por si próprio, aproximando a tese defendida por Durkheim. Compreensão contrária à de heteronomia, que significa ser governado pelos outros.

---

<sup>102</sup> Kamii C. **A criança e o número**. Campinas: Papyrus, 1985, p. 103-108.

Por essa linha de compreensão, a autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir agir da melhor forma, a partir do acordo do coletivo. Kamii ainda alerta sobre as armadilhas do princípio de autonomia, afirmando que “não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista”, negando dessa forma, as decisões autocráticas.

Por sua vez, Goldim (2004), afirma que “o Princípio da Autonomia não pode mais ser entendido apenas como sendo a autodeterminação de um indivíduo, esta é apenas uma de suas várias possíveis leituras”.

A ideia de alteridade que está implícita na questão da autonomia, trouxe, desde o pensamento de Kant (op. cit.), uma nova perspectiva que alia a ação individual com o componente social. Dessa perspectiva surge a responsabilidade pelo respeito à pessoa, que talvez seja a melhor denominação para esse princípio.

Isso porque, na essência do conceito de alteridade, afirma-se que o homem por ser um ser social, gregário, vive em permanente relação de interação, num processo de reciprocidade com o outro. Por isso mesmo, a individualidade do *eu*, para ser reconhecida, depende da existência do *outro*.

Se analisarmos as indicações propostas por Kant; Charlesworth; Kamii e Goldim, perceberemos elementos indicativos de disposições necessárias ao exercício da autonomia. Seja quando expressa na indicação de um ator isolado ou, se esse for coletivo, a exemplo dos grupos de produção em Economia Solidária. Kant nos apresenta a noção de universalidade enquanto reconhecimento e projeção do querer do outro. Charlesworth nos instiga a pensar, a partir de certo tom de denúncia que não há possibilidade de autonomia com privações. Constance Kamii nos afirma a incondicionalidade dos grupos exercerem ou escolherem suas necessidades e definirem a forma de gestão autônoma dos seus interesses. Por fim, Goldim contempla a autonomia com a proposta da inclusão do outro. Tais argumentos fundamentam os princípios da autogestão.

É no contexto da exclusão, dadas as privações e necessidades básicas (trabalho, alimento, moradia, acesso a bens culturais, diversão, etc.), geradas pelo sistema vigente - concentrador dos meios de produção e que, por isso mesmo exclui os produtores da possibilidade de acesso à riqueza –, que atores sociais se organizam em grupos de produção e troca de produtos, bens e serviços, enquanto alternativa de organização social. Com base no princípio da liberdade apresentado

por Beauchamp e Childress, a organização do trabalho coletivo se apresenta como sistema de produção capaz de projetar o homem e a mulher como seres autônomos com direitos inalienáveis à liberdade.

Freire (2003), ao tratar da relação de opressão em que são submetidos os trabalhadores, nos chama a atenção para que a condição de superação dessa circunstância está na própria capacidade dos homens e mulheres superarem a situação de opressão por sua própria capacidade de criação, ou seja, sua autonomia, acrescentando-lhe valores:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando e criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas (FREIRE, 2003, p. 51).<sup>103</sup>

No texto de maior repercussão e talvez o mais conhecido, *Pedagogia do Oprimido*, Freire já havia apresentado a sutileza da liberdade que leva a autonomia:

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não "humanitarista", pode alcançar este objetivo (In: FREIRE, PAULO, *Pedagogia do Oprimido*, 1987).

A proposição de Paulo Freire nessa definição chama atenção para a necessidade de uma intervenção nas relações sociais de modo ético e criativo, capaz de transformar as relações entre os homens nas esferas da política, da economia e, conseqüentemente, na esfera social, através de procedimentos intencionalmente críticos, portanto, de caráter revolucionário.

Paulo Freire prioriza, nessa formulação da pedagogia do oprimido, análise ético-crítica da condição de exclusão de homens e mulheres. Nesse sentido, a tese da pedagogia do oprimido se caracteriza por um procedimento metodológico de

---

<sup>103</sup> Conferir em FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

denúncia e anúncio das contradições humanas, presentes em diversas realidades, nas quais, as relações dos seres humanos com eles próprios, vem sendo degradada pela deterioração da relação como outros humanos e desses com o mundo, pelo privilégio de outras esferas da vida que não o ser humano.

A Economia Solidária, como movimento autônomo de trabalhadores e trabalhadoras do mundo, se apresenta como caminho possível de construção de uma sociedade menos injusta e mais ética, na qual os valores humanos na compreensão freireana se façam evidentes. Esse é mais um convite ao chamamento proposto por Karl Marx, numa frase que se tornou célebre, principalmente o meio sindical e acadêmico: “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”!<sup>104</sup>

Entre as categorias de análise que compõe o universo constituinte da Educação Popular, destacamos a autonomia como aquela que melhor evidencia os seus sentidos e amplitudes. Isso porque, a autonomia está diretamente vinculada à capacidade do ator, enquanto ser capaz de construir compreensões e entendimentos sobre a realidade, sobre o concreto, a partir de elaborações e avaliações do que vive e especula, sobre o que e como conhecer. Enfim, sobre seu modo de ser, como viver com seus pares, com o meio e nas relações inerentes à existência humana.

Refletindo sobre as objetivações que se evidenciam no seu cotidiano, o homem se torna capaz de projetar o seu devir. Para tanto, ainda que condicionantes externas das mais diferentes matrizes ideológicas sejam capazes de influenciar em suas capacidades, a autonomia como característica inalienável e singular de ser humano, possibilita ao ator social mudar, alterar, gerar novas disposições que atendam ou possam vir ao encontro das suas projeções e aspirações, sejam elas de caráter material, espiritual, ético, crítico, econômico e social.

Etimologicamente, o termo autonomia implica no poder de alguém outorgar a si a determinação legal por direito. A composição das sentenças *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei) geram a expressão autonomia, indicando a determinação legal de se fazer algo de modo livre e independente com conhecimento pleno do se queira.

---

<sup>104</sup> Ver Karl Marx em **O manifesto do Partido Comunista – 1848**, no qual Marx anima trabalhadores da Europa à luta para modificação das dinâmicas sociais impostas pelos detentores do capital, a partir da chancela do Estado.

Contudo, apesar de que o sentido amplo de poder na tomada de decisão por si mesmo possa parecer ilimitado, na verdade não pode ser confundido como sinônimo de autossuficiência. Esse poder deve estar em sintonia com as determinações legais, sem ferir ou transgredir os limites legais estabelecidos, senão no direito de criação de alternativas para se contrapor à ordem da qual discorda.

A título de esclarecimento do que possa significar autonomia, encontramos desde a simples distinção entre antônimo e sinônimo, significando oposição à sentença heteronomia, expressando o seu contrário, sendo a lei que advém de outros e não de si mesmo.

Em Mora (1965, Apud ZATTI: 2007, p. 4-5), autonomia implica naquela determinada por uma lei própria. Além disso, acrescenta ainda o sentido ontológico do termo autonomia, recorrendo a algumas observações no mundo natural ao diferenciar algumas categorias que por suas características próprias, se distinguem de formas autônomas uma das outras.

Assim, algo de natureza orgânica mantém certa autonomia em relação a algo de natureza inorgânica. Ou seja, segundo Kant, a natureza própria de algo, implica num princípio autônomo em relação a outro pelo fundamento próprio do que o constitui, da sua própria natureza, da sua própria lei de existência.

Para Abbagnano (1962), autonomia pode ser compreendida a partir do “princípio autônomo”. Significa que determinado princípio congregue em si a validação da regra de sua ação. Essa definição em muito se aproxima da formulação de Kant acima demonstrada.

Para a Filosofia, segundo o Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia, etimologicamente, autonomia significa “a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural de ela própria determinar a lei à qual deve submeter-se” (LALANDE, 1999, p. 115).

Nesse sentido, autonomia implica na compreensão de duas formulações complementares: 1) autonomia enquanto liberdade e poder de conceber, criar, projetar, decidir por si mesmo de modo individual ou coletivo; 2) autonomia enquanto capacidade de realizar ou de realizar-se. Como pode ser observado a autonomia não se constitui em algo estático, dado, mas necessariamente implica a ideia de movimento e independência.

Para os Gregos antigos, especialmente estudiosos como Tucídides<sup>105</sup> e Xenofonte<sup>106</sup> indicam a significação de autonomia relacionada a povos que se rebelavam contra a ordem estabelecida e lutavam por sua independência. Nesse exemplo, pode-se observar com clareza a noção de movimento e ação política que envolve a compreensão do que seja autonomia.

Para Platão (428/427 a.C. – 347 a.C.)<sup>107</sup> a compreensão de autonomia era definida pela noção de comunidade perfeita. O que isso quer dizer? Quer dizer que uma determinada comunidade tem autonomia quando consegue relacionar-se de modo independente, inclusive economicamente. A essa tipologia de comunidade, Platão denominou de “autarcia”.

As formulações desse autor estão vinculadas ao mundo das ideias, nas quais o que se considerava bom era remetido ao uso da razão. O seu contrário, remetido ao mundo dos sentimentos. Por isso, para Platão, ser racional ou se pautar pelo uso da razão, tem como resultado ser dono de si, senhor de si mesmo. A esse sentido, associa-se a noção de autonomia como sendo a consciência do ato ou ação que tomamos.

Os estóicos,<sup>108</sup> embora não conhecessem o significado de autonomia, contribuíram para sua definição atual com a noção de independência de toda forma de regulação ou de constrangimento advinda do exterior. Isso implica na afirmativa de que a satisfação das necessidades próprias seja suprida sem a ajuda ou dependência de outrem.

Ainda para os estóicos, segundo Abbagnano (op. cit., 1962, p. 356), havia uma compreensão da Razão divina, expressa pela magnitude da natureza enquanto

---

<sup>105</sup> Ver **Tucídides**. Dicionário Oxford de Literatura Clássica (grega e latina), Jorge Zahar Editor. Historiador e general grego 460 a.C., Atenas (Grécia), Conhecido como um entre os dez generais de Atenas, mandado, no ano 424 a.C., perdeu a guerra. Além de general foi historiador, ganhando expressão como pensador ao escrever a história da Guerra do Peloponeso, uma das mais importantes obras históricas de todos os tempos. Notável por seu estilo conciso, direto e nítido, escrevia com imparcialidade, cuidadoso com o método científico, escreveu buscando demonstrar relações da conexão causal entre objeto e as implicações políticas.

<sup>106</sup> XENOFONTE. **Banquete - A apologia de Sócrates**. [Tradução do grego, introdução e notas: Ana Elias Pinheiro]. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Edição: 1ª/2008. Obra realizada no âmbito das actividades da UI&D, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. ISBN: 978-989-8281-04-3© Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis. Universidade Católica Portuguesa - Campus Viseu.

<sup>107</sup> Coleção Os Pensadores, Diálogos / Platão. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

<sup>108</sup> Adeptos de uma filosofia que pautam sua existência na prática, na ética. Para os **estóicos**, o único bem do homem está na virtude como sendo ela própria um bem imediato. O adepto do **estóicismo** defende o aproveitamento da vida o máximo possível, por saber que ela é finita, procurando eliminar as manifestações dos desejos e das paixões, priorizando a Razão e a Virtude.

regente do mundo, a partir de um encadeamento de fenômenos naturais, seguindo uma ordem necessária, perfeita. Tal qual a ordem natural, na qual o animal se move pelo instinto, o homem, de forma infalível é guiado pela razão.

A partir dessas formulações, pode-se então inferir que o homem e a mulher em sua relação com o mundo concreto movem-se por dois caminhos lógicos que implicam na tomada de decisões mediante escolhas: 1) se comportam de forma passiva demonstrando ignorância das objetivações ou; 2) assumem posturas de consentimento reflexivo ou recusa. Ou seja, para Bourricaud (1985, p. 52; Apud ZATTI, 2007), a autonomia de um ator social se situa ao nível do julgamento. Como tal, compreende a capacidade de projeção de seu querer ou de escolhas frente às objetivações que a ele se apresentam.

Já a partir do pensamento moderno, Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), citado por Caygill (2000, p. 42), acrescenta a compreensão do que seja autonomia, a adjetivação de autonomia política, em sua produção *Discursos*. Nessa produção Maquiavel acrescenta a combinação de dois sentidos à autonomia: 1) a ideia e o sentido de liberdade de dependência. Esse sentido proposto por Maquiavel aproxima-se ao da escolha, acima demonstrado; 2) poder de autolegislar. Esse mais próximo ao sentido etimológico do termo autonomia, enquanto direito de decidir por si.

Na modernidade, os pensadores iluministas corroboram com a compreensão sobre autonomia, dando-lhe sentido de antítese à escolástica, religião, tradição, ao Antigo Regime (*Ancien Régime*).

Ao propor a antinomia à tradição, concomitantemente, o pensamento moderno evidencia sua autonomia pela exaltação do pensamento e procedimentos experimentais. Desse modo, o homem seria liberto do mundo especulativo, supersticioso, ignorante. O pensamento moderno contrário a tudo o que possa significar tradição, reivindica para si a centralidade do homem no mundo.

A centralidade do homem moderno torna-o, mônada. Mônada significa deslocar a centralidade do mundo metafísico, especulativo para passar a considerar apenas o mundo material, a existência física do homem. Nesse sentido, a determinação creditada à autonomia está vinculada à possibilidade de no mundo material, ser encontrada a felicidade, a partir do uso eficiente da inteligência. Para Zatti (op. cit., 2007, p. 7), “a caracterização do homem mônada faz com que os

iluministas percam o sentido de autonomia como um todo, o tornando conceito reduzido”.

Ainda tratando de autonomia, nas formulações de Kant, podem ser encontradas duas caracterizações que expressam a amplitude da autonomia: uma em que define a independência da vontade em relação a todo objeto de desejo. Essa definição caracteriza-se por uma liberdade negativa; a segunda, reafirma a definição conceitual acima demonstrada por caracterizá-la como a capacidade de um ator ou uma coletividade determinar-se em conformidade com sua própria lei, balizada pelo uso da razão.

Por sua vez, essa compreensão caracteriza a liberdade positiva. Para Zatti (Idem), ao propor estas características, Kant busca recuperar o sentido de autonomia considerando a totalidade do ser humano, considerando a racionalidade em sentido mais amplo que o instrumental, o que havia sido perdido pelos iluministas. No entanto, acaba perdendo o sentido empírico da autonomia, não considerando devidamente o homem sensível em sua corporeidade, o homem em sua busca da felicidade.

Outra compreensão sobre autonomia diretamente vinculada ao campo da educação pode ser encontrada nas formulações de Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778). Para Rousseau a educação tem o sentido de libertar o homem da sua ignorância e instintos característicos dos animais. Ou seja, a educação para Rousseau teria por função precípua desenvolver a racionalidade. Por sua vez, um homem de razão, também seria um homem de liberdade, livre.

A razão aliada à liberdade se constituem nas ferramentas essenciais da autonomia para esse autor. Diz ele “o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatuiu a si mesma é liberdade”.

Para Rousseau a autonomia é algo a ser buscado. Para tanto, para que se constitua para todos, se faria necessário o reconhecimento de uma identidade comum. O que quer dizer que a vontade de um não pode ser imposta a outros. Mas, a partir de uma identidade comum, expressa pelas liberdades individuais afins, comporiam uma vontade coletiva. Desse modo, o respeito e reconhecimento dessa liberdade individual de cada ente estariam manifestos na liberdade coletiva. Autonomia, a partir dessas formulações, seria necessariamente resultante de uma vontade racional de um coletivo, porque instituída como direito de cada indivíduo.

Nesse sentido, concordamos com as afirmações de Zatti (2007), ao afirmar que “A autonomia supõe que o sujeito seja capaz de fazer uso de sua liberdade e determinar-se”. De modo a fazer e a construir sentidos e procedimentos afins que lhes assegurem bem estar social e coletivo.

A Educação Popular, como a compreendemos, preconiza e caracteriza-se por possibilitar ao homem e a mulher a liberdade de expressão e ação de forma crítica, livre e independente nas diversas esferas e situações onde atua. Contudo, nos é forçoso reconhecer e lembrar que sem o mínimo de condições materiais minimamente dignas, essa educação em muito fica limitada, se não impossibilitada de ser posta em prática.

Isso por conta da fome, do descaso, da discriminação e do abandono, impostos pelo sistema que domina as relações na sociedade, de inspiração liberal, com ênfase no individualismo.

Com suas estratégias, o sistema dominante influencia, se não determina, de forma vil o estado, enquanto esfera reguladora e mediadora das relações sociais, de modo a fazer com que esse ente seja conivente com a situação de expropriação dos atores economicamente desfavorecidos.

Por isso, a Educação Popular, através de metodologias participativas, emancipadoras, críticas, se constitui em um forte instrumento de mudanças, inclusive na estrutura da esfera econômica, capaz de mediar o incremento de saberes alternativos de produção, através dos quais, a exploração e expropriação do produtor social sejam substituídas pela promoção e emancipação de uma identidade social, capaz de gerar nova ordem, a exemplo do que se preconiza nos fundamentos da Economia Solidária.

A autonomia sobre a qual estamos a trabalhar tem suas bases nos fundamentos da Filosofia Iluminista, marcadamente humanista presente nas formulações de Immanuel Kant e Paulo Freire. Ambos pensadores, temporalmente distantes, mas próximos em termos de compreensão e valorização do humano que se humaniza por sua determinação em buscar ser mais, não aceitando a subordinação como fatalidade. Portanto, essa busca de ser mais, cômico de si, enquanto *eu* existencial, reflete a compreensão da necessidade de ascendência juntamente com seus pares.

Kant parte do reconhecimento do humano, a partir de sua capacidade de gerar e se pautar por princípios. Princípios que alicerçaram e ainda fundamentam as relações na sociedade, sejam relações de dominação ou de libertação.

Por sua vez, Paulo Freire reconhece na educação ferramenta capaz de auxiliar o humano, sobretudo, aquele que vive em alguma situação de opressão, na construção de alternativas para conquista da liberdade e da autonomia. A educação pode desenvolver a capacidade crítica necessária à leitura e à compreensão da realidade para, a partir dela, gerar processos e dinâmicas com vistas à sua superação da condição de opressão. Em outras palavras, pode-se inferir que Paulo Freire, a partir das suas premissas rompe a barreira da aparente neutralidade ideológica da educação, ao apresentar a problematização do cotidiano e da realidade das pessoas como ponto de partida em busca da autonomização de seu fazer.

Holbach (In: ZATTI, 2007), partindo das formulações sobre a compreensão iluminista do homem, compreende e afirma o homem como um ente inteiramente físico. Por ser e viver num mundo material, conhecedor de sua finitude, na concretude de sua existência, o homem busca, a partir da sua capacidade criativa, projetar situações que possam assegurar-lhes bem estar. Para tanto, utiliza sua inerente capacidade de liberdade para, de forma permanente, buscar assegurar sua autopreservação.

Assim, na busca incessante da sua autopreservação, expressa-se sua autonomia em relação aos demais seres e reinos da natureza. Autopreservação derivada no 'amor por si'. Esse, lhe confere a adoção de aspectos morais, com vistas à defesa e manutenção do direito a defesa de si mesmo e de seus interesses.

Na defesa de si, por conseguinte, dos seus interesses de forma legítima estaria a razão do exercício dessa defesa. Assim, o homem expressa felicidade em poder e o prazer de autopreservar-se. Agindo assim, a autonomia estaria assegurada.

Zatti (2007, p. 26), citando Kant, a partir da obra *Sobre a Pedagogia*, (KANT, 1996, p. 30), afirma que ao declarar a importância da educação na formação do homem racional, o faz destacando a 'importância de a ação educativa seguir a experiência. A educação não deve ser puramente mecânica e nem se fundar no raciocínio puro, mas deve apoiar-se em princípios e guiar-se pela experiência'.

A partir da pedagogia kantiana, podemos dizer que uma educação que tenha por objetivo formar sujeitos autônomos deve unir lições da experiência, aliadas às projeções e aos projetos da razão. Isso porque, no caso de uma experiência educacional ou de formação pautar-se apenas no raciocínio puro, estaria alheia à realidade, portanto, não contribuindo para a superação das condições reais bem como das adversidades que igualmente a compõem.

Por sua vez, como complemento a essa compreensão, uma educação guiada apenas pela experiência, não possibilitaria o alcance da necessária autonomia. Isso porque, para Kant “a autonomia se dá justamente quando o homem segue a lei universal que sua própria razão proporciona” (idem). Nesse sentido, o homem por ser livre, o é por não estar submetido a determinantes que o limitem. Por essa característica de liberdade é que a educação lhe é possível. Essa, então, serve para que o homem aprenda e exerça as possibilidades tanto no campo da elaboração mental – teoria, como nas ações do cotidiano – prática.

Embora não se encontre na produção de Paulo Freire análises e formulações específicas sobre o conceito de autonomia, os sentidos do que seja, são facilmente encontrados em meio as suas argumentações na variedade das produções. Os argumentos de Freire afirmam a autonomia como elemento essencial aos processos de construção da liberdade. Liberdade, para ele, está intimamente ligada à capacidade como direito de alguém em se autodeterminar.

Toda obra de Paulo Freire faz referência à liberdade ao considerar que toda relação de diferenciação se constitui, igualmente, em uma relação de opressão. Essa, pode estar na dependência de um em relação a outrem, mas também na pobreza, na fome, na falta de moradia, na negação de oportunidades a postos de trabalho, de modo a assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras bem-estar e vida digna.

Dessa forma, com vistas à humanização ontológica do homem e da mulher, toda situação de opressão deve ser superada para que homens e mulheres possam reconhecer-se como iguais, livres das suas amarras históricas. Somente através de processos educativos que permitam que o educando tenha liberdade para expressar o que sabe e o que deseja saber, seria possível gerar processos construtivos na transformação de “seres para outrem” em “seres para si”.

Paulo Freire, pensador de forte inclinação humanista, segundo Calado (2008), defende a premissa de que o homem ontologicamente tem por vocação ser livre, embora em históricos períodos de sua existência possam ser encontradas inúmeras situações em que homens cercearam e cerceiam o direito inalienável e vocação ontológica de outros à liberdade. Para Paulo Freire, essa é constituinte do processo de humanização do homem e da mulher. Por isso, toda e qualquer situação ou condição de cerceamento ou limitação dela, configura-se igualmente, a quebra da oportunidade de ser mais, livre e autônomo.

Embora não esteja explícita na obra de Paulo Freire a definição de luta de classes, fica evidente na sua produção o reconhecimento de dualidades em que se explicitam certas divisões classistas, perceptíveis nas mais diversificadas modalidades de violência. Pelas quais se impedem a determinação universal e histórica dos homens serem libertos de qualquer jugo de opressão que se lhes imponham, impedindo o processo de conquista da sua autonomia.

Os condicionamentos de opressão, para Freire, estão em todas as esferas da vida humana. Nos últimos três séculos, a mais notável das condições de opressão se faz notar pelas dinâmicas e processos gerados pelo sistema que domina a economia. No qual o homem e a mulher são tratados como coisas.

A desumanização do sistema se opera na ânsia e no determinismo da acumulação, pautado pela ênfase no individualismo. Transforma homens e mulheres em mercadorias em nome de uma lógica inversa do ser mais freireano. Com menos direitos, menor reconhecimento ético e moral, menos oportunidade de constituir-se humano pela ação mediadora do trabalho. Isso, através da extinção de postos e oportunidades de trabalho. A partir dessa negação, muitas outras modalidades de discriminação e negação do outro são empregadas no cotidiano da vida moderna.

A autonomia presente na produção de Paulo Freire está muito bem fundamentada na mais conhecida de suas produções, *Pedagogia do Oprimido*. Nessa obra o referido autor desmistifica a falta de liberdade, por conseguinte, o porquê do oprimido não ter assegurada a autonomia que lhe é de direito. Por analogia, se o oprimido é cerceado de autonomia, também está distante da autogestão como estratégia de emancipação.

O oprimido, para o autor em análise, em qualquer que seja a situação de opressão não tem domínio de sua situação de oprimido. Ou seja, não tem

conhecimento crítico sobre sua condição, por isso convive com a condição e a aceita como uma determinação que está fora dele. Muitas vezes, remete a sua realidade ao “destino” como falta de explicação lógica e esclarecida da sua situação.

Tal incompreensão se estabelece por muitas vezes em função do oprimido estar envolvido sentimental e racionalmente com o opressor ou com a situação de opressão, de modo que não consegue compreendê-la como algo para além dele. Mas, se materializa nele como fatalidade histórica. É comum se ouvir de homens e mulheres pobres que não tiveram a ‘sorte’ de terem nascidos ricos. Essa aceitação da ‘fatalidade’ emerge da compreensão de que a condição de opressão se constitui de forma mítica.

A incapacidade de compreensão crítica da condição em que vive o oprimido o faz aceitar com paciência e resignação a sua situação. Por isso, o oprimido confunde a compreensão que tenha de si, pela compreensão que dele tenha o seu opressor. Esse fenômeno faz com que o oprimido acredite, aceite, conforme-se com a compreensão que de dele tem o opressor.

Enfim, aceita a sua condição de subalternidade, enquanto ato de negação de si, a partir de negação do seu par. Essa compreensão o impede e limita a busca consciente de alternativas. Por conseguinte, a perda da sua autonomia. Contudo, apesar da compreensão distorcida de si, o oprimido não está fadado à condição de subalternidade *ad eternum*.

No entanto, a construção de caminhos e alternativas a condição de opressão, não se processa de modo simples. A maior das dificuldades reside em que muitas vezes, o oprimido funde seus valores, princípios, *habitus* com os do opressor.

Isso quer dizer que os valores, práticas e costumes desenvolvidos pelo oprimido, são na verdade valores, práticas e costumes do opressor que lhe subjuga. Ao defender valores e apresentar posturas características do seu opressor, torna-se mais uma vez oprimido por práticas que não são suas por domínio e consciência. São reproduções das posturas dominantes do opressor.

Quando assim agem, os oprimidos passam a agir a favor de seus opressores e menos a favor de si. No entanto, a condição de opressão, deverá ser superada, a partir do momento em que o oprimido, conhecedor da sua condição de opressão buscar superá-la. Uma vez constituída essa percepção, esboça-se, a superação da relação de opressão, remetendo o homem e a mulher oprimidos à sua condição de

serem livres a agir a favor da sua liberdade, iniciando-se assim, processo de conquista da sua autonomia.

Com o exercício da liberdade, o homem vai construindo sua autonomia, construindo sua própria existência. Desse modo, o fundamento da autonomia presente na obra de Paulo Freire está na capacidade do ator social decidir e escolher caminhos de forma livre, sem interferência de outrem. Se expressa no reconhecimento ao direito de poder *ser* por si mesmo e para seus pares e não por projeção de outrem. Está presente na capacidade de reinvenção do mundo, a partir e através de suas próprias experiências, na troca de saberes com vistas a conhecer o desconhecido de forma consciente.

Discutidos constituintes, fundamentos e relações possíveis entre a Educação Popular e a Economia Solidária como campos complementares de autonomia e promoção humana, no capítulo seguinte, buscaremos apresentar como tais fundamentos se complementam no processo de incubação de empreendimentos solidários, na construção da autogestão como alternativa dos excluídos, enquanto alternativas de enfrentamento ao sistema de exclusão social a que trabalhadores historicamente têm sido submetidos.

## CAPÍTULO IV

### A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A COMPREENSÃO DOS ATORES DO PROCESSO

O advento das incubadoras populares como estratégia de inclusão de trabalhadores e trabalhadoras excluídas do sistema de trabalho formal, a partir de processos de formação teórica, técnica e política, se constituiu em importante estratégia de assessoramento. Tendo início em iniciativas da universidade brasileira, posteriormente estendida a outras organizações da sociedade civil, tornando-se assim, uma tecnologia social genuinamente nacional.

A criação das incubadoras e, por conseguinte, a metodologia de incubação, surge a partir de inquietações de pesquisadores, discentes e técnicos das universidades e dos movimentos sociais, geradas através do desenvolvimento de ações em projetos de extensão e pesquisa em comunidades e periferias das grandes cidades.

A interação entre atores da universidade com trabalhadores possibilita o conhecimento da realidade, gerando reconhecimento das consequências da exclusão social, decorrente das sistemáticas mudanças nas relações de trabalho no mundo da produção. Tais transformações, via de regra privilegiam os interesses da classe empresarial, precarizando a vida dos trabalhadores.<sup>109</sup>

A aproximação desses dois segmentos estimula a reflexão crítica de ambos sobre o crescente processo de empobrecimento e a miséria no País, refletindo a exclusão social no mundo, intensificada no segundo semestre do ano de 1998.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Cf: DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social** – pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 2. Ed. São Paulo. Paz e Terra, 1999. Ver também: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UEC, 1998. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. RICHARDSON, Roberto Jarry (Org). **Exclusão social e práticas inclusivas:** estudo de caso de América Latina e Europa. João Pessoa: UFPB, 2012.

<sup>110</sup> Cf: SANCHEZ, Fábio José Bechara & KRUPPA, Sonia M. Portella. **Metodologias de I incubagem** – uma tentativa de problematização. Relatório sobre execução de projeto de financiamento de criação e fomento de incubadoras nas universidades - Projeto Incubadores 2001 (Acordo ICCO BR 158011). Julho de 2002. A realização deste projeto contou com a realização de três Reuniões Regionais (Norte/Nordeste, Sul e Sudeste/Centro-Oeste), para o aprofundamento do instrumento de coleta de dados sobre o processo de incubagem e com dois Seminários Nacionais, um realizado em maio, em São Paulo, e outro em julho de 2002, no Rio de Janeiro, com o objetivo de socializar e aprofundar as questões problemáticas da metodologia de incubagem. O instrumento de coleta sobre os procedimentos utilizados por cada universidade - “Instrumento de

Entre as discussões de superação desse cenário, crescia a compreensão de que a possibilidade, a saída e a superação da gramática da exclusão, ancoravam-se nos fundamentos gerados a partir de observações e estudos de iniciativas de trabalho coletivo em diversos territórios no mundo. A sugestão proposta à crise passaria por experiências de autogestão como desenvolvimento de outra dinâmica econômica, com ênfase no desenvolvimento local.

Apesar da idealização e criação das incubadoras e, por extensão, o desenvolvimento da metodologia de incubação, não terem sido idealizadas especificamente nesse momento, os questionamentos vindos da sociedade impeliram os intelectuais a dedicarem-se a estudos relacionados aos interesses da sociedade, notadamente, do segmento em situação de exclusão.

Os estudos e análises conjunturais decorrentes das interações e provocações dos movimentos sociais em busca de alternativas de superação da exclusão, vão gestando a criação das incubadoras populares. Observemos o que afirma um dos colaboradores entrevistados na pesquisa (2015), sobre o movimento de criação das incubadoras:

Esse meu contato com esses pesquisadores, de tal maneira que depois no Rio e em São Paulo é que eu pude ver esse movimento construindo essa ideia de incubadora. Essas são ideias muito nossa, diga-se de passagem. Eu não vi isso em outros lugares, nas literaturas mundo afora com a ideia de incubadora que temos aqui.

As incubadoras populares não apresentam manuais de procedimentos. Estudos, análises de relatórios e avaliações sobre as ações que desenvolvem, indicam que a natureza do trabalho dessas organizações tem em comum a busca de alternativas de inclusão social, através da articulação de iniciativas e experimentos com o trabalho coletivo. As análises, também demonstram níveis diferenciados de procedimentos do que se denomina processo de incubação, de acordo com características próprias das regiões, cultura e *habitus* do público com os quais trabalham.<sup>111</sup>

---

levantamento de dados e informações das práticas de incubação – Projeto Incubadoras 2001” – previa o recolhimento de dados quantitativos, que foram armazenados num banco de dados, que passa a ser acessível a todas as universidades participantes, em CD, juntamente com o conjunto dos relatórios apresentados.

<sup>111</sup> Vide relatório acima citado.

As incubadoras filiadas à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP adotam como diretriz o conceito de cidadania nos processos de incubação. O desenvolvimento das suas ações de incubação é na geração de trabalho e renda, afirmando que “este caminho vem sendo trilhado através da organização destes grupos sob a forma de cooperativas populares”, na perspectiva da inclusão social como ação de cidadania (ITCP/COPPE/UFRJ, 2002, p.12).<sup>112</sup>

Para os assessores do núcleo, posteriormente incubadora da Universidade Federal do Pará, “a incubação, envolveria uma ação que fortaleceria a organização social e consolidaria a estrutura produtiva ou de serviço do empreendimento” (Núcleo/UFPA, p. 12).<sup>113</sup>

Os gestores e assessores da Incubadora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, afirmam a criação das incubadoras e do processo de incubação como criação e produto da universidade brasileira. Defendem a incubação como processo de:

Formação de pessoas e o engajamento em uma transformação social, [...] a partir das experiências do cooperativismo como alternativa para a inserção de pessoas excluídas no mercado de trabalho.

Tal afirmativa implica em dizer que a metodologia de incubação disponibiliza aos trabalhadores, que por diversas objetivações, adversas à sua condição social não tiveram acesso ao saber historicamente sistematizado, tornando-se impeditiva a ocupação de postos de trabalho que exigem qualificação e titulação profissional - por isso, considerado formal e válido para o sistema calcado no emprego e assalariamento.

Desse modo, a metodologia de incubação, além de possibilitar acesso a conhecimento sistematizado aos trabalhadores e trabalhadoras excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo, se constitui em processo de formação deles, possibilitando-lhes acesso e domínio de conhecimento sobre teorias que explicitam a engenharia da exclusão.

---

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> Ibidem.

Assim, a incubação como metodologia da Educação Popular, além de possibilitar aos trabalhadores conhecimento sobre as objetivações que os colocam em situação de exclusão, também reconhece e incentiva que de posse desses saberes, igualmente, tenham condições de elaborar alternativas de enfrentamento ao sistema dominante. A partir de construção de estratégias de superação da exclusão, a partir das suas capacidades criativas e dos saberes históricos a que passam ter acesso, facultando-lhes a reflexão crítica, resgate, valorização e desenvolvimento de inovações na organização do trabalho coletivo.

Nesse sentido, a Educação Popular aproxima a universidade das diretrizes que a sustentam, fundamentando o ensino, alicerçando a pesquisa. As ações desenvolvidas junto aos trabalhadores possibilitam a identificação e caracterização dos problemas reais, constituindo, assim, problemas originais de pesquisa, através do conhecimento da realidade factual que os cerca.

A observação direta, promovida pelas ações desencadeadas pelos projetos de extensão nas comunidades, municípios e territórios, enseja o engajamento dos que fazem a universidade, na organização e transformação das realidades adversas e excludentes de muitos trabalhadores. As quais, muitas vezes, são operadas não somente pela ganância empresarial, mas, também pela omissão do Estado, em negativa ao cumprimento dos seus preceitos institucionais e dos princípios que o institui como ente mediador das relações na sociedade, principalmente, no que diz respeito a garantia da dignidade humana, desde o advento da modernidade.<sup>114</sup>

Dessa forma, a incubação - enquanto metodologia de formação dos produtores sociais - apresenta e desvela as contradições sistemáticas da economia de mercado, a qual se afirma na divisão do trabalho. Gerando, simultaneamente, a divisão social em classes antagônicas, características do sistema capitalista.

Ao desvelar as contradições do sistema dominante, a metodologia de incubação apresenta como alternativa a organização da economia pautada pela autogestão, através da qual a promoção do trabalho e do trabalhador possibilita a gestão coletiva dos seus interesses, valorização a estruturação de redes de produção e consumo, incorporando valores e princípios do comércio justo,

---

<sup>114</sup> Cf. MOCHI, Cassio Marcelo. A constituição do estado moderno: do ideal de liberdade para o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 1-26, jan/abr. 2009.

reduzindo, desse modo, nefastos impactos decorrentes da exploração e a expropriação do trabalhador pelo sistema patronal.

No relatório de avaliação e estudo do fazer das incubadoras encontra-se a seguinte premissa que pode ser tomada como síntese da metodologia e do fazer das incubadoras: “a cooperação exige uma mudança cultural, a autogestão não é uma mudança superficial” (2002, p. 16). Nessa afirmativa compreende-se a incubação como metodologia de formação dos trabalhadores não para seu ajustamento ao sistema da economia de mercado, mas, necessariamente, na formação de nova ordem econômica, pautada pela autogestão e cooperação como princípios fundantes.

A partir da análise e compilações do relatório citado, algumas características da metodologia de incubação merecem nossa atenção. O primeiro destaque que fazemos se refere ao caráter processual da incubação. Como processo, necessariamente a interação entre assessores das incubadoras e os produtores sociais se converte em necessidade imperiosa. Também, interação entre coletivos de produção e mesmo entre outras incubadoras, com a finalidade de troca de experiências para afirmação da metodologia, conhecimento das realidades locais, formando, desse modo, banco de dados que subsidiarão a estruturação de outros empreendimentos coletivos e solidários. Vejamos o que afirmam Sanches e Kruppa (2002):

A incubação é compreendida como um processo, realizado através da interação entre Incubadora e grupos<sup>115</sup> ou cooperativas incubadas, com uma grande diversidade de formas de atuação neste processo, tendo como ponto de partida, a realidade e as demandas dos grupos apoiados, com forte caráter formativo.

Por se constituir em forma de processo, a incubação não pode ser compreendida como atemporal. Ao contrário, se constitui em processo, porém com tempo definido, a partir de entendimentos entre assessorias e produtores sociais integrantes dos coletivos de produção e/ou serviço, a fim de que o grupo participante do processo de incubação adquira autonomia e passe a exercitar a autogestão, como expressão e afirmação desse sistema de produção.

---

<sup>115</sup> Esses grupos correspondem às experiências e empreendimentos associativos que ainda não estão formalizados enquanto cooperativa.

É comum na execução dos processos de incubação a afirmação de princípios e valores similares ou próximos aos da Educação Popular, tais como: respeito pelo saber popular; com reconhecimento e valorização dos saberes advindos pela experiência de vida; valorização da cooperação, em substituição e negação da tutela institucional ou da verticalização de procedimentos; defesa e construção de processos orgânicos, democráticos e coletivos, com vistas ao aprimoramento da autonomia dos atores e autogestão do empreendimento; afirmação e constituição de redes de interação e sustentabilidade das iniciativas coletivas de Economia Solidária; estabelecimento de parcerias com instituições colaboradoras; cuidado com a linguagem nas relações de interação entre os mediadores e os produtores sociais, de modo a facilitar a comunicação de forma compreensível.

Após análise dos princípios, valores e características dos procedimentos das incubadoras, pode-se compreender o processo de incubação como conjunto de técnicas de abordagem, tais como dinâmicas de grupos, facilitadoras do diálogo para apresentação, discussão, estudo e difusão de conteúdos de natureza histórico-teórica. Necessários para construção de objetivos e metas, na formação conceitual e/ou profissional de trabalhadores, na estruturação de sistemas produtivos, na perspectiva da organização do trabalho, através de coletivos de produção e prestação de serviços. Prioritariamente, aos homens e mulheres que não tiveram oportunidade de adquiri-los, através das instituições e meios convencionais, com vistas à implementação de processos de inclusão social e emancipação humana.

Dessa forma, a metodologia de incubação não se constitui como um manual de direcionamentos rígidos, inflexíveis, reguladores. Mas sim, em diretrizes que possibilitam ações concretas, maleáveis na sua aplicabilidade, de acordo com as objetivações que se evidenciarem em todo processo de formação coletiva, principalmente, os relacionados à formação no campo da Ecosol.

Para Sanches e Kruppa (2002, p. 8)<sup>116</sup> a definição da metodologia de incubação se constitui como “[...] caminho(s) seguidos para alcançar um determinado objetivo”. Sendo assim, mesmo que as Incubadoras tenham e guardem

---

<sup>116</sup>Cf. SANCHES, Fábio José Bechara & Kruppa, Sonia M. Portella. **Metodologias de incubagem** – uma tentativa de problematização (versão preliminar). Relatório do Projeto Incubadoras 2001. Rio de Janeiro, julho de 2002.

proximidades de interesses e objetivos em suas ações, lembram ainda, esses autores, que elas “[...] podem fazer uso de diferentes metodologias para alcançar os objetivos propostos”.

Implica em dizer que no desenvolvimento de diferentes projetos e ações, uma determinada Incubadora poderá utilizar diferentes caminhos e procedimentos metodológicos, de acordo com o grupo e/ou público com os quais trabalha, sem, contudo, alterar os seus objetivos. Afirmam esses autores:

A incubação é um processo interativo de aprendizado mútuo e que cada cooperativa ou associação [grupo de produção – grifo nosso] incubada tem necessidades, anseios e potenciais próprios (...) a cada incubação encetada, a Incubadora passa por um novo aprendizado, que de alguma forma influi sobre a metodologia de incubação praticada (Idem, p. 9).

A incubação como metodologia que trabalha a categoria participação com vista à autogestão entre os seus fundamentos, caracteriza-se pela dinamicidade do processo de incubação, valendo-se de diversas técnicas e dinâmicas, ampliando assim, o espectro de possibilidades de ações concorrentes para formação dos trabalhadores e trabalhadoras excluídas. Afirmando, pelo dinamismo do movimento de incubação, caráter inclusivo e transformador. Desse modo, declaram Sanches e Kruppa (op. cit, p. 9) “podemos afirmar a incubagem como um processo “complexo”, sobre o qual não existe única verdade, as múltiplas possibilidades”, explicando assim, múltiplas possibilidades de ação e atendimento às demandas sociais.

Para Caldart (1987; In: SANCHES & KRUPPA, 2002, p. 11), a incubação se constitui como trabalho que:

[...] inclui a socialização, produção de saberes, de conhecimentos, de valores e de afetos, em vista de ações e transformações da realidade’. Saberes e conhecimentos que se constroem na prática, mas que pressupõem o desenvolvimento do processo de formação e o envolvimento dos diversos sujeitos na ação, isso porque quem transforma a prática é o próprio sujeito, ninguém se prepara para uma ação senão agindo (INTECOOP/UFJF, 2002, p. 11).

Ou seja, a metodologia da incubação não se constitui um fim em si mesma ou em uma prática dissociada de conteúdo. Além da formação sobre conteúdos de economia, organização da produção de modo coletivo, tem por objetivo despertar e

proporcionar aos produtores sociais oportunidades para desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, com vistas à transformação de atitudes pessoais, potencializadas e complementadas por mudanças geradas, a partir do aprendizado no fazer coletivo.

A exemplo do que Caldart bem explicitou acima, “[...] quem transforma a prática é o próprio sujeito, ninguém se prepara para uma ação senão agindo”, a incubação, nesse sentido, se constitui para além da metodologia em si, em importante ação de mobilização e formação de coletivos de produção. Para tanto, um coletivo forte depende, necessariamente, da força de cada um dos seus membros. À medida que esses descobrem, a partir do processo de formação, e experienciam suas capacidades, agrupando-as em torno de uma causa comum, passam a descobrir força e potencialidades do coletivo.

O processo de incubação, como metodologia da Educação Popular, tem como uma das suas características ser desenvolvido por etapas complementares, assegurando seu caráter processual. No entanto, como antes exposto, a incubação não é receita e nem fórmula, pronta e acabada, para a qual os procedimentos devem ser seguidos rigorosamente como orientações fixas.

O processo de incubação se constitui como metodologia dinâmica, ajustando seus procedimentos de acordo com interesses e necessidades dos grupos participantes da incubação. Por isso mesmo, as incubadoras têm liberdade de estruturação e desenvolvimento da sua própria metodologia, podendo, até mesmo, segundo Sanches e Kruppa (op. cit, p. 8), “tendo objetivos próximos, as Incubadoras ou Núcleos podem fazer uso de diferentes metodologias para alcançá-los”.

Sendo o processo de incubação, por si, uma metodologia, cada incubadora adota técnicas afins aos seus objetivos, conforme a natureza do público com o qual desenvolve o processo incubação.

Porém, mesmo as incubadoras tendo autonomia de ação, mantém em comum três fases complementares, constitutivas da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, quais sejam: acolhimento da demanda e mobilização dos produtores sociais denominada de *fase de pré-incubação*; formação teórica e técnica, constituição e formalização dos grupos se constitui na segunda fase denominada de *incubação*, e; autonomia dos grupos, a partir da formalização e legalização do empreendimento, caracterizada pelo assessoramento da incubadora,

induzido pelas necessidades e demandas dos grupos formalizados. Essa fase denomina-se de pós-incubação ou desincubação. Trabalharemos especificamente cada uma destas fases da metodologia desenvolvida pela Incubes como objeto do estudo mais a frente.

Como citado por Carvalho, Costa e Melo Neto (2006, p. 95), a Ecosol transcende às dimensões econômicas, porque considera a cultura e valores importantes para os produtores sociais na constituição do coletivo. As práticas solidárias, exercitadas no processo de formação geram e estimulam a promoção do produtor social em sua particularidade, incentivando-o a tornar-se protagonista dos seus interesses. Conhecendo novos valores, através de novas formas de organização do trabalho com ênfase na participação, o produtor social exercita valores que na economia de mercado são meras conjecturas idealizadas. Entre as funções do processo de incubação, apresentar valores e princípios humanização pelo trabalho, marca a objetividade da metodologia.

Sabe-se que mudanças, sejam de quais natureza forem não importando as situações que se objetivem, requerem procedimentos e conhecimentos condizentes com as novas proposições. Nesse estudo, a incubação como metodologia do processo de desenvolvimento de uma outra economia, pautada pelos princípios da Ecosol, se constitui como facilitadora de apreensão dos fundamentos necessários à transição da verticalização e dependência no mundo do trabalho para a liberdade de ação na relação horizontal, preconizada pelo sistema de produção coletiva.

Assim, a metodologia de incubação carrega em si uma filosofia preconizadora de nova ordem e organização social. Notadamente com recorte de classe, negando a tese comum na denominada pós-modernidade, que a divisão da sociedade em classes não mais explicitaria as diferenciações sociais.

A busca por modo alternativo de organização do trabalho e, por extensão, da organização social, preconizada pelos excluídos, a partir de inúmeras iniciativas contrárias à economia de mercado, a exemplo da Economia Solidária, se constitui em prova *incontest* de que as mazelas sociais vivenciadas por milhões de trabalhadores em todos os países são geradas, justamente pela existência de classes sociais distintas na sociedade.

De forma ampla podemos afirmar, a partir dos fundamentos da crítica a economia política preconizada por Marx (1994), que as alternativas de produção,

desenvolvidas pelos excluídos da economia de mercado, se configuram em enfrentamento às dinâmicas da exclusão, em função de que a economia de mercado atende mais a uma classe social do que outra.

Uma classe que concentra riqueza a partir da posse dos meios de produção, composta por ricos empresários, que constituem verdadeiras dinastias econômicas, através da concentração da riqueza, controlam a economia, influencia sobremaneira o campo político, por isso mesmo, institui na esfera do Estado normas legais que lhes assegurem a reprodução.

Por sua vez, a classe subalterna nessa divisão, composta pela majoritária parcela de homens e mulheres na faixa etária economicamente ativa na sociedade, não dispõe da propriedade dos meios de produção, atuando como prestadores de serviços aos detentores dos meios de produção, submetendo-se às vontades da classe que domina a esfera econômica.

Nesse sentido, a incubação de empreendimentos solidários popular, se constitui como ferramenta de enfrentamento e estímulo à apreensão de novos aspectos de organização e gestão do trabalho, atuando na formação dos trabalhadores excluídos para desenvolvimento de atividades econômicas a partir do trabalho coletivo. Os atores que participam do processo de incubação tendem a despertar e adquirir esclarecimento sobre vantagens dessa modalidade de organização do trabalho, bem como das limitações do trabalhador na economia de mercado.

Utilizamos a categoria trabalho, em concordância com a compreensão apresentada nas formulações de Pinto (1979),<sup>117</sup> como categoria fundante de todo modo de produção. No caso da Ecosol e do processo de incubação, interessa conhecer sobre as relações de trabalho estruturantes de um novo sistema produtivo de base coletiva.

Ainda nessa perspectiva, produtos gerados pelo trabalho coletivo se constituem também em produtos culturais, à medida que sua produção vai construindo e se constituindo na nova cultura de produção, estimulando o

---

<sup>117</sup> Cf. PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência** – problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro, 1979. Ver também: Ver também: CARVALHO, COSTA e MELO NETO. [Et. al]. **Incubação de empreendimentos solidários popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: UFPB, 2006.

desenvolvimento e complementaridade entre o trabalho manual e o intelectual, aguçando a capacidade cognitiva do homem comum, à medida que em uma modalidade de trabalho – manual, vai se desvelando e afirmando seu congêneres – intelectual.

Desse modo, opera-se a desconstrução de uma modalidade de trabalho considerada superior – trabalho intelectual -, na verdade, premissas com esse estigma não passam de invenções a serviço da classe dominante para justificar a exploração das atividades consideradas tipicamente de natureza manual, consideradas inferiores. Sabe-se, contudo, que os fundamentos da ciência negam essa possibilidade. Isso porque, todos, dispõem da mesma capacidade intelectual. Basta assegurar-lhes condições materiais e gerar oportunidades, que homens e mulheres demonstram igualdade em suas habilidades em uma e outra modalidade do fazer humano.

Dessa forma, Carvalho, Costa e Melo Neto (op. cit., 2006), afirmam que a produção dominante acaba impondo certa sacralização da organização do trabalho assalariado, “imputando aos mais aquinhoados o *ter cultura*, convencendo os excluídos de que tem cultura aqueles que estiveram na escola”. Deste modo, gerando formas de diferenciação social, expondo mais uma vez a divisão de classes como fenômeno persistente na atualidade.

A sacralização empregada nega a intencionalidade da exclusão pela classe dominante que tende a naturalizar a exclusão como limitação do próprio excluído, aprofundando a apartação social, fortalecendo a dominação historicamente imposta. Defensores dessa forma de pensar e organizar a sociedade não admitem a existência de outro modo de produção e emancipação humana que não a dependência do mercado.

Por isso, a dimensão filosófica do trabalho coletivo favorece o exercício do desenvolvimento intelectual, independente da natureza do trabalho, a partir da sistemática problematização, sistematização e avaliação das experiências coletivas e solidárias concorrentes para valorização e promoção do humano. Problematizando a realidade, através da formação e do fazer coletivo, produtores sociais passam a desenvolver reflexões e a compreender subjetividades observáveis das suas ações e nas dos seus pares, possibilitando a reelaboração do seu fazer, contribuindo assim, para qualificação e aprimoramento da atividade que desenvolvem pensar,

bem como sua condição e posicionamento no mundo, frente às objetivações do cotidiano. Essa possibilidade é limitada na economia de mercado, retirando a cada quebra de direitos o que há de humano no trabalhador, coisificando-o. Ou seja, igualando em tratamento a mesma atenção que qualquer objeto, ferramenta ou insumo da produção.

A problematização, como sistemática das ações quotidianas, possibilita o estabelecimento necessário à compreensão da relação de *causa - efeito* presente nos acontecimentos do trabalho e da convivência social no tempo passado e presente, bem como no tempo e espaço vivenciados anterior à organização coletiva da produção.

Assim, a incubação estimula o exercício de busca de respostas às questões que se evidenciam e se tornam de interesse pessoal e/ou do coletivo. O exercício crítico, promovido pela avaliação permanente das ações no fazer coletivo, a partir do dinâmico movimento de tese – antítese – síntese, intrínseco ao fazer humano, evidencia-se no fazer coletivo como imperativo da ação coletiva.

Esse movimento estimulado pelo processo de incubação possibilita aos produtores sociais despertar e desenvolver capacidade crítica para os desafios e vantagens do fazer coletivo em relação ao trabalho assalariado, definindo de forma segura as ações de futuro do coletivo e da sua própria existência. Por isso, a incubação além do processo de formação, também é uma pedagogia do trabalho coletivo.

#### 4.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA INCUBAÇÃO

Ao abordar especificamente o detalhamento do processo de incubação desenvolvido pela INCUBES, a fim de afirmá-lo como metodologia da Educação Popular, precisamos compreender a definição do que estamos qualificando como metodologia. Isso porque, em sua etimologia, metodologia é uma palavra derivada do vocábulo *método*, originária do Latim *methodus*. No Latim, método tem o sentido de *caminho*. Na tradução do termo para o nosso vocabulário, *caminho* também adquire sentido indicativo de procedimentos para realização de algo, ou ainda, significa *itinerário*, expressando como melhor proceder para se chegar a algo ou a algum um lugar.

No campo das ciências, método implica a elaboração ou adoção de processos para se chegar à construção de conhecimento sobre o objeto de interesse ou estudos em determinado campo. Desse modo, queremos afirmar a incubação como metodologia da Educação Popular, que assim se constitui, enquanto síntese do processo de incubação de empreendimentos solidários desenvolvido por incubadoras. A fim de demonstrar que a aplicabilidade de uma teoria, a exemplo da Educação Popular, requer procedimentos originais afins, capazes de dar suporte e validade requerida ao conhecimento sistematizado.

Como o conhecimento é um conceito vinculado a áreas específicas do saber sistematizado, quer dizer que cada conhecimento desenvolve e carece de metodologia que facilite a disseminação e aquisição do conhecimento específico pela área que o produz. Assim, no campo das denominadas Ciências Humanas, a educação exige procedimentos metodológicos próprios que a difere da metodologia utilizada no campo das ciências exatas, a exemplo da química.

Também, no campo da pesquisa científica, a depender do objeto a ser investigado, podem ser adotadas diferentes metodologias na execução da pesquisa, de modo a explicitar o que se deseja conhecer. Desse modo, a metodologia está diretamente vinculada à Teoria que lhe fornece os fundamentos e as categorias de análise, capazes de explicitar e dar sentido à investigação. Senso comum no mundo acadêmico se classifica a pesquisa em qualitativa, quantitativa, dialética, aplicada, experimental de acordo com a vertente de pensamento que lhe sustenta teoricamente.

A exemplo da área de educação, a incubação como metodologia no processo de formação de produtores sociais, pedagogicamente organiza e sistematiza a troca de saberes entre os atores em relação, ocupando-se com estratégias facilitadoras do diálogo como mediação do que sabem os produtores sociais e os mediadores no processo de incubação, socializando conhecimentos, além de gerar outros novos. Implica dizer que a incubação de empreendimentos solidários, afirma duas importantes Teorias, em dois campos próximos e complementares, a Economia Solidária e a Educação Popular.

Nesses campos de saberes, o da economia e o da educação, mediados pela metodologia de incubação oportuniza a geração de novos conhecimentos, a partir do dos saberes, do fazer e da reflexão dos atores, marcando sua origem na reflexão

sobre a experiência. As fases que caracterizam o processo de incubação se constituem em exemplos da pedagogia do processo de animação, formação e autonomia dos produtores sociais com os quais se trabalha no campo da Ecosol, denominado Incubação.

A categoria trabalho, compreendida como expressão da cultura no campo da produção é a mesma que qualifica e torna o homem em humano. Resultante das inúmeras complexas operações manuais e cognitivas na sua relação com a natureza e luta pela sobrevivência no planeta.<sup>118</sup> Também, na atualidade, a capacidade de adaptação e de aprendizagem do homem e da mulher faz com que nas ações de sobrevivência, seja possível a construção de caminhos e aprendizagens, constituindo-se e afirmando momentos, dinâmicas e metodologias pedagógicas no fazer coletivo.

As aprendizagens derivadas dessas ações ocorrem em dois movimentos: 1) *aprendizagem espontânea ou natural* e; 2) *de forma reflexiva ou sistemática*. A primeira se caracteriza pela aprendizagem natural, muitas vezes ocorre derivada da própria experiência ou simples observação direta, intencional ou ocasional. Por sua vez, a forma reflexiva ou sistemática ocorre quando de forma intencional ou direcionada. É caracterizada pelo planejamento das ações e objetivos a serem alcançados.

Carvalho (et. al.; 2006, p. 98), afirma que nem uma ou outra dessas definições poderiam servir aos interesses dos trabalhadores. Isso porque, a modalidade espontânea ou natural poderia produzir:

Por meio de técnicas discretas, a inculcação do silêncio nas mentes das classes populares, roubando-lhes a capacidade de indignação. A modalidade reflexiva ou sistemática pode limitar a compreensão crítica da realidade, podendo constituir-se em uma atividade de caráter “meramente contemplativo”.

Poder-se-ia, então, indagar: qual modalidade de aprendizagem poderia atender aos interesses da camada considerada subalterna na sociedade, formada por trabalhadores e trabalhadoras em diversas faixas etárias, desde a mais tenra à avançada vivência, excluídas do mundo do trabalho e do consumo? Pois bem,

---

<sup>118</sup> Cf. CARVALHO, COSTA e MELO NETO. [Et. al]. **Incubação de empreendimentos solidários popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: UFPB, 2006, p. 98.

considerando as múltiplas capacidades de adaptação e criação humana, a modalidade de educação capaz de atender aos interesses dos trabalhadores requer o exercício da crítica, da problematização como facilitadoras do diálogo como ferramenta de aprendizagem e transformação do *status quo*. No dizer de Calado:<sup>119</sup>

Uma educação capaz de estimular o despertar do sentimento de igualdade como seres humanos, enquanto capacidade dos homens e mulheres de se sentirem e se colocarem como cidadãos do mundo. Como tal, não são superiores e nem inferiores a outros homens e mulheres, a outros povos e culturas.

Tais princípios estão presentes e constituem os fundamentos da Educação Popular.

Nesse sentido, o processo educativo posto em prática, através da metodologia de incubação está em estreita sintonia com os fundamentos acima apresentados, estimulando os produtores sociais a agirem no mundo de forma crítica, compreendendo que podem nele agir, através de movimentos de complementaridade entre as objetivações da vida, em suas diversas esferas e dimensões – familiar, comunitária, trabalho, educacional, social, religiosa, afetiva, entre outras -. Desse modo, podem promover análises e sínteses que se explicitam e despertem novas questões, proposições, perguntas e respostas, desejos, vontades e necessidades, com vistas a mudanças e afirmação das transformações idealizadas individual e coletivamente.

Para melhor compreender as possibilidades e dimensões da incubação desenvolvida pela Incubex, analisaremos seu detalhamento, a seguir.

#### **4.1.1 Fases da Incubação – constituintes e técnicas**

A metodologia de incubação no campo da Economia Solidária se caracteriza pela capacitação de atores sociais que desejam superar a condição de exclusão, em sua maioria, trabalhadores expurgados do mundo do trabalho formal, representado

---

<sup>119</sup>CALADO, Alder Júlio. Entrevista sobre Educação Popular, concedida a grupo de alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba/CE/PPGE. 2007, p. 18.

pela categoria emprego na economia de mercado, a partir do ingresso em coletivos de produção, como alternativa ao sistema dominante.

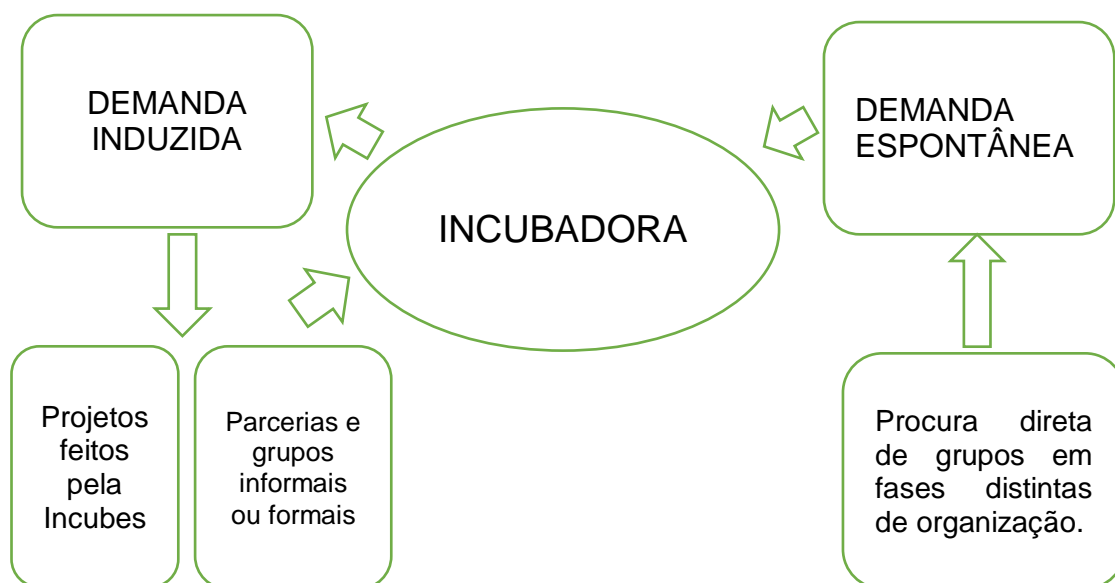
A exclusão desses atores, em sua maioria ocorre em função de não cumprirem as exigências do mercado, quase sempre mistificadas pelo nível de escolaridade, seguida pela experiência comprovada do postulante no mercado de trabalho.

O processo de incubação em Economia Solidária ocorre através de dois movimentos distintos, mas com o mesmo objetivo, quais sejam: assessoria a grupos formais, informais ou em processos de formação inicial. Tal qual descrito acima, no item da dimensão pedagógica da incubação, esses movimentos ocorrem de forma espontânea ou induzida.

A forma espontânea apresenta como característica procura direta pela incubadora por grupos que necessitam de assessoria técnica ou teórica sobre a organização do movimento de Ecosol ou para organização de coletivos que pretendam se organizar de acordo com os princípios desse movimento. Também, a demanda espontânea pode ocorrer por parte de outras instituições universitárias ou não, com o objetivo de criação de novas incubadoras.

Por sua vez, a forma induzida acontece a partir de dois movimentos distintos: a) a incubadora é procurada por parcerias que pretendem fomentar, financiar ou estimular o trabalho coletivo na perspectiva da Ecosol e/ou na organização de cooperativas populares, bem como, associações de produtores, ou mesmo na formação e capacitação de quadros para formação de núcleos de trabalho ou novas incubadoras; b) através de projetos elaborados pela incubadora e financiados por agências de fomento e financiamento de ações sociais, a partir de estudos e análises de realidades em comunidades e territórios, integrados à perspectiva do desenvolvimento local.

## Esquema de demandas da Incubes



Acatadas as demandas, o processo de incubação inicia-se compreendendo três fases de desenvolvimento complementares, a saber:

### FASE 1 – Pré-Incubação

A pré-incubação constitui a primeira fase do processo de formação dos produtores sociais nos fundamentos da Economia Solidária. A pré-incubação se caracteriza pelas primeiras aproximações entre mediadores da INCUBES e os produtores sociais do grupo de produção a participar do processo de incubação. O grupo a ser constituído, pode desenvolver inúmeras atividades no mundo do trabalho, a exemplo de: prestação de serviços, comercialização, comércio justo, grupo de consumo, cadeias produtivas em redes solidárias, bancos comunitários, hortifrutigranjeiros, alimentação para a coletividade, entre outras formas de expressão e características de empreendimentos solidários, a partir das demandas explicadas no esquema demonstrado no gráfico acima.

Os procedimentos metodológicos dessa fase consistem na imersão dos mediadores sobre a realidade dos atores e pretensos produtores sociais, bem como do meio em que vivem. A técnica de imersão tem por finalidade a compreensão dos fenômenos e fatos que possam servir de motivação e estímulo à participação dos

trabalhadores nas atividades pretendidas no projeto específico. O mergulho na realidade local possibilita problematizar questões pertinentes às demandas dos atores e da comunidade, integrando-os nas dinâmicas e ações de mobilização e planejamento participativo durante a vigência do Projeto e de sua continuidade, após findado o processo de incubação.

Além da problematização, com vistas ao conhecimento da realidade, a imersão possibilita que o grupo de produção seja formado a partir de indicações e voluntários da comunidade. Não há de parte da incubadora seletividade para ingresso de qualquer ator social. O critério de acesso se expressa na vontade e ou necessidade de o ator querer ingressar em um coletivo de produção. Muitas vezes, alguns atores participam do processo de formação sem que integrem o grupo de produção *a posteriori*, pelo menos de imediato.

Constituído o grupo, tem início a formação, caracterizada pelo desenvolvimento de minicursos, oficinas temáticas, visitas técnicas, palestras, estudo dirigido, relato de experiência sobre a história do trabalho e do trabalhador, bem como sobre os modos de produção e organização social ao longo do tempo até os dias atuais, Economia Solidária, economia de mercado, origens e práticas do cooperativismo, associativismo, gestão participativa, heterogestão e autogestão, temas transversais correlatos ao mundo da produção. A definição das temáticas e das atividades é discutida com o coletivo, como exercício de participação, decisão coletiva e autogestão.

Todos os integrantes do grupo cumprem agenda de capacitação, definidos dias e horários dos encontros. Os temas podem sofrer alterações, conforme estágio de organização e escolaridade dos membros do grupo no processo de incubação.

Além desses temas, fazem parte da capacitação em Ecosol, temas transversais pertinentes com a atividade que os grupos possam desenvolver. Todas as capacitações têm duração média de 40 h/aula para cada temática. O cronograma pode ser complementado e mesclado com atividades práticas, a exemplo de intercâmbios e visitas técnicas a outros coletivos. Por característica da dinâmica do processo, quando se faz necessário, a carga horária poderá ser aumentada.

As práticas objetivam estimular o *aprender a fazer e o fazer para aprender*, enquanto técnica de base construtivista. Compreende-se por construtivismo a capacidade de apreensão e aprendizagens que os seres humanos desenvolvem, a

partir da sua interação com o meio, na interação com outros humanos e com as situações objetivas vivenciadas ou que delas tenham notícias. Desse modo, através de análise e reflexão, o ator social como aprendente<sup>120</sup> vai assimilando o que lhe pareça válido, tirando lições para sua vida pessoal e social. Também, está presente nesse construto o reconhecimento e valorização dos bens culturais, bem como a noção de que apreensão de saberes não são dados ou herdados geneticamente, pelo contrário, pressupõe a ação de busca e construção do conhecimento, dado que somente o ator social aprende. Não sendo possível alguém aprender por e para outrem.

As atividades são sempre acompanhadas de um mediador com especialidade nas áreas e com amplo domínio dos conteúdos e técnicas de abordagem, facilitadoras de articulação dos fundamentos relacionados à produção coletiva. Importante destacar que o cronograma e grade de conteúdos podem ser alterados, a partir de interesses ou demandas identificadas pelos assessores da Incubadora, em parceria com os produtores sociais e/ou parcerias, de sintonia e respeito às demandas do grupo e da comunidade.

Os encontros de formação, sempre que possível, são mesclados, estabelecendo relação teoria - prática, através da adoção de técnicas como o uso de recursos audiovisuais, encontros e rodas de diálogo entre os atores em processo de formação e coletivos já instituídos, de modo a permitir maior interação entre o conteúdo ministrado e a apreensão do mesmo pelos produtores sociais integrantes do projeto.

A incubação como metodologia faz uso de variadas técnicas de apresentação e discussão de conteúdos, a exemplo de aulas expositivas dialogadas; troca de experiências entre grupos; apresentação de vídeos de experiências exitosas e não exitosas em outras comunidades; palestras; seminários; encontros comunitários; oficinas produtivas; visitas técnicas, entre outras. Com vistas a possibilitar maior apreensão possível do que se deseja trabalhar, de modo a promover e dotar produtores sociais de autonomia e domínio de informações e técnicas essenciais ao desenvolvimento eficaz do projeto do qual participam. As temáticas que compõem a

---

<sup>120</sup>Consultar ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 251p.

capacitação são estruturadas por módulos, envolvendo conteúdos da atualidade, a exemplo da análise de conjuntura, de modo a viabilizar aos produtores sociais o exercício e discernimento da ação política como ferramenta de dominação ou libertação.

Entre as estratégias da incubação como formação para o trabalho coletivo está a discussão da formação e integração do empreendimento em redes de produção e consumo na linha da Economia Solidária. A formação de redes possibilita o necessário estímulo ao trabalho coletivo, além de ser importante fonte de financiamento e sustentabilidade das atividades.

O coletivo de produção ou prestação de serviço se constitui em importante iniciativa de desenvolvimento local, a partir da criação de sistema econômico local, através da formação de grupos de consumo e produção comunitária. Entre os temas trabalhados no processo de incubação está a educação para o consumo, com destaque para o consumo consciente, e a produção no bairro, comunidade, e círculos ampliados.

A pré-incubação se constitui, assim, no primeiro movimento da metodologia de incubação. Movimento inicial de aglutinação e animação dos atores sociais que demonstrem interesse em integrar coletivo de produção com vistas à ocupação funcional, trabalho e geração de renda. Esse momento inicial instiga percurso e exercício reflexivo, a partir do mundo real, concreto, individual ao exercício de pensar com o coletivo.

Mesmo que as projeções e perspectivas já estejam idealizadas pelos interessados ou partícipes do grupo, se faz necessário o exercício de abstração pelo coletivo. O exercício de pensar coletivamente tem como ponto de partida aquilo que há de concreto ao grupo, ainda que seja somente a projeção e a intenção do trabalho coletivo.

O movimento de pensar o concreto, mesmo que esse pareça ser de domínio dos atores sociais, como se estivesse dado, externa um conjunto de condicionantes que precisam ser sistematizados para tornar possível a compreensão do futuro partilhado. A realidade não está explícita em sua aparição simplesmente.

Contudo, pensá-la ultrapassa o limite da realidade dada, necessitando da busca em querer compreendê-la para chegar-se à aproximação do que ela seja. Um caminho que se desloca do vivido para o vir a ser. As abstrações dessa fase têm

como parâmetro a anterioridade da realidade em que vivem os atores. Por isso, é que o início dessa fase, pautada pelo concreto da realidade vivida, fundamenta o momento seguinte – caminho para novas abstrações, mantendo o objeto concreto de análise e de preparo para a produção.

Nesse movimento de pensar o real e projetar o futuro, são utilizadas diversas técnicas de estímulo à apreensão dos conteúdos trabalhados, a exemplo de reuniões informais, reuniões sistemáticas, dinâmicas de grupo, tempestades de ideias, seminários, encontros entre grupos. Com vistas à quebra da 'cultura do silêncio', rumo à criação do espírito de equipe e de socialização dos conhecimentos individualizados, necessários para a composição do coletivo. Esse processo se constitui como eficiente diagnóstico norteador das ações futuras do processo de incubação.

Cumprida essa etapa da metodologia, afirma-se a característica de um programa inicial de constituição do empreendimento solidário e popular que se faz com respeito à cultura do grupo em suas diversas nuances, às suas necessidades, tendo como esteio um forte aporte teórico nos constituintes da Educação Popular.

## **FASE 2 – Incubação**

Essa segunda etapa é caracterizada por um segundo movimento, contendo novo bloco de conteúdos e fundamentos diretamente relacionados com o que fazer do grupo. Não sendo a incubação um processo de formação institucional formalizado e estruturado legalmente, ele é essencialmente legítimo. Nesse sentido, não se desenvolve pautado pelas diretrizes de um currículo, fechado. Alguns conteúdos trabalhados merecem destaque, com a finalidade de harmonizar os interesses e habilidades necessárias ao desenvolvimento do empreendimento, tais como: comunicação nos grupos de produção; planejamento participativo; estudo de viabilidade econômica; plano de negócio; característica e natureza do empreendimento e legislação; formalização/legalização do empreendimento; plano de marketing; além de temas que podem ir sendo necessários ao andamento do empreendimento.

O segundo movimento pode ser traduzido como produto de síntese das abstrações e movimentos anteriores pelos envolvidos e assessores sobre o objetivo

a ser alcançado com o coletivo, por isso, denomina-se *incubação*. Constitui-se na caminhada para um *plano de negócio* que seja sustentável econômico, social, local, ambiental e culturalmente.

Instalam-se momentos de organização do empreendimento, estudo e análise de cenários favoráveis à produção, natureza do serviço a ser prestado, análise da qualidade da matéria-prima e do produto trabalhado, necessidade de formação específica para o desenvolvimento de algumas habilidades, etc.

Todos os movimentos e atividades desenvolvidas são precedidas por levantamento dados sobre a realidade socioeconômica da comunidade. Fazem parte dele, coleta de dados sobre hábitos de consumo, população, gênero, faixa etária, condições de habitação, média de renda por família, condições e estrutura das habitações, potencialidade de produção ou de prestação serviços, espaços e alternativas de lazer, além de outros indicadores de acordo com as características locais. O levantamento serve de primeira e mais importante ferramenta para se pensar e estruturar um empreendimento solidário, a partir de iniciativa de desenvolvimento local.

A incubação se constitui no movimento de abstrações já existentes para o encontro com novas, que se assentam na percepção mais abrangente do objeto/atividade econômica e das condições para se viver dignamente, além da busca de realização social e pessoal, a partir dele.

A fase da incubação se caracteriza por abstrações para se chegar a maior inteligibilidade possível desse real estabelecido, evidenciando a atividade a ser desenvolvida pelo coletivo como trabalho e fonte de renda. É um momento de nova síntese, pois envolve abstrações de todos os participantes do grupo sobre o empreendimento. Instante da definição das ações que irão gerar renda aos integrantes do coletivo em constituição, dado que a atividade evidenciada pelo levantamento de dados é exterior e independente em relação aos atores. Muitas vezes, eles a conhecem, mas não a reconhecem como possibilidade e/ou impeditivo.

Completando essa etapa, realiza-se pesquisa para a descoberta das necessidades, das limitações e das potencialidades do grupo, da comunidade e do seu entorno, até o envolvimento interdisciplinar de conhecimentos necessários à elaboração do plano de negócio. Um momento de cursos, estágios, vida coletiva,

promoção de associações de grupos de empreendimentos e redes, assessorias contábil e jurídica, processo de legalização, qualificação técnica para a produção e mecanismos de divulgação para comercialização.

A incubação é assim um movimento cuja compreensão se realiza pela discussão teórica, capacitação técnica e por ações cooperativadas e autogestionárias sobre o próprio empreendimento. Seguem-se esforços de natureza política, no sentido de animação e estímulos à participação dos produtores sociais nas ações do coletivo, bem como, estabelecimento de articulações com as instâncias de organização política do movimento, a exemplo do fórum estadual e nacional de Ecosol, cronograma de atividades de caráter regional e nacionais.

Significa atuar na esfera política do movimento, representar o coletivo no planejamento e elaboração da sua política, opinando, discordando e facilitando a aplicação das deliberações dessas instâncias políticas, avaliando-as, deixando clara a definição de pactos de convivência e relação interinstitucional e pessoal. Momento em que cada um torna-se mais rigoroso e mais compreensível, também sobre o empreendimento e com o movimento da Ecosol.

Desse modo, a incubação se constitui num movimento de abstrações que possibilita a percepção mais esclarecida sobre os movimentos anteriores, ao mesmo tempo em que a participação passa a ser exercida de forma intensa, com vistas à prática da autonomia, num exercício e prática da autogestão. A incubação assegura que nenhuma decisão relacionada ao coletivo tenha intervenção de forças externas ao empreendimento. Assim, assegura-se ao grupo a sua própria organização e não algo que seja feito para ele, por ele ou até sobre ele.

Todos os movimentos que compuseram as duas etapas são sedimentados num lastro educativo guiado pelas dimensões cultural e popular. “Um que fazer que está sendo e não que é. Educação que não se transformasse ao ritmo da realidade não ‘duraria’, porque não estaria sendo”.<sup>121</sup> Exercitam-se na fase da incubação, os fundamentos da metodologia, pautados pela filosofia que se estabelece, segundo Freire (1979), pelo “exercício do sujeito para admiração e re-admiração da realidade”, pela aprendizagem da problematização, pela prática da crítica, pela

---

<sup>121</sup>Ver: FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed. 1979.

autonomia das pessoas, pela busca da liberdade e pelo esforço ao exercício do diálogo.

Esse momento configura-se como aquele em que os participantes se erguem para o exercício de coordenação do empreendimento, elaboram seu planejamento, dirigem-no, finalmente. Assim, todos podem saber mais. Sabendo que sabem mais do que sabiam antes, buscam por mais saber, a partir da compreensão da relação de *união*, enquanto promoção e superação da divisão e pelo *empenho* organizativo incessante de empreendedores solidários, contrapondo-se à manipulação e ao assistencialismo. Valoriza a harmonia, o respeito ao outro, a disciplina, o companheirismo. Afirma-se a autoridade em contraposição ao autoritarismo característico da empresa capitalista, a partir do respeito das diferenciadas compreensões de mundo que os produtores sociais ainda carregam consigo ao iniciarem atividades nos empreendimentos solidários e populares.

Todo esse movimento constitui verdadeira ação cultural.<sup>122</sup> Ação cultural gerada na organização para a produção de bens ou serviço, mas, também, para, além disso, tornam-se momentos de educação como ação educativa,<sup>123</sup> definida por valores éticos como diálogo, autoconfiança, solidariedade, exercício de prática e teoria no processo de aprender e ensinar com respeito às pessoas, expressão de justiça, enfim, ação cultural que seja para a igualdade e para a liberdade dos homens e mulheres que decidem alterar sua condição de exclusão, a partir do enfrentamento das dinâmicas da exclusão, através do fazer coletivo.

Nesse sentido, o papel e a função do mediador não é indicar a orientação para os produtores sociais seguirem, mas de diálogo, no sentido de ajustamento dos interesses de ambos interlocutores, mediação e produtores sociais, sem imposição ou indução de comportamentos. O diálogo sendo utilizado como estratégia de problematização da realidade; da função de mediação e da organização dos produtores sociais, simultaneamente. Isso porque, ela possibilita a compreensão, o

---

<sup>122</sup>Compreendemos ação cultural como os diálogos que se estabelecem sobre as diferentes compreensões e divergências iniciais no início do processo de incubação, que foram sendo dirimidas e superadas, a partir do diálogo como mediador das diferenças e construtor de novas possibilidades, a partir da quebra dos condicionamentos impeditivos da liberdade em momentos anteriores ao desenvolvimento de atividades no coletivo.

Ver também: FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 149p.

<sup>123</sup> Ver FREIRE, Paulo. Ação educativa. In: TORRES NOVOA (op. cit, 2014, p. 101-102).

desvelar da visão de mundo dominante entre esses, bem como da equipe de mediação da incubação.

O diálogo e a problematização impedem a ausência da criticidade necessária para romper com as certezas ou projeções idealizadas fora do contexto social, político e econômico no qual a mediação está sendo desenvolvida. Sem a crítica como norteadora do processo de incubação, a mediação perde seu caráter educador, revolucionário, podendo tornar-se, no dizer de Freire In: Torres (2014; 102), uma ação de “pregar no deserto”. A linguagem utilizada na relação de mediação da incubação precisa ser sintonizada com a realidade dos produtores sociais, sob o risco de tornar-se ação alienada e alienante, contrária à ação educativa e cultural.

O percurso da abstração promovida pelo debate crítico e pela organização produtiva do primeiro e desse movimento, abrem o terceiro movimento da metodologia de incubação, expresso pelo avanço do grupo da dimensão das abstrações para as concretudes da ação organizada de produção ou prestação de serviços.

Ações que passam a ser realizadas e desenvolvidas com as próprias forças dos entes do grupo de produção, a partir da apresentação e oferta dos seus produtos ao universo da geração de renda. Esse pode ser direcionado ao mercado solidário, feiras de Economia Solidária, clubes de comércio justo ou mesmo, ao mercado consumidor tradicional, a exemplo dos supermercados, exposições, além da venda direta ao consumidor tradicional.

### **FASE 3 – Pós-incubação – assessoramento e consultoria**

O terceiro movimento compõe-se de dois outros. Um movimento de retorno ao mundo concreto, no qual se avalia as pendências da trajetória realizada até essa fase, buscando-se ajustar alguma incompletude do processo. Nessa etapa são realizadas várias análises sobre as objetivações favoráveis ao êxito ou limites do empreendimento, sobretudo, análises de caráter conjuntural, considerando as variáveis da economia e da política nas três esferas do poder institucionalizado. Segue-se, finalmente, o movimento de constatação de que o empreendimento está sedimentado. Implica em saber se os fundamentos, os princípios e valores estão

sendo postos em prática pelos produtores sociais, expressando independência do grupo, em condições administrativas e de gestão, suficientes para seguir vida própria com autonomia.

Essa fase, não significa uma separação do empreendimento em relação à incubadora. A relação passa a ser de convivência tênue, conduzida por desejos e necessidades dos produtores sociais e futuras visitas de acompanhamento e avaliação de parte dos mediadores. Da incubadora, apoio às necessidades insurgentes nas atividades do empreendimento. Um momento em que as análises conjunturais continuarão tendo por base a realidade que se impõe de forma independente.

Por isso, produtores sociais e assessores devem estar atentos à dinamicidade do real. Isso porque, tal dinâmica simplesmente cobra novos estilos de abordagem sobre as manifestações objetivas do empreendimento, exigindo novas categorias teóricas e abordagens específicas nas ações do empreendimento, mantendo-se como diretriz o pressuposto da anterioridade da nova realidade.

Na verdade, a terceira fase se caracteriza por grande esforço dos atores do empreendimento na expectativa de avanços, a partir de análises críticas sobre a dinâmica do seu trabalho, da relação entre seus entes, da relação com as instituições e com a política da Ecosol, mantendo o foco na importância do movimento ir afirmando-se, por dentro do sistema econômico dominante como alternativa de inclusão socioeconômica e de promoção do humano, estruturando um novo modo de organização social, pautado pelos fundamentos da autogestão. O funcionamento e sustentação de um empreendimento solidário animam outros atores em situação semelhante a dos produtores sociais em momentos anteriores à decisão de voltar ao mundo da produção, através do trabalho coletivo.

A partir das capacitações e da operacionalização das atividades dos grupos, a equipe assessora passa a atuar exclusivamente na função de consultoria. Em um primeiro momento com visitas programadas (mensais, trimestrais, semestrais e anuais) ou a qualquer momento em que os grupos solicitem a presença de um assessor. Após as visitas programadas, os grupos passam a ser acompanhados como estudo de caso na produção de conhecimentos acadêmicos. Sempre que preciso, a equipe de assessores é solicitada de acordo com a demanda específica dos empreendimentos.

O movimento de *pós-incubação/desincubação*, se constitui no estágio da metodologia que expressa o esforço dos produtores sociais do empreendimento compreender sua trajetória, desde a singularidade dos seus entes, antes da iniciativa de organização que os conduziu à formação do coletivo, de modo a possibilitar considerar as conquistas auferidas no coletivo em relação ao passado individualizado. Esse momento marca a necessidade de que a equipe de assessoria responsável pelo processo de incubação inicie seu afastamento gradual do empreendimento incubado e inicie novo processo de incubação a novos empreendimentos solidários e populares em novos ambientes.

Por se tratar de uma metodologia desenvolvida em forma de processo, seguindo fases distintas e complementares,<sup>124</sup> o interlocutor mais atento tenderia a questionar, em que momento ou etapa o movimento da desincubação se faz necessário? Não há uma resposta objetiva a esse questionamento.

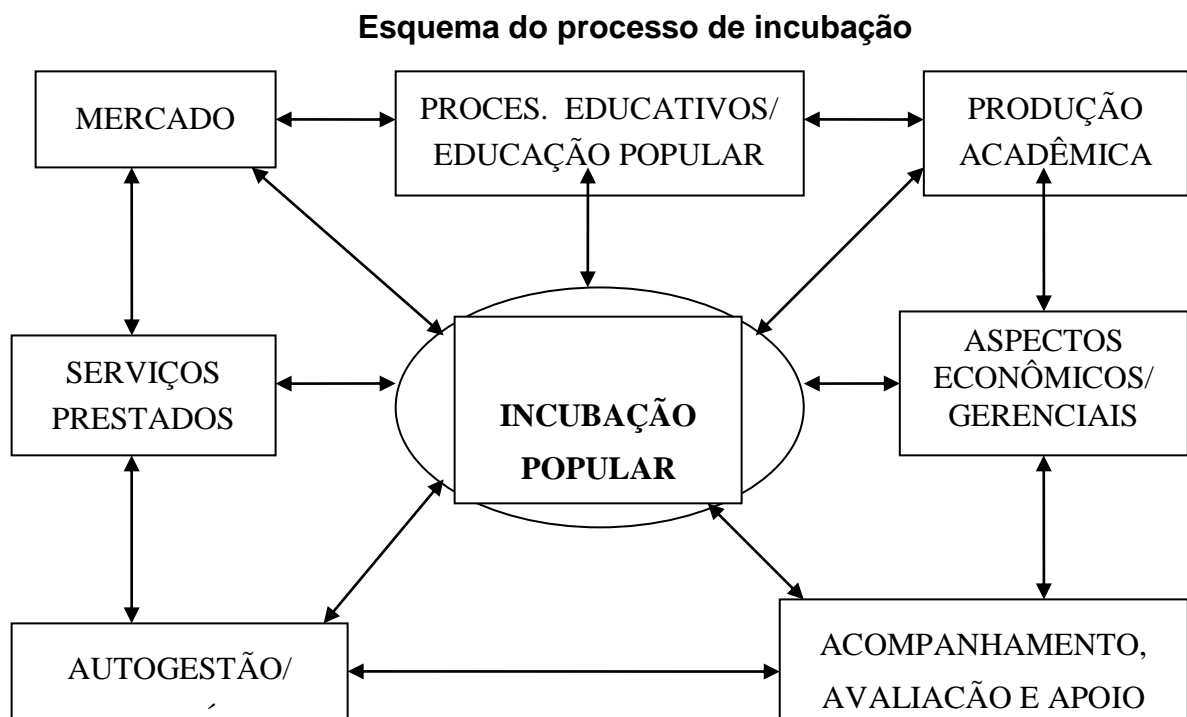
Existem diversas variáveis a serem consideradas para a construção de uma única resposta a essa indagação. Isso porque, entre as possíveis variáveis que poderiam estruturar uma afirmativa como resposta, é preciso que se levem em conta questões subjetivas dos produtores sociais que não foram evidenciadas na formação e que se revestiriam de motivações para permanência ou saída de algum membro do coletivo. Também, o nível e diferença de escolaridade dos entes do empreendimento, de modo à apreensão e assimilação dos valores e princípios da Ecosol; capacidade de projeção de futuro dos atores sociais em relação ao movimento de Ecosol e a sedução do mercado capitalista, entre outras conjecturas possíveis.

Contudo, parece razoável considerar que os critérios de observação das condições de convivência e nível de organização interna do coletivo, na forma de gerenciar o empreendimento em termos de coordenação, planejamento e uma sistemática disposição para avaliação de seus resultados, na busca e formação de parcerias e convênios, na definição de quando e como realizarem ações e cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, podem ser indicadores consistentes desse momento.

---

<sup>124</sup> Sobre esta questão consultar OLIVERIA; COSTA, & MELO NETO. **Incubação de empreendimentos solidários popular**: fragmentos teóricos. João Pessoa: UFPB, 2006, 169p.

Tentando facilitar a compreensão das argumentações utilizadas na explicitação da metodologia de incubação, apresentamos quadro explicativo dos movimentos descritos acima, a fim de familiarizar o leitor com o esquema do processo de incubação.



Fonte: OLIVERIA, I.C.; COSTA, F.X.P da; & MELO NETO, J.F. de. **Incubação de empreendimentos solidários popular**: fragmentos teóricos. João Pessoa: UFPB, 2006, 111p.

A metodologia de incubação apresentada de forma sintética no esquema gráfico acima evidencia a incubadora de empreendimentos solidários como organização de assessoria que articula, em forma de mediação ações de interesse da sociedade civil e do fazer da universidade. Especificamente, no caso da Incubes, ações no campo da Ecosol, a partir do fazer educativo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a qual é filiada.

As ações da Incubes, sobretudo o processo de incubação, se constituem em estratégia de oferta do saber sistematizado pelo fazer acadêmico, através de linguagens facilitadoras do diálogo com a sociedade ampliada, ao mesmo tempo em que dela capta suas objetivações, transformando-as em problemas de pesquisa e

ações de extensão universitária, cumprindo, desse modo, com sua função social, enquanto ente do Estado.

A dinâmica desenvolvida pela incubadora parte do desenvolvimento de processos educativos, pautados pelos fundamentos e metodologia da Educação Popular, na prestação de assessoria e formação de trabalhadores excluídos que desejam e demonstram interesse em gerar trabalho e renda, a partir dos fundamentos da Ecosol, afirmando princípios da autogestão e valores éticos da cooperação.

O assessoramento prestado articula o fazer acadêmico, as dimensões e aspectos do mercado com ênfase ao mercado solidário, sem, contudo, desprezar os fundamentos da economia de mercado. Desse modo, a partir dos saberes e conhecimentos gerados na mediação, são desenvolvidas estratégias gerenciais de caráter autogestionário, servindo de parâmetros para novos procedimentos de avaliação, fomento e assessoria a outros processos de incubação de empreendimentos solidários.

Mas, todo o esforço desse movimento, somente é possível com a clareza de que a metodologia de incubação expressa uma filosofia ordenadora de outro patamar civilizatório. Essa nutre a perspectiva de que não cabe incentivo às pessoas para inclusão em qualquer tipo de sociedade, tarefa exclusiva delas mesmas, e, muito menos, para a sociedade capitalista.

O patamar civilizatório que é preconizado pela Ecosol, nega princípios e valores da economia de mercado que privilegiam a concorrência, quase sempre desonesta, ao mesmo em tempo em que estende as mãos como passarela sedutora para o consumo. A metodologia da incubação, ao tornar acessíveis conhecimentos sistematizados aqueles que não tiveram acesso, oportuniza o resgate de homens e mulheres que desejam alterar sua condição de excluídos.

Contrária a essa gramática sedutora e excludente, a metodologia da incubação de empreendimentos solidários considera em sua aplicabilidade as necessidades concretas dos atores sociais com o intuito de superação da condição de exclusão em que vivem. A inclusão de homens e mulheres, muitos deles jovens em atividade produtiva, torna-se cada vez mais difícil, por força da exigência de especialidade e qualificação pelo modelo capitalista de produção. A Ecosol, através da organização coletiva do trabalho, se apresenta como alternativa ao modo de

produção excludente, a partir da inclusão socioprodutiva desses atores em coletivos de produção solidária. Para tanto, uma objetivação se faz imperiosa, a formação. O enfrentamento ao sistema que exclui exige estratégias alternativas às suas dinâmicas de exclusão. Entre as propostas geradas pelos trabalhadores, o conhecimento das artimanhas da exclusão se torna imperativo. Conhecer para enfrentar torna-se eficiente tática de luta.

Nesse sentido, a Ecosol como sistema econômico alternativo tem no processo de formação em Economia Solidária sua principal estratégia de combate à exclusão e ao sistema excludente. Um processo de formação eficiente exige fundamentos sólidos e metodologia dinâmica e de fácil compreensão.

É nesse contexto que a incubação de empreendimentos solidários, tecnologia social gestada por dentro da estrutura dominante com ajuda de trabalhadores excluídos, ganha destaque como importante ferramenta na discussão sobre as objetivações da exclusão. Promovendo, através da formação e assessoria a grupos de produção coletiva, retorno dos excluídos ao mundo do trabalho, a partir desses grupos nas redes de Economia Solidária.

Desse modo, a fase da desincubação também se caracteriza pela assessoria no processo de formação e integração dos grupos incubados em redes de produção e consumo solidários. Os empreendimentos em processo de incubação são estimulados à discussão e fomento para formação ou integração em grupo de crédito comunitário solidário, delineando-se como uma estratégia política para fortalecimento do sistema econômico local.

Duas questões se impõem como possíveis questionamentos à metodologia da incubação: a) qual o tempo necessário para um processo de incubação? b) quais possíveis limites podem existir de parte dos mediadores, capazes de gerar dificuldades na formação e constituição de coletivos de produção e do movimento de Ecosol?

Os argumentos a essas questões não podem dados de forma direta. Não quer dizer que não sejam objetivos e esclarecedores da questão. Como processo, como salientado acima, a incubação tem como característica o respeito ao nível de conhecimento, organização e interesses dos atores que constituem os possíveis coletivos. Desse modo, diversas objetivações concorrem para maior ou menor tempo da incubação. Entre as de maior relevância estão a prática da participação. Em

casos que os atores sociais, em sua maioria, já desenvolveram ou participam de práticas de natureza coletiva, a exemplo de participação em associações de bairro, conselhos comunitários, grupos religiosos, grupo de jovens, etc., tendencialmente, o processo pode ser mais rápido, dado que os atores já conhecem em grande medida como funcionam os processos de discussão, defesa de interesses e argumentos, execução de demandas definidas pelo coletivo, funcionamento de tomadas de decisões coletivas, entre muitas outras modalidades de ações características do fazer coletivo.

Por outro lado, quando a maioria dos atores não tiveram experiências de tal natureza, acostumados, via-de-regra, aos sistemas verticalizados, característicos da empresa privada e instituições públicas, o exercício das práticas coletivas necessita de maior tempo para quebra das motivações imediatistas comuns a quem busca alternativas.

Isso porque, trabalhadores acostumados à dinâmica da obediência, tendem a reproduzir o poder de mando, não dispensando ao processo de incubação tempo necessário para assimilar os valores e princípios do trabalho coletivo. Por se tratarem de coletivos de trabalho e renda, muitas vezes, trabalhadores desempregados em condições de exclusão buscam a alternativa do coletivo a fim de assegurar alguma remuneração imediata, tendem a constituir fator de limitação e avanço do processo. Essas são apenas algumas objetivações limitadoras do tempo de formação.

Pois bem, dadas explicações que ajudam a compreender nuances plausíveis à resposta do primeiro questionamento, passemos à estruturação da resposta de forma mais objetiva. Como apresentado acima, a metodologia de incubação se constitui em fases sucessivas e complementares na formação. Cada fase é estruturada com conteúdos que demandam dinâmicas próprias e facilitadoras de sua assimilação, por isso mesmo, variando em termos de tempo na execução das oficinas, minicurso ou do método utilizado no desenvolvimento dos mesmos.

Considerando ainda outro importante fator inteiramente relacionado ao nível de maturidade organizacional dos atores sociais sobre os quais nos referimos acima, o intervalo de tempo entre os encontros de formação, lembrando que cada conteúdo, no mínimo é ministrado com 40h, o tempo médio de cada fase do processo de incubação oscila entre 03 (três) a 06 (seis) meses. Utilizando-se noções

elementares de aritmética, considerando o tempo médio de duração das fases, o tempo que leva um processo de incubação pode ser de 09 (nove) a 12 (doze) meses.

O segundo questionamento requer a análise de muitas objetivações de natureza subjetivas. Mais fácil seria esboçar respostas aos limites do próprio sistema alternativo da Ecosol em tornar-se domínio e credibilidade pública, envolvendo a massiva classe dos excluídos, através dos seus objetivos, princípios e valores. No entanto, a partir de observações realizadas durante a pesquisa, de forma sintética, faremos algumas considerações.

O desenvolvimento da pesquisa não se restringiu tão somente à metodologia da incubação. Ao definir o campo do estudo, iniciamos pela compreensão do que e como se constitui o movimento de Economia Solidária, observando e estudando seus princípios, valores, objetivos na devida relação com a Educação Popular. No processo de aproximação com a temática ampliada, participamos de reuniões de algumas das instâncias e esferas políticas do movimento, a exemplo de reuniões do Fórum Estadual (FEES), Assembleias Estaduais (AEES), além de reuniões e atividades de incubação realizadas pela incubadora. Além de leitura realizada em documentos, produções acadêmicas e teóricas, relatórios que integraram as fontes de pesquisa.

Consideremos ainda, que o quadro de assessores da Incubadora é formado por educadores, técnicos, discentes, voluntários e parceiros, por isso mesmo, ainda que envolvidos com o objetivo geral da incubadora, qual seja, a organização democrática e solidária do mundo do trabalho, com vistas à superação da divisão do trabalho, em sua forma capitalista, passando às iniciativas de produção para o controle dos produtores sociais, todos os atores são humanos. Como tal, carregam consigo expectativas, valores, compreensões sobre como e quando determinadas ações e processos devem e podem acontecer.

Some-se a essas subjetividades, a natureza do fazer coletivo, exigindo constante exercício dos valores que o ensejam, mas, também amplo domínio dos seus fundamentos, além do acúmulo de saberes e vivências dos mediadores, encontrar-se-á motivações e compreensões diferenciadas no fazer da incubadora.

Desde as observações realizadas nas assembleias, reuniões do fórum, encontros com grupos em formação, planejamento das atividades da incubadora,

destacamos como possíveis limitadores no fazer, não somente da incubadora, mas, no próprio movimento de Ecosol, duas objetivações a destacar:

- a) domínio teórico do campo, implicações e objetivos da Ecosol. Isso quer dizer que muitos integrantes do movimento de Ecosol, produtores sociais, medidores, assessores, gestores e intelectuais ingressam no movimento por afinidade ideológica, sem o devido aprofundamento e conhecimento teórico sobre a história do trabalho e, por extensão do trabalhador, das lutas e enfrentamentos travados pela superação e mudança cultural da economia de mercado ao sistema da autogestão.

Essas premissas encontram suporte nas diversas compreensões do que seja e como deva ser estruturado o movimento de Ecosol. Não queremos afirmar que seja necessária uma unidade em forma de conceito. Mas, nos é forçoso admitir que a diversidade de compreensões, igualmente constitui limites ao avanço dessa alternativa. As dicotomias podem ser observadas desde compreensões próximas à ingenuidade de alguns atores que militam nesse campo, bem como a radicalidade de outros:

- b) certo nível de oportunismo de muitos atores, que ingressam no movimento e, por extensão, nas incubadoras, com objetivos imediatos de auferir benesses, desde remuneração à projeção política. Não sendo exagerado afirmar que o mesmo ocorre baseado na mesma argumentação da natureza humana, muitas vezes utilizada para em nome da subjetividade característica dessa espécie justificá-lo. Essas não são objetivações exclusivas da incubadora. Observa-se nuances dessas práticas em todas as esferas e organizações do movimento de Ecosol em diversos estados e regiões.

No que e como tais nuances observáveis concorrem para possíveis limites no avanço do movimento de Economia Solidária e, por extensão, compromete a metodologia de incubação?

Responder esse questionamento não é tarefa fácil. No entanto, destacamos que nas ações do movimento e na aplicação da metodologia de incubação, quando o mediador não tem domínio dos fundamentos e princípios da Ecosol, a exemplo do que acontece com tantas outras metodologias de formação em diversas áreas do fazer humano, compromete sobremaneira a formação dos coletivos nos princípios, fundamentos e valores da Ecosol.

Consideremos que muitos atores excluídos procuram ou ingressam no movimento de Ecosol tão somente para ingressar ou (re) ingressar no mundo do trabalho, ainda carregando os valores do modo de produção dominante, calcado na individualidade e promoção pessoal, a má formação derivada de conteúdos com fraca fundamentação teórica, compromete o engajamento necessário ao fortalecimento do movimento a curto, médio e longo prazo. Desse modo, deixando de oportunizar os avanços necessários do movimento.

A metodologia de incubação, como estratégia do movimento de Ecosol, ancorado nos princípios e fundamentos da Educação Popular, é, por assim dizer, um entre os principais mecanismos eficientes no processo de quebra da hegemonia do sistema capitalista nas relações de produção.

Entre as metas de maior relevância da metodologia de incubação como processo de afirmação da Ecosol como sistema alternativo, estão a superação da subalternidade do emprego pelas ações de cooperação na construção da autogestão como sistema político. Para tanto, no dizer de Paulo Freire (op. cit., In: TORRES NOVOA, p. 101–102) exige “ação educativa” na perspectiva de mudança cultural na sociedade.

Após análise da metodologia de incubação, a partir dos fundamentos sistematizados, passemos à compreensão dos atores que compõem o corpo de assessores e mediares desse processo metodológico.

#### 4.2 INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: DO PROJETO À METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO – COMPREENSÃO DOS ATORES DO PROCESSO

Analisados os fundamentos e as relações possíveis entre a Educação Popular e a Economia Solidária, com destaque ao processo de incubação de

empreendimentos solidários, passamos a apresentar como se operacionaliza a incubação, seus objetivos e, principalmente, destacar sua metodologia. As análises e compreensões apresentadas se pautam pelo estudo de documentos e de entrevistas realizadas com os atores que integram esse processo, quais sejam, gestores, mediadores e produtores sociais.

As incubadoras se constituem em importante iniciativa e eficiente tecnologia social, gerada pela universidade pública no Brasil, a partir da prestação de assessoria técnica, teórica e prática, prioritariamente aos movimentos sociais e segmentos populacionais empobrecidos. Inicialmente, as atividades assumem a forma de projetos de extensão universitária, geralmente, a partir de demandas internas, quando desenvolvidas por iniciativa de algum professor, grupos de alunos ou técnicos da universidade. Mas, também, a partir de demandas oriundas dos segmentos sociais.

Os projetos de extensão podem ser elaborados a partir de demandas externas, oriundas da sociedade, sejam de grupos organizados ou em fase de organização, organizações não governamentais, instituições sociais, a exemplo de: associações, cooperativas, igrejas, conselhos comunitários, grupos de trabalho, ou até mesmo de pessoas sem nenhum envolvimento institucional, as quais buscam a universidade para estudo, avaliação de processos e procedimentos, bem como prestação de assessoria a alguma demanda social.

A diversidade de busca é muito grande e bastante diversa em termos de temáticas. Também é grande e crescente o número de projetos de extensão nas diversas áreas do conhecimento em desenvolvimento na universidade, principalmente após a realização do I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras – FORPRO, quando foram definidas as diretrizes e perspectivas da extensão universitária, com destaque ao cumprimento do papel social que a universidade deve cumprir na sociedade.

Nesse âmbito, mérito para a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que em anos anteriores e por mais alguns anos, principalmente, em meados da década de 1990 a meados da primeira década do terceiro milênio, destaca-se como a universidade com maior número de projetos e experiências de extensão universitária. Alguns desses projetos com abrangência e atuação em grande parte do território nacional, através de programas de natureza multidisciplinar, envolvendo

alunos de diversos cursos e de diferentes universidades em muitos estados e regiões, a exemplo do Programa Estágio Nacional de Extensão em Comunidade, idealizado e coordenado pelo extensionista Emmanuel Falcão.

As incubadoras, como já demonstrado no início deste trabalho, se constituem como iniciativas de assessoria e resposta às demandas sociais, geralmente em forma de projetos. Porém, ao longo das suas atividades de assessoria, as demandas da sociedade, vão ganhando expressão e diversificando suas atividades. Muitas dessas iniciativas ultrapassam a estrutura de projetos, tornando-se parte da estrutura administrativa da instituição em forma de núcleos, coordenações, grupos de trabalho, pesquisa e extensão (GT's).

Importante destacar que as incubadoras no cumprimento das objetivações a que se propõem ou estimuladas pelas demandas externas, equilibram o tripé do fazer acadêmico, articulando, a partir da extensão, o ensino e a pesquisa. Deste modo, possibilita aos discentes e docentes a necessária relação entre os fundamentos estudados e sua respectiva aplicabilidade em situações concretas, experienciadas no cotidiano social. Por outro lado, o fazer das incubadoras se constitui como campo fértil para temas de pesquisas, a partir da problematização da realidade, muitas vezes, sobre problemas e objetivações reais e imediatas, advindas de atores e organizações sociais, refletindo a realidade da sociedade na qual a universidade está inserida.

A partir das dinâmicas no fazer das incubadoras, o ensino tende a qualificar-se, dado que os discentes em contato com a realidade trazem para a sala de aulas questões com as quais, muitas vezes, somente os fundamentos estudados não conseguem explicitar. Desse modo, o educador e educando sente-se estimulado a estar atento à relação teoria – prática, estimulando sistematicamente a realimentação da pesquisa, fortalecendo o fazer universitário.

Como assessoria, o fazer de uma incubadora se caracteriza desde uma simples orientação, desenvolvimento de ações de natureza formativa, através de cursos, oficinas, rodas de diálogo, até a atuação na orientação de iniciativas de trabalho e renda, no caso das incubadoras no campo da Economia Solidária.

No seu fazer, as incubadoras, além de análises de caráter conjuntural e estrutural sobre a realidade vivida, os assessores desenvolvem técnicas, geram tecnologias, métodos de abordagem, sobre as quais desenvolvem-se elaborações

de natureza teóricas, realimentando o fazer da universidade, bem como atendem, ainda que em parte, as demandas sociais o mais próximo possível da realidade que a promove.

Vale ressaltar que as incubadoras podem ter diversidade na sua metodologia de abordagem. Isto quer dizer que as mesmas desenvolvem objetivos, de acordo com a natureza do campo em que se definem sua atuação. As incubadoras não existem somente na universidade, podem existir em diversos outros campos, a exemplo de empresas, instituições governamentais nas diversas esferas da gestão pública. Cada uma desenvolve metodologias e atuam de acordo com os fundamentos que caracterizam a atividade fim da sua constituição.

Nessa pesquisa, trabalhamos com as ações de uma incubadora que tem como centralidade do seu fazer, assessoria a grupos de produção no campo da Economia Solidária. Os grupos com os quais a incubadora desenvolve suas ações podem ser classificados em dois níveis: 1 – grupos que estão iniciando seu processo de organização; e, 2 – grupos já formados que ainda necessitam de assessoria sobre fundamentos em algumas das etapas do seu funcionamento, a saber mais adiante, quando descreveremos como o processo de incubação se operacionaliza.

Nesse sentido, o processo de incubação por ela desenvolvido se constitui na metodologia do processo de ensino-aprendizagem em Ecosol. A exemplo de todo processo de ensino e aprendizagem, para sua eficiência, os atores em relação ou participantes das ações de incubação precisam ter disponibilidade para participarem do processo de formação. De parte dos mediadores,<sup>125</sup> domínio dos fundamentos e da metodologia de trabalho.

Nesse capítulo trabalharemos a compreensão que os atores da INCUBES e integrantes do grupo de produção, objeto da análise nesse estudo, possuem sobre o processo de incubação desenvolvido por ela na Comunidade São Rafael, no bairro Castelo Branco, na cidade de João Pessoa.

Priorizamos para as entrevistas que alicerçam a dimensão empírica da pesquisa, atores dos diversos segmentos que integram ou integraram a

---

<sup>125</sup> Mediadores são assessores com formação, capacidade técnica e domínio teórico que de acordo com a demanda e/ou nível de organização do grupo de produção, prestam assessoria, em um verdadeiro processo de formação, através da utilização de linguagem e metodologias facilitadoras de compreensão dos fundamentos que os atores necessitam.

coordenação e a equipe de assessores da incubadora, composto por professores, assessores técnicos, que atuam diretamente com os produtores sociais na comunidade, e atores do grupo de produção participante das atividades desenvolvidas pela incubação acima referenciada. A fim de não identificação direta dos colaboradores entrevistados, mantendo o sigilo e a identidade dos informantes, classificamos e denominamos os atores entrevistados em gestores, assessores e, aos produtores sociais, a mesma denominação que os caracterizam, produtor social.

A título de amostra, escolhemos gestores, assessores e produtores sociais como universo dos entrevistados. Escolhidos de forma aleatória entre os atores que integram a equipe de trabalho da INCUBES, bem como, os que integram o grupo de produção. Assim, passaremos a denominá-los de gestor I e II quando nos referirmos a integrantes da coordenação da incubadora. Mediador I e II para os assessores que atuam diretamente com o grupo de produção e, por conseguinte, produtor I e II para os produtores sociais. A denominação expressa em numeração romana teve por objetivo facilitar a indicação de quando estivermos nos referindo a um e outro dos entrevistados de cada segmento.

Dos atores colaboradores da pesquisa, na condição de entrevistados, buscamos saber suas trajetórias de vida e ingresso no universo da Economia Solidária, especificamente, suas relações e ingresso na Incubes, bem como, suas compreensões sobre Economia Solidária, Educação Popular e Incubação, enquanto expressão metodológica da Educação Popular.

Desse modo, iniciamos as análises, a partir dos gestores, seguido dos assessores e, por fim os produtores sociais. Priorizamos tal ordenamento de modo a poder-se, a cada campo de análise, relacionar o que os atores envolvidos com o processo de incubação na Comunidade São Rafael compreendem sobre os temas de nosso interesse, facilitando, assim, a análise da incubação.

#### **4.2.1 Aproximação dos atores gestores com o campo da Economia Solidária e com a Incubes**

O gestor I, teve sua aproximação com o que hoje se denomina de Economia Solidária, a partir de contatos, estudos e trabalho com outros profissionais e pesquisadores que trabalhavam e desenvolviam estudos sobre as relações no

campo do trabalho, a partir das universidades. Esse grupo desenvolvia suas atividades na cidade do Rio de Janeiro, de onde começa a ser gestada e desenvolvia a ideia de formação direta aos trabalhadores, em forma de assessoria de natureza técnica, teórica e organizacional. Questionado como se deu sua aproximação com a Economia Solidária, esclarece que:

Inicialmente a minha conexão foi com uma equipe de profissionais e pesquisadores no campo do trabalho, no que nós chamamos de Unitrabalho. A Unitrabalho foi um esforço de juntar pesquisadores no campo do trabalho. A partir daí, e mais um tempo, depois de cinco ou mais anos de junção desses pesquisadores, apareceu a ideia de se criar uma Incubadora. A origem está aí, uma equipe de trabalhadores e pesquisadores do campo do trabalho.

O interesse pelas relações no mundo do trabalho, inicialmente teve por objetivo a geração de trabalho e renda, junto a atores sociais em condição de exclusão, gerada pela ausência de postos de trabalho. Sem trabalho, muitos sem qualificação profissional como sobreviver dignamente? Questões como essas passaram a fazer parte dos estudiosos da universidade que, junto aos excluídos, buscam alternativas e estratégias de enfrentamento à gramática da exclusão, gerada pela economia de mercado.

Contando com a criatividade e saberes dos trabalhadores, combinados com o saber e compromisso dos pesquisadores da universidade, elaboraram como estratégia e enfrentamento da exclusão o desenvolvimento de atividades produtivas, individuais ou coletivas, com base no trabalho coletivo, exercitando a autogestão.

Tais estudos se constituem em estratégia das classes populares em função de que a formação social e escolar propagandeada pelo sistema econômico dominante não preconiza e nem difunde princípios de formação social e processos educativos que pautem a humanização, a partir da apropriação de fundamentos que possibilitem mulheres e homens tomarem conhecimento e tornar explícitas as contradições que permeiam as ofertas e objetivações no mundo da vida, de modo a conhecer e poder escolher entre as objetivações que se evidenciarem de modo crítico e de livre escolha. A partir das afirmativas de Bueno (2011, p. 100)<sup>126</sup> ao se

---

<sup>126</sup> Cf. BUENO, Juliane Zacharias. Ética marxista e formação moral na escola. In: **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 91-100.

referir à função da escola, no caso em discussão, a função da universidade, sobretudo, a universidade pública, igualmente defendemos que entre as suas funções está a evidenciação de uma educação que discuta a realidade, considerando os limites, potencialidades históricas e políticas que se apresentem em seu tempo.

Desse modo, atuando criticamente, a universidade, enquanto ente do estado, responsável pela formação teórica, técnica e social, igualmente deve ter a responsabilidade de discutir a questão do ensino, enquanto ação e função do Estado, buscando reduzir as mazelas do atrelamento institucional aos interesses dominantes na sociedade, sobretudo, aos interesses de natureza estritamente econômicos, em detrimento da emancipação humana.

Após contato com as iniciativas de aproximação do fazer acadêmico com os interesses sociais ampliados, ao retornar às suas atividades profissionais na UFPB, o gestor I passa a integrar um grupo de trabalho denominado *TEDUQUE – Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação*, o qual é composto por professores pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, centrando esforços, estudos e pesquisas no campo do trabalho. Posteriormente, esse grupo vai gerar o núcleo de pesquisas no campo do trabalho na instituição, passando a integrar o Núcleo da UNITRABALHO a nível nacional, integrando a rede de pesquisadores no campo do trabalho em diversas universidades. Desse grupo, a partir do avanço das discussões e pesquisas no campo das políticas públicas para o trabalho, fora criada a incubadora de empreendimentos solidários na UFPB, denominada INCUBES.

As ações da incubadora podem ser compreendidas como iniciativa alinhada ao pensamento marxista da autoatividade como atividade plena de sentido,<sup>127</sup> na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. Para Duarte (2011, p. 7), a opção por essa “[...] exige por parte de quem a ela se alinha um posicionamento explícito à luta de classes [...]”. Nesse sentido, constante nos escritos de Marx & Engels na *Ideologia Alemã* (2007; 38), a superação das contradições e limitações da classe

---

<sup>127</sup>Consultar DUARTE, Newton. **Fundamentos da pedagogia histórico-crítica** – a formação do ser humano na sociedade comunista como referência para a educação contemporânea. In: *In: Pedagogia histórico-crítica : 30 anos*. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 7–21. Ver também: MARX, Karl & ENGELS, F. (2007) **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo. MARX, K. (1989). “Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844)”. In: FERNANDES, F. (Org.). **Marx e Engels: História**. 3. ed. São Paulo: Ática, p. 146 –181.

trabalhadora não deve ser compreendido e nem esperada como uma coisa a ser instaurada ou um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar, mas, produto das possibilidades das condições existentes. Assim, a incubação se constitui como uma dessas possibilidades.

Por autoatividade se compreende a superação da alienação do trabalho, deixando de existir, portanto, a separação entre trabalho ou atividade material e intelectual ou de natureza espiritual. Para Marx e Engels (2007), a autoatividade se constitui no “desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais [...]”; e, assim, a transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio entre os indivíduos como tais. (74).

Seguindo a trajetória convergente no campo do trabalho, o gestor II, inicia sua aproximação com esse universo na década de 1980, ainda na condição de graduando. Sua aproximação com o campo do que hoje se denomina Economia Solidária dá-se, a partir de seu desencanto com os fundamentos clássicos da administração, enquanto conhecimento que “... na verdade, incide o aprendizado da exploração e da mais valia”.

Tal desencanto conduz nosso interlocutor por estudos considerados alternativos ao modo de produção tradicional, encontrando alento nas teorias críticas aos fundamentos clássicos da administração, precisamente, seu encontro com os fundamentos da autogestão, a partir do conhecimento, trabalho e estudos sobre empresas recuperadas que pautam a gestão do empreendimento pelos trabalhadores, no que se configura na linguagem da administração como autogestão. Dessas experiências pioneiras, aprofunda seus estudos no campo do trabalho, encontrando-se mais tarde com os fundamentos da Economia Solidária, a partir dos anos da década de 1990.

Entre os assessores com os quais trabalhamos, apresentam como aproximação ao campo da Ecosol trabalhos desenvolvidos nas comunidades onde vivem. Do trabalho na comunidade, esses trazem a relação de construção de pautas e interesses coletivos, defesa dos interesses comuns e o bem-estar da coletividade. Com o campo da Ecosol, passam a se aproximar a partir de seus ingressos na universidade, a partir de seleção para bolsas de estudos e desenvolvimento de projetos e trabalhos na incubadora.

Por sua vez, os produtores sociais que completam o universo de informantes da pesquisa, além das experiências com iniciativas coletivas na comunidade, através de participações em conselhos comunitários, grupos religiosos, grupos de jovens, passam a ter contato com uma ONG que desenvolvia trabalhos de incentivo e fomento a iniciativas empreendedoras de jovens na comunidade. Além da formação empreendedora, a partir de curso sobre Fundamentos da Economia Solidária, ofertado pela incubadora em estudo, representantes da ONG, participantes de tal curso, buscaram aproximação e contato com a INCUBES, firmando parceria para desenvolvimento de um processo de incubação na comunidade, a fim de se buscar a inclusão dos jovens integrantes das ações desenvolvidas por tal organização no mundo do trabalho e da geração de renda.

#### **4.2.2 Compreensões dos atores mediadores do processo de incubação sobre Economia Solidária**

Sobre a compreensão do que seja a que se propõem e quais fundamentos aproximam a economia solidária, o processo de incubação e a Educação Popular. Entre os gestores,<sup>128</sup> predomina a ideia de que o destaque na economia é o trabalho. Precisamente, “o processo do trabalho”. Como afirma o Gestor I, “se a economia dominante está mais preocupada com o produto e com o indivíduo, o individualismo, a Ecosol está mais preocupada com o processo de trabalho”. Por sua vez, o Gestor II, acrescenta a esse fundamento, perspectivas de caráter abrangente e com características de política pública, a partir de “... experiências nos meios de vida, produção de bens e serviços [...] num campo teórico, político, de práticas diversas que passou a ser denominado de Economia Solidária, por Paul Singer”. E, complementa sua formulação afirmando que tais práticas “...tem em comum é uma tentativa de exercitar a autogestão”. Afirmando a autogestão “...como a decisão sobre o que fazer com o produto do trabalho deles”.

Para o assessor I, sua compreensão ultrapassa a esfera da produção propriamente dita, sua compreensão incorpora abrangências de caráter estrutural. Questionada sobre sua compreensão do que seja Ecosol, afirma que sem entender

---

<sup>128</sup>Todos os atores envolvidos com a Ecosol a nível e nas esferas do Estado. No caso específico deste estudo, atores que desempenham e ocupam função de gestão da Incubes.

muita coisa da nomenclatura, os membros da comunidade já desenvolviam “processos coletivos dentro da comunidade. Processos de articulação, mobilização e educação. A história do trabalho coletivo, respeito às diferenças, através das decisões coletivas”. Sua compreensão, a partir dos fundamentos estudados remete à reflexão de que as ações preconizadas pelos valores da Ecosol já eram praticadas na comunidade, ainda que seus membros não conhecessem as possibilidades futuras da organização natural que praticavam.

Por sua vez, para o assessor II, Ecosol “é a gente ter uma economia mais próxima, coletiva, onde as pessoas colaboram umas com as outras para fazer com que todos consigam ter sua renda de forma igualitária”. Percebe-se que conceitualmente, a compreensão do que seja e a que se propõe a Ecosol ainda está um tanto dispersa.

A ausência de projeção para o futuro é suprimida pelas objetivações do presente, sem, contudo, deixar evidente o que se pode esperar dessa modalidade de organização do trabalho e da produção. Certamente, tal limitação pode ter reflexos limitadores da compreensão por parte dos produtores sociais, haja vista o que expressa tal assessor.

Ao tratar sobre tal compreensão com os produtores sociais, temos a seguinte afirmação: “eu vejo assim: tantas pessoas com tanto, assim, a vida é vender para ter lucros. [...] Eu vejo que a Economia Solidária já está dizendo, solidária com aquela pessoa ou com aquela família”.

Analisando tais compreensões, pode-se inferir que entre os três segmentos em tela pode-se sintetizar que as compreensões dos gestores estão pautadas pelos fundamentos que balizam a Ecosol como proposição de arranjos produtivos e alternativa à economia de mercado, com foco no fazer dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por conseguinte, também pela diversidade de experiências e de compreensões sobre a Ecosol, fica evidente a tendência de disputa política no campo das políticas públicas, de modo a requerer o olhar do Estado com igualdade de condições em relação ao que o mesmo faz com as estruturas da economia de mercado. A compreensão de Ecosol, então, é apresentada com clareza como um campo de disputas dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Tal compreensão é característica do pensamento elaborado, teoricamente formalizado

com forte argumentação pautada pelos cânones científicos, característicos do fazer acadêmico.

O segmento dos assessores,<sup>129</sup> por se tratar de jovens, já formados academicamente, mas, ainda com pouca experiência no mundo do trabalho, embora, os partícipes desse trabalho já agreguem vasta experiência nesse campo de vivências, denotam-se duas vertentes dominantes: uma que reconhece que os fundamentos da Ecosol vieram dar sentido às práticas e experiências vivenciadas no cotidiano da vida das pessoas oriundas de famílias de baixa renda que experimentam ações em estreita sintonia com os fundamentos da Ecosol.

Por isso mesmo, a compreensão de que tais fundamentos só reafirmam e estimulam tais atores a buscarem afirmar sentimentos de maior identidade com o seu fazer, permite prospectar alternativas que possibilitem empoderar os atores locais, através do acesso aos meios e estratégias de inserção social, a exemplo da “elevação da escolaridade, discussão do conceito e exercício da territorialidade na perspectiva do desenvolvimento local”. Desse modo, tal compreensão aproxima-se da perspectiva da vertente que defende a Ecosol como um campo de disputas das políticas públicas, afinando-se com a compreensão de um dos gestores.

Ainda entre os assessores, podemos destacar que o assessor II, demonstra compreensão da Ecosol muito centrado no campo da experiência, sem maior relação com os fundamentos e princípios que inspiram e sustentam tal economia como um sistema de organização do trabalho coletivo. Percebe-se a ideia de desenvolvimento local, porém, numa perspectiva que analogamente a compreensão de transitividade da consciência em Paulo Freire<sup>130</sup> poderíamos denominar de consciência transitiva, circunscrita mais no fazer do que no pensar as ações emancipadoras.

Por sua vez, entre os produtores sociais, destaca-se a limitação de escolaridade, a centralidade no fazer, dissociada de práticas mais elaboradas do planejamento ou como ação idealizada *a priori*, a partir de fundamentos e princípios norteadores de ações para além da subsistência. Tal compreensão pode ser percebida nas afirmações feitas pelo Tio, demonstrando a compreensão de que a

---

<sup>129</sup> Membros das incubadoras ou de entidades de assessoria que desenvolvem as atividades do processo de incubação junto aos atores dos grupos sociais integrantes dos processos de incubação.

<sup>130</sup> Cf. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 49–60.

solidariedade é mais um valor do que uma ação transformadora seja na esfera econômica ou social. Ou seja, na solidariedade intrínseca nas iniciativas da Ecosol, ainda não é possível observar que esteja em nível de compreensão desejável por esse ator. Como ele, muitos outros, a exemplo de alguns assessores, demonstram certa ingenuidade no fazer dos projetos em que se inserem. Por isso, a formação continuada dos grupos no processo denominado de incubação se apresenta com uma importante perspectiva de ação transformadora.

#### **4.2.3 Compreensões dos atores sobre o processo de incubação como metodologia da Educação Popular**

Passando-se da análise da compreensão do que seja a Ecosol para os atores em relação na pesquisa, vamos às análises sobre suas compreensões a respeito do processo de incubação. As análises serão iniciadas a partir das informações colhidas juntos aos gestores, assessores e produtores sociais, seguindo esta ordem.

Com muita clareza nas expressões sobre o que seja a incubação, o gestor I afirma com muita segurança que se trata de “...um trabalho profundamente educativo”. Como processo educativo, devemos destacar que deva estar estruturado em objetivos, fundamentos, metodologia e intencionalidade. Etapas essas que vão sendo apresentadas no discorrer das afirmações do entrevistado, primeiro, iniciadas pela “organização do grupo, discussão e identificação das potencialidades e tendências da produção e/ou serviço que o grupo pretenda desenvolver”. Percebe-se, com clareza que tal sequência de procedimentos demonstra uma estrutura de procedimentos balizados pelas etapas e procedimentos acima elencados.

O processo de formação se evidencia no descrever do que seja e como se constitui a técnica de incubação destacada pelo gestor, iniciada pela etapa de discussão e caracterização das potencialidades do grupo, seguida pela busca de definição da atividade a qual os produtores sociais podem se dedicar. Nestas etapas vão sendo incorporadas importantes fases, entre elas, a realização de pesquisa de campo para definição de qual atividade de produção e/ou prestação de serviços poderá ser viável ao grupo, bem como à comunidade e seu entorno. Tal pesquisa fundamenta-se no princípio do desenvolvimento local. Desse modo, ao mesmo tempo em que o ator social, no trabalho de formando do e no processo de

incubação, simultaneamente se constitui no que Hugo Asmman<sup>131</sup> caracteriza como aprendente. Denominado como aquele que mesmo tendo domínio de certos conteúdos, necessita conhecer outros relacionados ao seu saber para dar-lhe maior amplitude e compreender as diversas dimensões e sentidos possíveis, de forma que lhe possibilite fazer melhor o que já faz bem.

Tais fundamentos remetem à compreensão de que determinado produtor social ou grupo de produtores sociais estão motivados à apreensão do novo, igualmente, atuam como motivadores de novas objetivações, auxiliando e estimulando no aprendizado de outrem. Desse modo, o ator em relação se constitui em aprendente permanente.

Pois bem, segundo o gestor, “... o camarada que às vezes pode ser analfabeto, ao mesmo tempo está sendo pesquisador”. Na concepção geral dominante na economia de mercado, como expressão do modo dominante de organização no mundo do trabalho, isso é impossível. No entanto, a partir dos fundamentos que balizam a educação como algo intrínseco ao fazer humano, é possível e compreensível denotar que estamos em permanente processo de apreensão de novas informações, correlacionando-as a todo o momento com nosso fazer. Embora, na grande maioria das vezes possamos fazê-lo de forma inconsciente, sem reflexões intencionais ou sistemáticas sobre tais associações. Ou seja, sem o devido esclarecimento de que assim o fazemos.

Esse modo de aprender e ensinar só é possível quando se reconhece no outro, igual potencialidade de ser e fazer. Por isso, o mediador no processo de incubação quebra com a função dominante de quem ensina, passando a assumir a função de facilitador do processo de apreensão e correlação de novas informações a benefício dos interesses individuais e coletivos.

Por sua vez, o gestor II expressa a compreensão de que a incubação se constitui como “... possibilidade que as pessoas estão tendo de vivenciar processos de autogestão que servem de ensinamento para outro tipo de gestão da vida social”. Observemos que ambos os discursos dos gestores apresentam a incubação, primeiro como “trabalho profundamente educativo”, segundo como “ensinamento para outro tipo de gestão”.

---

<sup>131</sup> Cf. ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 251p.

Destaca-se o caráter educativo da incubação como aprendizado e formação dos atores sociais na construção de alternativas à organização da vida social tradicional. Para tanto, o processo de formação para o modo de vida alternativo requer método apropriado, de modo a assegurar os fundamentos necessários à superação da condição de dependência dos ditames da economia de mercado tradicional, calcado na formação clássica escolar, como pré-condição para que o indivíduo, a partir de seus próprios esforços consiga superar as adversidades que lhes são impostas pelo mesmo sistema excludente. Se, e somente se, tal indivíduo consegue superar as adversidades, passa então a ser considerado como digno dos ditames meritocráticos.

Em caso negativo, a ele recai toda sorte de responsabilidade por seu 'insucesso'. Romper com essa gramática exige muita articulação, mobilização e formação com argumentação, fundamentos e metodologia contrária às regras e normas da economia dominante. Nesse contexto se insere a incubação de empreendimentos solidários.

Nesse sentido, prossegue o Gestor II, afirmando a incubação como metodologia capaz de "... mostrar que as pessoas podem automaticamente resolver seus problemas, né! Encarar, estudar, aprender e resolver seus problemas coletivamente". Nessas premissas estão bem explícitas as bases e objetivos da incubação: *estudar, aprender e resolver seus problemas coletivamente*.

O método está bem descrito em etapas sucessivas e complementares. Uma servindo de base e estrutura para a seguinte, a fim de assegurar de forma estruturante o objetivo maior na compreensão do Gestor é "O trabalho coletivo". A autogestão pressupõe o coletivo. Então, pode-se deduzir que a incubação é uma metodologia do trabalho coletivo. Como o trabalho coletivo é uma construção em relação, o processo formativo que o alimenta só pode estar fundamentado por uma educação que tem com sua principal característica a vivência coletiva, privilegiando os interesses e saberes que cada ator social em sua trajetória de vida acumulou e pode partilhar com outros atores, de modo à superação do *status quo* que não escolheram, mas que lhes foi imposto pela ordem dominante, precisamente, balizados pelo ordenamento político e econômico que se tornaram hegemônico nos últimos três séculos da história humana.

Entre os assessores, a primeira compreensão remete à ideia de processo formativo e educacional, a exemplo dos interlocutores gestores, descritos em etapas sucessivas, com destaque à mobilização dos atores sociais da comunidade, formação sobre os princípios e fundamentos da economia solidária, organização e constituição do grupo, finalizando com a produção e comercialização de produtos e/ou serviços.

Como processo educacional, pressupõe a difusão e apreensão de conceitos e práticas diferenciadas em relação ao sistema educacional tradicional, pautado pela escolarização, seriação e profissionalização do ator social em diversos níveis de ensino, para somente após essas etapas, está considerado apto ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, a incubação, afirma o assessor I: é “... o processo educacional contínuo. É o processo que a gente tem desde o início e não termina. Porque, desde o processo de mobilização, as pessoas vão e voltam”. Ou seja, depreende-se desse argumento que a incubação, além de se constituir em processo formativo, adquire e acompanha a dinâmica de movimento dos atores sociais que recebendo os primeiros fundamentos do que seja a Ecosol, demonstram certa instabilidade na afirmação das práticas de tal modo de organização do trabalho.

Diferente da formação do sistema dominante, no qual, a seriação serve de afirmação e aferição da capacidade de apreensão e profissionalização do indivíduo, considerando-o apto ao mundo do trabalho, o caráter processual da incubação como processo formativo continuado, adquire e difere da economia de mercado. Isso, por levar em conta o tempo necessário que o ator social precisa para romper com as amarras dominantes com as quais viveu até contato com os princípios do trabalho e do fazer coletivos, como princípios da autogestão. Nesse sentido, o processo de incubação respeita a vontade e necessidade do ator social, até que esse esteja munido de informações e fundamentos que o permita avaliar vantagens e limites do trabalho individual em relação ao trabalho coletivo.

Nas premissas afirmativas da assessora I, “porque a gente vem historicamente no processo do capitalismo – do que é meu. Do que me deixa melhor. Do que me proporciona coisas boas e, se esquece o coletivo”. A incubação como metodologia do processo formativo para a autogestão cumpre a função de desconstruir os valores dominantes e presentes nas relações de trabalho, expressas

pela hierarquização entre os partícipes da produção, representadas nas e pelas figuras dos chefes em diversos níveis e esferas de decisões no fazer do trabalho.

Contrariamente a essa dinâmica, a incubação apresenta o exercício da horizontalidade nas tomadas de decisões e apropriação dos saldos do trabalho, a partir da responsabilização dos sucessos e/ou descontinuidades que possam se evidenciar no processo de organização e produção, tendo o diálogo como ferramenta para encaminhamento das decisões de forma coletiva.

O assessor II destaca a incubação como sendo um “processo formativo, de acompanhamento inicial dos grupos, com formação sobre o que é a Ecosol, Educação Popular e movimentos sociais. É a formação teórica e política”. Destaca ainda que o processo de formação caracterizado pela incubação, realizado por etapas, a exemplo do que afirmaram os interlocutores acima, possibilitou que mesmo que muitos atores que participaram do processo de incubação não tenham se engajado em um grupo produtivo, “mas, estão inseridos em outros espaços, a partir desta experiência”. É possível abstrair dessa afirmativa que para além da prática específica nos grupos de produção no modo da Ecosol, o processo formativo desenvolvido pela incubação é capaz de estimular ações e comportamentos de empoderamento dos aprendentes, estimulando-os a compreenderem as relações na sociedade como espaços de disputas com vistas a uma sociedade mais justa.

Tal despertar pode ser explicado pelo caráter crítico e processual da incubação que não se restringe aos fundamentos específicos sobre a autogestão e da Ecosol, mas amplia e contextualiza conceitos, correlacionando-os com áreas do conhecimento para além do fazer específico para a sobrevivência, para a vida em sociedade. Na afirmativa do assessor I: “... nesse momento de formação, de compreensão do que era Economia Solidária, Educação Popular, Movimentos Sociais, teve toda uma formação teórica e política”. A formação desenvolvida pela incubação faz jus à definição por não se caracterizar somente pela afirmação dos conteúdos e fundamentos específicos da Ecosol, mas, contextualiza-os com as demais esferas da vida humana.

Nesse sentido, afirma-se como metodologia da Educação Popular pela articulação dos conteúdos específicos com conteúdos de outras esferas do mundo da vida, oportunizando aos atores sociais a livre escolha, de forma crítica, reflexiva,

para decidir se tais fundamentos lhes servem para o mundo do trabalho ou mesmo para auxiliá-los quando e se assim lhe for exigido.

Entre os produtores sociais destacamos a compreensão do Tio como “um processo importante. Porém, um pouco lento. Poderia ser mais rápido, a fim de que as pessoas pudessem logo usufruir do resultado”. Percebe-se que na fala do produtor social, possivelmente, dada à tradição do processo de histórico de formação na tradição capitalista, sobre a qual falava a assessora I, o resultado, ou seja, a organização do grupo de produção com e para geração de renda imediata, fato que assegura a sobrevivência, se apresenta como mais importante do que a ideia de processo que caracteriza a transição da compreensão do que seja a produção no sistema capitalista e na Ecosol.

Pode-se inferir que dado a idade, grau de escolarização e objetivação da vida, o Tio, embora compreendendo a organização do trabalho coletivo como importante, ainda é possível destacar-se em sua fala maior preocupação com o resultado – o produto, o rendimento – do que com a construção e constituição de um grupo de produção nos princípios da autogestão.

No dizer do produtor: “Então, isso é um processo devagar mesmo. Mas, eu tenho aprendido que a coisa funciona devagar mesmo. Eu tenho aprendido isso”. Observemos que embora nosso interlocutor expresse certa apreensão de que o resultado do processo de incubação seja alcançado o mais rápido possível, igualmente reconhece que o alcance dos objetivos propostos implica em certo período de tempo para que as ideias sejam tornadas e postas em práticas.

#### **4.2.4 Compreensões dos atores do processo de incubação sobre Educação Popular na Economia Solidária**

Em complemento ao conhecimento sobre Ecosol e incubação, buscamos saber qual, ou quais, concepções nossos entrevistados têm sobre a Educação Popular, relacionadas aos processos de incubação. Optamos por tal exercício, no sentido de busca e ajustamento das compreensões dos atores sobre se, e, o que estão fazendo, enquanto entes da incubadora estão em sintonia com os objetivos da mesma, bem como estabelecer se a compreensão que os mesmos têm sobre Educação Popular está dentro do mesmo espectro de princípios que a caracterizam.

Provocado sobre o tema, o gestor I inicia sua exposição explicitando que como fenômeno humano, a Educação Popular, a exemplo de “qualquer educação, ela é um processo de ensino-aprendizagem”. Complementando, logo a seguir que o que a diferencia das demais modalidades de educação é o seu caráter intencional, expresso pela introdução e discussão de valores e princípios referenciados pela ética. Percebe-se que o horizonte da análise remete aos fundamentos do pensamento humanista, centrado no fazer humano, enriquecido por um engajamento da Educação Popular como possibilidade de mudanças, ancorada nos fundamentos e princípios éticos.

Outra importante característica apresentada pelo gestor está na perspectiva de que a incubação, como objetivo e prática das incubadoras, também como expressão da Educação Popular, apresenta como uma das suas características atuação predominante com atores no mundo do trabalho. No seu dizer: “como é que eu faço isso? Ah, faço esse movimento de ensino-aprendizagem pelo trabalho. Aí, começo a me distanciar da concepção dominante da educação que é só ensino-aprendizagem”. Ou seja, duas concepções são explicitadas nesse argumento: 1) a Educação Popular, além de ser uma educação idealizada e pensada no campo humanista, ela tem por objetivo uma atuação direcionada a atores que estão preferencialmente no *locus* do trabalho; 2) como tal, supera a concepção eclética e tradicional da educação como prática multifacetada de se buscar o conhecimento com expressão da cultura letrada, erudita, elitizada. A aquisição do conhecimento na e para a Educação Popular, através do processo de “ensino-aprendizagem, só é possível pelo trabalho. Claro que esse trabalho aí, não é só produção. É um trabalho de reflexão. Pois, o trabalho de reflexão, também é um trabalho”.

Infere-se dessas afirmativas que a incubação como expressão do fazer da Educação Popular não é simplesmente uma manifestação do fazer humano. É uma educação que adota como princípio um *modus operandi* referenciado em uma filosofia pautada pela observação, manifestação e expressão desse fazer. Nesse sentido, o campo de atuação da Educação Popular, em suas diversificadas manifestações, se reveste ao mesmo tempo em ponto de partida ou de observação, bem como de estruturação de análises e proposições capazes de superar as adversidades que atuam como impeditivas da emancipação humana. Dessas compreensões pode-se afirmar que a Educação Popular tem forte fundamento na

dialética materialista de Karl Marx, mas, também, com grande destaque na realidade como bem expressou Paulo Freire em toda a sua reflexão sobre as relações humanas de opressão e subalternidade. Ou seja, a realidade como ela é, em diversas esferas e espaços de atuação do homem e da mulher.

Para o Gestor I, a Educação Popular, a exemplo da educação tradicional, para o trabalho, entre outras, também tem uma pedagogia. Uma pedagogia que pressupõe e reconhece o saber do outro. Ambos, em relação, trocam saberes e constroem novos, a partir da realidade e da reflexão sobre a mesma. Reflexão de natureza teórica, buscando relações de causa e efeito, com vistas à superação das limitações em dada situação ou condições vividas. Como afirma o Gestor, “uma pedagogia do pensar junto”. Esse pensar em conjunto carrega em si, um dos seus principais constituintes, o que denominei acima de engajamento, pode-se traduzir como intenção política de forma explícita. Toda modalidade de educação é por sua própria constituição uma ação política. No entanto, todas as demais não deixam claras, evidentes e nem admitem tal intencionalidade. Por sua vez, a “Educação Popular não é. Mostra claramente. Diz: olha, fazer Educação Popular é uma opção política. Você escolher as classes trabalhadoras como campo de atuação é uma opção política”. Nesse sentido, a incubação como metodologia em forma de processo formativo de trabalhadores e trabalhadoras no campo da economia solidária é uma manifestação da Educação Popular na compreensão desse interlocutor.

Ainda no campo da pedagogia da Educação Popular, o Gestor I enfatiza alguns valores que a diferenciam da educação tradicional, a exemplo do *respeito ao outro*, enquanto atores em relação no processo de aprendizagem e nas relações para além da formação e do trabalho em si, mas, necessariamente, nas relações na sociedade ampliada; *respeito ao humano* como princípio. Aí está, também, a explicitação de quais valores são difundidos com a Educação Popular que a torna diferente das demais modalidades e sistemas educacionais.

O humano como preocupação planetária, para além das objetivações imediatas de determinado grupo social. Objetivando ações locais que possam repercutir e reproduzir ações ativas que valorizem o humano na acepção *lata* do termo e não alguns humanos, como faz e promove a educação tradicional; *solidariedade*, enquanto ação estruturante e construtiva de comportamentos, a partir

da formação do pensar coletivo em detrimento dos valores individuais, através da aquisição e domínio de capacidades e habilidades específicas. Desse modo, se privilegia o indivíduo em relação ao coletivo. O pensamento dominante exalta o interesse particular ou de pequenos grupos, em detrimento dos interesses de grupamentos maiores e interesses abrangentes.

A solidariedade como constituinte da Educação Popular não é aquela restrita à satisfação de necessidades pontuais ou de desengano de consciência de outrem. Mas, uma solidariedade que se projeta na construção de processos que assegurem a emancipação do ator social como protagonista e promotor de outros protagonismos no e do meio onde vive, com vistas à geração de ondas multiplicadoras de mais protagonismos, gerando, assim, redes de sustentação e reprodução de tais princípios e valores; *justiça*, compreendida como a extensão e complemento do princípio ético, sintetizando o caráter político da Educação Popular, como “expressão de um desejo de mudança e uma transformação” da ordem dominante, a partir da valorização do trabalho e do trabalhador, não do produto e da centralização dos recursos e do poder.

Desse modo, a educação do trabalhador se constitui como fator estruturante da liberdade, possibilitando a quebra das amarras institucionais e simbólicas que caracterizam a hegemonia da gestão e da economia. Para o Gestor I, “A Educação Popular não tem sentido para as classes trabalhadoras se não puxar a liberdade, porque, são essas classes que estão aí, submissas”, dependentes do emprego que é propagado e não existe. Quando existe, os salários não lhes asseguram estabilidade e vida digna.

Nesse sentido, a Educação Popular, também se caracteriza por um esforço dos aprendentes para compreensão do mundo e funcionamento das esferas que o estruturam, com vistas à superação das amarras/limites que lhes impedem o exercício da liberdade, enquanto geradora de felicidade. Portanto, aquele trabalhador ou trabalhadora que não tem acesso a uma educação que o liberte ou se recusar a libertar-se, será “um submisso”. A Educação Popular, para além de sua adjetivação, supera e muito a noção de popular como sinônimo de menos, roto ou para muitos iguais. Também, supera a estreita noção advinda da ideologia, como expressão do contrário à ordem estabelecida ou de políticas de natureza populistas ou popularescas, direcionadas aos pobres, indo muito além das expressões culturais

que identificam povos e nações. A Educação Popular na compreensão do Gestor I “é a concepção própria da Educação Popular como a educação que promove o outro. Uma promoção do humano, da liberdade, da luta por justiça”.

A compreensão do Gestor II sobre a Educação Popular se expressa pelo viés de natureza acadêmica, tendo seu discurso perpassado pelos ditames da ciência e da cientificidade. Desse modo, no seu entender a “Educação Popular está muito vinculada à concepção de ciência que a gente tem. De fazer ciência, de pensar a ciência. Quer dizer, tentar tornar as coisas complexas em coisas simples”. Nesse campo específico, denota-se compreensão crítica ao modo de se fazer ciência e o que se faz no campo científico na esfera acadêmica. Para esse interlocutor, “na verdade, o que a gente vê, é que a academia só procura tornar as coisas complexas, somente para fornecer relações de poder”.

Embora sejam premissas com caráter e forte recorte de natureza ideológica, não se pode deixar de considerar que na esfera do mundo acadêmico a dimensão popular da educação ainda é um fazer e uma aspiração por parte de quem baliza sua prática por esse campo educacional, enquanto fazer acadêmico. As iniciativas, não passam de balões de ensaio, resultante de alguns poucos profissionais, avaliados por seus pares como sonhadores ou fora da realidade.

Por se estar tratando de uma análise da compreensão da Educação Popular, através do fazer da incubadora, cabe destacar que o Gestor II, dirige sua interpretação às práticas e ações do processo de incubação. Assim, o exercício da Educação Popular nas comunidades tem início pela compreensão de que “quando se vai trabalhar com comunidades, deve-se considerar sua história”. Prática essa considerada como “desafio” por esse Gestor.

A questão histórica remete à necessária atenção do educador popular em “estabelecer pontos de convergência, de linguagem comum, encontrar elementos de linguagem para construir um conhecimento novo nesse processo com práxis”. Dessas formulações, é possível encontrar o elo e sentido entre os gestores, sintetizados pelo princípio de respeito ao outro, como estratégia de construção de alternativas de caráter libertador do indivíduo em sua particularidade, bem como da coletividade.

Na prática, os processos de incubação se constituem como expressão da Educação Popular “está muito mais na práxis de estabelecer relações de

construções, conhecimentos com diversos grupos sociais”. Ou seja, a Educação Popular por dentro da esfera institucional, rompendo os limites dos muros, chegando mais próxima à sociedade ampliada, para além e “independente se for comunidade, entre estudantes e/ou professores, pesquisadores”. Nesse sentido, a Educação Popular “é muito mais uma práxis política de estabelecer relações mais igualitárias do que propriamente, somente a questão pedagógica, didática”.

Nas premissas acima, é possível aproximar o sentido de popular expresso pelo Gestor I, ao afastar o popularesco do popular. Nas afirmativas acima, o Gestor II, opera uma análise de caráter dialético ao incluir como constituinte e prática da Educação Popular a necessidade de práticas de relações igualitárias, constituindo-se elas mesmas na pedagogia do fazer, construindo em conjunto. Tais procedimentos aludem e ultrapassam os limites das técnicas e procedimentos tipicamente segmentados, usuais no modo tradicional de ensino e formação, característico das aulas intramuros nas escolas, desde a pré-escola à universidade.

Outro importante destaque, na compreensão da Educação Popular pelo Gestor II, evidencia-se na defesa e afirmação da importância da linguagem na relação de mediação nas ações da incubadora. Para esse interlocutor, “como que a gente dialoga com o saber que já existe na comunidade? Como proporciona esse diálogo? Porque, se não, não há diálogo. É só um monólogo! ” Tais questionamentos, além de pertinentes afirmam um dos principais fundamentos da Educação Popular, o diálogo. Que se constitui em uma das principais categorias na obra de Paulo Freire, apresentada como pressuposto para o estabelecimento de relações e comprometimento com as mudanças que se pretende no mundo.

Para Torres,<sup>132</sup> o diálogo proposto por Freire requer a compreensão de dois outros constituintes que o afirmam, a “união inquebrantável de *ação e reflexão*.” [grifo nosso]. Ao questionar em forma de proposição como se estabelecer o diálogo com a comunidade, considerando os saberes lá existentes, compreende-se que o Gestor está afirmando a práxis, sem a qual, o diálogo se esvazia de sentido. Para além do monólogo apontado pelo interlocutor, na compreensão de Torres, a palavra dita perde sua dimensão de ação, por conseguinte, seu complemento e constituinte

---

<sup>132</sup> Cf. TORRES NOVOA, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa**: uma leitura crítica de Paulo Freire. [tradução: Monica Mattar Oliva]. São Paulo: Loyola, 2014. p. 95–101.

dela mesma, a reflexão. O diálogo nessa perspectiva assume a função de denunciar ao mundo as incongruências e injustiças causadoras das diferenças sociais. Isso porque, o diálogo como denuncia necessariamente impele a tomada de ações. Essas, por sua vez, podem ser geradoras de transformação. Por isso, a Educação Popular é, necessariamente, uma educação para a transformação, para a liberdade. Por outra parte, ao contrário do diálogo, o silêncio assume características de descompromisso com o outro, com a ética, com a mudança, com a transformação. Enfim, implica na condição de subalternidade e dependência, negando e condicionando o humano a ser menos, impedindo-o de exercer sua condição de existência que é ser mais, altivo, livre, com direito a sonhar e ousar ser.

Entre os assessores, a compreensão de Educação Popular destacada pela assessora I, enfatiza o respeito às individualidades e o tratamento com igualdade aos atores em relação de aprendizagem, diferenciando do que faz a educação convencional, que trata com igualdade os diferentes, como se todos tivessem e dispusessem das mesmas condições sociais, psíquicas, econômicas.

Outra compreensão expressa está na ideia de que a Educação Popular, ao invés de direcionar para algum objetivo fim, busca despertar as pessoas para a descoberta de horizontes para além dos limites impostos pelo cotidiano. Está anunciada a perspectiva de futuro a ser construído e não uma perspectiva dada, a exemplo da escolarização, profissionalização, trabalho e aposentadoria.

Prossegue a assessora destacando que a Educação Popular ao trabalhar o despertar à possibilidade de futuro, o articula com o desvelar de potencialidades, muitas vezes desconhecidas pelos atores sociais. No dizer da nossa interlocutora: “a Educação Popular traz, enfatiza a história do sujeito, despertando nele possibilidades latentes, ainda desconhecidas para ser mais, ser diferente do que é”. Dessas premissas destacadas pela assessora, pode-se sintetizar a categoria da autonomia como um dos constituintes da Educação Popular, que além de caracterizar, contribui para projeção do indivíduo, sujeito à condição de subordinação histórico social, impelindo-o à condição de ator na sociedade, “a partir do momento que a pessoa consegue se vê como pessoa, ela consegue galgar outras coisas, outros horizontes, outras perspectivas de presente e futuro”.

#### **4.2.5 – Mudanças comportamentais dos interlocutores da pesquisa após militância no movimento de Ecosol**

Por fim, encerrando a análise empírica sobre o objeto de estudo, buscamos saber se houve e em caso positivo quais mudanças existiram na vida e postura pessoal dos nossos interlocutores, a partir do momento que passaram a ter contato com o universo da Economia Solidária, especificamente, em relação à metodologia de incubação de empreendimentos solidários.

Na compreensão do Gestor I, o processo de incubação, por seu caráter dinâmico, portanto, buscando e demandando complementaridade do fazer, possibilita aos mediadores, gestores e atores sociais um “ambiente experimental”. Enquanto campo dinâmico que abriga simultaneamente ações do pensar e do fazer, possibilita a reflexão de forma crítica sobre a função da universidade, especificamente, na esfera de atuação da extensão universitária.

Extensão sendo pensada não como complemento do fazer acadêmico, mas, como campo propício à aplicabilidade das teorias, gerando novas experimentações e demandando novas reflexões. Por se poder estar trabalhando com a avaliação simultânea do fazer, portanto, ações diretas no campo reflexivo experimental afirmam a imprescindível prática da análise em três movimentos no fazer educação: ação – reflexão – ação. Desse modo, sentencia que “a educação adequada para esse movimento, é a que promove o encontro da Economia Solidária com a Educação Popular”.

As mudanças ocorridas durante o tempo envolvido com o trabalho da Economia Solidária, especificamente com a incubação não foram de caráter pessoal, haja vista que as concepções *a priori* de, e com a sociedade, bem como sobre a função do estado não sofreram alterações. Mas, no campo de atuação profissional desse interlocutor, destaca-se a prática de reflexões permanentes sobre o universo acadêmico e sua relação com o mundo da vida, possibilitando, pela esfera acadêmica a produção de novos textos de caráter crítico entre o que se faz na universidade em relação às demandas pujantes no tecido social, sobretudo, junto aos segmentos menos favorecidos social e economicamente. No seu dizer: “... possibilitou eu colocar mais questões voltadas ao papel social da universidade, da

extensão universitária e o trabalho, distanciando desse padrão que a gente tem na escola formal, nas universidades”.

O segundo interlocutor entre os gestores destaca a construção da concepção e fortalecimento da vertente de pensamento que preconiza as transformações sócias, a partir da emancipação social para além das estruturas formais de poder, mas, “construindo uma ideia de relação social, de relação entre as pessoas [...] de forma mais igualitária – digamos assim -, menos vertical, mais horizontal de discussão coletiva”. Note-se que as afirmativas desse gestor encontram fundamentos nas formulações de Michel Foucault (1997),<sup>133</sup> ao tratar de questões como *status* e distinção na microfísica do poder.

Ambos interlocutores partem de compreensões consideradas progressistas. Ambas destacam limitações estruturais que limitam as transformações desejadas. Ensejam mudanças na ordem vigente. A primeira identifica tais limites na estrutura do estado, representada no fazer institucional da universidade. A segunda destaca o anseio na elaboração, tomada e encaminhamento de decisões pelo maior número de pessoas, afirmando o ideário da horizontalidade, podendo ser traduzida no desejo de maior empoderamento social.

Nesse sentido, o processo de incubação de empreendimentos solidários atua como ação de interseção entre as duas concepções, afirmando o princípio e o desejo de afirmação do processo de democratização nas relações sociais em todas as esferas do fazer humano. Tal ideal, em uma sociedade mediada por interesses estritamente particularizados, com ênfase no indivíduo, enquanto engodo de afirmação na escalada social, somente seria possível de efetivação através de mudanças das relações de produção e trabalho. Para tanto, a Ecosol, ao propor nova organização no mundo e nas relações de trabalho, apresenta-se como proposta nova e viável para o estabelecimento de novo sistema organizacional da produção, centrada no fazer coletivo.

Em sintonia com a viabilidade dessa perspectiva, a incubação, a exemplo da formação escolar tradicional, se constitui no primeiro passo de organização social como meio capaz de apresentar e difundir os princípios e valores necessários a tal projeto de sociedade, mais solidária, tendo como pedagogia os fundamentos da

---

<sup>133</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

Educação Popular, balizada por princípios e valores de respeito ao outro, convivência respeitosa com a natureza, valorização do ser e saber humano, horizontalidade nas relações, tendo como ponto de partida e de chegada, a ação mediada pelo diálogo.

[...] parece comum uma análise da estrutura desigual, autoritária e individualista de nossa sociedade e a busca de modos de organização no mundo do trabalho que neguem esta estrutura, a partir de práticas democráticas, autogestionárias, participativas e solidárias, com a primazia do trabalho sobre o capital. A partir desse patamar comum, nota-se nuances ou pesos diferenciados a dois objetivos, não excludentes entre si. Por um lado, a ênfase na organização democrática e solidária do mundo do trabalho, e por outro, a inserção no mercado formal de trabalho aliado à conquista de direitos sociais. Não se trata de uma experiência que proporcione a transformação das relações sociais vigentes, contudo, enseja uma nova forma de organização societária, cuja centralidade é a reprodução da vida social, não do capital, onde as relações de produção se caracterizam pelo valor de uso e não de troca” (Núcleo/UFS).

Entre os assessores, destaca-se na compreensão da assessoria I que antes mesmo de tomarem conhecimento sobre os fundamentos da Ecosol já realizavam práticas que posteriormente, ao terem acesso ao processo de formação em Ecosol, através da metodologia de incubação da qual fizeram parte, puderam perceber e aprofundar. Notando que já exercitavam muitos dos seus princípios, a exemplo da ênfase na organização e tomada de decisões ouvindo o coletivo sobre os interesses da comunidade, tendo como objetivo a mobilização da comunidade com vistas à afirmação do desenvolvimento local.

Participando do quadro da incubadora intensifica a ênfase no trabalho coletivo, a partir da escuta dos atores em relação. Destaca ainda que nas ações da incubadora, ainda precisa aprofundar a compreensão das dimensões que adquire o caráter processual das ações, principalmente, a articulação entre teoria e prática. Isso porque, as ações desenvolvidas em nível de comunidade, apesar de coletivas, eram muito direcionadas, a partir das ações objetivas possíveis ao grupo.

Implica em dizer que tais práticas, mesmo tendo processos reflexivos sobre as ações desenvolvidas, tais reflexões careciam de maior fundamentação teórica, capaz de possibilitar projeções de futuro de modo mais racional do que idealizado.

Segundo suas palavras, “[...] o processo na incubadora traz essa reflexão que é o processo de mobilização e articulação da prática com a teoria”.

Por sua vez, o assessor II destaca que as mudanças ocorridas nas suas ações, a partir de sua participação no processo de incubação, foram a ampliação da compreensão de como se articulam as interfaces entre Ecosol, Edupop, Movimentos Sociais e as tomadas de decisões no campo da política, demonstrando compreensão de que a defesa e prática da Ecosol fazem parte do campo de correlação de forças que disputam projetos e projeções de organização social. Tal compreensão desperta ações de empoderamento ao afirmar: “Antes a gente era (muito como se diz) o telespectador, hoje a gente é o ator dessa realidade. A gente que está fazendo o movimento acontecer, dentro da comunidade, na base”.

Destaca-se nesse depoimento que o processo de incubação, para além da formação sobre os fundamentos e princípios da Ecosol, se constitui num processo de esclarecimento dos atores sociais sobre como se desenvolve o confronto de interesses das classes sociais, possibilitando aos próprios atores sociais leituras, discussões, intercâmbios, vivências com outros grupos. De modo que tais atores compreendam e ampliem sua compreensão de como funciona a sociedade, para além das ações historicamente demandadas pelos governantes.

Por sua vez, o produtor social I destaca que a mudança ocorrida em sua prática após o processo de incubação do qual participou foi o aprender a controlar sua ansiedade em relação ao tempo de realização dos objetivos propostos nas ações desenvolvidas na comunidade, sejam elas produto do planejamento interno ou a partir de ações derivadas de projetos de parcerias estabelecidas. Isso porque, figurava a compreensão de que as instituições, a exemplo da universidade, através da qual se desenvolvem as ações da incubadora, por sua estrutura, compreendida com instância governamental da esfera federal, poderiam executar as ações planejadas em curto prazo. Nas suas palavras, “Então, isso é um processo devagar mesmo. Eu tenho aprendido que a coisa funciona devagar mesmo, eu tenho aprendido isso”.

Depreende-se, a partir da interpretação desse produtor que a incubação como processo formativo se estende para além dos conteúdos e fundamentos propostos, fazendo com que as dimensões características da correlação de forças na sociedade, na verdade se constituam no embate entre projetos em disputa na

sociedade. Que mesmo instituições como a universidade fazem parte e são objeto de enfrentamentos sobre como podem contribuir para mudanças ou acomodação da ordem social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ecosol é um sistema econômico e de organização social pautado pelos princípios e fundamentos da cooperação, organizando a produção e as relações de trabalho de forma coletiva, a partir de sistemáticas integradas como estratégia de enfrentamento aos ditames do sistema econômico dominante de inspiração liberal e ênfase no consumo. O enfrentamento a esse sistema que privilegia o produto-mercadoria a ser consumido em detrimento ao humano que o produz se constitui no maior desafio e principal motivação da Ecosol.

Nesse sentido, a experiência da incubação se constitui numa alternativa, por dentro do modelo dominante, com o objetivo de inserção e superação das suas dinâmicas, através da organização popular, enquanto inovação no sistema produtivo. A partir da formação de trabalhadores, em sua maioria excluídos ou que nunca tiveram a oportunidade de ingressar no mundo do trabalho, nos fundamentos e princípios da Economia Solidária, incorporando e combinando proposições progressistas, a exemplo das bases do desenvolvimento local e sustentável, necessários à promoção de mudanças de caráter inclusivo aos segmentos vulneráveis e excluídos da sociedade.

Para cumprir tais objetivações, o processo de incubação depende em muito de outras tantas disposições que envolvem os atores em formação, a exemplo da organização social, econômica e cultural do coletivo em formação. Isso porque, a incubação como processo, se desenvolve a partir de interações entre os atores em relação, mediadores e produtores sociais com vistas ao desvelamento dos princípios e valores da Economia Solidária como alternativa ao sistema dominante na economia e nas relações sociais.

As interações estimulam a participação entre os produtores sociais e desses com os mediadores, de modo a gerar confiança entre os produtores sociais com vistas à tomada de decisão coletiva. As deliberações tomadas coletivamente sobre o andamento do processo de incubação se constituem em ensaio para o exercício da autogestão do futuro empreendimento a ser constituído.

O amadurecimento das relações entre os membros em formação facilita o debate de problemas afins, projeção de possíveis saídas, bem como a indicação e responsabilização das disposições necessárias à resolução dos mesmos. Exercita-

se, assim, a prática da crítica reflexiva como ferramenta para construção da autonomia, expressa no pensar e agir individual, para posterior tomada de decisões no coletivo, base da autogestão.

Para tanto, no processo de formação o mediador deverá estar atento a possíveis posturas de orientação verticalizadas, como parte da cultura herdada do modo de vida hierarquizado o qual os atores, candidatos a produtores sociais vivenciaram no mundo do trabalho no sistema capitalista.

A incubação como processo, facilita o exercício de contextualização e desenvolvimento da análise crítica da realidade pelos produtores sociais, possibilitando avaliar vantagens e limites entre um e outro sistema econômico, entre a produção coletiva e o sistema da economia de mercado.

A incubação então se constitui como facilitadora na veiculação dos princípios e valores da Economia Solidária, com vistas à estruturação de ações de mudanças da ordem dominante, a partir da formação de outra cultura de organização do trabalho e, por conseguinte, da organização social.

Sabe-se que toda inovação requer fundamentos sólidos, meios eficientes de apresentação das “ideias-força” para difusão dos princípios e valores que se anunciam. Assim o é no campo da economia e da política. Nesse sentido, a Economia Solidária se constitui inovação e ação proposta inovadora nas relações de produção frente à economia de mercado no campo econômico. Apesar de ser uma nova proposição das relações no mundo da produção, não o é no campo político, em função das primeiras formulações correlatas aos princípios hoje difundidos pelos denominados socialistas utópicos. Por isso mesmo, proposições dessa natureza necessitam de uma teoria que a embasem e de uma metodologia capaz de difundir e afirmar princípios, valores e procedimentos da alternativa.

Nesse sentido, a Economia Solidária se encontra com a Educação Popular. Os princípios e valores de uma, complementam e fortalecem os da outra. Por ser a incubação uma inovação metodológica gerada em meio às objetivações reais das condições de exclusão de muitos trabalhadores, a partir da mobilização e organização desses, como estratégia e busca de alternativas viáveis ao enfrentamento da gramática de exclusão, se constitui igualmente na metodologia capaz de difundir e afirmar o caráter revolucionário da Economia Solidária. Através da adoção e aplicação das categorias constituintes da Educação Popular como

Teoria de sustentação da ação revolucionária no processo de formação dos excluídos.

A Educação Popular, a exemplo da metodologia de incubação, igualmente forjada no mesmo tacho da exclusão, aquecido pelas sistemáticas disposições excludentes do sistema econômico, oferece à economia solidária argumentos que sustentam a sistematização do seu fazer, comprometido e engajado com as transformações econômicas, sociais e políticas.

Entre as dimensões da Educação Popular está a avaliação das experiências que utilizam seus fundamentos com o objetivo de aprimoramento dos seus constituintes.

Nesse estudo, partimos da problematização de que a Economia Solidária para ganhar expressão como alternativa econômica e social, soma-se à Educação Popular no desenvolvimento de estratégias de formação de atores sociais nos princípios e fundamentos dessa proposta alternativa.

Para tanto, desenvolveu por dentro da estrutura dominante metodologia de formação denominada incubação de empreendimento solidário, priorizando produtores excluídos econômica e socialmente, elegendo-os como principais postulantes à função de protagonistas das necessárias mudanças na estrutura econômica, a partir da organização da produção, através de coletivos, afirmando a autogestão como modelo de horizontalização na tomada de decisões econômicas e sociais. Desse modo, altera a matriz atual da economia centrada na verticalização hierárquica no encaminhamento das decisões no mundo da produção.

Em nossas observações sobre a problematização formulada na pesquisa, confirma-se que propostas alternativas, especificamente nesse estudo, à Economia Solidária necessitam de fundamentos que sustentem as teses e formulações por elas apresentadas. No desenvolvimento do estudo, vimos construindo afirmações que no campo do conhecimento sistematizado, a Educação Popular é a concepção que sustenta as premissas da Economia Solidária no campo econômico, a partir dos valores e princípios afirmados por ambas as proposições. Tanto a Economia Solidária como a Educação Popular, têm em comum princípios e valores que as complementam, tais como a centralidade, valorização e reconhecimento do humano como primazia nas relações de produção e na sociedade ampliada, promoção de relações horizontalizadas nas esferas da vida em sociedade, desenvolvimento de

atividades econômicas com respeito e harmonia com a natureza, satisfação plena das necessidades humanas com criatividade e inovação tecnológica, reconhecimento do lugar e do posicionamento da mulher – do feminino – na economia e na sociedade, adoção de valores da cooperação e da solidariedade, construção de processos autogestionários como modo de produção, pautado pela *igualdade* de oportunidades pela afirmação da *democracia* no campo político.

A metodologia de incubação, a partir do seu caráter processual, expressa uma síntese entre a Economia Solidária e a Educação Popular, preconizadora de novas relações sociais e de produção pautadas pelos princípios e valores apresentados acima. Confirmando assim, a tese de que a metodologia de incubação em empreendimento solidário se constitui em importante metodologia de formação e capacitação dos trabalhadores de natureza Popular.

A incubação como processo, articula os fundamentos da teoria e os executa nas ações de produção coletiva as categorias constituintes da Educação Popular, acrescentando-lhes o arcabouço teórico da Ecosol.

Entre os fundamentos e formulações teóricas complementares entre a Epop e a Ecosol, destacam-se: *diálogo* como mediação das relações sociais e de processos de formação; *participação*, geradora de estímulos à capacidade crítica; *autonomia* como expressão da consciência de *si*; respeito às individualidades, portanto, respeito às diferenças; *valorização do coletivo* como expressão da cultura; *formação crítica* expressa pela capacidade de apreensão e compreensão das objetivações do cotidiano como ferramenta e projeção do futuro e construção de novas relações no presente; *humanização*, através do estabelecimento de relações de igualdade nas ações derivadas; *valorização* e *valorização* do trabalho manual e do trabalho intelectual como complementos; *cooperação* como reconhecimento no fazer do e com o outro; ênfase na prática mediada pela *crítica* como expressão da *hominização*; *ação cultural* e *ação educativa* referenciadas na utopia e busca de *ser* mais.

Compreendemos que os princípios e fundamentos da Educação Popular se mostraram devidamente aplicados no processo de incubação desenvolvido pela Incubes com coletivos na comunidade São Rafael. Isso porque, para além da atividade fim do processo, a incubação elevou a autoestima dos atores sociais, aguçando suas capacidades de crítica sobre sua realidade, bem como do espectro

geral das demais disposições objetivadas na sociedade, a exemplo do direito e das limitações das políticas públicas.

A autoestima também se expressa na geração de outros processos de emancipação social na comunidade, articulando diversos atores e de diversas faixa etárias, gênero e atividades de geração de trabalho e renda.

O processo de incubação gerou possibilidades e agregou conhecimentos necessários ao desenvolvimento pessoal dos atores participantes do processo de incubação no grupo de produção de pães. Os atores participantes do grupo de incubação, em sua maioria jovens, ultrapassaram os limites da comunidade, a partir do desenvolvimento de atividades de promoção humana, possibilitando a muitos integrantes do coletivo tornarem-se disseminadores de tais princípios e valores em outros espaços públicos e comunitários. Também, a partir do processo de incubação conquistaram outros universos, a exemplo da formação superior, como construção da alteridade pessoal, empoderamento comunitário e emancipação social. Deste modo, atendendo ao primeiro objetivo da pesquisa.

Compreendemos igualmente, que os princípios e valores da Economia Solidária e da Educação Popular foram bem assimilados, não somente pelos atores participantes do processo de incubação, mas, também, por muitos outros atores da comunidade que antes do processo de incubação não se envolviam com as questões locais. Em decorrência e estimulados pelo exemplo de seus pares, muitos outros jovens passaram a se interessar e participar de projetos e ações de mobilização e emancipação pessoal e social.

Na atualidade, muitos desses atores não somente participam ativamente da vida em comunidade, como são propositores de novas dinâmicas de integração social e promoção do humano. Nesse sentido, o segundo objetivo, a exemplo do primeiro, também fora confirmado e comprovado. Isso porque, os fundamentos da economia solidária, difundidos pelo processo de incubação, alicerçados pela Educação Popular, continuam a gerar novos processos de solidariedade e iniciativas, igualmente inovadoras, estimulando novos atores sociais, com destaque ao segmento jovem.

## REFERÊNCIAS

- ACO – BRASIL. **História da classe operária no Brasil** – idade difícil. Caderno – 3. São Paulo: Loyola, 1978.
- ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo: democracia participativa em Lages**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UEC, 1998.
- ARDOINO, Jacques. **Para uma pedagogia socialista**. Brasília: Plano, 2003. 132p.
- ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 1999], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: \_\_\_\_\_ e BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 49-102.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 251p.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. [tradução: Guilherme João de Freitas Texeira]. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ATTAQ – Assembleia de Trabalhadores e Trabalhadoras Acidentadas de Quebec. **L'Education populaire autonome: une approche de defense de droits**. Quebec - Canadá, 1988.
- BARBOSA, Regina Nair de Carvalho. **A economia solidária como política: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Caderno de educação popular n. 9**. João Pessoa: UFPB, 2001.

BEAUCHAMP T. L, CHILDRESS J. F. Principles of Bioemdcial Ethics. 4. ed. New York: Oxford, 1994:260. In: GOLDIM, José Roberto. **Princípios de respeito à pessoa ou da autonomia**. Site: textos fundamentais.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. [Tradução: Horácio de Melo]. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 608p.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. {Tradução: Ryta Vinagre}. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Ensino público e educação popular**. In: Vanilda P. Paiva. **Perspectivas e dilemmas da Educação Popular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

BELTRÃO, Cláudia. Alma Mater - a autonomia na origem da universidade. **Universidade e Sociedade**, n<sup>o</sup> 12. Sindicato ANDES Nacional. São Paulo, 1997.

BENZAQUEN, Júlia F. A Universidade Popular dos Movimentos Sociais: entrevista com o Prof. Boaventura de Souza Santos. In: **Educação & Sociedade**: revista de ciências da educação e sociedade – v. 1, n. 1 (1978). São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, 1978, p. 917-932.

BENINI, Édi A. ... [et. al.]. (Orgs). **Gestão pública e sociedade**: balanços e resumos dos trabalhos da 3. edição do curso de especialização. São Paulo: Outras Expressões: Cromosete, 2013.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho Alves. (Org.). **20 anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BEZERRA, Aida e outros. **Economia dos setores populares**: pensamentos, ferramentas e questões. Porto Alegre: Catarse – Coletivo de Comunicação, 2009.

BODERNAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. 1998, p.80.

BOURDIEU, Pierre. **Uma classe objeto**. In: ROMANO, J. O. CPDA / UFRRJ. (Original: BOURDIEU, P. "Une Classe Object". Actes de la Recherch, In: nov. 1977, pp. 2 – 5, tradução parcial: parte das notas não está traduzida.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [tradução: Fernando Tomaz – português de Portugal]. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322p.
- BOURDIEU, Pierre. **A disitinação: crítica social do julgamento**. [tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira]. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.
- BOURDIEU, Pierre. [et. al.] **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL/TEM, Senaes. **I Oficina nacional de formação: educação em Economia Solidária – documento final**. Brasília – DF/MTE, SPPE,DEQ, 2006, 47p.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BUARQUE, Cristóvam. **A revolução das prioridades**. Instituto de Estudos Econômicos (INESC), 1993.
- BUARQUE, Cristóvam. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1994.
- BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.
- BURAWOY, M. **El consentimiento el la producción. Los cambios del proceso produtivo en el capitalismo monopolista**. Madrid, Centro de Publicaciones - Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- BURAWOY, M. **The politics of production**. New York: Verso, 1990a. 3. ed. Routledge & Kegan Paul, 1973.
- BUSSO, M. & GORBAN, D. Viejas pero novedosas formas de supervivência: trabajar em calle. Cartoneros y feriantes después de la “oleada neoliberal”. *In: ASET – Los trabajadores y el trabajo en la crisis*. Buenos Aires, 2003.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *In: Encontro Nacional de Economia*. Anais. Belém: Anpec, v. 3, 1999, p. 2059-2074.
- CADERNOS CEAS. **A chamada Economia Popular em debate**. Cadernos do CEAS, n. 153, 1994, p. 59-69.

CHAVES, Ávila Rafael. **La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica**. CIRIEC-ESPAÑA, n. 33, 1999, p. 116-139.

CALADO, Alder Júlio Calado. **Pelas veredas libertárias da utopia: ensaios de um aprendiz**. João Pessoa: Ideia, 2000.

CALDARTI, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOZO, Benjamin. 1914. **Dissenting opinion in Schloendorff v. Society of New YorkHospital**. 211 N.Y. 125, 105 N.E. 92.

CASILLAS, Cuauhtémoc A. López. Processo de reflexão coletiva sobre a vigência e desafios da Educação Popular. *In*: UNESCO, MEC, CEAAL. **Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília, 2005.

CAMPOS, André [et. al.] (Orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989. (Coleção Educação Popular – n. 10).

CANCLINI, Néstor Garcia. Popular, Popularidade – da representação política à teatral. *In*: **Culturas Híbridas: estatégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: USP, 2003. (Ensaio Latino-americanos, 1). 255-281p.

CARDENAL, Ernesto. [et al.] **Lições da Nicarágua: a experiência da esperança**. {Organizador: Carlos Brandão}. Campinas: Papirus, 1984. (Coleção Krisis).

CARVALHO, Bernardina Silva de; et. al. **Teia do saber: saberes que convergem para o eixo complexo de práticas educativas**. João pessoa, Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2011.

CHARLESWORTH M. **La bioética en una sociedad liberal**. Cambridge: Cambridge, 1996, v, 131.

COMENIUS, 1592-1670. **Didática magna: aparelho crítico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSTA, Francisco X.P. da. **Inclusão e exclusão nos discursos e práticas de mediadores do campesinato: o caso do serviço de apoio a projetos alternativos comunitários - SEAPAC no Seridó Norte-Rio-Grandense**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da UFCG/UFPB. Campina Grande. Dezembro de 2003.

COSTA, Francisco X.P. da.; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de (Orgs.). **Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: UFPB, 2006.

COSTA, Vorraber Marisa. (Org.). **Educação popular hoje: variações sobre o tema.** São Paulo: Loyola, 1998.

CULTI, *Maria Nezilda*. **Economia solidária, incubadoras universitárias e processo educativo.** Texto a ser publicado em Revista da FASE – no prelo, s/d.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. A Economia Solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_ (org.) **Economia solidária.** São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

Damo, Veleda Moura y Gauterio Cruz: **Conscientização em Paulo Freire: consciência, transformação e liberdade,** en Contribuciones a las Ciencias Sociales, enero 2011, [www.eumed.net/rev/cccss/11/](http://www.eumed.net/rev/cccss/11/).

DEFOURNY M. F, R. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEFOURNY, Et. All. **Economie social au Nord et au Sud Bruxelles: Deboeck,** 1999.

DEFOURNY, Jacques. Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales. Liège, 15 jun. 2001.

DENZIN, Normam K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** [tradução: Sandra Regina Netz]. Porto Alegre: Artmed, 2006.

**DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA.** [Título Original: **A Dictionary of Marxist Thought edited by Tom Bottomore**]. {Tradução a edição brasileira: Waltensir Dutra}. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 267-70.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV. S/d.

DICIONÁRIO AURÉLIO, São Paulo: 1993.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil).

DURKHEIM.E. **As regras do método sociológico.** [Tradução: Paulo Neves. Revisão da Tradução: Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos) 165p.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Autonomia universitária: desafios histórico-políticos. **Universidade e Sociedade**, n. 12. Sindicato ANDES Nacional. São Paulo, 1997.

FEITOZA, Ronney da Silva. Educação Popular e emancipação humana: matrizes históricas e conceituais na conquista do reino da liberdade. *In*: MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular**: enunciados teóricos v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEREDO, Acácio Nascimento & COSTA, Francisco Xavier Pereira da. **Alfabetização de jovens e adultos**: uma problemática atual da educação popular. Aracaju; João Pessoa: Imprell, 2009.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. [tradução: Álvaro Lorencini]. São Paulo: UFP, 1997.

FREI BETO. **Vigência de utopias em America Latina**. 1988. (mimeo).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Série Ecumenismo e Humanismo, v. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967a.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149p. (versão digital da biblioteca virtual da UFPB).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 59-60b.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: *uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [tradução: Rossica Darcy de Oliveira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. [tradução: Adriana Lopez]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Pedagogia da esperança**: um encontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003b.

FREIRE, Paulo. & NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. & NOGUEIRA. **A educação de adultos e as populações marginais**: *mocambos*. *Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura*. Departamento Técnico de Educação Primária do Estado de Pernambuco. Recife, maio de 1958.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. [tradução: Joice Elias Costa]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLEURY, Reinaldo Matias. **A questão do conhecimento na educação popular**: uma avaliação do Seminário Permanente de Educação Popular e suas implicações epistemológicas. Ijuí: Ijuí, 2002.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GAIGER, L.I. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

GAIGER, L.I. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. Dublin: ITR'S Fourth international conference, julho 2000a.

GAIGER, L.I. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b. p. 267-286.

GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos Alberto (Orgs). **Educação popular**: utopia Latino-Americana. São Paulo: Cortez/USP, 1984.

GADOTTI, Moacir. & GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

GAJARDO, Marcela. La conscientización em América Latina: la teoría de la práctica. In: TORRES, Carlos Alberto e GADOTTI, Moacir. (orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/USP, 1994.

GEEMPA. **Alfabetização em classe popular**: proposta didática integrada para alfabetizando em escolas da periferia urbana – construção e validação – experiência realizada numa classe regular de 1. série na vila santo operário. Porto Alegre: GEEMPA/INEP/FUNARTE/Fundação Ford, 1982.

GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública/ Micahel W. Apple ... [et. al.]. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho** – crítica da razão econômica. [tradução: Ana Montoia], São Paulo: Annablume, 2003.

GORZ, André. **Adeus ao trabalho** – para além do socialismo. [Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula]. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. [Título do original italiano: *Lettere Dal Cárcere*]. {Seleção e Tradução: Noênio Spindola}. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. [tradução: Carlos Nelson Coutinho]. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1982.

GROSSI, Francisco Vío. La investigación participativa: contexto político y organización popular. In: TORRES, Carlos Alberto e GADOTTI, Moacir. (orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/USP, 1994.

GUÉLIN, André. *L'invention de l'économie sociale*. Paris: Économica, 1988.

GHIBAUDI, Javier. **Una aproximación comparativa a las empresas recuperadas argentinas y las autogeridas en Brasil**. IPPUR-URFJ. In: <http://www.iisg.nl/labouragain/documents/ghibaudi.pdf> (2004). Acessado em 13 de maio de 2015.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983. (Teoria – Coleção Bases – 36).

HENRIQUES, Chedid, FARIA, Mauricio Sardá de. et. all. As empresas recuperadas por trabalhadores no brasil: resultados de um levantamento nacional. In: **Mercado de trabalho** | 55 | ago. 2013. Ipea. p. 56-67.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era do capital – 1848 – 1875**. [Tradução de Luciano Costa Neto]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. [Tradução de Waltensir Dutra]. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 286p.

HURTADO, Carlos N. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.

INCEP – Instituto Centroamericano de Estudios Políticos. **Educación Popular y los Formadores Políticos**. – (Compilación). Cuadernos de Formación para la Práctica Democrática, v. 3. Guatemala: Centroamérica, mayo 2002.

ISBN 85-98171-54-9. 264 p. – (Coleção Educação para Todos ; v. 4). 1. Educação Popular. 2. Educação Universal. 3. Democratização da Educação. I. Pontual, Pedro. CDD 379.2. © 2006. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: a formação do homem grego**. {Título original: Paidea, Die Formung Dês Grieschischen Menschen}. [Tradução: Artur M. Pereira]; (Adaptação do texto para edição brasileira: Mônica stahel; Revisão do texto grego: Gilson César Cardoso de Souza). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. [Post-Scriptum: 1976]. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KAMII, C. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1985, p. 103-108.

KANT, I. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 70-79.

KESSELRING T. **Jean Piaget**. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 173-189.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOWARICK, L. Sobre vulnerabilidade social e civil: Estados Unidos, França e Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, fevereiro 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. & COSTA, B. (Org.) **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Vozes, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org's). **Economia dos setores populares** – entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRISCH, Rosana. **As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de um projeto alternativo**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. [www.fbes.org.br/biblioteca22/rosana\\_educacao\\_economia.pdf](http://www.fbes.org.br/biblioteca22/rosana_educacao_economia.pdf) [frosanak@unb.br](mailto:frosanak@unb.br) s/d. Acessado em 06 de julho de 2015 às 17h.

KRONBAUER, Luiz Gilberto. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Org's). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autentica, 2008, p. 97-99.

KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005. 104 p.

LARRAECHEA Ignacio e NYSSSENS, Marthe. L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire au Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. p. 177-222.

LAVILLE, Jean-Louis com a colaboração de outros. **Les services de proximité em Europe**. Paris : Syros, 1992.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, Jean-Louis e ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**.: Deboeck, 1999. p. 217-238.

LÉVESQUE, Benoît ; MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. L'ancienne et la nouvelle économie sociale. In: DEFOURNY e outros. **Economie social au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 195-216.

LIMA, Maria Nayde dos Santos; Rosas, Argentina (orgs). **Paulo Freire** – quando as ideias e os afetos se cruzam. Recife: UFPE, 2001.

LISBOA, A.M. **Desafios da economia popular solidária**. Cadernos do CEAS, n. 189, p. 51-67, set./ out. 2000.

LISBOA, A.M. **A economia popular como horizonte para as sociedades sem rumo**. Tempo e Presença, n. 288, p. 14-17, 1996.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: <http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/As-raizes-historicas-da-Economia-Solidaria.html>. Acesso em: 10/12/2010.

LEROY, Jean-Pierre. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Severino José de. Democratização do Poder Local. In: **Escola de formação quilombo dos palmares. mais fortes são os poderes do povo: poder local, controle social e desenvolvimento.** Gaveta Aberta, n. 7. Recife, 2003.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACDONALD, José Brendan. **Economia e ideologia no capitalismo, no socialismo e no estatismo.** João Pessoa: UFPB, 1995.

MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática.** São Paulo: Cortez, 1985.

MACEDO, Arthur Roquete de. **Autonomia universitária: por quê, como e para quê.** universidade e sociedade, n<sup>o</sup> 11. Sindicato ANDES Nacional. São Paulo, 1996.

MAGALHÃES, Josiane. **O que é consciência crítica.** In: A formação da consciência crítica e o ensino de ciências – UEM <[http://www.urutagua.uem.br//04edu\\_mg.htm](http://www.urutagua.uem.br//04edu_mg.htm)>. Ano I, n. 04 – Maio de 2002 – Quadrimestral. Maringá, ISSN 1519.6178. Acessado em: 14. 05.2005 às 10h 22min.

MANCE, E.A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V.I. & TROTSKI, Leon. **A questão do partido.** [Tradução: Elisa Helena de Vidal Chaves & Vivien Lando]. São Paulo: Kairós, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V.I. & TROTSKI, Leon. **Formações pré-capitalistas.** [tradução: João Maia]. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V.I. & TROTSKI, Leon. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MED – MINISTERIO DE EDUCACION DE LA NICARAGUA. **Cuadernos para una Educación Popular.** Managua: Nicaragua Libre, Septiembre – 1986. V. 1. 48p.

MED – MINISTERIO DE EDUCACION DE LA NICARAGUA. **O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital.** Livro Primeiro – V. II. Parte Quinta – Produção da Mais Valia Absoluta e da Mais Valia Relativa. [Título do original em alemão: *DAS KAPITAL Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Quarta edição, 1890*]. {Tradução: Reginaldo Sant'Anna}. 14. ed. Bertran Brasil, 1994.

MED – MINISTERIO DE EDUCACION DE LA NICARAGUA. **Manifesto do partido comunista.** [Título Original Alemão: *Manifest Der Kommunistischen* – Parte I]. {Tradução: Antonio Carlos Braga}. São Paulo: Escala. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 71. 2007. 96p.

MED – MINISTERIO DE EDUCACION DE LA NICARAGUA. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). [tradução: Rubens Enderle, Nélio Schinaider, Luciano Cavini Martorano]. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEDEIROS, Maria das Graças Tavares. **Extensão universitária:** novo paradigma de universidade? Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996 (tese de doutoramento).

MEJÍA J.; MARCO Raúl. **A transformação social:** educação popular no fim do século. [tradução: Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro]. São Paulo: Cortez, 1996.

MÉJIA, Marco Raúl. **Educación popular:** história-actualidade-proyecciones. Centro Proveda, Santo Domingo, 1992.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária:** uma análise crítica. I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas. Brasília, 1993 (mimeo)a.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária:** uma análise crítica. João Pessoa: UFPB, 2001, 240p.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária é trabalho.** João Pessoa: UFPB, 2004.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular.** João Pessoa: UFPB, 2006.a.

MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. **Usina Catende:** para além dos vapores do diabo. João Pessoa: UFPB, 2010.

MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. **Diálogo em educação** (Platão, Habermas e Freire). João Pessoa: UFPB, 2011.

MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. **Universidade popular:** texto para debate. João Pessoa: UFPB, 2012.

MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014. b.

- MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. **Educação popular**: enunciados teóricos v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008.
- MELO NETO, José Francisco de.& LIMA, Lenivaldo Marques da Silva. Dialética – uma visão marxista. In: **Dialética**. José Francisco de Melo Neto, Geraldo Marques Carneiro e Heleno Cesarino (orgs). João Pessoa: UFPB, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORA, J.F., **Diccionario de filosofia I**, Buenos Aires: Sudamericana, 1969, p. 326-327.
- MILL. J.S. **On Liberty**. Boston: Collier, 1909: 5.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ (2003-2007). Resolução n. 333. CODEFAT**. Brasília, junho de 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Termo de Referência em Economia Solidária**: plano nacional de qualificação 2003-2007. Brasília, 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)**. / Oficina Nacional de formação/educação em Economia Solidária. Brasília, 2006.
- MOCHI, Cassio Marcelo. A constituição do estado moderno: do ideal de liberdade para o Princípio da dignidade da pessoa humana. In: **Revista de Direito Público, Londrina**, v. 4, n. 1, p. 1-26, jan/abr. 2009.
- MORRISON, Christian. **What institucional framework for the informal setor?** Paris: OCDE, Development Center, Policy brief, n. 10, 1995.
- MENDONÇA, Nelino José Azevedo de. **A humanização na pedagogia de Paulo Freire**. Dissertação de mestrado. UFPE/CE/PPGE. Recife, 2006.
- MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A outra economia**: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.
- NASCIMENTO, Cláudio. **Uma mutação cultural**: de ‘celetista’ e/ou ‘sindicalista’ para autogestionário. Brasília: TME, SSPE, DEQ, 2005. (Coleção Qualificação Social e Profissional).
- NOGUEIRA, Maria Alice. & CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NÚÑEZ Soto, Orlando. **El Manifiesto Asociativo y Autogestionario**. Manáguá, 1998.

NÚÑEZ Soto, Orlando. **Os caminhos da revolução e a economia solidária**. Proposta. n. 75, dez/fev. 1997/98.

NYSSSENS, Marthe. **Entrevista concedida a Noëlle Lechat**. IRES, Université Catholique de Louvain. Louvain-la-Neuve, Bélgica. 7 de junho de 2001.

NYSSSENS, Marthe. Economie populaire au sud, économie sociale au nord. In: OCDE. **Réconcilier l'économique et le social**. Vers une économie plurielle. p. 95-120, Paris, 1996.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. ...- Dissertação Inaugural para obtenção do título acadêmico de doutora em Ciências Econômicas e Sociais no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Kassel – Alemanha. Kassel – Alemanha, 20.11.2008. 277p.

PAIVA, Vailda P. **Estado e educação popular, recolocando o problema**. In: Carlos Rodrigues Brandão. **A questão política da educação popular**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAUGAN, S. **L'exclusion: l'état des savoirs**. Paris: Seuil, 1996.

PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy. **A economia contra a sociedade**. Paris: Seuil, 1993.

PÉREZ, Francisco Gutiérrez. Desarrollo sociopolítico y educación comunitária. In: TORRES, Carlos Alberto e GADOTTI, Moacir. (orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/USP, 1994.

PESSOA, Enildo. **Planificação: a opção pelas classes populares**. Campinas: Papirus, 1988.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. [tradução: Waltensir Dutra]. São Paulo: Círculo do Livro/Zahar Editores, 1977.

PICON, César. A Educação Popular caminhando para o futuro. In: **Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO/MEC/CEAAL, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1987. (Coleção Educação Contemporânea).

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Administração e liberdade**: um estudo do Conselho de Escola à Luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PONTUAL, Pedro; IRELAND Timothy. (Orgs). **Educação popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

RAZETO, L. M. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RAZETO, L.M. **De la economia popular a economia de solidariedad** – em un proyecto de desarrollo alternativo. Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana. México, 1993. (Colección Diálogo y Crítica).

REIS, Dinarco. **A luta de classe no Brasil e o P. C. B.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011. 2 v. v. I.

REIS, Dinarco. **A luta de classe no Brasil e o P. C. B.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011. 2 v. v. II,

REIS, Renato Hilário dos. **Extensão universitária**: conceituação e práxis. I Fórum de Extensão Universitária do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

REIS, Wallace de Oliveira. Consciência Crítica e Filosófica. In: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeIS8AC/consciencia-critica-filosofica>. Acessado em 26 de novembro de 2016. 15h 43min.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. [et. al.]. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. (Org). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: UFPB, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Exclusão social e práticas inclusivas**: estudo de caso da América-Latina e Europa. João Pessoa: UFPB, 2012.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1994.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **O caminho do conceito da extensão universitária na relação universidade/sociedade**. Documento Preliminar. Brasília, 1989 (mimeo).

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861 -1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RORTY, Richard; NYSTROM, Derek & PUCKETT, Kent. **Contra os padrões, contra as oligarquias** – uma conversa com Richard Rorty. [Tradução: Luiz Henrique de Araújo Dutra]. São Paulo: UNESP, 2006.

ROSAS, Agostinho da Silva & MELO NETO, José Francisco de. (Orgs). **Educação popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: UFPB, 2008. v. 2.

ROSAS, Agostinho da Silva. Criatividade como constitutivo da Educação Popular. In: MELO NETO, José Francisco de e ROSAS, Agostinho da Silva. (Orgs.). **Educação popular**: enunciados teóricos v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. {Título original: Émile ou De L'Éducation}. [Tradução: Roberto Leal Ferreira; Introdução: Michel Launey (Revisão da tradução: Monica stahel)]. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROUSTANG; LAVILLE; EME; MOTHÉ e PERRET. Vers un nouveau contrat social. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática**. (Em diálogo com Gramsci). 2. ed. Sobral: UVA; Recife: UFPE, 2006.

SALES, Ivandro da Costa. Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar. In: **Educação popular**: outros caminhos. José Francisco de Melo Neto e Afonso Scocuglia (orgs.). João Pessoa: UFPB, 2001.

SALOMÓN, Letícia. O Papel da Sociedade Civil na Construção da Democracia. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND Timothy. (Orgs). **Educação popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. ISBN 85-98171-54-9. 264 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 4).

SANCHES, Fábio José Bechara & Kruppa, Sonia M. Portella. **Metodologias de incubagem** – uma tentativa de problematização. (versão preliminar). Relatório do Projeto Incubadoras, 2001. Rio de Janeiro, julho de 2002.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Borzacchiello da. Et. All. **Geografia e lutas sociais**. São Paulo: Marco Zero – Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988. (Terra Livre – 4).

SILVA, José Herculano da. [et AL.] **“Quem sabe, ensina; quem não sabe, aprende”**: a educação em Cuba. Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, Nelsânia Batista da. Subjetividade em Educação Popular. In: MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular**: enunciados teóricos. v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008.

SILVA, Rita de Cássia Curvelo da. Educação Popular e práxis: a ação política e educativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do MST. In: MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular**: enunciados teóricos. v. 2. João Pessoa: UFPB, 2008a.

SIMÕES JORGE, J. **A ideologia de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1981.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998. 182p. Coleção Zero à Esquerda.

SINGER, Paul. **Mercado e cooperação**: um caminho para o socialismo. In: **Desorganizando o consenso**. SADER, E. (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1998b.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999. 3. ed.

SINGER, Paul. Economia Socialista. In: **Economia socialista** – socialismo em discussão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOBOTTKA, Emil. **Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor"**. XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo, São Paulo, 1-4 out. 2001.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**. [Tradução Mário da Gama Kury]. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org). **Educação popular hoje** – variações sobre o tema. São Paulo: Loyola, 1998, p. 11 -37.

SINGER, Paul. João Francisco de. **Pedagogia da revolução**: subsídios - Confronto do Discurso dos Governos Cid Sampaio versus Miguel Arraes – Pernambuco (1958/1964). Recife: Bagaço, 2004.

SOUZA e SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge Luiz & SOUSA, Ana Inês. **Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

STRECK, Danilo R. **Pedagogia no encontro de tempos**: ensaios inspirados em Paulo Freire. Petrópolis: Vozes, 2001.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora, 2008.

TAUILE, José Ricardo ... [et.al.]. **Empreendimentos auto gerenciados provenientes de massas falidas**: relatório final: junho de 2004. Brasília: TEM/IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.

TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania. In: RI, Neusa Dal (Org). **Economia solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999. p. 43-53.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy . **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

TOKMAN, V. **El sector informal**: quince años después. El Trimestre Economico, México, v. LIV, n. 3, p. 513-536, jul./sep. 1987.

TORRES NOVOA, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa** – uma leitura crítica de Paulo Freire. [tradução: Mônica Mattar Oliva]. São Paulo: Loyola, 2014.

TORRES, Carlos Alberto. Leitura crítica de Paulo Freire. In: BARDARO, Martha. Paulo Freire e o pensamento existencialista. In: Boletim Filosófico, n. 3, Resistência, Argentina, 1971. Facultad de humanidades, Universidad Nacional del Nordeste. In: TORRES, Carlos Alberto. **Leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.

UFPB. **Programa de bolsa de extensão - 95/96**. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários – UFPB. João Pessoa, 1995 (mimeo).

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. **Declaração da Bahia**. Salvador, 1961, (mimeo).

UNESCO, MEC, CEAAL. Coletivo Colombiano: Desafios para a Educação Popular na Colômbia. In: UNESCO, MEC, CEAAL. **Educação popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília, 2005.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**. Lisboa: Instituto Piaget. 1993.

VALLE, Edênio; QUEIRÓS, José J. (Org's). **A cultura do povo**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1988.

VASCONCELOS, Maria do Socorro. (Coord.). **Educação e liberdade**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

VIEITEZI, Candido Giraldez & DAL RI, Neusa Maria. *Elementos da história da Anteaq. [anteaq's history]*. In: **ORG & DEMO**, 11•5, n. 2, p. 267-272, 2004.

VILARINHO, Sabrina. Crase. In: **Apoio Acadêmico. Gramática. Crase.**

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Copyright © Autor: Lev S. Vygotsky. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores ([www.jahr.org](http://www.jahr.org)). ©2001 — Ridendo Castigat Mores Versão para eBook eBooksBrasil.org. Setembro 2001. (Proibido todo e qualquer uso comercial. Se você pagou por esse livro VOCÊ FOI ROUBADO! Você tem este e muitos outros títulos GRÁTIS direto na fonte: [eBooksBrasil.org](http://eBooksBrasil.org)).

WEISS, Raquel Andrade. **Indivíduo, razão e moral: uma análise comparativa de Habermas e Durkheim**. USP, 2005, p. 115.

WOODCOOK, George. **Histórias das ideias e movimentos anarquistas**, v. 2, p. 216 - 217. Editora L&PM Pocket.

***The Belmont Report: Ethical Guidelines for the Protection of Human Subjects. Washington: DHEW Publications (OS) 78-0012, 1978.***

LINK's **A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado**. Disponível em: [<alisboa@mbox1.ufsc.br>](mailto:alisboa@mbox1.ufsc.br) Acesso em: 28 jul. 2001.

POLÍTICAS Alternativas para o Cone Sul (PACS). Carta de princípios do Encontro Latino de Cultura e Sócio Economia Solidárias, Porto Alegre, 1998. Disponível em: [<http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html>](http://www.alternex.com.br/~pacs/index.html) Acesso em: dez. 2000.

PENA, Rodolfo Alves Pena. O **Consenso de Washington**. In: <http://www.brasilecola.com/geografia/consenso-washington.htm> 19.07.2015

LA SOLIDARITÉ em question(s). RECMA, v. 80, n. 279, jan. 2001.

CARDOZO, I. Juiz Benjamim Cardozo  
**CHARLESWORTH. Charlesworth** Kesselring DURKHEIM. Jean Piaget

FBES. **Histórico da ECOSOL no Brasil**. In: PDF. Acessado em ter, 17.08.2010 – 17h:03min.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional**. In: <http://www.Ecosol.org.br/txtmapeamento1.pdf>. Acessado em: 21.04.08. KANT. I. **Fundamentos da metafísica**. Kant.

LAZARINI, Mutuberia, Valéria. **Debates en torno a la economía social y solidária en Argentina**. In: Valeria Mutuberría. by luciouberdan on 31/07/2009. Acesso em quinta-feira 10.08.2010, 10h:50min.

MARQUES, Paulo. O Comunismo do século XXI na América Latina e os limites teóricos da esquerda. In: Paulo Marques. Acesso em 19.08.2020. 11h:05min.

---

---

MARQUES, Paulo. Movimentos Sociais, Economia Solidária e o protagonismo das ONGs: Um novo padrão de ação coletiva? In: **2 comments**. Acesso em 19.08.2010. 11:08.

MARQUES, Paulo. & CHIROQUE, Henry. Perspectivas y aportes desde la Economía Comunitaria como alternativa para el desarrollo de “otra economía” en Latinoamérica. In: **América Latina**. Acesso em 19.08.2010, 11h:02min.

NOVAES, Henrique T. **Qual autogestão?** Artigo. [hetanov@yahoo.com.br](mailto:hetanov@yahoo.com.br)

PROEX.UFU. **Educação popular:** “começando pela história”. In: <http://www.proex.ufu.br/popular/Fundamentos.asp>.

RAZETO, Luis. **Contributi a una riflessione sul 'prezzo giusto' nel commercio equo e solidale**. In: <http://www.luisrazeto.net>. Visualizado em 30/01/2010.

TIRIBA, L. **Trabalho, educação e autogestão:** desafios frente à crise do emprego. Belo Horizonte, Palestra proferida no III Seminário Internacional Universidade, Trabalho e Trabalhadores, promovido pela Unitrabalho e NESTH – Núcleo de Estudos sobre Subjetividade e Trabalho Humano/ FAFICH-UFMG, 10 a 14 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN3.htm>> Acesso em 12 Jun. de 2005.

ITCP.USP. Submitted by In: [itcp](http://www.brasilautogestionario.org/2009/07/31/debates-en-torno-a-la-economia-social-y-solidaria-en-argentina-por-valeria-mutuberry) Acessado em Sex, 2006-04-07 13:50. <http://www.brasilautogestionario.org/2009/07/31/debates-en-torno-a-la-economia-social-y-solidaria-en-argentina-por-valeria-mutuberry>/The **Belmont Report: Ethical Guidelines for the Protection of Human Subjects**. Washington: DHEW Publications (OS) 78-0012, 1978.

Vulnerabilidade Princípios Textos - Conceitos Fundamentais  
Página de Abertura - Bioética. Texto atualizado em 14/03/2004. (c)Goldim/1997-2004.

ZATTI, Vicente Zatti in: **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/3.8.html>. <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomia/autonomia/3.8.html>, p. 7-8. Acesso em 20/12/2010. \_ Rousseau (ROUSSEAU, 1973, p. 43 in: Zetti Op. Cit. 10).

# **ANEXOS**

## **1 – Regimento Interno Incubes**

---

### **REGIMENTO INTERNO**

#### **INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - INCUBES**

##### **CAPÍTULO 1**

###### **DO NOME E ENDEREÇO**

Art. 1º - A Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES – é um programa da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, subordinado diretamente à Coordenação de Programas de Ação Comunitária – COPAC -, órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC –, da UFPB –, no Campus I, João Pessoa, Paraíba.

##### **CAPÍTULO II**

###### **DOS OBJETIVOS**

Art. 2º - A INCUBES tem como objetivo precípua promover e fomentar a economia popular solidária em áreas urbanas e rurais, dentro de uma perspectiva autogestionária.

§ 1º – A especificação dos objetivos da INCUBES referida no caput do presente artigo se encontra no documento “Proposta de Instalação do Programa de Incubação de Cooperativas e Associações Populares pela UFPB”, de 24 de agosto de 2001, especialmente na sua “Parte 2 – Propósitos”, fls 8 a 10.

§ 2º – A INCUBES, como programa de extensão universitária, tem como uma de suas atividades o desenvolvimento da pesquisa e do ensino da Economia Solidária.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS SÓCIOS/AS**

Art. 3º - Podem ser sócios/as da INCUBES professores/as, servidores/as administrativos, estudantes da UFPB, além de voluntários/as e prestadores/as de serviço comprometidos/as com a Economia Solidária popular.

Parágrafo Único - O término do curso universitário não restringe o direito de o estagiário/a, já admitido/a à INCUBES, continuar na condição de estagiário/a, inclusive com direito à bolsa.

Art. 4º – A admissão do sócio/a ocorrerá após visitas acompanhadas aos empreendimentos solidários da Incubadora e por recomendação de um/a ou mais de seus integrantes, em Assembleia.

Art. 5º – São direitos dos/as sócios/as da INCUBES:

I – Votar e ser votado/a para funções junto à INCUBES;

II – Participar de suas Assembleias com direito a voz e voto;

§ 1º– Eventuais sanções a sócios/as da INCUBES ficam a cargo de sua Assembleia que deverá decidir por maioria de 2/3 (dois terços);

§ 2º – Não terá direito a voto, por ocasião da Assembleia que for decidir sobre questões disciplinares, o sócio/a que eventualmente esteja submetido/a à sanções;

§ 3º – É assegurado amplo direito de defesa aquele/a sócio/a sobre o qual recaiam restrições e que venham ser objeto de apreciação disciplinar;

III – No caso da não convocação da Assembleia por parte de sua Coordenação, 1/5 de sócios/as pode convocá-la.

Art. 6º - São deveres dos/as sócios/as da INCUBES:

- I – Participar das Assembleias.
- II – Acatar as decisões das Assembleias.
- III – Divulgar atividades da INCUBES, sempre e onde for possível.
- III – Observar regras estabelecidas em documentos da INCUBES.

Parágrafo Único – A não observância das normas deste regimento acarretará sanções em nível de: recomendação, suspensão ou expulsão do quadro de sócios da Incubadora.

Art. 7º – Poderá vir a prestar serviços profissionais à INCUBES pessoas de fora do quadro da UFPB.

Parágrafo Único – No caso previsto no *caput* deste artigo, a critério da Assembleia da INCUBES, aqueles/as que prestarem serviços sem vínculo empregatício, durante um período de seis meses pelo menos, terão direito de participar das Assembleias nas mesmas condições que os/as demais sócios/as.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 8º – A Coordenação será administrada por três membros com as seguintes competências:

- I - Representar a INCUBES junto à sociedade civil e ao Estado;
- II - Convocar as Assembleias;
- III - Tomar quaisquer outras medidas de interesse que não sejam aquelas expressas no art. 12;

- IV Preparar as Assembleias e reuniões da INCUBES;
- V Prestar contas das finanças da INCUBES, em Assembleia, a cada 180 dias;
- VI Enviar a ata de toda Assembleia a todos/as os sócios/as da INCUBES, até 72 horas após sua ocorrência;
- VII Nomear, salvo o caso em que seu próprio interesse esteja envolvido, uma Comissão *ad hoc* para resolver casos de conflito de sócio/a ou sócios/as da equipe;
- VIII - Acompanhar o plano de execução elaborado no Planejamento Anual dos sócios da incubes;

Art. 9º - A INCUBES poderá ter técnicos para prestação de serviços, cujo contrato será referendado por maioria simples em Assembleia.

Parágrafo Único - Ao técnico compete auxiliar a administração da INCUBES sob a orientação da Coordenação e das deliberações da Assembleia.

Art. 10 - O órgão deliberativo máximo da Incubadora é a Assembleia.

Parágrafo Único - Para instalação da Assembleia é necessária a presença de maioria simples dos sócios/as.

Art. 11 - As Assembleias serão convocadas por meio eletrônico, contato telefônico ou pessoal, com antecedência mínima de 04 dias úteis.

§ 1º - A pauta da Assembleia deverá fazer parte da convocação da mesma;

§ 2º - A critério da Assembleia poderá haver modificação de sua pauta;

Art. 12 - À Assembleia compete:

- I – homologar ou rejeitar as prestações de contas da INCUBES;
- II – aprovar ou não convênios em nome da INCUBES;
- III – aprovar a admissão ou o desligamento de qualquer sócio/a;
- IV – nomear uma Comissão *ad hoc* para resolver casos de conflito entre qualquer coordenador/a e/ou outro sócio/a da Incubadora;

Parágrafo Único - As decisões acima, exceto no que se refere ao item III, serão tomadas por maioria simples de votos.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROCESSO ELEITORAL E DOS MANDATOS**

Art. 13 – A Equipe Coordenadora da Incubes será eleita por maioria simples dos sócios/as presentes para um mandato de dois anos:

§ 1º - Poderá se candidatar para Equipe de Coordenação qualquer sócio/a da Incubadora que, preferencialmente, não exerceu o cargo antes;

§ 2º - A eleição da Equipe de Coordenação ocorrerá no prazo máximo de trinta dias antes do término do mandato em curso, e a posse ocorrerá no dia seguinte ao do encerramento do mandato anterior;

§ 3º - Se por qualquer motivo, algum coordenador/a não concluir seu mandato, seu sucessor será indicado em Assembleia, dentro do prazo de vinte dias corridos após a vacância do cargo, para completar o mandato em vigência.

Art. 14 - Os procedimentos eleitorais serão tratados por uma Comissão escolhida em Assembleia para este fim.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA REFORMA DESTE REGIMENTO E DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Art. 15 - Este regimento ou qualquer outro documento oficial da INCUBES poderá ser reformado por decisão de 2/3 de seus sócios/as, mediante convocação específica e com antecedência de 4 (quatro) dias úteis.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 16 - Os casos omissos a este regimento serão decididos por maioria de 2/3 dos sócios/as, em primeira convocação ou 50% mais um dos/as sócios/as, em segunda convocação.

Art. 17 – A coordenação será renovada em 2/3 de seus membros, tendo no primeiro mandato, um de seus membros, o mandato de apenas 1 ano.

Art. 18 - Este regimento, aprovado em Assembleia da incubes, não tem efeito retroativo e entrará em vigor no dia de sua aprovação.

João Pessoa, 8 de novembro de 2006

Participantes:

MsC. Clara Magna Nery Lima.

Acadêmica SS. Cláudia Naiza da Costa Ferreira.

Bel. SS. Edinaldo Rosendo Barbosa.

Acadêmica Elisângela Freire de Brito Bastos.

Esp. Ass. E Coop. Francisco Antonio Holanda Farias.

MsC. Francisco Xavier Pereira da Costa.

Dr. José Brendan Macdonald.

Dr. José Francisco de Melo Neto.

MsC. Lucicléa Teixeira Lins.

MsC. Rosilene Silva Santos da Costa.

## 2 – Relação das entidades que articularam e integraram o GT Brasileiro de Economia Solidária, após a realização do I Fórum Social Mundial.

- Rede Brasileira de SocioEconomia Solidária (RBSES);
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS);
- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE);
- Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG);
- Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE);
- Cáritas Brasileira;
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB);
- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs);
- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT);
- UNITRABALHO;
- Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED);
- E, alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

3 – Empreendimentos e área de atividade assessorados no processo de incubação pela Incubes na fase I.

<b>Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES da Universidade Federal da Paraíba – UFPB</b>					
<b>Nome do Empreendimento – Município de atuação</b>	<b>Atividade Econômica</b>	<b>Nº de Pessoas</b>	<b>Rendimento médio das pessoas</b>	<b>1º Contato ou em processo de incubação (marcar X)</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Cooperbuffer – João Pessoa/PB	Alimentação	12	R\$ 200,00	Pós-incubação	O rendimento não é fixo (mensal).
Coopereciclarte - João Pessoa/PB	confeção	16	O grupo ainda não tem um fluxo de produção e comercialização. Portanto, não dá para calcular seu rendimento.	X	A rotatividade de membros no grupo, fez com que o processo de incubação fosse retomado.
Grupo de produção mulheres da beira da linha - João Pessoa/PB	Confeção de bolsas para eventos	12	R\$ 100.00	X	Parceria com a REMAR.
Grupo de servidoras domésticas do Alto do Mateus - João Pessoa/PB	Prestação de serviços domésticos	10	R\$ 120.00	X	Parceria com a REMAR.
Grupo Artesão - João Pessoa/PB	confeção	16	A renda é muito variável, em torno de R\$ 100,00	X	Parceria com a REMAR.
Inclusão produtiva de Jovens (três grupos em comunidades diferentes) – João Pessoa e Conde/PB	A definir	Cerca de 20 em cada grupo	—	X	Esses grupos fazem parte de uma parceria entre a Incubes e a Amazona (ONG que trabalha com jovens), no momento a

					incubos ainda está no processo de pré incubação com esses grupos.
Aldeias: Jaraguá, Três rios, Camurupim, Forte, Camarú, São Francisco – Marcação, Rio Tinto, Baía da Traição e Barra de Gramame/PB	Psicultura, Galinhas alternativas de postura	300 pessoas	Projeto em fase de implantação	X	Projeto Processo: parceria PNUD/UFPB/INCUBES
Grupo de Mulheres – Santa Rita/PB	Artesanato: Pintura Baticque	20 mulheres	Projeto em fase de implantação	X	Projeto Processo: parceria PNUD/UFPB/INCUBES
Grupo de Cooperação de Crédito Solidário – João Pessoa/PB	Diversas	150 pessoas	Projeto em fase de implantação	X	Projeto Processo: parceria PNUD/UFPB/INCUBES
Grupo do Valentina - João Pessoa/PB	Artesanato	15	100,00	X	Projeto Processo: parceria PNUD/UFPB/INCUBES

Fonte: Documentos Incubos.

#### 4 – Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista semiestruturada com gestores, mediares e atores sociais integrantes dos projetos desenvolvidos pela INCUBES para pesquisa de doutorado em EDUPOP/PPGE/CE/UFPB 2016/17.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> *Maria do Socorro Xavier Baptista.*

Doutorando: MsC. *Francisco Xavier Pereira da Costa.*

#### **TEMA I – Identificação e aproximação com a temática da ECOSOL.**

Questionamento 1 – Qual sua formação?

Questionamento 2 – Qual sua função na Incubadora?

Questionamento 3 – Como se deu seu processo de aproximação com a temática da ECOSOL e com a Incubadora?

#### **TEMA II – Compreensão sobre a ECOSOL.**

Questionamento 1 – Qual era a sua compreensão sobre Economia Solidária?

Questionamento 2 – Qual é a sua compreensão sobre ECOSOL na atualidade?

Questionamento 3 – Como se estrutura a organização da Economia Solidária no País, nos estados, municípios e comunidades locais?

Questionamento 4 – Se poderia afirmar que a denominada base, representada pelos produtores sociais organizados em grupos/coletivos de produção e serviços conhecem ou compreendem os princípios e fundamentos da ECOSOL? Quais elementos podem ser afirmativos e/ou negativos para uma situação desejável?

Questionamento 5 - Sem a ação da Incubadora na mediação de projetos de ECOSOL na comunidade, os atores sociais locais que participam dos empreendimentos derivados de projetos desenvolvidos pela INCUBES teriam conseguido alguma conquista social para eles e demais membros da Comunidade?

Questionamento 6 – Quais fatores poderiam ser destacados caso sua resposta seja afirmativa e/ou quais fatores poderiam ser destacados em caso da sua resposta ser negativa concorrentes para uma ou outra afirmativa?

Questionamento 7 – O que se pretende? O que se busca? O que já se conquistou e o que se pretende conquistar com a ECOSOL?

### **TEMA III – Compreensão sobre EDUPOP.**

Questionamento 1 – Qual a sua compreensão sobre o que é **Educação Popular**?

Questionamento 2 – A Educação Popular inserida no universo da Economia Solidária faz ensino, formação ou capacitação?

Questionamento 3 – Qual seria uma compreensão ou compreensões equivocadas que se possa ter sobre a Educação Popular?

### **TEMA IV – Relação e aproximação entre ECOSOL E EDUPOP.**

Questionamento 1 – É possível estabelecer alguma relação entre EDUPOP e ECOSOL?

Questionamento 2 – Em caso positivo ou negativo, quais aproximações e/ou divergências poderiam ser estabelecidas?

Questionamento 3 – Como a relação da EDUPOP e da ECOSOL contribui para a emancipação dos atores sociais em condição de vulnerabilidade social - muitas vezes, até pessoal – de modo a torná-los mais humanos, sem a dependência exclusiva da sobrevivência?

### **TEMA V – Compreensão do processo de incubação.**

Questionamento 1 – Em sua opinião como é que você define o processo de incubação?

Questionamento 2 – Até que ponto o processo de incubação contribui com os produtores sociais na organização, estruturação, desenvolvimento e longevidade dos empreendimentos?

Questionamento 3 – O que mudou na sua prática e no seu fazer quando você ainda não tinha conhecimento da Economia Solidária em relação a quando você passou a conhecer o processo de incubação? Qual sua função naquele momento? (produtor social/ mediador/gestor/acadêmico)?

Questionamento 4 - Quais características você destacaria como necessárias na postura de um mediador no processo de incubação?

Questionamento 5 - Como é que você definiria, a educação que acontece no processo de incubação?

Questionamento 6 – Fale um pouco sobre sua experiência em participar de um grupo de ECOSOL (pergunta comum a todos os atores entrevistados, independente da função ou *status* social que ocupavam no momento da entrevista).

Questionamento 7 – O que se define como processo de incubação de empreendimento solidário e como ele acontece?

Questionamento 8 – Quais fatores podem ser considerados positivos e/ou negativos no processo de incubação de empreendimentos solidários?

Questionamento 9 – O que se pretende como o processo de incubação de empreendimento solidário?

Questionamento 10 – Mudou alguma coisa na sua prática, no seu fazer, na sua concepção em relação ao que fora antes e o que está sendo agora depois do seu envolvimento com a ECOSOL e da sua participação no processo de incubação?

Questionamento 11 - Até que ponto a incubação contribui com os produtores sociais na organização, desenvolvimento e longevidade dos empreendimentos?

Questionamento 12 – Qual a importância de uma incubadora para a Universidade e, por extensão, para o acadêmico, também para os servidores administrativos e docentes, bem como para a sociedade ampliada?

#### **TEMA VI – Perspectivas futuras da ECOSOL.**

Questionamento 1 - O que pretende, para onde vai e quais as possibilidades e limitações da Economia Solidária?

Questionamento 2 – A priori, a definição de políticas de governo e/ou de estado ajudam ou limitam a compreensão e fortalecimento da ECOSOL como movimento social?

**TEMA VII - Considerações pessoais sobre os temas trabalhados** - pela sua boa vontade de nos atender e participar da pesquisa, através dessa entrevista, fique inteiramente à vontade para fazer alguma possível complementação pertinente sobre alguma temática abordada ou alguma consideração da qual você não foi indagada/o e que você gostaria de acrescentar a sua participação enquanto complemento a alguma ideia aqui trabalhada.

Muito obrigado!